



**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
PETRORECÔNCAVO S.A.**

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E
EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2026**

PETRORECÔNCAVO S.A.
CNPJ/MF Nº 03.342.704/0001-30
NIRE 293.000.241-71
Companhia Aberta

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

Prezados Senhores,

A Administração da Petrorecôncavo S.A. ("**Petrorecôncavo**" ou "**Companhia**") convida seus acionistas a participarem da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("**AGO/E**" ou "**Assembleia**"), a realizar-se, em primeira convocação, em 24 de abril de 2026, às 11:00 horas, de modo exclusivamente digital, a ser tida como realizada na sede da Companhia, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("**RCVM 81**"), para deliberar sobre os assuntos constantes da ordem do dia, nos termos do Edital de Convocação publicado, nesta data, no jornal Correio da Bahia, bem como na sua página na internet, e nos termos abaixo propostos ("**Proposta**").

Em linha com as boas práticas de governança corporativa, baseadas nos princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, todas as informações e os documentos referidos na presente Proposta e previstos na RCVM 81, assim como as demais informações e documentos relevantes para o exercício do direito de voto pelos acionistas encontram-se à disposição dos acionistas no seu *website* (www.ri.petroreconcavo.com.br), no *website* da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), no *website* da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**") (www.b3.com.br), bem como nos Anexos da presente Proposta.

As matérias a serem deliberadas na AGO/E estão listadas na ordem do dia do Edital de Convocação e são reproduzidas nos Itens 1 e 2 desta Proposta.

Para a instalação da Assembleia Geral Ordinária será necessária, em primeira convocação, a presença de acionistas representando, pelo menos, 1/4 (um quarto) do capital social da Companhia. Caso não seja atingido o quórum necessário para instalação, a Assembleia Geral Ordinária será novamente convocada para, em segunda convocação, deliberar sobre tais matérias, podendo ser instalada com a presença de qualquer número de acionistas.

Para a instalação da Assembleia Geral Extraordinária será necessária, em primeira convocação, a presença de acionistas representando, pelo menos, (i) 1/4 (um quarto) do

capital social da Companhia para as deliberações constantes dos itens I e II da ordem do dia; e (ii) 2/3 (dois terços) do capital social da Companhia para a deliberação constante do item III da ordem do dia. Caso não seja atingido o quórum necessário para instalação com relação a qualquer das matérias a serem deliberadas, a Assembleia Geral Extraordinária será novamente convocada para, em segunda convocação, deliberar sobre as matérias em relação às quais não foi atingido o quórum de instalação, podendo ser instalada com a presença de qualquer número de acionistas.

A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos do art. 124, §2º-A, da Lei nº 6.404/76 ("**Lei das S.A.**") e da RCM 81, na qual a participação dos Senhores Acionistas poderá se dar:

Via boletim de voto à distância, nos termos da RCM 81, a ser enviado ao seu respectivo agente de custódia, ao depositário central, ao banco escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia por meio de endereço eletrônico ri@petroreconcavo.com.br ou pela plataforma digital Ten Meetings.

Via plataforma digital Ten Meetings, acessível no link <https://assembleia.ten.com.br/170322650>, pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído nos termos do art. 28, §§ 2º e 3º da RCM 81. O acionista que enviar o Boletim poderá participar da Assembleia remotamente, por meio eletrônico. No entanto, caso este acionista exerça o direito de voto na Assembleia, seus Boletins serão desconsiderados e os votos proferidos em tempo real serão considerados válidos.

A AGO/E será realizada de modo exclusivamente digital, tendo em vista que tal formato, no julgamento da Administração, diminui os custos de participação dos acionistas, facilitando e contribuindo para um maior comparecimento da base acionária da Companhia na Assembleia e, assim, aumentando a representatividade das deliberações a serem tomadas.

Mais informações a respeito da participação na AGO/E poderão ser encontradas no Manual de Participação, disponível nos *websites* indicados acima.

Mata de São João - BA, 24 de março de 2026.

A Administração.

1. **MATÉRIAS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:**

- I. **Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.**

A administração da Companhia propõe que os Acionistas apreciem e aprovem as contas dos administradores relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Para deliberar sobre este item, são disponibilizados aos acionistas, conforme a RCVM 81:

- A) Formulário DFP de 2025 (disponibilizado no website da CVM em 18 de março de 2026 (**Anexo I**), contendo:

- Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;
- Cópia das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025;
- Parecer, sem ressalvas, da Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., auditores independentes da Companhia;
- Notas Explicativas;
- Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras e sobre o Relatório dos Auditores Independentes; e
- Relatório Anual do Comitê de Auditoria, incluindo sua manifestação com relação às Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025; e

- B) Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia em conformidade com a Seção 2 do Formulário de Referência e com a RCVM 81 (**Anexo II**).

Os documentos acima identificados foram anexados a esta Proposta da Administração, conforme **Anexo I** e **Anexo II**, e encontram-se à disposição dos acionistas no escritório da Companhia na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Av. Luís Viana Filho, 13223,

Hangar Business Park, torre 3, 4º andar, São Cristóvão, 41500-300 e nos websites da Companhia (www.ri.petroreconcavo.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

As Demonstrações Financeiras foram devidamente divulgadas e publicadas, em 18/03/2026 e 19/03/2026, respectivamente, em conjunto com o Relatório da Administração, o Parecer dos Auditores Independentes e os demais documentos exigidos pela Lei das S.A. e pela RCVM 81.

As Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., auditor independente da Companhia, que emitiu parecer sobre tais Demonstrações Financeiras, sem ressalvas.

Antes de serem submetidas à aprovação dos acionistas, as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram apreciadas pelo Comitê de Auditoria, em reunião realizada em 12 de março de 2026, e pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 17 de março de 2026.

A Administração da Companhia propõe que os acionistas apreciem e aprovem, sem ressalvas, as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Na reunião realizada em 17 de março de 2026, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a convocação da Assembleia Geral Ordinária para que os acionistas possam discutir e votar as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

II. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

O lucro líquido apurado pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 638.352.148,78 (seiscentos e trinta e oito milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, cento e quarenta e oito reais e setenta e oito centavos).

A Administração propõe que o lucro líquido do exercício seja destinado da seguinte forma: (i) o valor de R\$ 31.917.607,45 (trinta e um milhões, novecentos e dezessete mil, seiscentos e sete reais e quarenta e cinco centavos) correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do lucro líquido, seja destinado à reserva legal, nos termos do art. 193 da Lei nº

6.404/76; (ii) o valor de R\$ 23.235.176,90 (vinte e três milhões, duzentos e trinta e cinco mil, cento e setenta e seis reais e noventa centavos), correspondente a 3,64% (três vírgula sessenta e quatro por cento) do valor do lucro líquido, seja destinado à reserva de incentivos fiscais; (iii) o valor de R\$ 263.399.898,15 (duzentos e sessenta e três milhões, trezentos e noventa e nove mil, oitocentos e noventa e oito reais e quinze centavos) seja destinado para distribuição aos acionistas, valor este integralmente já declarado na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 8 de maio de 2025, nos termos do artigo 29, parágrafo segundo, do Estatuto Social, e pago, considerando arredondamentos de duas casas decimais, tendo sido imputado ao dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, equivalente a R\$ 145.799.841,11 (cento e quarenta e cinco milhões, setecentos e noventa e nove mil, oitocentos e quarenta e um reais e onze centavos), pelo seu valor líquido, ou seja, depois de deduzido o imposto de renda na fonte; e (iv) o valor remanescente de R\$ 319.799.466,28 (trezentos e dezenove milhões, setecentos e noventa e nove mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e vinte e oito centavos) seja destinado a reserva para investimento e expansão.

A Administração da Companhia propõe que seja apreciada e aprovada a proposta de destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, nos termos do **Anexo III** da presente Proposta, que contém as informações referenciadas no Anexo A da RCMVM 81.

III. Fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026.

A Administração apresenta abaixo informações a respeito da proposta do montante anual global de remuneração dos administradores da Companhia para o exercício de 2026 (período de janeiro a dezembro). Informações detalhadas a respeito da proposta estão contidas no **Anexo IV** à presente Proposta.

a) Exercício de 2025:

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 24 de abril de 2025, foi aprovada uma verba global de remuneração de até R\$ 37.643.401,19 (trinta e sete milhões, seiscentos e quarenta e três mil, quatrocentos e um reais e dezenove centavos) para o exercício social de 2025, excluídos os encargos sociais de ônus do empregador, referente ao período de janeiro a dezembro de 2025, englobando a Remuneração Fixa, a Remuneração Variável e a Remuneração Baseada em Ações.

Do montante aprovado, foram realizados R\$ 26.676.404,98 (vinte e seis milhões, seiscentos e setenta e seis mil, quatrocentos e quatro reais e noventa e oito centavos), correspondentes a 70,87% (setenta vírgula oitenta e sete por cento) da remuneração global proposta.

b) Exercício de 2026:

A Administração propõe como remuneração anual dos administradores, o valor global de até R\$ 38.049.137,07 (trinta e oito milhões, quarenta e nove mil, cento e trinta e sete reais e sete centavos) para o exercício social de 2026, excluídos os encargos sociais de ônus do empregador, referente ao período de janeiro a dezembro de 2026.

A proposta de remuneração para o exercício de 2026 apresentou um incremento de aproximadamente 1% (um por cento) em relação à proposta de remuneração submetida à Assembleia Geral Ordinária de 2025, mencionada acima.

O montante global anual proposto acima refere-se a uma estimativa da verba máxima total que pode vir a ser despendida pela Companhia com a remuneração de seus administradores (incluindo as parcelas de Remuneração Fixa, Variável, Baseada em Ações e de benefícios eventuais) no exercício social em curso, sendo compreendida pelos componentes abaixo:

A) Remuneração Fixa

A parcela da remuneração global correspondente à remuneração fixa, a ser paga em dinheiro, acrescida de benefícios, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, monta a até R\$ 19.956.795,39 (dezenove milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e noventa e cinco reais e trinta e nove centavos), excluídos os encargos sociais de ônus do empregador.

B) Remuneração Variável de Curto Prazo

A remuneração variável de curto prazo da Diretoria Estatutária é composta por um montante anual baseado no atingimento de metas e objetivos estratégicos da Companhia. Tem como objetivo remunerar os resultados atingidos pelos Diretores de acordo com seu desempenho e retorno para a Companhia, e consiste no pagamento de bônus e/ou no pagamento de participação nos resultados – PLR.

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus à remuneração variável de curto prazo.

A parcela da remuneração global correspondente à remuneração variável de curto prazo monta a até R\$ 9.908.000,00 (nove milhões, novecentos e oito mil reais), excluídos os encargos sociais de ônus da Companhia.

C) Remuneração Baseada em Ações

Os Diretores da Companhia são elegíveis a um Plano de Incentivo a Longo Prazo, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 27 de abril de 2022 (“PILP”), bem como, caso aprovado, ao Plano de Incentivo a Longo Prazo 2026 (“PILP 2026”), cuja aprovação é objeto da presente Assembleia Geral Extraordinária.

O objetivo do PILP e do PILP 2026 é conceder a oportunidade de receberem ações de emissão da Companhia e, com isso, (i) assegurar a competitividade dos níveis de remuneração total praticados pela Companhia; (ii) garantir um maior alinhamento dos interesses dos beneficiários com os interesses dos acionistas e incentivar o engajamento daqueles em prol da obtenção de resultados positivos para a Companhia nos médio e longo prazos, além de recompensar os Participantes pelo atingimento de metas; (iii) maximizar os níveis de comprometimento com a geração de resultados sustentáveis; bem como (iv) possibilitar à Companhia atrair e manter vinculados a ela Diretores e empregados.

O custo estimado do PILP e do PILP 2026 para a Companhia, no exercício de 2026, foi calculado em até R\$ 8.184.341,68 (oito milhões, cento e oitenta e quatro mil, trezentos e quarenta e um reais e sessenta e oito centavos), considerando o valor justo das outorgas relativas ao PILP e o PILP 2026, tendo como base o valor de mercado das ações da Companhia.

A Administração não antecipa qualquer alteração no valor informado acima em caso de aprovação do PILP 2026 a ser submetido à deliberação dos acionistas na AGO/E, já que a parcela da remuneração baseada em ações para o exercício de 2026 também compreende o montante relativo à parcela do PILP 2026 (ora submetido à deliberação da Assembleia Geral Extraordinária) a ser reconhecida no exercício de 2026, que a Administração estima, nesta data, em R\$ 3.108.136,95 (três milhões, cento e oito mil, cento e trinta e seis reais e noventa e cinco centavos) sujeito à aprovação do PILP 2026 pela Assembleia Geral Extraordinária.

2. MATÉRIAS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:

- I. Deliberar sobre a eleição de membro do Conselho de Administração da Companhia, nomeado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 2 de março de 2026, em face da renúncia de Conselheiros, nos termos do art. 150 da Lei nº 6.404/1976, para cumprimento do mandato em curso a se encerrar na Assembleia Geral Ordinária de 2027.**

O Conselho de Administração da Companhia foi eleito na Assembleia Geral Ordinária de 24 de abril de 2025, para cumprimento do mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2026.

Em face do recebimento das renúncias do então membro efetivo do Conselho de Administração, Sr. Eduardo de Britto Pereira Azevedo, bem como do Sr. Rafael Machado Neves ao cargo de membro suplente do Conselho de Administração, os demais membros do Conselho de Administração nomearam, nos termos do artigo 150 da Lei das S.A., em reunião realizada em 2 de março de 2026, o Sr. Tiago de Almeida Noel para ocupar a vaga até a Assembleia Geral.

Em vista disso, a Administração propõe à Assembleia a eleição do Sr. Tiago de Almeida Noel para cumprir mandato como membro independente do Conselho de Administração até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2027, encerrando-se o referido mandato juntamente com o mandato dos atuais membros do Conselho de Administração da Companhia.

O Sr. Noel é bacharel em Ciências Econômicas. É sócio responsável pela área de Private Equity do Opportunity, onde atua desde 2020, tendo sido anteriormente sócio da Athena Capital entre o período de 2014 até 2020. É membro do Conselho de Administração da Equatorial Energia desde 2021 e foi membro do conselho de administração da Sabesp de 2024 até fevereiro de 2026. Foi membro do conselho de administração da Echoenergia Participações entre 2022 e 2024.

Nos termos do artigo 11 da Resolução CVM 81/22, as demais informações sobre o candidato a membro do Conselho de Administração, que são exigidas pelos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, incluindo seu currículo, constam no **Anexo V** do presente documento.

Além disso, a declaração prévia do candidato está disponível na sede da Companhia, nos termos do artigo 147 da Lei das S.A. e em consonância com a Resolução CVM 135/22 e o Regulamento do Novo Mercado, conforme aplicável.

II. Aprovar o Plano de Incentivo a Longo Prazo 2026

A Administração propõe que seja aprovado o PILP 2026 conforme **Anexo VI** à presente Proposta, com os seguintes objetivos principais:

- (i) gerar um maior alinhamento de interesses dos Participantes (conforme abaixo definido) com os acionistas da Companhia, na busca de um crescimento sustentável dos seus negócios;
- (ii) buscar o atingimento dos objetivos sociais e das metas da Companhia;
- (iii) reforçar a capacidade da Companhia de atrair, reter e motivar os Participantes, buscando um comprometimento de longo prazo destes com os objetivos da Companhia; e
- (iv) compartilhar a criação de valor, bem como os riscos inerentes aos negócios da Companhia.

As condições e demais informações relativas ao PILP 2026, exigidas pelo Artigo 14 da RCMVM nº 81, encontram-se no **Anexo IV** desta Proposta.

III. Aprovar a proposta de reforma ao Estatuto Social da Companhia para (i) acrescentar a aprovação da Política de Alçadas da Companhia e suas eventuais alterações às competências exclusivas do Conselho de Administração indicadas no Artigo 17 do Estatuto Social; (ii) excluir os itens (j), (k), (l), (m) e (o) do Artigo 17 do Estatuto Social; (iii) incluir o parágrafo terceiro no Artigo 23 do Estatuto Social; e (iv) consolidar o Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir as alterações constantes neste item, se aprovadas.

A proposta de reforma ao Estatuto Social da Companhia foi elaborada pela Administração diante do crescimento relevante da PetroReconcavo nos últimos anos e os seus desafios para os próximos anos, sendo este um momento oportuno para a adequação de certas disposições do seu Estatuto Social.

Sendo assim, a Diretoria formulou uma proposta de reforma ao Estatuto Social para refletir adequadamente o atual porte da PetroReconcavo e as atividades por ela desenvolvidas, bem como para aprimorar as práticas de governança corporativa da Companhia, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 17 de março de 2026.

Como poderá ser visto no **Anexo VII** abaixo, um dos itens propostos diz respeito à criação de uma Política de Alçadas, que estabelecerá as matérias que serão de competência do Conselho de Administração e aquelas que competirão à Diretoria da Companhia, retirando-se alguns regramentos a respeito deste tema do Estatuto Social.

A aprovação da proposta é condição para a validade da Política de Alçadas da Companhia aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia na mesma reunião mencionada acima, de 17 de março de 2026. O documento integral da Política de Alçadas está anexo à ata desta reunião do Conselho de Administração, que pode ser acessada nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br) e da Companhia (<http://ri.petroreconcavo.com.br/>).

A redação consolidada também está ajustada para refletir, conforme o resultado da AGE, a renumeração dos artigos do Estatuto Social e a atualização das referências cruzadas ali contidas, sem alterar materialmente o seu conteúdo.

Em atendimento ao artigo 12 da Resolução CVM 81/2022, **(i)** o relatório evidenciando e detalhando a alteração proposta consta do **Anexo VII** à presente Proposta; e **(ii)** a cópia do Estatuto Social consolidado contendo, em destaque, as alterações propostas, consta do **Anexo VIII**. A Administração recomenda aos acionistas que examinem detidamente o quadro comparativo com as alterações propostas e cópia do Estatuto Social com as alterações propostas em destaque.

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	11
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	12
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	13
Demonstração de Valor Adicionado	14

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	16
Balanço Patrimonial Passivo	18
Demonstração do Resultado	21
Demonstração do Resultado Abrangente	22
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	23

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	25
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	26
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	27
Demonstração de Valor Adicionado	28

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	30
---	----

Notas Explicativas	58
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	103
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	106
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	109
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	110

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Último Exercício Social 31/12/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	293.472.126
Preferenciais	0
Total	293.472.126
Em Tesouraria	
Ordinárias	494.198
Preferenciais	0
Total	494.198

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	8.597.497	7.337.876	6.784.328
1.01	Ativo Circulante	1.873.321	1.218.135	1.018.508
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	172.275	259.482	110.834
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.195.586	506.305	310.172
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	1.195.586	506.305	310.172
1.01.03	Contas a Receber	242.819	315.380	332.047
1.01.03.01	Clientes	242.819	315.380	332.047
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	242.819	315.380	332.047
1.01.04	Estoques	5.397	8.744	6.237
1.01.04.01	Estoques	5.397	8.744	6.237
1.01.06	Tributos a Recuperar	135.206	85.959	211.194
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	135.206	85.959	211.194
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	135.206	85.959	211.194
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	122.038	42.265	48.024
1.01.08.03	Outros	122.038	42.265	48.024
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	33.771	575	0
1.01.08.03.02	Dividendos a Receber	0	0	11.316
1.01.08.03.03	Outro Ativos	88.267	41.690	36.708
1.02	Ativo Não Circulante	6.724.176	6.119.741	5.765.820
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	187.981	254.644	167.827
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	5.022	15.964	0
1.02.01.04	Contas a Receber	65.231	58.145	55.917
1.02.01.04.01	Clientes	65.231	58.145	55.917
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	78.762	8.399
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	78.762	8.399
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	117.728	101.773	103.511
1.02.01.10.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.284	0	0
1.02.01.10.05	Impostos a Recuperar	56.692	55.375	68.450

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1.02.01.10.06	Outros Ativos	37.287	30.717	8.623
1.02.01.10.07	Direito de Uso em Arrendamento	22.465	15.681	26.438
1.02.02	Investimentos	847.106	897.113	790.258
1.02.02.01	Participações Societárias	847.106	897.113	790.258
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	847.106	897.113	790.258
1.02.03	Imobilizado	5.605.708	4.947.449	4.791.639
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.537.289	4.806.466	4.711.873
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	5.537.289	4.806.466	4.711.873
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	68.419	140.983	79.766
1.02.04	Intangível	83.381	20.535	16.096
1.02.04.01	Intangíveis	83.381	20.535	16.096
1.02.04.01.02	Intangível	83.381	20.535	16.096

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	8.597.497	7.337.876	6.784.328
2.01	Passivo Circulante	598.298	681.184	1.035.960
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	87.907	93.000	85.457
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	87.907	93.000	85.457
2.01.02	Fornecedores	255.673	269.083	244.977
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	248.041	266.302	241.666
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	7.632	2.781	3.311
2.01.03	Obrigações Fiscais	41.800	58.643	42.490
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	30.677	43.395	33.085
2.01.03.01.02	Tributos a Recolher	30.677	43.395	33.085
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	8.619	12.194	7.403
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.504	3.054	2.002
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	64.914	20.907	142.772
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	142.772
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	0	142.772
2.01.04.02	Debêntures	64.914	20.907	0
2.01.05	Outras Obrigações	143.276	239.209	512.062
2.01.05.02	Outros	143.276	239.209	512.062
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	100.000	0	17.359
2.01.05.02.04	Valores a Pagar de Arrendamentos	18.885	12.829	25.940
2.01.05.02.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	1.003	99.478
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	5.876	12.300	29.029
2.01.05.02.07	Valores a Pagar por Aquisições	18.515	213.077	340.256
2.01.06	Provisões	4.728	342	8.202
2.01.06.02	Outras Provisões	4.728	342	8.202
2.01.06.02.04	Provisão para Abandono de Poços	4.728	342	8.202
2.02	Passivo Não Circulante	3.668.483	2.421.415	1.230.485
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.040.102	1.771.414	760.208

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	760.208
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	0	760.208
2.02.01.02	Debêntures	3.040.102	1.771.414	0
2.02.02	Outras Obrigações	426.676	511.284	290.533
2.02.02.02	Outros	426.676	511.284	290.533
2.02.02.02.03	Valores a Pagar de Arrendamentos	4.712	2.413	2.591
2.02.02.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	88.449	367.837	0
2.02.02.02.05	Valores a Pagar por Aquisições	0	0	145.239
2.02.02.02.06	Outras Contas a Pagar	3.039	10.558	12.227
2.02.02.02.07	Fornecedores	130.476	130.476	130.476
2.02.02.02.08	Dividendos a pagar	200.000	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	60.324	0	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	60.324	0	0
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	60.324	0	0
2.02.04	Provisões	141.381	138.717	179.744
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.006	5.110	3.239
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.698	1.472	1.274
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.874	3.252	1.965
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	434	386	0
2.02.04.02	Outras Provisões	137.375	133.607	176.505
2.02.04.02.04	Provisão para Abandono de Poços	137.375	133.607	176.505
2.03	Patrimônio Líquido	4.330.716	4.235.277	4.517.883
2.03.01	Capital Social Realizado	2.832.624	2.832.476	2.830.774
2.03.01.01	Capital Social	2.832.624	2.832.476	2.830.774
2.03.02	Reservas de Capital	56.174	49.375	46.894
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-7.884	-7.035	-5.084
2.03.02.07	Incentivo Fiscal de Redução de Imposto de Renda	18.501	18.501	18.501
2.03.02.08	Ações e Opções de Compra de Ações Outorgadas	45.557	37.909	33.477

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2.03.04	Reservas de Lucros	1.393.897	1.318.945	1.671.360
2.03.04.01	Reserva Legal	178.942	147.024	125.149
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	149.345	126.110	64.460
2.03.04.12	Reserva para Investimento e Expansão	1.065.610	1.045.811	1.481.751
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	13.540	0	-65.626
2.03.06.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	13.540	0	-65.626
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	34.481	34.481	34.481
2.03.08.01	Transação de Capital	34.481	34.481	34.481

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.712.778	2.884.640	765.317
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.852.329	-1.809.580	-637.812
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.852.329	-1.809.580	-637.812
3.03	Resultado Bruto	860.449	1.075.060	127.505
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-175.345	-117.480	521.785
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-206.454	-188.963	-95.237
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-206.454	-188.963	-95.237
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-56.655	-35.372	-1.554
3.04.05.01	Outras receitas (despesas), líquidas	-56.655	-35.372	-1.554
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	87.764	106.855	618.576
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	685.104	957.580	649.290
3.06	Resultado Financeiro	71.052	-623.910	6.934
3.06.01	Receitas Financeiras	643.777	244.832	123.182
3.06.01.02	Receitas Financeiras	643.777	244.832	123.182
3.06.02	Despesas Financeiras	-572.725	-868.742	-116.248
3.06.02.02	Despesas Financeiras	-572.725	-868.742	-116.248
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	756.156	333.670	656.224
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-117.804	103.828	52.714
3.08.01	Corrente	0	-1.652	0
3.08.02	Diferido	-117.804	105.480	52.714
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	638.352	437.498	708.938
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	638.352	437.498	708.938
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,1793	1,4927	2,4202
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	2,1792	1,4923	2,418

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	638.352	437.498	708.938
4.02	Outros Resultados Abrangentes	13.540	65.626	190.185
4.02.01	Instrumentos financeiros de proteção – NDF	20.515	99.433	66.091
4.02.02	Tributos diferidos sobre instrumentos financeiros – NDF	-6.975	-33.807	-22.471
4.02.04	Parcelas de outros resultados abrangentes de controladas	0	0	146.565
4.03	Resultado Abrangente do Período	651.892	503.124	899.123

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.208.265	1.866.803	309.194
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.329.775	1.996.285	346.614
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	756.156	333.670	656.224
6.01.01.02	Juros, amortização de captação e variações cambiais líquidas	293.113	394.077	-30.257
6.01.01.03	Contraprestação de parcela contingente de valores a pagar de aquisições	0	22.033	0
6.01.01.04	Depreciação, amortização e depleção	538.941	508.275	148.639
6.01.01.05	Equivalência patrimonial	-87.764	-106.855	-618.576
6.01.01.06	Provisões, perdas estimadas e outros	-975	17.259	8.318
6.01.01.07	Atualização da provisão para abandono de poços	14.627	17.824	5.687
6.01.01.08	Baixas do imobilizado, arrendamentos e outras	183.355	314.243	136.443
6.01.01.09	Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos no resultado	-367.678	495.759	40.136
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	6.504	151.650	62.704
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	65.475	14.439	35.104
6.01.02.02	Estoques	3.839	3.420	34.903
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-21.954	138.310	33.523
6.01.02.04	Outros ativos	-2.891	-27.076	-76.266
6.01.02.05	Fornecedores	-27.459	24.106	36.330
6.01.02.06	Salários e encargos sociais	1.382	18.802	21.186
6.01.02.07	Impostos a recolher	-39.877	-1.953	-29.587
6.01.02.08	Outras contas a pagar	27.989	-18.398	7.511
6.01.03	Outros	-128.014	-281.132	-100.124
6.01.03.01	Juros pagos	-199.128	-139.664	-58.076
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos	-2.208	-13.929	-1.957
6.01.03.04	Pagamento (recebimento) de contratos de hedge	73.322	-127.539	-40.091
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.011.761	-1.206.792	105.028
6.02.01	Aplicações financeiras	-681.924	-169.923	914.601
6.02.02	Adições ao imobilizado e intangível	-1.467.608	-1.048.185	-553.463
6.02.03	Aquisição da SPE Tieta, líquida do caixa recebido	0	0	-501.639

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.02.04	Dividendos recebidos de controladas	137.771	11.316	60.000
6.02.05	Saldo de caixa - Encerramento da Recôncavo América	0	0	7.829
6.02.06	Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	0	0	-90.000
6.02.07	Saldo de caixa - Incorporação de Controladas	0	0	267.700
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	716.289	-511.363	-386.989
6.03.01	Adições, líquidas dos custos de captação	0	0	279.030
6.03.02	Pagamentos de financiamentos	0	-1.043.520	-331
6.03.03	Emissão de debêntures, líquidas dos custos de captação	1.227.254	1.746.027	0
6.03.04	Amortização de arrendamento mercantil - principal	-32.218	-26.760	-20.176
6.03.05	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-238.158	-775.976	-281.943
6.03.07	Exercício de opção de ações	148	1.207	2.344
6.03.08	Pagamentos valores a pagar por aquisições	-233.413	-398.712	-362.118
6.03.09	Integralização de capital social subscrito	0	495	260
6.03.10	Caixa líquido da compra e venda de ações em tesouraria	-7.324	-14.124	-4.055
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-87.207	148.648	27.233
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	259.482	110.834	83.601
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	172.275	259.482	110.834

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.832.476	83.856	1.318.945	0	0	4.235.277
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.832.476	83.856	1.318.945	0	0	4.235.277
5.04	Transações de Capital com os Sócios	148	6.799	0	-263.400	0	-256.453
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-145.800	0	-145.800
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-117.600	0	-117.600
5.04.09	Exercício de opção de compra de ações	148	0	0	0	0	148
5.04.10	Pagamento baseado em ações	0	7.648	0	0	0	7.648
5.04.12	Recompra de ações	0	-7.324	0	0	0	-7.324
5.04.13	Entrega de ações de tesouraria	0	6.475	0	0	0	6.475
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	638.352	13.540	651.892
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	638.352	0	638.352
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	13.540	13.540
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes de controlada	0	0	0	0	13.540	13.540
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	74.952	-374.952	0	-300.000
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	374.952	-374.952	0	0
5.06.04	Dividendos adicionais propostos	0	0	-300.000	0	0	-300.000
5.07	Saldos Finais	2.832.624	90.655	1.393.897	0	13.540	4.330.716

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.830.774	81.375	1.671.360	0	-65.626	4.517.883
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.830.774	81.375	1.671.360	0	-65.626	4.517.883
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.702	2.481	-56.940	-353.973	0	-406.730
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-56.940	-264.566	0	-321.506
5.04.08	Exercício de opção de compra de ações	1.207	0	0	0	0	1.207
5.04.09	Recompra de ações	0	-14.124	0	0	0	-14.124
5.04.10	Pagamento baseado em ações	0	4.432	0	0	0	4.432
5.04.11	Integralização de capital social subscrito	495	0	0	0	0	495
5.04.12	Entrega de ações de tesouraria	0	12.173	0	-914	0	11.259
5.04.13	Dividendos mínimos distribuídos a título de JSCP	0	0	0	-88.493	0	-88.493
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	437.498	65.626	503.124
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	437.498	0	437.498
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	65.626	65.626
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-295.475	-83.525	0	-379.000
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	83.525	-83.525	0	0
5.06.04	Dividendo adicional proposto	0	0	-379.000	0	0	-379.000
5.07	Saldos Finais	2.832.476	83.856	1.318.945	0	0	4.235.277

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.828.170	70.859	1.167.284	0	-255.811	3.810.502
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.828.170	70.859	1.167.284	0	-255.811	3.810.502
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.604	10.516	0	-178.488	0	-165.368
5.04.01	Aumentos de Capital	260	0	0	0	0	260
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-17.359	0	-17.359
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-160.000	0	-160.000
5.04.09	Exercício de opção de compra de ações	2.839	0	0	0	0	2.839
5.04.10	Pagamento baseado em ações	0	8.807	0	0	0	8.807
5.04.12	Recompra de ações	0	-4.055	0	0	0	-4.055
5.04.13	Entrega de ações de tesouraria	0	5.764	0	-1.129	0	4.635
5.04.14	Opções exercidas a integralizar	-495	0	0	0	0	-495
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	708.938	190.185	899.123
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	708.938	0	708.938
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	190.185	190.185
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes de controlada	0	0	0	0	146.565	146.565
5.05.02.07	Outros Resultados Abrangentes de controladora	0	0	0	0	43.620	43.620
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	504.076	-530.450	0	-26.374
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	530.450	-530.450	0	0
5.06.04	Pagamento dividendo adicional proposto	0	0	-26.374	0	0	-26.374
5.07	Saldos Finais	2.830.774	81.375	1.671.360	0	-65.626	4.517.883

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	3.282.864	3.479.393	930.321
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.218.728	3.417.353	852.832
7.01.02	Outras Receitas	64.136	62.040	77.489
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.240.773	-1.010.134	-375.584
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-104.707	-45.122	-51.065
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.136.066	-965.012	-324.519
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.042.091	2.469.259	554.737
7.04	Retenções	-538.941	-508.275	-148.639
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-538.941	-508.275	-148.639
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.503.150	1.960.984	406.098
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	552.841	351.687	741.758
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	87.764	106.855	618.576
7.06.03	Outros	465.077	244.832	123.182
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.055.991	2.312.671	1.147.856
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.055.991	2.312.671	1.147.856
7.08.01	Pessoal	243.139	370.952	162.185
7.08.01.01	Remuneração Direta	142.468	255.796	119.619
7.08.01.02	Benefícios	90.243	99.545	36.085
7.08.01.03	F.G.T.S.	10.428	15.611	6.481
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	541.204	405.814	86.916
7.08.02.01	Federais	335.449	190.194	44.002
7.08.02.02	Estaduais	204.054	212.213	40.255
7.08.02.03	Municipais	1.701	3.407	2.659
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	633.296	1.098.407	189.817
7.08.03.01	Juros	394.025	868.742	116.248
7.08.03.02	Aluguéis	55.247	42.772	16.505
7.08.03.03	Outras	184.024	186.893	57.064
7.08.03.03.01	Royalties	184.024	186.893	57.064

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	638.352	437.498	708.938
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	263.400	353.059	160.000
7.08.04.02	Dividendos	0	0	17.359
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	374.952	84.439	531.579

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	8.668.015	7.437.571	6.829.184
1.01	Ativo Circulante	2.158.236	1.569.425	1.147.431
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	229.508	295.548	197.184
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.395.510	761.939	310.172
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	1.395.510	761.939	310.172
1.01.03	Contas a Receber	253.967	361.095	360.611
1.01.03.01	Clientes	253.967	361.095	360.611
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	253.967	361.095	360.611
1.01.04	Estoques	6.139	9.766	7.358
1.01.04.01	Estoques	6.139	9.766	7.358
1.01.06	Tributos a Recuperar	146.817	96.616	233.927
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	146.817	96.616	233.927
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	146.817	96.616	233.927
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	126.295	44.461	38.179
1.01.08.03	Outros	126.295	44.461	38.179
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	33.771	575	0
1.01.08.03.03	Outro Ativos	92.524	43.886	38.179
1.02	Ativo Não Circulante	6.509.779	5.868.146	5.681.753
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	255.554	306.832	225.864
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	5.022	15.964	0
1.02.01.04	Contas a Receber	65.231	58.145	55.917
1.02.01.04.01	Clientes	65.231	58.145	55.917
1.02.01.07	Tributos Diferidos	8.113	97.025	46.370
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.113	97.025	46.370
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	177.188	135.698	123.577
1.02.01.10.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.284	0	0
1.02.01.10.05	Impostos a Recuperar	69.109	66.820	78.049
1.02.01.10.06	Outros Ativos	81.912	46.540	5.816

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1.02.01.10.07	Direito de Uso em Arrendamento	24.883	22.338	39.712
1.02.03	Imobilizado	6.170.841	5.540.758	5.439.745
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.098.670	5.399.517	5.359.979
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	6.098.670	5.399.517	5.359.979
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	72.171	141.241	79.766
1.02.04	Intangível	83.384	20.556	16.144
1.02.04.01	Intangíveis	83.384	20.556	16.144
1.02.04.01.02	Intangível	83.384	20.556	16.144

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	8.668.015	7.437.571	6.829.184
2.01	Passivo Circulante	619.377	732.356	1.065.860
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	88.753	93.929	86.647
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	88.753	93.929	86.647
2.01.02	Fornecedores	265.879	299.110	254.010
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	260.844	296.244	250.699
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	5.035	2.866	3.311
2.01.03	Obrigações Fiscais	50.549	74.193	49.537
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	39.063	58.218	39.949
2.01.03.01.02	Tributos a Recolher	39.063	58.218	39.949
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	8.784	12.194	7.421
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.702	3.781	2.167
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	64.914	20.907	142.772
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	142.772
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	0	142.772
2.01.04.02	Debêntures	64.914	20.907	0
2.01.05	Outras Obrigações	144.554	243.875	524.692
2.01.05.02	Outros	144.554	243.875	524.692
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	100.000	0	17.359
2.01.05.02.04	Valores a Pagar de Arrendamentos	19.173	17.138	32.887
2.01.05.02.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	1.003	99.478
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	6.866	12.657	34.712
2.01.05.02.07	Valor a pagar por Aquisições	18.515	213.077	340.256
2.01.06	Provisões	4.728	342	8.202
2.01.06.02	Outras Provisões	4.728	342	8.202
2.01.06.02.04	Provisão para Fechamento de Poços	4.728	342	8.202
2.02	Passivo Não Circulante	3.717.922	2.469.938	1.245.441
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.040.102	1.771.414	760.208

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	760.208
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	0	760.208
2.02.01.02	Debêntures	3.040.102	1.771.414	0
2.02.02	Outras Obrigações	429.086	513.971	298.512
2.02.02.02	Outros	429.086	513.971	298.512
2.02.02.02.03	Valores a Pagar de Arrendamentos	7.122	5.099	10.570
2.02.02.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	88.449	367.837	0
2.02.02.02.05	Valores a Pagar por Aquisições	0	0	145.239
2.02.02.02.06	Outras Contas a Pagar	3.039	10.559	12.227
2.02.02.02.07	Fornecedores	130.476	130.476	130.476
2.02.02.02.08	Dividendos a pagar	200.000	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	60.324	0	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	60.324	0	0
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	60.324	0	0
2.02.04	Provisões	188.410	184.553	186.721
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	47.946	47.923	5.299
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.698	1.472	1.274
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.214	4.810	3.366
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	43.034	41.641	659
2.02.04.02	Outras Provisões	140.464	136.630	181.422
2.02.04.02.04	Provisão para Abandono de Poços	140.464	136.630	181.422
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	4.330.716	4.235.277	4.517.883
2.03.01	Capital Social Realizado	2.832.624	2.832.476	2.830.774
2.03.01.01	Capital Social	2.832.624	2.832.476	2.830.774
2.03.02	Reservas de Capital	56.174	49.375	46.894
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-7.884	-7.035	-5.084
2.03.02.07	Incentivo Fiscal de Redução de Imposto de Renda	18.501	18.501	18.501
2.03.02.08	Ações e Opções de Compra de Ações Outorgadas	45.557	37.909	33.477

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2.03.04	Reservas de Lucros	1.393.897	1.318.945	1.671.360
2.03.04.01	Reserva Legal	178.942	147.024	125.149
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	149.345	126.110	64.460
2.03.04.12	Reserva para Investimento e Expansão	1.065.610	1.045.811	1.481.751
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	13.540	0	-65.626
2.03.06.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	13.540	0	-65.626
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	34.481	34.481	34.481
2.03.08.01	Transação de Capital	34.481	34.481	34.481

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.157.609	3.264.554	2.814.361
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.136.173	-2.072.805	-1.916.661
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.136.173	-2.072.805	-1.916.661
3.03	Resultado Bruto	1.021.436	1.191.749	897.700
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-299.857	-243.529	-217.883
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-239.996	-208.715	-214.065
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-239.996	-208.715	-214.065
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-59.861	-34.814	-3.818
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	-59.861	-34.814	-3.818
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	721.579	948.220	679.817
3.06	Resultado Financeiro	54.615	-584.815	49.012
3.06.01	Receitas Financeiras	715.081	289.862	187.051
3.06.02	Despesas Financeiras	-660.466	-874.677	-138.039
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	776.194	363.405	728.829
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-137.842	74.093	-19.891
3.08.01	Corrente	-13.636	-11.188	-32.666
3.08.02	Diferido	-124.206	85.281	12.775
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	638.352	437.498	708.938
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	638.352	437.498	708.938
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	638.352	437.498	708.938

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	638.352	437.498	708.938
4.02	Outros Resultados Abrangentes	13.540	65.626	190.185
4.02.01	Instrumentos financeiros de proteção – NDF	20.515	99.433	288.159
4.02.02	Tributos diferidos sobre instrumentos financeiros – NDF	-6.975	-33.807	-97.974
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	651.892	503.124	899.123
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	651.892	503.124	899.123

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.504.449	2.219.127	1.391.806
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.660.180	2.360.823	1.770.156
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	776.194	363.405	728.829
6.01.01.02	Juros, amortização de captação e variações cambiais líquidas	314.456	387.561	-81.818
6.01.01.03	Contraprestação de parcela contingente de valores a pagar de aquisições	0	22.033	0
6.01.01.04	Depreciação, amortização e depleção	721.077	694.816	598.327
6.01.01.06	Provisões, perdas estimadas e outros	151	59.805	8.537
6.01.01.07	Atualização da provisão para abandono de poços	14.958	18.262	12.832
6.01.01.08	Baixas do imobilizado, arrendamentos e outras	201.287	319.182	235.195
6.01.01.09	Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos no resultado	-367.678	495.759	268.254
6.01.01.11	Reversão para provisão de abandono de poços	-265	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-14.866	145.366	23.676
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	100.042	-2.712	27.818
6.01.02.02	Estoques	3.532	4.344	5.685
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-20.677	148.540	-71.089
6.01.02.04	Outros ativos	-32.250	-46.431	-9.863
6.01.02.05	Fornecedores	-47.416	45.100	21.547
6.01.02.06	Salários e encargos sociais	1.299	18.541	26.343
6.01.02.07	Impostos a recolher	-48.018	39	2.211
6.01.02.08	Outras contas a pagar	28.622	-22.055	21.024
6.01.03	Outros	-140.865	-287.062	-402.026
6.01.03.01	Juros pagos	-199.683	-140.901	-60.439
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos	-14.504	-18.622	-73.378
6.01.03.04	Pagamento (recebimento) de contratos de hedge	73.322	-127.539	-268.209
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.282.109	-1.602.586	-861.171
6.02.01	Aplicações financeiras	-642.746	-417.179	977.533
6.02.02	Adições ao imobilizado e intangível	-1.639.363	-1.185.407	-1.366.449
6.02.03	Aquisição da SPE Tieta, líquida do caixa recebido	0	0	-472.255

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	711.620	-518.177	-694.726
6.03.01	Adições, líquidas dos custos de captação	0	0	279.030
6.03.02	Pagamentos de financiamentos	0	-1.043.520	-331
6.03.03	Emissão de debêntures, líquidas dos custos de captação	1.227.254	1.746.027	0
6.03.04	Amortização de arrendamento mercantil - principal	-36.887	-33.574	-38.143
6.03.05	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-238.158	-775.976	-281.943
6.03.07	Exercício de opção de ações	148	1.207	2.344
6.03.08	Pagamentos valores a pagar por aquisições	-233.413	-398.712	-651.888
6.03.09	Integralização de capital social subscrito	0	495	260
6.03.10	Caixa Líquido da compra e venda de ações em tesouraria	-7.324	-14.124	-4.055
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	247
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-66.040	98.364	-163.844
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	295.548	197.184	361.028
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	229.508	295.548	197.184

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.832.476	83.856	1.318.945	0	0	4.235.277	0	4.235.277
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.832.476	83.856	1.318.945	0	0	4.235.277	0	4.235.277
5.04	Transações de Capital com os Sócios	148	6.799	0	-263.400	0	-256.453	0	-256.453
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-145.800	0	-145.800	0	-145.800
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-117.600	0	-117.600	0	-117.600
5.04.09	Exercício de opção de compra de ações	148	0	0	0	0	148	0	148
5.04.10	Pagamento baseado em ações	0	7.648	0	0	0	7.648	0	7.648
5.04.12	Recompra de ações	0	-7.324	0	0	0	-7.324	0	-7.324
5.04.13	Entrega de ações de tesouraria	0	6.475	0	0	0	6.475	0	6.475
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	638.352	13.540	651.892	0	651.892
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	638.352	0	638.352	0	638.352
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	13.540	13.540	0	13.540
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes de controlada	0	0	0	0	13.540	13.540	0	13.540
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	74.952	-374.952	0	-300.000	0	-300.000
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	374.952	-374.952	0	0	0	0
5.06.04	Dividendos adicionais propostos	0	0	-300.000	0	0	-300.000	0	-300.000
5.07	Saldos Finais	2.832.624	90.655	1.393.897	0	13.540	4.330.716	0	4.330.716

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.830.774	81.375	1.671.360	0	-65.626	4.517.883	0	4.517.883
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.830.774	81.375	1.671.360	0	-65.626	4.517.883	0	4.517.883
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.702	2.481	-56.940	-353.973	0	-406.730	0	-406.730
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-56.940	-264.566	0	-321.506	0	-321.506
5.04.08	Exercício de opção de compra de ações	1.207	0	0	0	0	1.207	0	1.207
5.04.09	Recompra de ações	0	-14.124	0	0	0	-14.124	0	-14.124
5.04.10	Pagamento baseado em ações	0	4.432	0	0	0	4.432	0	4.432
5.04.11	Integralização de capital social subscrito	495	0	0	0	0	495	0	495
5.04.12	Entrega de ações de tesouraria	0	12.173	0	-914	0	11.259	0	11.259
5.04.13	Dividendos mínimos distribuídos a título de JSCP	0	0	0	-88.493	0	-88.493	0	-88.493
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	437.498	65.626	503.124	0	503.124
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	437.498	0	437.498	0	437.498
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	65.626	65.626	0	65.626
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-295.475	-83.525	0	-379.000	0	-379.000
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	83.525	-83.525	0	0	0	0
5.06.04	Dividendo adicional proposto	0	0	-379.000	0	0	-379.000	0	-379.000
5.07	Saldos Finais	2.832.476	83.856	1.318.945	0	0	4.235.277	0	4.235.277

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.828.170	70.859	1.167.284	0	-255.811	3.810.502	0	3.810.502
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.828.170	70.859	1.167.284	0	-255.811	3.810.502	0	3.810.502
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.604	10.516	0	-178.488	0	-165.368	0	-165.368
5.04.01	Aumentos de Capital	260	0	0	0	0	260	0	260
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-17.359	0	-17.359	0	-17.359
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-160.000	0	-160.000	0	-160.000
5.04.09	Exercício de opção de compra de ações	2.839	0	0	0	0	2.839	0	2.839
5.04.10	Pagamento baseado em ações	0	8.807	0	0	0	8.807	0	8.807
5.04.12	Recompra de ações	0	-4.055	0	0	0	-4.055	0	-4.055
5.04.13	Entrega de ações de tesouraria	0	5.764	0	-1.129	0	4.635	0	4.635
5.04.14	Opções exercidas a integralizar	-495	0	0	0	0	-495	0	-495
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	708.938	190.185	899.123	0	899.123
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	708.938	0	708.938	0	708.938
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	190.185	190.185	0	190.185
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes de controlada	0	0	0	0	146.565	146.565	0	146.565
5.05.02.07	Outros Resultados Abrangentes de controladora	0	0	0	0	43.620	43.620	0	43.620
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	504.076	-530.450	0	-26.374	0	-26.374
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	530.450	-530.450	0	0	0	0
5.06.04	Pagamento dividendo adicional proposto	0	0	-26.374	0	0	-26.374	0	-26.374
5.07	Saldos Finais	2.830.774	81.375	1.671.360	0	-65.626	4.517.883	0	4.517.883

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	3.748.547	3.878.948	3.358.314
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.709.684	3.836.743	3.314.712
7.01.02	Outras Receitas	38.863	42.205	43.602
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.314.116	-1.121.901	-808.169
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-104.707	-45.133	-83.155
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.209.409	-1.076.768	-725.014
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.434.431	2.757.047	2.550.145
7.04	Retenções	-721.077	-694.816	-598.327
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-721.077	-694.816	-598.327
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.713.354	2.062.231	1.951.818
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	536.376	289.862	187.051
7.06.02	Receitas Financeiras	536.376	289.862	187.051
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.249.730	2.352.093	2.138.869
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.249.730	2.352.093	2.138.869
7.08.01	Pessoal	248.366	387.212	329.716
7.08.01.01	Remuneração Direta	144.749	267.861	237.814
7.08.01.02	Benefícios	92.863	103.217	76.945
7.08.01.03	F.G.T.S.	10.754	16.134	14.957
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	589.873	379.799	677.607
7.08.02.01	Federais	382.425	187.981	351.158
7.08.02.02	Estaduais	205.747	188.401	323.790
7.08.02.03	Municipais	1.701	3.417	2.659
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	773.139	1.147.584	422.608
7.08.03.01	Juros	481.761	874.677	138.039
7.08.03.02	Aluguéis	63.684	48.265	46.729
7.08.03.03	Outras	227.694	224.642	237.840
7.08.03.03.01	Royalties	227.694	224.642	237.840
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	638.352	437.498	708.938

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	263.400	353.059	160.000
7.08.04.02	Dividendos	0	0	17.359
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	374.952	84.439	531.579

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO FISCAL



*Encerrado em
31 de dezembro de 2025*

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Sumário

1. Destaques..... 2

2. Mensagem do Presidente 3

3. A PetroReconcavo 4

 3.1. Visão Geral 4

 3.2. Portfólio de Ativos..... 5

 3.3. Relatório de Reservas..... 5

4. Mercado de Óleo e Gás..... 6

 4.1. Visão macroeconômica do ano 6

 4.2. Desempenho do setor no Brasil 7

5. Principais Eventos do Período..... 7

6. Operacional..... 8

 6.1. Produção 8

 6.2. Sondas e Serviços (RSO) 10

 6.3. Midstream 10

7. Comercialização 11

8. Performance Financeira 13

 8.1. Receita Líquida 13

 8.1.1. Hedge de Petróleo..... 14

 8.2. Custos e Despesas operacionais..... 15

 8.2.1. Lifting Cost..... 16

 8.2.2. Royalties 17

 8.3. EBITDA e Lucro Operacional..... 17

 8.4. Netback 17

 8.5. Resultado Financeiro..... 18

 8.6. Lucro Líquido 18

 8.7. Fluxo de Caixa..... 18

 8.8. Investimento 20

 8.9. Endividamento 22

9. Sustentabilidade..... 23

10. Gente & Gestão 24

11. Performance da Ação..... 25

12. Capital Social 26

13. Dividendos 26

14. Relacionamento com os Auditores Independentes 26

15. Anexo I 27

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

1. Destaques

Salvador, 18 de março de 2026 – PetroReconcavo S.A. (“PetroReconcavo” ou “Companhia”) (B3: RECV3) apresenta seus resultados do quarto trimestre (“4T25” ou “trimestre”) e do ano de 2025 (“2025” ou “ano”). As informações a seguir são apresentadas de forma consolidada em milhares de Reais (R\$ mil), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“*International Financial Reporting Standards - IFRS*”), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”, exceto onde especificado em contrário.

Principais Indicadores (R\$ MIL)	4T25	3T25	Δ%	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Receita Líquida	704.170	786.385	-10%	843.376	-17%	3.157.609	3.264.554	-3%
EBITDA	295.083	349.954	-16%	402.967	-27%	1.442.656	1.643.036	-12%
Margem EBITDA	41,9%	44,5%	-2,6 p.p.	47,8%	-5,9 p.p.	45,7%	50,3%	-4,6 p.p.
Dívida Líquida/ EBITDA últimos 12 meses	1,10 x	1,00 x	0,10 x	0,80 x	0,30 x	1,10 x	0,80 x	0,30 x
Lucro Líquido	50.747	121.937	-58%	32.444	56%	638.352	437.498	46%
Lucro Líquido Ajustado ²	61.428	69.377	-11%	181.575	-66%	405.951	680.932	-40%
Margem Líquida	7,2%	15,5%	-8,3 p.p.	3,8%	3,4 p.p.	20,2%	13,4%	6,8 p.p.
Margem Líquida Ajustada	8,7%	8,8%	-0,1 p.p.	21,5%	-12,8 p.p.	12,9%	20,9%	-8,0 p.p.
Capex ³	268.160	568.631	-53%	306.892	-13%	1.452.080	821.340	77%
Fluxo de Caixa Livre ⁴	(20.876)	(221.391)	-91%	142.870	n.m.	(134.914)	1.033.720	n.m.
Fluxo de Caixa Livre ⁴ , excl. investimentos de <i>midstream</i>	13.537	38.471	-65%	142.870	-91%	196.210	1.033.720	-81%
Produção Média Bruta (boe/dia)	24.996	26.426	-5%	26.300	-5%	26.506	26.332	1%
Lifting Cost (US\$/boe)	\$ 14,32	\$ 15,52	-8%	\$ 14,52	-1%	\$ 14,42	\$ 13,60	6%
Preço Médio de Realização do Óleo (US\$/boe)	\$ 54,85	\$ 59,46	-8%	\$ 68,48	-20%	\$ 60,43	\$ 73,60	-18%
Preço Médio de Realização do Gás (US\$/MMBTU)	\$ 9,53	\$ 9,60	-1%	\$ 8,52	12%	\$ 9,30	\$ 9,28	0%
Taxa média de câmbio (R\$/US\$)	R\$ 5,40	R\$ 5,45	-1%	R\$ 5,84	-8%	R\$ 5,59	R\$ 5,39	4%
Preço médio à vista do Petróleo Brent (US\$/bbl)	\$ 63,73	\$ 69,13	-8%	\$ 74,73	-15%	\$ 69,10	\$ 80,76	-14%

¹ Ressalvadas as indicações em contrário. Notas descritivas dos indicadores no anexo.
² Lucro Líquido descontados os efeitos cambiais da marcação a mercado da dívida e impostos diferidos das operações de swaps.
³ Exclui efeitos não caixa e eventos pontuais, conforme detalhado na seção de Investimentos.
⁴ Fluxo de Caixa das Operações descontadas as Adições ao Imobilizado e Intangível.

Destaques do Período

- Produção média de 26,5 mil barris de óleo equivalente (“boe”)/dia em 2025 e de 25,0 mil boe/dia no 4T25, aumento de 1% no acumulado do ano vs. 2024 e redução de 5% vs. 3T25;
- Brent médio de US\$ 69,10/bbl no ano, redução de 14% em relação a 2024 e de US\$ 63,73/bbl no trimestre, redução de 8% vs. 3T25. Já o dólar médio foi de R\$ 5,59 no ano, aumento de 4% versus ano anterior e de R\$ 5,40 no trimestre, redução de 1% vs. 3T25;
- Receita Líquida de R\$ 3,2 bilhões no ano e R\$ 704 milhões no trimestre, redução de 3% vs. 2024 e de 10% vs. 3T25;
- EBITDA de R\$ 1,4 bilhão no ano e de R\$ 295 milhões no trimestre, redução de 12% e de 16%, no ano e vs. 3T25, respectivamente;
- Lucro Líquido de R\$ 638 milhões no ano e de R\$ 51 milhões no trimestre, aumento de 46% vs. 2024 e redução de 58% vs. 3T25;
- Capex, excluindo os investimentos em *midstream*, de R\$ 1,1 bilhão no ano e R\$ 234 milhões no trimestre, aumento de 36% vs. 2024 e redução de 24% vs. 3T25;
- Em dezembro, a Companhia realizou sua 4ª Emissão de Debêntures no valor de R\$ 750 milhões, com *duration* de 7,25 anos e custo total dolarizado de 4,9% ao ano;
- A Dívida Líquida em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 1,6 bilhão, representando uma alavancagem de 1,10x Dívida Líquida/EBITDA dos últimos 12 meses;
- Em dezembro, a Companhia declarou R\$ 300 milhões em dividendos, a serem pagos em três parcelas anuais de R\$ 100 milhões¹. Considerando os R\$ 263,4 milhões de Juros sobre Capital Próprio (JCP) pagos em maio de 2025, o *dividend yield* total é de aproximadamente de 15%² nos últimos 12 meses.

¹ A primeira a ser paga em dezembro de 2026, a segunda em dezembro de 2027 e a terceira em dezembro de 2028.
² *Dividend yield* do JCP calculado com base na cotação da data-com de 15/05/2025, somado ao *dividend yield* das três parcelas dos dividendos declarados em 18/12/2025, calculado com base na cotação da data-com de 08/01/2026.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2. Mensagem do Presidente

Encerramos 2025 fortalecendo a maturidade operacional da PetroReconcavo. Guiados por nossos pilares estratégicos — robustez na gestão de subsuperfície, confiabilidade e resiliência de produção e excelência na execução de intervenções e perfuração de novos poços — atuamos com consistência, sempre orientados pela criação de valor e visão de longo prazo.

O período foi marcado por aprofundamento técnico e tomada de risco calculada, com a conclusão da perfuração dos primeiros poços profundos na Bahia, confirmando a presença de hidrocarbonetos e pressão original em diversas zonas. Concluímos também a perfuração do nosso primeiro poço horizontal no Rio Grande do Norte, validando premissas de engenharia, além de ampliar de forma significativa o entendimento de subsuperfície. Mesmo diante de desafios na produção por conta da baixa permeabilidade dos reservatórios profundos encontrados, evoluímos tecnicamente e seguimos amadurecendo as alternativas de tecnologia e redução de custo para atingirmos a economicidade destas soluções, que serão implementadas em ciclos futuros de investimentos, destravando novas alavancas de valor e de crescimento de reservas da Companhia.

Paralelamente aos avanços técnicos, fortalecemos nossa resiliência operacional por meio de iniciativas estruturantes que elevaram a flexibilidade, a eficiência e a segurança das operações. Destaca-se a aquisição de 50% dos ativos de *midstream* da Brava Energia no Rio Grande do Norte (“UPGN Guamaré”), que já contribui para maior confiabilidade do processamento de gás natural e otimização de custos. Também inauguramos, em parceria com a GNLink, a primeira unidade de liquefação e compressão de gás natural do Rio Grande do Norte, ampliando alternativas comerciais e logísticas do nosso gás. Além disso, firmamos contrato de longo prazo com o Grupo Dislub Equador para armazenagem e movimentação de petróleo no Porto do Pecém, no Ceará, criando uma rota logística que dará maior flexibilidade e eficiência na comercialização do nosso petróleo. Essas iniciativas consolidam uma PetroReconcavo mais integrada, com maior controle sobre sua cadeia de valor e mais preparada para operar com maior previsibilidade em diferentes cenários de mercado.

Mesmo em um ano marcado por elevada volatilidade global e um Brent médio 14% inferior ao do ano anterior, entregamos resultados sólidos. Registramos produção média de 26,5 mil barris de óleo equivalente por dia, Receita Líquida de R\$ 3,2 bilhões, EBITDA de R\$ 1,4 bilhão e Lucro Líquido de R\$ 638 milhões. Fortalecemos também nossos processos de alocação de capital e distribuímos R\$ 263,4 milhões em Juros sobre Capital Próprio e, em dezembro, anunciamos ainda R\$ 300 milhões em dividendos a serem pagos entre 2026 e 2028, reforçando a consistência de nossa estratégia de retorno aos nossos acionistas.

No aspecto financeiro, mantivemos elevada eficiência na gestão de capital, com o alongamento do perfil da dívida por meio da 4ª emissão de debêntures no 4T25, no valor de R\$ 750 milhões, que resultou em um custo médio dolarizado de 4,9% ao ano — entre os mais competitivos do mercado. Ao final de 2025, a Dívida Líquida somava R\$ 1,6 bilhão, com alavancagem confortável de 1,10x Dívida Líquida/EBITDA, refletindo a solidez do nosso balanço. Adicionalmente, diante da perspectiva de queda na curva futura do Brent, ampliamos nossa estratégia de hedge de petróleo, reforçando a previsibilidade de receitas e a estabilidade do fluxo de caixa.

Em 2025, avançamos de forma consistente na agenda de sustentabilidade, ampliando o impacto social em educação e geração de renda, ganhos de eficiência e maturidade na agenda ambiental, e o fortalecimento das práticas de governança. Já no início de 2026, alcançamos um reconhecimento relevante da nossa cultura organizacional, com a inclusão da PetroReconcavo na carteira do Índice *Great Place to Work* (IGPTW) da B3, reforçando o compromisso com um ambiente seguro, inclusivo e orientado ao desenvolvimento das pessoas.

Em 2026, nossos investimentos serão mais seletivos, com ênfase em *workovers*, perfurações convencionais de menor complexidade, e expansão dos projetos de recuperação secundária como o *waterflooding*, priorizando aumento de produtividade e de fator de recuperação de nossos reservatórios. Estamos convictos de que o aprofundamento técnico realizado em 2025, aliado à nossa resiliência operacional e ao fortalecimento da gestão de subsuperfície, sustentará um ciclo de investimentos mais eficiente e retornos crescentes ao longo do tempo.

Agradeço aos nossos colaboradores pelo empenho diário e aos nossos acionistas pela confiança contínua. Seguiremos firmes, técnicos e disciplinados, impulsionando uma Companhia cada vez mais sólida, eficiente e preparada para transformar as oportunidades em geração de valor.

José Firmo



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3. A PetroReconcavo

3.1. Visão Geral

Com 26 anos de história, a PetroReconcavo destaca-se como pioneira no Brasil na operação, desenvolvimento e revitalização de campos maduros de petróleo e gás em bacias terrestres. Ao longo de sua trajetória, a Companhia consolidou um modelo de negócios orientado por eficiência operacional e disciplina financeira.

A estratégia operacional da PetroReconcavo combina a aplicação de técnicas consolidadas, como a recuperação secundária por injeção de água, com a verticalização de serviços e a gestão integrada das operações, visando maximizar a produtividade dos ativos e assegurar a sustentabilidade operacional.

Com forte compromisso com o desenvolvimento social e institucional dos territórios em que atua, a PetroReconcavo mantém relacionamento contínuo e construtivo com comunidades locais, órgãos reguladores, fornecedores e demais partes interessadas. Essa atuação é sustentada por uma equipe técnica qualificada e por acionistas fundadores com ampla experiência no setor de petróleo e gás natural, contribuindo para a solidez da governança e da execução estratégica da Companhia.

O portfólio da PetroReconcavo é composto por concessões de petróleo e gás natural localizadas nos estados da Bahia, Rio Grande do Norte e Sergipe, organizadas em dois ativos operacionais: Ativo Potiguar, que contempla o Polo Riacho da Forquilha, e Ativo Bahia, que compreende os Polos Remanso, Miranga e Tieta.

No Ativo Bahia, atualmente composto por 25 concessões de petróleo e gás e três blocos exploratórios, as operações tiveram início em 2000, com a celebração de contrato de produção com cláusula de risco junto à Petrobras no Polo Remanso. Posteriormente, a Companhia expandiu sua atuação na região com a aquisição de concessões adicionais do Polo BTREC, que atualmente encontra-se com quatro concessões.

No Ativo Potiguar, a PetroReconcavo iniciou suas operações em dezembro de 2019, a partir da aquisição dos campos do Polo Riacho da Forquilha, no contexto do programa de desinvestimento de ativos terrestres da Petrobras. Atualmente, o ativo é composto por 32 concessões de petróleo e gás e três blocos exploratórios, estrategicamente localizados na Bacia Potiguar, a aproximadamente 50 km ao sul de Mossoró.

Ainda no âmbito do programa de desinvestimentos da Petrobras, em dezembro de 2021, a Companhia adquiriu 100% da participação do Polo Miranga, hoje composto por oito concessões, e 100% da participação do Polo Remanso, hoje composto por 11 concessões, este último já operado pela Companhia desde 2000.

Em fevereiro de 2023, a Companhia adquiriu a Maha Energy Brasil Ltda., atualmente denominada SPE Tieta Ltda, com os campos de Tartaruga, com 75% de participação, localizado na Bacia de Sergipe, com o campo de Tiê, e três blocos exploratórios localizados na Bacia do Recôncavo, com 100% de participação.

Em 2024, a PetroReconcavo avançou em sua estratégia de integração e resiliência operacional entrando no segmento de *midstream* através da construção da Unidade de Tratamento de Gás (“UTG”) São Roque, localizada no Estado da Bahia, destinada ao processamento de gás natural na Bahia. A planta tem capacidade de processar 400 mil metros cúbicos de gás por dia.

Em 2025, a Companhia adquiriu 50% dos ativos de *midstream* de gás natural pertencentes à Brava Energia, localizados no Estado do Rio Grande do Norte (“UPGN Guamaré”). A UPGN Guamaré compreende duas Unidades de Processamento de Gás Natural cada uma com capacidade de 1,5 milhão de metros cúbicos por dia (MMm³/dia), sendo uma em operação e uma hibernada.

Além disso, no ano, foi firmado contrato de longo prazo com o Grupo Dislub Equador para armazenagem e movimentação de petróleo no Porto do Pecém. O projeto prevê a implantação de tancagem dedicada, com capacidade de 40 mil m³/mês até agosto de 2028, ampliando a flexibilidade logística, a previsibilidade de resultados e reduzindo descontos no escoamento do petróleo produzido no Ativo Potiguar.

Com um modelo de negócios sólido e em constante evolução, a PetroReconcavo mantém o foco na qualificação de seu portfólio e na execução disciplinada de sua estratégia, posicionando-se como uma das principais operadoras independentes de campos maduros *onshore* no Brasil, com compromisso com a geração de valor de longo prazo e a condução responsável de suas operações.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3.2. Portfólio de Ativos

Atualmente, o portfólio da Companhia é composto pelos Ativos Bahia e Potiguar, localizados em três diferentes bacias sedimentares terrestres (bacia do Recôncavo, Potiguar e Sergipe). O Ativo Potiguar é composto por 32 concessões, sendo nove delas operadas por parceiro, e três Blocos Exploratórios. Já o Ativo Bahia é composto por 25 concessões, operadas pela Companhia, e três Blocos Exploratórios.

Adicionalmente, a Companhia detém a UTG São Roque, na Bahia, e 50% de participação em ativos de *midstream* de gás natural no Estado do Rio Grande do Norte, incluindo a UPGN Guamaré.

3.3. Relatório de Reservas

A Companhia divulgou a certificação de reservas, com data base de 31 de dezembro de 2025, elaborado pela certificadora independente Netherland, Sewell & Associates, Inc. – NSAI.

As reservas brutas de participação Provasdas + Prováveis (2P) da Companhia certificadas pela NSAI no Relatório de Reservas com data base de 31 de dezembro de 2025, totalizam 182,2 milhões de barris de óleo equivalente e um valor presente líquido, antes dos impostos, (PV10) de US\$ 2,4 bilhões. Esta certificação inclui as reservas dos campos que compõem os Ativos Potiguar e Bahia.

Com um PV10 no valor de US\$ 1,9 bilhão, as reservas brutas de participação Provasdas (1P) correspondem a 79% das Reservas 2P e 61,4 milhões de barris são classificados como reservas provadas desenvolvidas em produção (PDP).

Reservas de Participação da Companhia em 31/12/2025

Reservas	Petróleo (MMBBL)	Gás (BCF ¹)	Barris Equivalentes (MMBOE ²)
Ativo Bahia	41,5	257,2	87,3
Ativo Potiguar	38,6	97,9	56,1
Provasdas (1P)	80,1	355,1	143,3
Ativo Bahia	50,5	324,9	108,4
Ativo Potiguar	51,9	122,7	73,8
Provasdas + Prováveis (2P)	102,5	447,6	182,2

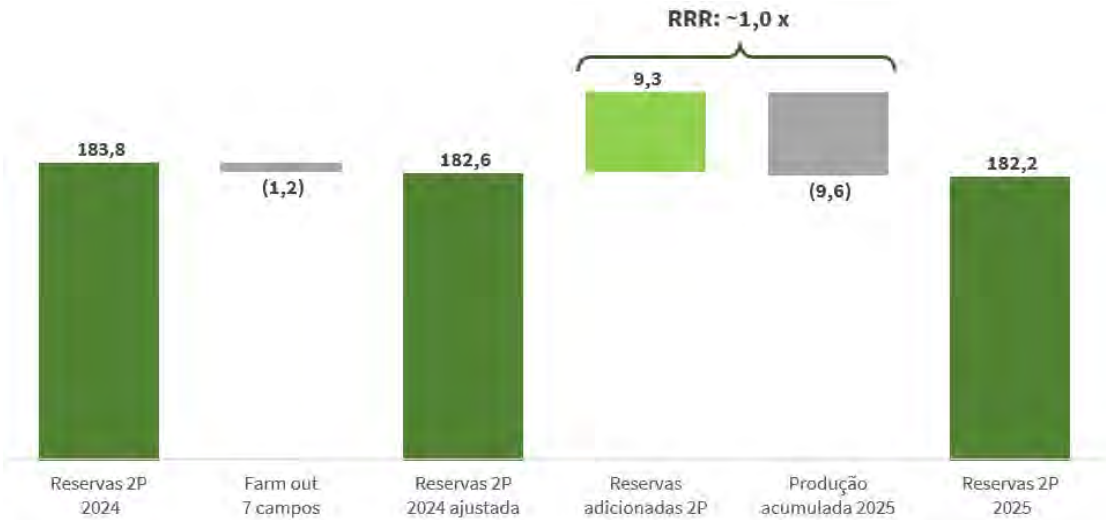
1. Bilhões de pés cúbicos

2. Milhões de barris equivalentes de óleo

Fator de conversão de BFC para MMBOE: 5,615

A taxa de reposição de reservas (“RRR”) 2P (provasdas + prováveis) na certificação de reservas de 2025 foi de aproximadamente 1,0x, conforme gráfico abaixo:

Reposição de Reservas 2P (RRR)



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4. Mercado de Óleo e Gás

4.1. Visão macroeconômica do ano

O aumento das tensões comerciais e o ambiente de incerteza geopolítica continuaram exercendo pressão sobre a economia global, refletindo-se na demanda por petróleo ao longo de 2025. A desaceleração sincronizada das principais economias, especialmente na Europa e na China, reduziu o ritmo de expansão do consumo global de energia, enquanto os Estados Unidos apresentaram crescimento de 2,8%, abaixo da média histórica recente de 3% ao ano.

Do lado da oferta, a decisão da OPEP+ de acelerar a retirada das restrições voluntárias à produção, que vigoravam há vários anos como mecanismo de sustentação de preços, aumentou a disponibilidade de barris no mercado internacional. Paralelamente, a produção norte-americana manteve-se resiliente, com destaque para o *shale oil*, contribuindo para um ambiente de maior oferta estrutural. Além disso, houve crescimento significativo na produção de petróleo no Brasil, Guiana e Canadá. Esse conjunto de fatores levou a cotação internacional do petróleo a atingir, em abril e início de maio, o menor nível em quatro anos.

Em meados de junho, os preços voltaram a subir em decorrência da escalada do conflito entre Israel e Irã, reacendendo preocupações quanto à estabilidade da oferta no Oriente Médio e ao risco de interrupções logísticas em rotas estratégicas. Ainda assim, o movimento de alta foi parcialmente limitado pelas revisões para baixo das projeções de crescimento global. Os principais organismos internacionais reduziram suas estimativas para o crescimento do PIB mundial em 2025 em aproximadamente 0,5 p.p., para cerca de 2,8%, indicando um ritmo inferior à tendência histórica de aproximadamente 3% ao ano ao longo da década.

Dessa forma, o mercado global de petróleo enfrentou um ano marcado por elevada volatilidade, alternando períodos de pressão baixista associados ao aumento de oferta e à desaceleração econômica, com momentos de prêmio geopolítico no preço. Ao longo de 2025, o Brent atingiu mínima anual de aproximadamente US\$ 58 por barril, registrada em abril, refletindo o ambiente de maior oferta e revisões negativas para o crescimento global. Impulsionado pelas tensões no Oriente Médio, o preço alcançou máxima anual próxima de US\$ 74 por barril, em junho, incorporando prêmio de risco geopolítico.

Em relação ao mercado de gás natural no cenário internacional, o aumento da oferta de GNL tem influenciado o mercado, em especial a partir dos Estados Unidos, que vem contrabalanceando a redução dos fluxos provenientes da Rússia nos últimos anos. A expansão da capacidade americana de liquefação ampliou a disponibilidade global de gás e reforçou a integração entre os mercados regionais. Apesar desse reequilíbrio pelo lado da oferta, o gás natural permanece altamente demandado por economias europeias e do Oriente, tanto como fonte de segurança energética quanto como combustível de transição. Nesse contexto, o GNL consolida-se como o principal mecanismo de ajuste do mercado global, conectando oferta excedente e centros de consumo e sustentando os fundamentos de preço observados internacionalmente.

No mercado cambial, a cotação do dólar norte-americano frente ao Real brasileiro apresentou elevada volatilidade ao longo do ano. Embora tenha ocorrido apreciação do Real na maior parte do período, impulsionada por diferencial de juros favorável e ingresso de capital estrangeiro, o ambiente externo adverso e episódios de aversão ao risco global geraram oscilações relevantes. O dólar passou de R\$ 6,19 ao final de 2024 para R\$ 5,50 ao final de 2025, representando apreciação de 11% do Real no período. Ainda assim, o valor médio do dólar em 2025 foi de R\$ 5,59, 4% acima da média observada em 2024.

No âmbito doméstico, a política monetária brasileira desempenhou papel central na dinâmica cambial e no fluxo de capitais. Ao longo de 2025, o Banco Central do Brasil manteve postura monetária restritiva, com a taxa Selic em patamar elevado por período prolongado, buscando consolidar a convergência da inflação para a meta e ancorar expectativas. O diferencial de juros em relação às economias desenvolvidas permaneceu expressivo, favorecendo operações de trade financeiro e estimulando a entrada de recursos estrangeiros tanto para renda fixa quanto para renda variável.

O fluxo de capital estrangeiro apresentou comportamento heterogêneo ao longo do ano. Houve ingresso líquido relevante em títulos públicos e instrumentos de renda fixa, atraídos pelo elevado retorno real, enquanto o fluxo para a bolsa foi mais sensível ao cenário externo e às revisões nas perspectivas de crescimento global. Nos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

momentos de maior estresse geopolítico e fortalecimento do dólar globalmente, observou-se saída pontual de recursos de mercados emergentes, incluindo o Brasil, ampliando a volatilidade cambial.

4.2. Desempenho do setor no Brasil

Em 2025, a produção média anual de petróleo e gás natural no Brasil alcançou 4,9 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/dia), superando a marca de 4,3 milhões de boe/dia registrada em 2023 e estabelecendo novo recorde histórico. No ano, a produção acumulada totalizou 1,8 bilhão de barris de óleo equivalente, representando aumento de 13% em relação a 2024.

Em relação ao petróleo, a produção média anual foi de 3,8 milhões de barris por dia, enquanto a produção acumulada somou 1,4 bilhão de barris, correspondendo a um crescimento de 12% frente ao ano anterior. Já a produção de gás natural atingiu média anual de 179 milhões de metros cúbicos por dia, com volume acumulado de 65,4 bilhões de metros cúbicos, o que representa aumento de 17% na comparação anual.

O pré-sal manteve sua relevância na matriz produtiva nacional, respondendo por cerca de 80% do total produzido em óleo equivalente em 2025. Em termos de evolução, a produção nesse ambiente foi 15% superior à de 2024 e aproximadamente quatro vezes maior do que a registrada em 2015, mantendo-se como o principal componente da produção nacional. O pós-sal representou 15% da produção total em 2025, com produção 7% superior à de 2024.

A produção terrestre correspondeu a cerca de 5% da produção nacional em óleo equivalente em 2025, com crescimento de 5% frente a 2024. Nesse segmento, a PetroReconcavo respondeu por aproximadamente 0,36% da produção nacional de petróleo, participação equivalente a cerca de 3,5% da produção atribuída a operadoras distintas da Petrobras, conforme os dados consolidados divulgados pela Agência Nacional do Petróleo (“ANP”).

Com relação ao panorama de gás natural no Brasil, observa-se um aumento gradual da oferta doméstica de gás natural, associado ao avanço da produção nacional. Esse crescimento, no entanto, tem em grande medida compensado a redução da oferta de gás importado da Bolívia e o declínio natural de alguns campos produtores maduros, limitando uma expansão estrutural mais significativa do excedente interno. Dentro dessa relação entre oferta e demanda, o GNL segue exercendo papel central como instrumento de equilíbrio do sistema, sobretudo em momentos de maior consumo, incluindo a geração termelétrica. Os custos de liquefação e logística do GNL acabam por sustentar os fundamentos históricos de preço do gás no país, funcionando como referência econômica marginal para o atendimento da demanda adicional.

Nesse contexto, a demanda por petróleo e gás natural no Brasil manteve-se sólida ao longo do exercício, apoiada pelo desempenho da atividade econômica, pela expansão da infraestrutura energética e pela evolução do ambiente regulatório do setor.

5. Principais Eventos do Período

- Em 3 de outubro de 2025, a Companhia divulgou a atualização do seu Código de Ética e Conduta, reforçando seu compromisso com as melhores práticas de integridade e governança;
- Em 10 de outubro de 2025, a PetroReconcavo concluiu a venda de 50% de sua participação e a transferência da operação de sete concessões no Rio Grande do Norte para a Mandacaru Energia. Com o fechamento da transação, a Companhia já recebeu R\$ 6,6 milhões, o que representa 20% do valor total. Do valor restante, 15% serão pagos em até 6 meses, e os 65% finais serão destinados ao longo de até dois anos, à contrapartida da PetroReconcavo em investimentos voltados ao desenvolvimento da produção das concessões. A operação estabelece um consórcio com gestão compartilhada, fortalecendo a parceria já existente entre as empresas e reforçando a estratégia da Companhia de geração sustentável de valor;
- Em 26 de novembro de 2025, em parceria com a GNLink, foi inaugurada a primeira unidade de liquefação e compressão de gás natural no Estado do Rio Grande do Norte, com capacidade de 100 mil m³/dia. Estruturado sob contrato de 10 anos, o projeto amplia a flexibilidade logística e o escoamento da

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

produção, viabilizando o fornecimento por modal rodoviário a municípios e clientes livres em distâncias superiores a 1.000 km, fortalecendo a diversificação de mercados;

- Em 3 de dezembro de 2025, a Companhia comunicou alterações na estrutura e atribuições de sua Diretoria Estatutária, aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada no dia anterior. As mudanças têm como objetivo fortalecer o foco estratégico da organização. A partir de 1º de janeiro de 2026, o Sr. João Vitor Silva Moreira passou a ocupar o cargo de Vice-Presidente de Operações, tornando-se responsável principalmente pela gestão segura e eficiente da produção. Ele sucede o Sr. Troy Patrick Finney, que assumiu a Vice-Presidência de Desenvolvimento de Portfólio, área dedicada à estratégia e gestão de subsuperfície. Adicionalmente, Sr. Rafael Procaci da Cunha, Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores, passou a acumular também as responsabilidades de M&A e de Planejamento e Alocação de Capital. Adicionalmente, em 28 de janeiro de 2026, a Companhia comunicou a renúncia do Sr. Felipe Wigg de Araujo e a eleição do Sr. Raphael Pereira Scudino Borges para o cargo não estatutário de Vice-Presidente de Pessoas e Suporte Operacional a partir de 1º de março;
- Em 18 de dezembro de 2025, a Companhia anunciou a distribuição de dividendos no montante total de R\$ 300 milhões, com “*data ex*” em 8 de janeiro de 2026, divididos em três parcelas de pagamento de R\$ 100 milhões cada, sendo a primeira em dezembro de 2026, a segunda em dezembro de 2027 e a terceira em dezembro de 2028;
- Em 29 de dezembro de 2025, ocorreu a liquidação da 4ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries para distribuição pública, com valor total de emissão de R\$ 750 milhões, sendo (i) R\$ 525 milhões correspondentes à 1ª série, que tem prazo de vencimento de sete anos; e (ii) R\$ 225 milhões correspondentes à 2ª série, que tem prazo de vencimento de dez anos, com vencimento em 15 de dezembro de 2035. Considerando os instrumentos derivativos (“*swaps*”) contratados para a 1ª série e para a 2ª série, a emissão passará a ter um custo médio dolarizado de 4,9% ao ano e *duration* de 7,25 anos;
- Em 6 de janeiro de 2026, a Companhia passou a integrar o índice *Great Place to Work* (IGPTW) da B3 S.A. O IGPTW mede o desempenho das ações e *units* de empresas listadas na B3 certificadas pela *Great Place to Work* (GPTW), selecionadas de acordo com critérios objetivos estabelecidos na metodologia da B3. Com essa inclusão, as ações da PetroReconcavo passam a compor as carteiras de dezesseis índices da B3, abrangendo índices amplos, setoriais, de sustentabilidade e de governança.
- Em 2 de março de 2026, a Companhia comunicou ao mercado as renúncias do Sr. Eduardo de Britto Pereira Azevedo aos cargos de Presidente e membro do Conselho de Administração e de membro do Comitê de Pessoas e ESG, bem como do Sr. Rafael Machado Neves ao cargo de membro suplente do Conselho de Administração, ambas com efeitos imediatos. Na mesma data, o Conselho de Administração aprovou a nomeação do Sr. Tiago de Almeida Noel como membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração, além de membro do Comitê de Pessoas e ESG, com mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária.

6. Operacional

6.1. Produção

Entre o fim de 2024 e 2025, a Companhia avançou na execução da perfuração de poços profundos e de um poço horizontal.

Os resultados obtidos com os três poços profundos confirmaram a presença de hidrocarbonetos e revelaram novas zonas com potencial produtivo; entretanto, a baixa permeabilidade dessas formações requer o desenvolvimento e a aplicação de novas técnicas de completação para viabilização econômica.

A primeira perfuração horizontal no Rio Grande do Norte foi realizada com sucesso operacional e representou um avanço tecnológico. Contudo, o desempenho produtivo ficou abaixo do esperado. A Companhia seguirá

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

focada na avaliação técnica e econômica dessas tecnologias, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento futuro de suas reservas e buscar ganhos relevantes de produtividade para o *onshore* brasileiro.

A produção média registrada em 2025 foi de 26,5 mil boe/dia, representando aumento de 1% em relação a 2024. A produção foi composta por 58% de óleo e 42% de gás natural. No trimestre, a produção média foi de 25,0 mil boe/dia, redução de 5% em relação ao trimestre anterior.

Produção (boe/dia)	4T25	3T25	Δ%	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Óleo	7.981	8.324	-4%	8.506	-6%	8.445	8.860	-5%
Gás	4.415	4.606	-4%	4.822	-8%	4.649	4.813	-3%
Ativo Potiguar	12.396	12.930	-4%	13.328	-7%	13.093	13.674	-4%
Óleo	6.412	7.267	-12%	7.040	-9%	7.209	6.461	12%
Gás	6.188	6.230	-1%	5.933	4%	6.204	6.197	0%
Ativo Bahia	12.600	13.496	-7%	12.973	-3%	13.413	12.658	6%
Óleo	14.393	15.591	-8%	15.545	-7%	15.654	15.321	2%
Gás	10.603	10.836	-2%	10.755	-1%	10.853	11.011	-1%
Total	24.996	26.426	-5%	26.300	-5%	26.506	26.332	1%

Nota: Produção Média Diária Bruta de Participação da Companhia (Working Interest).

Ativo Bahia

Em 2025, o Ativo registrou produção média de 13,4 mil boe/dia, crescimento de 6% em relação a 2024. O desempenho foi impulsionado principalmente pelo campo de Tiê, cuja execução do plano de desenvolvimento iniciado no segundo semestre de 2024 atingiu pico produtivo entre abril e maio de 2025, após o qual observou-se aceleração da depleção do reservatório, reforçando a estratégia de intensificação da injeção de água a partir do final de setembro, com volumes superiores à produção, marcando o início do processo de repressurização do campo.

No 4T25, a produção média do Ativo totalizou 12,6 mil boe/dia, representando queda de 7% em relação ao trimestre anterior, em função, principalmente, de eventos operacionais no campo de Tiê, incluindo paradas não programadas em poços de alta vazão. Adicionalmente, a produção foi impactada por uma parada não programada em Remanso e pela desconexão temporária do sistema interligado brasileiro, afetando pontualmente os volumes produzidos.

Ativo Potiguar

Em 2025, o Ativo registrou produção média de 13,1 mil boe/dia, redução de 4% em relação ao ano anterior. A produção anual foi impactada pela ausência de novas completações no segundo semestre e pelo menor desempenho da safra de *workovers* no 3T25, além da redução no ritmo de execução de *workovers* no 4T25. A Companhia, em seu processo contínuo de avaliação estratégica, tem trabalhado em iniciativas voltadas ao reforço da injeção de água em reservatórios estratégicos, com foco na redução do declínio natural da produção e maior sustentação dos níveis produtivos ao longo do tempo.

No trimestre, a produção do Ativo foi de 12,4 mil boe/dia, representando retração de 4% em comparação ao 3T25. O desempenho decorreu, principalmente, da realização de paradas programadas para manutenção em Riacho da Forquilha, Sabiá e Livramento, somada a falhas pontuais em poços de alta vazão e impactos temporários de falhas elétricas. Adicionalmente, a conclusão, em 10 de outubro, do *farm-out* de 50% de sete concessões do ativo resultou em redução de 118 boe/dia na produção atribuível à Companhia no trimestre. Esses impactos foram parcialmente mitigados pelos trabalhos de *workover* executados ao longo do período.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

6.2. Sondas e Serviços (RSO)

A Companhia dispõe de uma frota de sondas ampla e diversificada, garantindo o suporte ao desenvolvimento de suas reservas e mitigando riscos relacionados às oscilações de preço e escassez do mercado *onshore*. A Companhia encerrou o ano de 2024 com 15 sondas de *workover*, atingindo ao longo de 2025 um pico de 18 sondas operando simultaneamente. No entanto, devido à deterioração da curva de preço do petróleo, houve uma readequação da frota, levando a Companhia a encerrar 2025 com 14 sondas de *workover* em operação, sendo 13 próprias e uma terceirizada. Com isso, foram realizados 232 projetos de *workovers* ao longo do ano, sendo 155 no Ativo Potiguar e 77 no Ativo Bahia.

Além disso, a Companhia possui três sondas próprias de perfuração. Ao longo do ano foram perfurados 15 novos poços, seis poços convencionais, um horizontal e um injetor no Ativo Potiguar; e sete poços no Ativo Bahia, sendo três poços produtores convencionais, dois poços profundos e dois injetores em Tiê. Vale ressaltar, ainda, que outros quatro poços, perfurados em 2024, foram completados no ano.

A PR-14, que já havia concluído a perfuração do primeiro poço profundo no final de 2024, realizou a perfuração dos outros dois poços profundos (Jacuípe-44 e Biriba-019) nos primeiros meses do ano. A partir de maio, a sonda foi disponibilizada para prestação de serviços externos para parceiros, e segue operando desta forma atualmente, possuindo contratos em vigor até o final do primeiro semestre de 2026.

A PR-21 executou a campanha de perfurações do Ativo Potiguar, totalizando oito poços no ano.

A PR-04 perfurou cinco poços no Ativo Bahia, sendo três poços convencionais e dois poços injetores em Tiê durante o ano. Ao final de 2025, considerando o cenário de preço do petróleo mais baixo para 2026, a sonda foi colocada em hibernação (*cold stack*).

Por fim, vale ressaltar que a verticalização das atividades de Sondas e Serviços pela Companhia continuou a demonstrar forte geração de valor operacional e financeiro ao longo do período. A internalização dessas operações proporcionou uma economia estimada de R\$ 262 milhões, 3% superior à observada no ano anterior, refletindo menores custos e maior eficiência operacional das unidades próprias da Companhia.

6.3. Midstream

Ao final de setembro, a Companhia concluiu a aquisição de 50% dos ativos de *midstream* da Brava Energia no Rio Grande do Norte. Os ativos em questão compreendem duas Unidades de Processamento de Gás Natural (UPGNs), cada uma com capacidade de 1,5 milhão de metros cúbicos por dia (MMm³/dia), sendo uma em operação (UPGN III) e uma hibernada (UPGN II), equipamentos auxiliares à operação, incluindo sistemas de recebimento, compressão e armazenamento de derivados líquidos, bem como, um gasoduto que interliga a produção de gás natural da PetroReconcavo e de outros campos operados pela Brava às referidas UPGNs. No dia seguinte à conclusão da aquisição, a operação passou a ser regida por um *Joint Operating Agreement*, com a Brava como operadora e governança compartilhada por meio de um Comitê Operacional, reforçando a estratégia de resiliência e eficiência operacional, com maior segurança no escoamento e processamento do gás natural.

A adoção do regime de rateio de custos na UPGN de Guamaré, proporcional aos volumes processados, gerou ganhos relevantes de eficiência e otimização de custos, resultando em redução aproximada de R\$ 11 milhões nos custos de escoamento e processamento no 4T25.

Adicionalmente, em julho, após autorização da ANP, entrou em operação o novo gasoduto de Tiê ao sistema de gasodutos de Miranga, viabilizando o escoamento da produção do campo até a UTG Catu. A iniciativa permitiu a comercialização do gás na malha com margem incremental de aproximadamente US\$ 5,00 por milhão de BTUs, já descontados os custos de processamento na UTG Catu.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

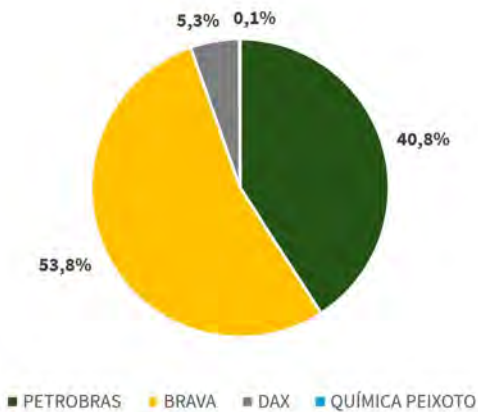
7. Comercialização

Petróleo

As vendas do petróleo produzido nos estados da Bahia e de Sergipe foram realizadas para a Petrobras, Dax Oil, entre outros, conforme contratos vigentes. No estado do Rio Grande do Norte, o petróleo foi comercializado com a Brava Energia.

O preço médio de venda de petróleo em 2025 foi de US\$ 60,43 por barril representando 87% do valor de referência do Brent. Em relação ao trimestre, o preço de realização foi de US\$ 54,85, por barril, equivalente a 86% do valor de referência no período.

Venda de Petróleo 2025 (%)



A Companhia registrou desconto médio em relação ao Brent de US\$ 3,66 para o Ativo Bahia e de US\$ 12,87 para o Ativo Potiguar no ano. No trimestre, o desconto médio em relação ao Brent foi de US\$ 6,07 no Ativo Bahia e de US\$ 10,89 no Ativo Potiguar.

Preço Médio Realização Petróleo		4T25	3T25	Δ%	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Receita Líquida excluindo efeito do hedge	(R\$ Mil)	390.352	471.512	-17%	567.669	-31%	1.918.441	2.215.816	-13%
Volume Entregue	Mbbl	1.319	1.421	-7%	1.419	-7%	5.684	5.586	2%
Volume entregue incluindo estoque	Mbbl	1.319	1.455	-9%	1.419	-7%	5.684	5.586	2%
Preço Médio Realização	(R\$/bbl)	295,96	323,98	-9%	400,10	-26%	337,54	396,68	-15%
Preço Médio Realização	(US\$/bbl)	54,85	59,46	-8%	68,48	-20%	60,43	73,60	-18%

Em fevereiro, a Companhia assinou aditivos aos contratos de venda de petróleo com a Brava Energia, adotando novos critérios de precificação para os modais rodoviário e dutoviário, combinando descontos fixos e componentes variáveis ligados a spreads de Querosene de Aviação (QAV) e Diesel MGO. Os aditivos incluem compromissos mínimos de entrega de volume pela Companhia, bem como investimentos em infraestrutura de tancagem pela Brava, que resultaram em maior equilíbrio de riscos, flexibilidade operacional e potencial de ganhos. O contrato tem vigência até fevereiro de 2027. Ressalta-se que a produção correspondente aos sete campos cuja operação e 50% da participação foram transferidos à Mandacaru Energia S.A. passaram a ter o petróleo comercializado via rodoviária, em substituição à logística dutoviária, preservando os termos contratuais acordados com a Brava.

Em agosto, foi assinado um contrato de longo prazo (13 anos) com o Grupo Dislub Equador para armazenagem e movimentação de petróleo no Porto do Pecém. O acordo encontra-se em fase de implantação e vem avançando conforme cronograma estabelecido, prevendo a instalação tancagem dedicada à produção da Companhia, com capacidade de 40 mil m³/mês, fortalecendo a estratégia de diversificação logística da Companhia, ampliando a flexibilidade no escoamento, a previsibilidade de resultados e criando alternativa para reduzir descontos logísticos atuais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No mês de setembro, a Companhia assinou a atualização do contrato de venda de petróleo bruto para a Petrobras, referente à produção do campo de Remanso. Este contrato refletiu uma atualização da precificação em substituição aos contratos legados do processo de desinvestimento, gerando um impacto negativo no preço médio de comercialização do petróleo na Bahia.

Gás Natural

O preço médio de realização do gás rico entregue foi de US\$ 9,53 por milhão de BTUs, representando 14,95% do valor de referência do Brent, no trimestre. O volume produzido e entregue pela Companhia foi de 144,6 milhões de m³, aumento de 1% em relação ao trimestre anterior, impactado pelo ganho de eficiência na compressão do gás produzido no campo Sabiá Bico de Osso, que reduziu as perdas e queimas de gás natural. Além disso, soma-se a esse efeito o maior volume de compra de gás de terceiros para cumprimento dos contratos firmes de gás, que representou uma adição de, aproximadamente, 9 milhões de m³ ao volume entregue total.

No ano, o volume produzido e entregue pela Companhia foi de 577,1 milhões de m³, redução de 2% em relação a 2024. O volume de compra de gás de terceiros para cumprimento dos contratos firmes de gás representou uma adição de cerca de 42 milhões de m³ ao volume entregue total. O preço médio de realização do gás rico entregue foi de US\$ 9,30 por milhão de BTUs, representando 13,46% do valor de referência do Brent, em 2025.

Vale destacar ainda que, no segmento de gás natural, a Companhia adota uma estratégia comercial diferenciada, baseada em contratos estruturados com indexação ao Brent com piso e teto, ou com preço fixo ou parcela fixa. Essa estrutura confere proteção relevante em cenários adversos de preços, ao mesmo tempo em que mantém flexibilidade para capturar valorização em ambientes mais favoráveis.

Atualmente, os contratos contam com um piso médio equivalente a aproximadamente US\$ 74 por barril, assegurando a rentabilidade em cenários de queda, além de produtos como GLP, com preços fixos, que adicionam estabilidade ao fluxo de caixa. Por outro lado, parte dos contratos está atrelada ao Brent sem teto ou com teto elevado, próximo a US\$ 141 por barril, permitindo a captura de valor adicional quando o ciclo de commodities é positivo.

Preço Médio Realização Gás		4T25	3T25	Δ%	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Receita Líquida	(R\$ Mil)	294.313	298.658	-1%	276.404	6%	1.200.868	1.138.808	5%
Volume Produzido e Entregue	Mm³	144.583	142.907	1%	144.692	-0,1%	577.173	590.419	-2%
Volume Compra	Mm³	8.862	10.117	-12%	4.125	115%	42.432	20.268	109%
Volume Entregue Total	Mm³	153.445	153.024	0,3%	148.817	3%	619.606	610.687	1%
Preço Médio Realização	(R\$/Mm³)	1,92	1,95	-2%	1,86	3%	1,94	1,86	4%
Preço Médio Realização	(US\$/MMBTU)	9,53	9,60	-1%	8,52	12%	9,30	9,28	0,3%

No início de março de 2026, a PetroReconcavo realizou sua primeira importação de gás natural da Bolívia, no volume total de 100 mil m³, validando uma nova rota internacional de suprimento e reforçando sua estratégia de comercialização e integração regional. Esta operação teve como rota logística a malha de transporte integrada, desde a Bolívia até o destino final, onde foi entregue à Copergás, distribuidora de gás natural canalizado no estado de Pernambuco, e ocorreu após a autorização da ANP, concedida em outubro de 2025. Esta nova rota comercial amplia a confiabilidade do nosso portfólio de suprimento e fortalece a competitividade da Companhia.

Gás Natural Liquefeito (GNL)

Em novembro, a GNLink inaugurou a primeira unidade de Liquefação e Compressão de Gás Natural no Estado do Rio Grande do Norte, com capacidade de até 100 mil m³/dia. No projeto, a PetroReconcavo atua como parceira estratégica, fornecendo o gás natural para liquefação. A iniciativa amplia o portfólio da Companhia e fortalece sua autonomia e flexibilidade no escoamento da produção. Estruturado sob contrato de 10 anos, o projeto contempla as etapas de liquefação, compressão, armazenamento, transporte e regaseificação, viabilizando o fornecimento por modal rodoviário a municípios localizados a mais de 1.000 km de distância, ampliando o acesso ao gás natural no Nordeste, gerando eficiência logística e contribuindo para a diversificação de mercados e captura de valor.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Gás Seco

Ao longo do ano, a Companhia manteve contratos de demanda firme para fornecimento de gás natural com distribuidoras estaduais da região Nordeste, incluindo Bahiagás, Potigás, Sergás e Copergás, além do atendimento a outros clientes privados.

No 4T25, a Companhia manteve contratos de demanda firme para volumes com entregas de aproximadamente 1.480 mil m³/dia. Para o ano de 2026, o volume firme contratado atualmente é de 1.345 mil m³/dia, tendo como principais variações a redução do volume contratado da Bahiagás conforme já previsto em contrato e o início das entregas de gás natural para a planta de liquefação da GNLink.

Líquidos de Gás Natural

Em 2025, a produção de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) do Ativo Potiguar foi comercializada com as distribuidoras Copa Energia, Supergasbras e Nacional Gás Butano, enquanto o C5+ foi comercializado com a Brava Energia, ambos na saída da UPGN Guamaré. Cabe destacar que no dia 1 de julho, passou a vigorar um novo contrato com a Copa Energia, passando a abranger cerca de 75% da produção da GLP da Companhia, com impacto positivo no preço médio de comercialização do produto. Já o volume do C3+ produzido na Bahia foi comercializado com a Petrobras, na saída da UTG Catu.

8. Performance Financeira

Demonstração de Resultados (R\$ Mil)	4T25	3T25	Δ%	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Receita Líquida	704.170	786.385	-10%	843.376	-17%	3.157.609	3.264.554	-3%
Custos e Despesas	(360.784)	(384.351)	-6%	(378.647)	-5%	(1.487.259)	(1.396.876)	6%
Royalties	(48.303)	(52.080)	-7%	(61.762)	-22%	(227.694)	(224.642)	1%
EBITDA	295.083	349.954	-16%	402.967	-27%	1.442.656	1.643.036	-12%
Depreciação, Amortização e Depleção	(169.278)	(192.350)	-12%	(159.742)	6%	(721.077)	(694.816)	4%
Lucro Operacional	125.805	157.604	-20%	243.225	-48%	721.579	948.220	-24%
Resultado Financeiro Líquido	(60.823)	(8.980)	577%	(257.261)	-76%	54.615	(584.815)	n.m.
Impostos Correntes	(1.989)	(1.382)	44%	(3.432)	-42%	(13.636)	(11.188)	22%
Impostos Diferidos	(12.246)	(25.305)	-52%	49.912	n.m.	(124.206)	85.281	n.m.
Lucro Líquido	50.747	121.937	-58%	32.444	56%	638.352	437.498	46%

8.1. Receita Líquida

A Receita Líquida em 2025 foi de R\$ 3,2 bilhões, 3% menor que 2024. No trimestre, a Receita Líquida foi de R\$ 704 milhões, queda de 10% em relação ao trimestre anterior.

Receita Líquida (R\$ Mil)	4T25	3T25	Δ%	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Receita Líquida com Petróleo - Ativo Bahia	182.217	230.779	-21%	268.103	-32%	951.902	979.677	-3%
Receita Líquida com Petróleo - Ativo Potiguar	209.018	240.733	-13%	299.567	-30%	967.420	1.236.140	-22%
Instrumentos financeiros derivativos (NDF) ¹	882	-	n.m.	(5.234)	n.m.	882	(127.212)	n.m.
Receita Líquida com Petróleo	392.115	471.511	-17%	562.435	-30%	1.920.204	2.088.605	-8%
Receita Líquida com Gás natural e subprodutos	294.313	298.658	-1%	276.403	6%	1.200.868	1.138.807	5%
Receita Líquida com Serviços	17.741	16.215	9%	4.537	291%	36.537	37.142	-2%
Receita Líquida Total	704.170	786.385	-10%	843.376	-17%	3.157.609	3.264.554	-3%

¹ Referente aos contratos de hedge do tipo Non-Deliverable Forward (NDF).

A Receita Líquida com petróleo apresentou queda de 8% em relação a 2024, refletindo principalmente a redução de 14% no preço médio do Brent e os reajustes contratuais realizados ao longo do período, que resultaram em maiores descontos em relação ao Brent. Esses efeitos foram parcialmente compensados pela apreciação de 4% do real frente ao dólar e pelo aumento de 2% na produção de petróleo no período. Adicionalmente, os instrumentos financeiros derivativos contribuíram na comparação anual devido ao resultado positivo de aproximadamente R\$ 1 milhão em 2025, revertendo o impacto negativo de R\$ 127 milhões registrado nessa rubrica em 2024.

No trimestre, a Receita Líquida recuou 17%, refletindo a queda de 8% na produção de petróleo, a retração de 8% no preço médio do Brent e a desvalorização de 1% do dólar frente ao real.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A **Receita Líquida com gás** aumentou 5% em relação a 2024, refletindo os preços médios de realização 4% maiores, impulsionados principalmente pela valorização do gás seco processado e do GLP, em função de uma gestão mais eficiente do portfólio e dos contratos. No ano, também houve crescimento de 1% no volume total entregue em comparação ao ano anterior, decorrente da maior compra de gás de terceiros, que compensou a queda de 2% na produção. No trimestre, a Receita Líquida reduziu 1% em relação ao 3T25, refletindo a queda de 2% na produção de gás, que foi parcialmente compensada pelo aumento de 1% no volume entregue, conforme mencionado na seção de “Comercialização”.

A **Receita Líquida com prestação de serviços** no segmento de RSO foi de R\$ 36,5 milhões no ano e R\$ 17,7 milhões no trimestre, resultante da prestação de serviços com a sonda de perfuração PR-14 para terceiros, conforme descrito na seção de “Sondas e Serviços”.

8.1.1. Hedge de Petróleo

A Companhia avalia continuamente cenários possíveis e prováveis, a fim de mitigar o risco de variação nos preços das commodities, por meio de operações de hedge na produção futura de petróleo, visando aumentar a previsibilidade e proteger o fluxo de caixa futuro. Ao final de 2025, a Companhia possuía contratos de hedge no formato de *Zero Cost Collar* e *Non-Deliverable Forward*.

Os contratos do tipo *Zero Cost Collar* (ZCC) são caracterizados por não exigirem desembolso inicial. Eles oferecem uma estratégia de proteção contra flutuações de preços da commodity, utilizando opções de compra (Call) e de venda (Put) do Brent, que definem um intervalo de preços e limitam as perdas e ganhos potenciais. Para efeitos contábeis, a avaliação desses contratos é realizada por meio de instrumentos financeiros, com marcação a mercado. No entanto, na prática, se a curva do Brent seguir a curva futura e estiver dentro dos limites do Collar, a Companhia não terá desembolso nem recebimento efetivo de caixa no vencimento destes contratos.

Os contratos do tipo *Non-Deliverable Forward* (NDF) estabelecem previamente um preço de referência e são liquidados exclusivamente de forma financeira no vencimento, com base na diferença entre o preço contratado e o preço de mercado.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tinha os seguintes contratos:

ZCC		Preço médio (US\$/bbl)		Quantidade	Valor justo	NDF		Preço médio	Quantidade	Valor justo
Em 31/12/2025		Put	Call	bbl	R\$ Mil	Em 31/12/2025		(US\$/bbl)	bbl	R\$ Mil
Menos de 3 meses		60,00	69,75	360.000	2.949	Menos de 3 meses		64,22	270.000	5.407
De 3 a 6 meses		60,00	69,75	364.000	5.317	De 3 a 6 meses		63,88	273.000	5.408
De 6 a 12 meses		60,00	69,75	368.000	6.273	De 6 a 12 meses		61,85	914.000	8.033
Total		60,00	69,75	1.092.000	14.539	Total		62,67	1.457.000	18.848

¹ Strike médio dos contratos a termo ainda não liquidados em 31 de dezembro de 2025.

No início de 2026, diante da tendência observada na curva futura do preço do Brent e das recentes oscilações de mercado, a Companhia ampliou sua base de proteção ao contratar novos instrumentos de hedge na modalidade NDF, com vigência até o segundo trimestre de 2028, reforçando sua estratégia de proteção frente à volatilidade de preços.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Distribuição acumulada dos contratos de hedge por período



Considerando os contratos de hedge atualmente vigentes, aproximadamente 65% da produção de petróleo de 2026³ encontra-se protegida por instrumentos financeiros, preservando a possibilidade de captura de ganhos em movimentos positivos do Brent.

8.2. Custos e Despesas operacionais

Custos e Despesas (R\$ Mil)	4T25	3T25	Δ%	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Pessoal	66.169	76.082	-13%	69.569	-5%	284.002	274.271	4%
Serviços e Materiais	195.297	201.486	-3%	175.324	11%	720.753	553.842	30%
Energia Elétrica	17.386	17.274	1%	18.196	-4%	71.792	72.093	0%
Vendas	-	-	n.m.	-	n.m.	-	3.940	n.m.
Outros Custos e Despesas	(993)	(8.511)	-88%	17.617	n.m.	10.430	73.920	-86%
Custos de Midstream	82.925	98.020	-15%	97.941	-15%	400.282	418.810	-4%
Compra/Swap de gás	19.715	21.251	-7%	19.082	3%	104.707	61.951	69%
Processamento e Escoamento de gás	40.708	52.088	-22%	51.829	-21%	201.156	238.454	-16%
Transporte de gás	22.502	24.681	-9%	27.030	-17%	94.419	118.405	-20%
Custos e Despesas Totais	360.784	384.351	-6%	378.647	-5%	1.487.259	1.396.876	6%

No ano, os Custos e Despesas foram de R\$ 1,5 bilhão, aumento de 6% em relação a 2024. No trimestre, os Custos e Despesas foram de R\$ 361 milhões, redução de 6% em relação ao 3T25. A variação dos Custos e Despesas pode ser explicada por:

Pessoal: aumento de 4% em relação a 2024, refletindo, principalmente, ajustes inflacionários, o reforço da estrutura organizacional com foco em posições estratégicas, bem como os ajustes em remuneração variável no período.

Na comparação trimestral, houve redução de 13%, quando comparado ao 3T25, uma vez que o trimestre anterior foi impactado por provisão para pagamento de acordo coletivo referente ao ano de 2025. Já no 4T25, houve ajustes relacionados ao incentivo de curto prazo, devido ao sub-atingimento de metas, bem como efeitos associados às férias incentivadas no mês de dezembro.

Serviços e materiais: houve aumento de 30% em relação a 2024, refletindo principalmente os investimentos em iniciativas de fortalecimento da integridade de ativos, reparos de poços e gastos adicionais com licenças de software realizados ao longo do ano. Também contribuíram para essa variação os custos com serviços jurídicos, de tecnologia da informação, elaboração do relatório de reservas, além dos serviços externos relacionados à sonda PR-14.

³ Com base nos dados da curva 1P de produção de petróleo do Relatório de Reservas na data base de 31/12/2025.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No trimestre, houve redução de 3%, refletindo principalmente a menor incidência de reparos de poços e a redução das despesas operacionais relacionadas à integridade de ativos, quando comparado ao 3T25.

Energia elétrica: os custos com energia elétrica se mantiveram estáveis frente a 2024, refletindo os novos contratos firmados ao longo do ano, com preços mais competitivos, especialmente nos polos Miranga e Remanso. No trimestre, houve aumento de 1% em relação ao 3T25.

Custos com *midstream* (compra, escoamento, processamento e transporte de gás natural): redução de 4% em relação a 2024, refletindo principalmente a queda de 22% nos custos de processamento e escoamento, cujo principal fator foi a conclusão da aquisição de 50% da UPGN Guamaré. Com a nova estrutura operacional, a planta passou a operar com rateio de custos proporcional ao volume processado por cada parte. Adicionalmente, as otimizações nos contratos de transporte, implementadas ao longo de 2025, bem como a menor incorrência de penalidades, contribuíram para uma redução de 20% nos custos de transporte. Esses efeitos positivos foram parcialmente compensados pelo aumento das despesas com compras de gás de terceiros em relação a 2024.

No trimestre, os custos de *midstream* apresentaram redução de 15% versus 3T25, refletindo, principalmente, a redução aproximada de R\$ 11 milhões nos custos de processamento e escoamento após a conclusão da aquisição da UPGN Guamaré, além dos menores volumes de compras de gás de terceiros.

Outros custos e despesas: redução de 86% em relação a 2024, refletindo, principalmente, a menor constituição de provisões para perdas em estoques, bem como maior volume de outras receitas não operacionais reconhecidas ao longo do ano. Em 2024, essa linha foi impactada por efeitos não recorrentes, como a provisão de *earn-out* da aquisição do campo de Tiê e maiores despesas com licenciamento ambiental, especialmente no Ativo Potiguar, associadas à renovação trienal de licenças. A ausência desses efeitos no período atual contribuiu para a melhora observada na comparação anual.

No 4T25, outros custos e despesas foram negativos em R\$ 993 mil, refletindo, principalmente, receitas pontuais do período que foram parcialmente impactadas pelas maiores despesas com abandono de poços em comparação ao trimestre anterior, além do aumento dos custos dos consórcios não operados após a conclusão do *farm-out* junto à Mandacaru Energia S.A..

8.2.1. Lifting Cost

O cálculo do custo médio de produção (*lifting cost*) é a soma dos custos totais de produtos vendidos, ajustados pela movimentação dos estoques, excluindo-se os custos com vendas, aquisição, processamento, escoamento e transporte do gás, os royalties, a depreciação, a amortização e a depleção, além dos custos dos serviços prestados, dividido pela produção bruta total em boe.

O custo médio de produção no ano foi de R\$ 779 milhões, aumento de 10% em relação a 2024. Já o custo por barril foi de US\$ 14,42/boe, aumento de 6% em relação a 2024, explicado principalmente por maiores custos e despesas com a integridade de ativos e reparos de poços na comparação anual, que foram parcialmente compensados pelo aumento de 1% na produção e pela valorização de 4% do dólar no período.

No trimestre, o custo médio de produção foi de R\$ 178 milhões, redução de R\$ 28 milhões, equivalente a queda de 14% versus 3T25. Esta redução é explicada, principalmente, pelos menores custos com reparos de poços e pela redução das despesas operacionais associadas às iniciativas de integridade de ativos na comparação trimestral. Com isso, o custo atingiu o menor nível registrado em 2025, aproximando-se do patamar médio observado em 2024. Já o custo por barril foi de US\$ 14,32/boe, redução de 8% em relação ao 3T25, limitada pela queda na produção, além do impacto da desvalorização cambial no período.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Evolução do Lifting Cost (em US\$/boe)



8.2.2. Royalties

A Companhia contabilizou R\$ 228 milhões de *Royalties* no ano, aumento de 1% em relação a 2024, em razão dos maiores preços de referência do gás natural e do aumento na produção total do campo de Tiê em comparação ao ano de 2024, cuja alíquota de royalties é superior à média da Companhia.

No trimestre a Companhia contabilizou R\$ 48 milhões de *Royalties*, redução de 7% em relação ao 3T25, refletindo os menores preços de referência do petróleo, impactados pela queda do Brent e do dólar, além da menor produção de petróleo no período.

8.3. EBITDA e Lucro Operacional

O EBITDA, conforme instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 527, foi de R\$ 1,4 bilhão no ano, redução de 12% em relação a 2024. No trimestre, o EBITDA foi de R\$ 295 milhões, redução de 16% em relação ao 3T25.

Quanto ao Lucro Operacional, o montante registrado no ano foi de R\$ 722 milhões, redução de 24% em relação a 2024. No trimestre, o Lucro Operacional totalizou R\$ 126 milhões, redução de 20% frente ao trimestre anterior.

8.4. Netback

Com base no volume total produzido no ano, apurou-se um *break-even cash cost* de US\$ 28,15⁴ por barril, com isso, considerando um desconto médio de US\$ 11,16 por barril, a Companhia operou com uma margem média de US\$ 29,80 por barril no período.

Netback (US\$/ barril)	4T25	3T25	Δ%	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Brent médio	63,73	69,13	-8%	74,73	-15%	69,10	80,76	-14%
Desconto médio¹	(8,42)	(10,74)	-22%	(14,10)	-40%	(11,16)	(15,06)	-26%
Receita Líquida	55,31	58,38	-5%	60,63	-9%	57,94	65,70	-12%
Lifting Cost	(14,32)	(15,52)	-8%	(14,52)	-1%	(14,42)	(13,60)	6%
Midstream	(5,09)	(5,80)	-12%	(5,58)	-9%	(5,47)	(6,87)	-20%
G&A	(4,53)	(3,74)	21%	(4,29)	6%	(4,05)	(3,91)	4%
Royalties	(3,88)	(3,86)	1%	(4,35)	-11%	(4,21)	(4,31)	-2%
Break-even Cash Cost	(27,82)	(28,92)	-4%	(28,74)	-3%	(28,15)	(28,69)	-2%
Margem	27,49	29,46	-7%	31,89	-14%	29,79	37,01	-19%
% do Brent	43,1%	42,6%	0,5%	42,7%	0,5%	43,1%	45,8%	-2,7%

¹ Inclui mix de produtos, desconto dos contratos de petróleo e precificação do gás.

⁴ O cálculo do *netback* exclui os efeitos da variação de estoque dos royalties e do custo por produtos vendidos, bem como a depreciação do G&A.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

8.5. Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro Líquido foi positivo em R\$ 55 milhões no ano, refletindo, principalmente, o aumento no resultado com instrumentos financeiros, com efeito positivo da marcação a mercado dos *swaps*, em função da reprecificação das curvas de câmbio, juros e inflação ao longo do período. Adicionalmente, no ano, a marcação a mercado das estruturas de proteção de preços do petróleo (*collars*), influenciada pela movimentação e inclinação da curva futura do Brent, passou a incorporar expectativas mais favoráveis dentro da estrutura contratada, resultando em impacto positivo, quando comparado ao cenário observado em 2024. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelas maiores despesas financeiras, decorrentes do reconhecimento de juros e custos de emissão de debêntures após a liquidação da 3ª emissão, em julho, e da 4ª emissão, em dezembro.

No trimestre, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 61 milhões, refletindo, principalmente, o desempenho menos favorável dos instrumentos financeiros, com a marcação a mercado dos *swaps* apresentando efeito negativo, em função da movimentação adversa das curvas de câmbio, juros e inflação no período.

Como parte da estratégia financeira, a Companhia opta por dolarizar suas dívidas por meio de *swaps* cambiais, considerando que a maior parte de suas receitas são denominadas em dólares Norte-Americanos, buscando assim reduzir o risco de descasamento dos fluxos de caixa futuros.

A mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros é realizada trazendo a valor presente de mercado. Importante destacar que essa variação registrada no resultado do trimestre, não representa desembolso de caixa, tratando-se apenas de efeito contábil. Assim, excluídos os efeitos dessa marcação (rubrica Swap), o Resultado Financeiro seria negativo em R\$ 297,5 milhões em 2025 e negativo em R\$ 44,6 milhões no 4T25.

Resultado Financeiro (R\$ Mil)	4T25	3T25	Δ%	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Receitas Financeiras	19.131	13.527	41%	11.999	59%	55.252	50.552	9%
Despesas Financeiras	(88.262)	(88.196)	0,1%	(88.611)	-0,4%	(313.126)	(240.844)	30%
Variação Cambial, Líquida	9.207	(7.994)	n.m.	51.241	-82%	(54.307)	(25.976)	109%
SWAP	(16.183)	79.637	n.m.	(225.957)	-93%	352.122	(368.840)	n.m.
Collar	15.284	(5.954)	n.m.	(5.933)	n.m.	14.674	293	4908%
Total Instrumentos Financeiros	(899)	73.683	n.m.	(231.890)	-100%	366.796	(368.547)	n.m.
Total do Resultado Financeiro	(60.823)	(8.980)	577%	(257.261)	-76%	54.615	(584.815)	n.m.
Taxa de câmbio no final do período	5,50	5,32	3%	6,19	-11%	5,50	6,19	-11%

8.6. Lucro Líquido

O Lucro Líquido contábil no ano foi de R\$ 638 milhões e de R\$ 51 milhões no trimestre. Excluindo os efeitos cambiais da marcação a mercado (MTM) da dívida e os impostos diferidos referentes aos *swaps*, o Lucro Líquido Ajustado foi de R\$ 406 milhões no ano e de R\$ 61 milhões no trimestre, redução de 40% frente a 2024 e de 11% em comparação ao 3T25.

Lucro Ajustado (R\$ Mil)	4T25	3T25	Δ%	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Lucro Líquido	50.747	121.937	-58%	32.444	56%	638.352	437.498	46%
Marcação a Mercado (MTM)	16.183	(79.637)	n.m.	225.957	-93%	(352.122)	368.840	n.m.
Imposto Diferido sobre MTM	(5.502)	27.077	n.m.	(76.825)	-93%	119.721	(125.406)	n.m.
Lucro Líquido Ajustado	61.428	69.377	-11%	181.575	-66%	405.951	680.932	-40%

8.7. Fluxo de Caixa

O caixa gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 1,5 bilhão no ano e R\$ 289 milhões no trimestre, redução de 32% em relação à 2024 e de 25% em relação ao trimestre anterior.

No ano, a variação refletiu, principalmente, a redução do valor justo dos instrumentos derivativos, o aumento dos juros pagos e pela maior variação negativa de ativos e passivos, que foram parcialmente compensados pelo crescimento do lucro antes dos impostos em comparação a 2024.

A variação em relação ao 3T25 refletiu, principalmente, o pagamento de juros referentes à 1ª e 2ª emissões de debêntures, conforme seus vencimentos contratuais, somada à maior variação negativa de ativos e passivos no período.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O caixa aplicado nas atividades de investimento, no ano, totalizou R\$ 2,3 bilhões e R\$ 1,0 bilhão no trimestre, devido aos principais fatores apresentados abaixo:

- (i) Adições ao imobilizado e intangível de R\$ 1,6 bilhão no ano, sendo R\$ 1,0 bilhão para desenvolvimento de novas reservas e R\$ 331 milhões para a aquisição de 50% dos ativos de *midstream* de gás natural no Rio Grande do Norte. No trimestre, as adições ao imobilizado e intangível foram de R\$ 310 milhões, sendo R\$ 210 milhões para desenvolvimento de novas reservas e R\$ 34 milhões para a aquisição de 50% dos ativos de *midstream* de gás natural no Rio Grande do Norte; e
- (ii) Aplicações financeiras negativo em R\$ 643 milhões no ano vs. R\$ 417 milhões negativos em 2024. No trimestre, as aplicações financeiras foram negativas em R\$ 715 milhões vs. R\$ 211 milhões negativos no 3T25.

No ano, o caixa resultante das atividades de financiamento foi de R\$ 712 milhões, impulsionado pelos recursos líquidos captados por meio da 3ª e da 4ª Emissão de Debêntures, deduzidos da distribuição de Juros sobre Capital Próprio (JCP), além dos desembolsos referentes à aquisição de 50% dos ativos de *midstream* de gás natural no Rio Grande do Norte. No trimestre, o caixa resultante das atividades de financiamento foi de R\$ 688 milhões devido, principalmente, aos recursos líquidos captados por meio da 4ª Emissão de Debêntures.

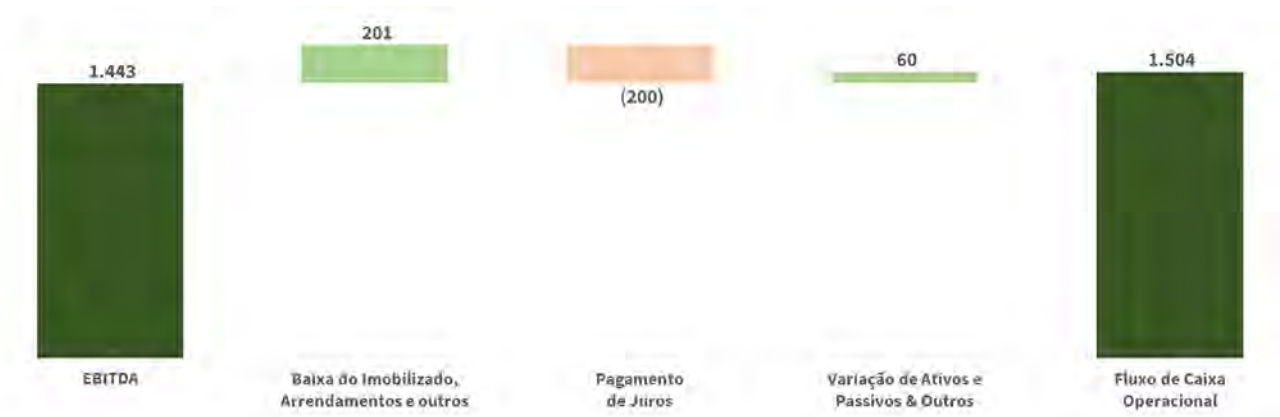
Em 2025, o Fluxo de Caixa Livre, representado pelo Caixa gerado nas atividades operacionais subtraído das Adições ao Imobilizado e Intangível, foi negativo em R\$ 135 milhões. No 4T25, o Fluxo de Caixa Livre foi negativo em R\$ 21 milhões.

Excluindo os valores investidos na aquisição de 50% dos ativos de *midstream* de gás natural no Rio Grande do Norte no ano, o Fluxo de Caixa Livre foi de R\$ 196 milhões no acumulado e de R\$ 14 milhões no trimestre.

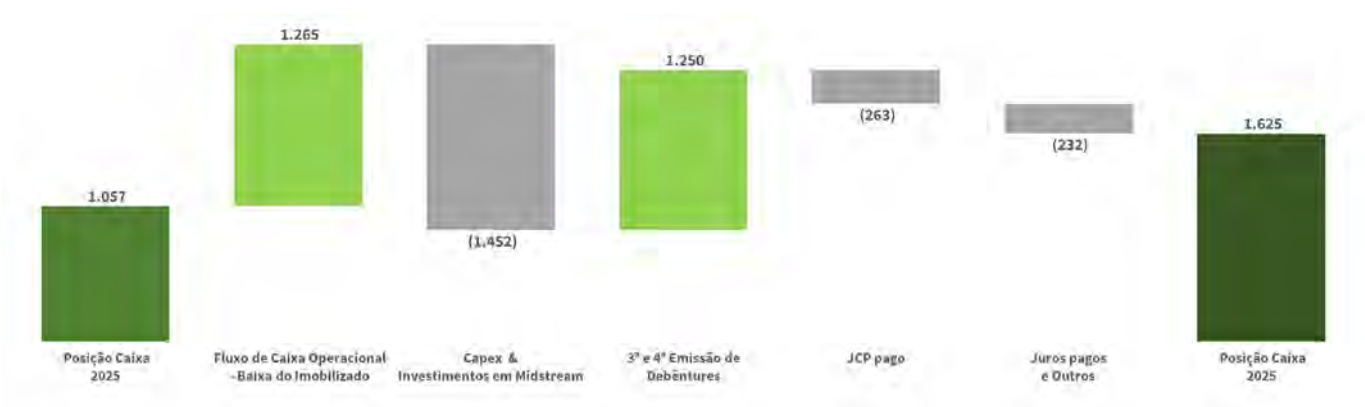
Demonstração de Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	4T25	3T25	Δ%	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Lucro antes dos Impostos sobre o Lucro	64.982	148.624	-56%	(14.036)	n.m.	776.194	363.405	114%
Juros, Amortização de Captação e Variações Cambiais Líquidas	76.433	76.640	-0,3%	144.290	-47,0%	314.456	387.561	-18,9%
Depreciação, Amortização e Depleção	169.278	192.350	-12%	159.742	6%	721.077	694.816	4%
Contraprestação de parcela contingente de valores a pagar de aquisições	-	-	n.m.	-	n.m.	-	22.033	n.m.
Valor Justo dos Instrumentos Financeiros Derivativos no Resultado	17	(73.693)	n.m.	237.124	-100%	(367.678)	495.759	n.m.
Baixas do Imobilizado, de Arrendamentos e outras	62.141	38.470	62%	136.840	-55%	201.287	319.182	-37%
Outros Ajustes e Variações ao Lucro	8.458	(2.693)	n.m.	15.471	-45%	14.844	78.067	-81%
Variação de Ativos e Passivos	(30.424)	11.291	n.m.	(8.420)	261%	(14.866)	145.366	n.m.
Pagamento (Recebimento) de Derivativos	44.692	-	n.m.	-	n.m.	73.322	-	n.m.
Pagamento de Contratos de Hedge	-	-	n.m.	(5.235)	n.m.	-	(127.539)	n.m.
Juros Pagos	(105.615)	(1.461)	7129%	(55.813)	89%	(199.683)	(140.901)	42%
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(911)	(1.679)	-46%	(2.430)	-63%	(14.504)	(18.622)	-22%
Variação do Caixa resultante das Atividades Operacionais	289.051	387.859	-25%	607.533	-52%	1.504.449	2.219.127	-32%
Aplicações Financeiras	(715.255)	(210.738)	239%	313.769	n.m.	(642.746)	(417.179)	54%
Adições ao Imobilizado e Intangível	(309.927)	(609.250)	-49%	(464.663)	-33%	(1.639.363)	(1.185.407)	38%
Variação do Caixa resultante das Atividades de Investimento	(1.025.182)	(819.988)	25%	(150.894)	579%	(2.282.109)	(1.602.586)	42%
Emissão de debêntures, líquidas dos custos de captação	729.899	497.355	47%	648.457	13%	1.227.254	1.746.027	-30%
Pagamento de Financiamentos, Arrendamentos e Aquisições	(42.031)	(10.062)	318%	(881.618)	-95%	(270.300)	(1.475.806)	-82%
Exercício de Opção de Ações	-	-	n.m.	-	n.m.	148	1.207	-88%
Integralização de Capital Subscrito, líquido do Custo para Emissão	-	-	n.m.	-	n.m.	-	495	n.m.
Caixa Líquido da Compra e Venda de Ações em Tesouraria	(1)	-	n.m.	-	n.m.	(7.324)	(14.124)	-48%
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio pagos	-	-	n.m.	(348.617)	n.m.	(238.158)	(775.976)	-69%
Variação do Caixa resultante das Atividades de Financiamento	687.867	487.293	41%	(581.778)	n.m.	711.620	(518.177)	n.m.
Variação do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	(48.264)	55.164	n.m.	(125.139)	-61%	(66.040)	98.364	n.m.
Fluxo de Caixa Livre	(20.876)	(221.391)	-91%	142.870	n.m.	(134.914)	1.033.720	n.m.
Fluxo de Caixa Livre, excluindo investimentos de <i>midstream</i>	13.537	38.471	-65%	142.870	-91%	196.210	1.033.720	-81%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Análise anual comparativa do EBITDA e Fluxo de Caixa Operacional (R\$ Milhões)



Variação anual da Posição de Caixa (R\$ Milhões)



8.8. Investimento

Capex (R\$ Milhões)	2024	1T25	2T25	3T25	4T25	2025	Δ% anual
Desenvolvimento de Reservas	783	222	287	287	210	1.006	28%
Almoxarifado para inversões fixas¹	(95)	10	18	(4)	3	27	n.m
Demais ativos fixos e intangíveis²	133	17	24	26	21	88	-34%
Subtotal Capex	821	249	330	309	234	1.121	36%
Investimentos em Midstream³	-	-	37	260	34	331	n.m
Capex Total	821	249	367	569	268	1.452	77%

Variações em relação ao Mapa do Imobilizado:

¹ Exclui o valor de R\$ 52 milhões referente à transferência de itens de estoque de alto giro para ativo circulante.

² Exclui o valor de R\$ 8,34 milhões referentes à provisão para abandono de poço e de R\$ 13 milhões associados a fornecedores de imobilizado ainda não pagos.

³ Exclui o reconhecimento de efeitos não caixa de R\$ 19 milhões relativos à parcela remanescente da aquisição de 50% de Guimarães.

Os investimentos totalizaram R\$ 1,5 bilhão no ano, aumento de 77% em relação ao ano anterior, e R\$ 268 milhões no trimestre, queda de 62% frente ao trimestre anterior. Excluindo os valores referentes à aquisição de Guimarães, os investimentos totalizaram R\$ 1,1 bilhão no ano, 36% maior em relação ao ano anterior.

Desenvolvimento de Reservas: R\$ 1,0 bilhão no ano, aumento de 28% frente a 2024, refletindo os investimentos relacionados às perfurações dos poços profundos e horizontal, com potencial para ampliar novas frentes de crescimento para a Companhia no longo prazo, além do maior ritmo das atividades de *workovers* e dos investimentos em facilidades no período.

No trimestre, os investimentos foram de R\$ 210 milhões, redução de 27% em relação ao 3T25, em função da desaceleração do ritmo das atividades de perfuração e de *workovers* no 4T25;

Almoxarifado: R\$ 27 milhões no ano, refletindo a formação de estoque no ano associado às atividades de perfuração e *workovers*. A comparação anual também reflete a ausência do efeito não recorrente registrado em

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

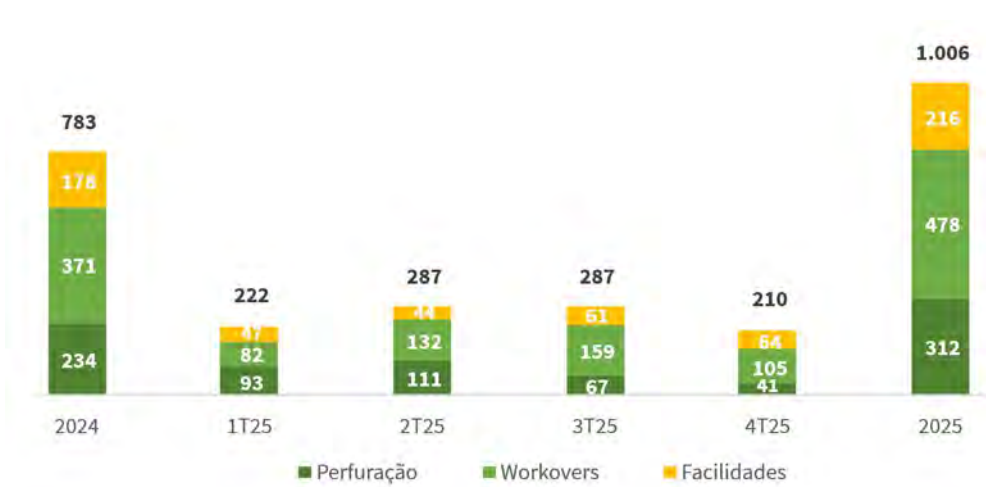
2024, quando a redução integral dos estoques gerou impacto negativo de R\$ 95 milhões nessa rubrica. No trimestre, os investimentos nessa rubrica foram de R\$ 3 milhões;

Midstream: R\$ 331 milhões no ano, referente à aquisição de 50% dos ativos de *midstream* de gás natural no Rio Grande do Norte. Desse total, R\$ 34 milhões foram desembolsados no 4T25;

Demais ativos fixos e intangíveis: R\$ 88 milhões no ano, refletindo investimentos em adaptações de equipamentos da frota de sondas e das unidades de serviços, com foco na melhoria da eficiência operacional, além de investimentos no novo gasoduto do campo de Tiê, que entrou em operação em julho.

No trimestre, os investimentos nessa rubrica totalizaram R\$ 21 milhões, refletindo os investimentos em adaptações na frota própria de sondas, projetos de tecnologia da informação e melhorias em instalações administrativas, realizados no período.

Capital aplicado em projetos de desenvolvimento de reservas (R\$ Milhões)



O Desenvolvimento de Reservas totalizou R\$ 1,0 bilhão no ano e R\$ 210 milhões no trimestre, devido a:

Perfuração: R\$ 312 milhões no ano, aumento de 33% em relação a 2024, refletindo o avanço da campanha de perfuração. Desse total, R\$ 160 milhões foram destinados à perfuração e ao *appraisal* de poços profundos na Bahia e à perfuração do primeiro poço horizontal no Rio Grande do Norte, com foco na avaliação do potencial de incorporação de reservas futuras, conforme mencionado na seção de Produção. Os investimentos contemplam a campanha de perfuração do ano, com destaque para a perfuração de poços injetores no campo de Tiê, viabilizando o início da estratégia de recuperação secundária.

No trimestre, os investimentos apresentaram uma redução de 39% em relação ao 3T25, com os desembolsos concentrados, principalmente, na conclusão da etapa de perfuração e completação do poço horizontal no Ativo Potiguar, cuja perfuração havia sido realizada no 3T25. Também foram incorporados os custos relacionados aos estudos e às avaliações técnicas para projeto do segundo poço horizontal na Bahia, que não avançou devido à falta de viabilidade econômica, além dos custos remanescentes referentes às etapas de completação e avaliação dos poços profundos.

Workovers: R\$ 478 milhões no ano, aumento 29% frente a 2024, refletindo a maior atividade operacional, com crescimento de 9% no número de projetos de *workovers* executados no período. O desempenho também refletiu o perfil das intervenções realizadas, com maior participação de operações de maior intensidade técnica e potencial de geração de valor, como canhoneios e fraturamentos hidráulicos, especialmente no 2T25 e no 3T25, além da conversão de quatro poços em injetores no Ativo Potiguar, iniciativa relevante para suporte de pressão e sustentabilidade da produção dos reservatórios.

No trimestre, os investimentos nessa frente apresentaram redução de 34% em relação ao 3T25, refletindo, principalmente, a dinâmica do portfólio de intervenções no período, com redução de 19% no número de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

intervenções frente ao trimestre anterior, além de um mix de portfólio mais conservador, com priorização de intervenções de menor complexidade e risco operacional;

Facilidades: R\$ 216 milhões no ano, aumento de 21% versus 2024, refletindo, principalmente, os maiores aportes em integridade de ativos, infraestrutura para injeção de água, além de melhorias operacionais ao longo do ano.

No trimestre, os investimentos apresentaram aumento de 5%, impulsionados por adequações em sistemas e controles operacionais, aquisição de equipamentos de suporte às operações e iniciativas de monitoramento de poços.

Excluindo os valores investidos nos poços profundos e horizontal, o *capex* de desenvolvimento de reservas foi de R\$ 846 milhões no ano e de R\$ 170 milhões no trimestre.

8.9. Endividamento

A Dívida Líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 1,6 bilhão, aumento de 20% em relação ao saldo de 2024. A relação Dívida Líquida/EBITDA dos últimos 12 meses, foi de 1,10x, o prazo médio da dívida (*duration*) de 4,14 anos e o custo médio dolarizado de 6,12% ao ano.

A maior parte dos recursos das aplicações financeiras está em fundos cambiais, a fim de mitigar impactos relacionados à variação cambial, uma vez que a receita e o endividamento da Companhia estão atrelados ao dólar.

Endividamento Líquido (R\$ Mil)	31/12/2025	31/12/2024	Δ%
Debêntures	3.105.016	1.792.321	73%
Efeito dos Swaps de Dívida ¹	87.704	368.840	-76%
Valores a pagar de aquisições ²	18.515	213.077	-91%
Dívida bruta	3.211.235	2.374.238	35%
Caixa e Equivalentes de caixa	229.508	295.548	-22%
Aplicações Financeiras	1.395.510	761.939	83%
Posição de Caixa	1.625.018	1.057.487	54%
Dívida Líquida	1.586.217	1.316.751	20%
EBITDA últimos 12 meses	1.442.656	1.643.036	-12%
Dívida Líquida/EBITDA últimos 12 meses	1,10 x	0,80 x	0,30 x

¹ Não inclui a parcela do Zero Cost Collar na linha "Instrumentos financeiros derivativos".

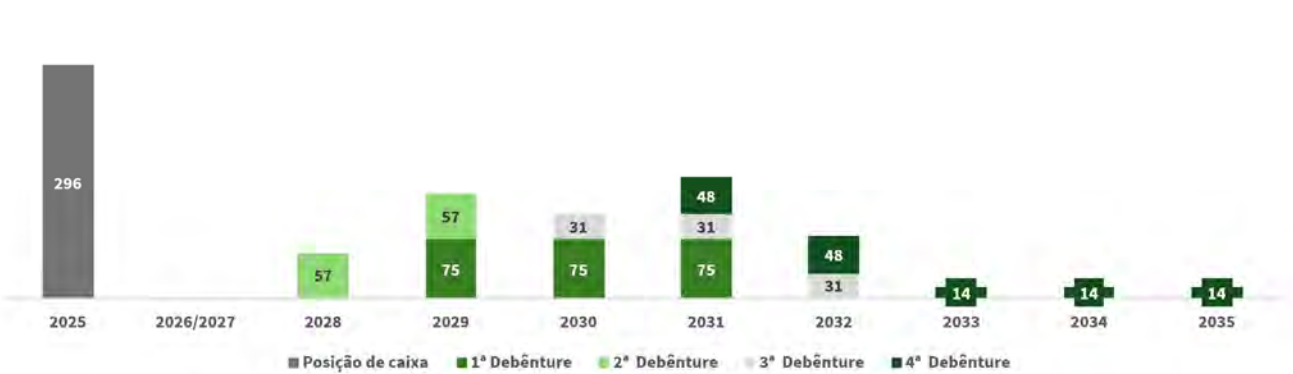
² Refere-se à parcela remanescente da aquisição de 50% de Guimarães.

Em 29 de dezembro, a Companhia realizou a liquidação da 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, no valor total de R\$ 750 milhões. Além disso, a Companhia contratou SWAPS (instrumentos derivativos) com o objetivo de dolarizar a Emissão. Dessa forma, a Emissão, em conjunto com os instrumentos derivativos, resultará em um custo médio dolarizado de 4,9% ao ano e *duration* desta emissão de 7,25 anos. Cabe destacar que com esta nova emissão a Companhia consolidou uma redução expressiva no seu custo de financiamento bem como alongou o perfil de suas dívidas, provendo ainda mais solidez financeira de longo prazo.

A dívida atual da Companhia inclui R\$ 19 milhões, referentes à parcela remanescente da aquisição de 50% dos ativos de *midstream* de gás natural no Rio Grande do Norte, com vencimento de curto prazo. No longo prazo, o endividamento é composto por compromissos vinculados às emissões de debêntures, sendo a próxima amortização de principal prevista para 2028, conforme gráfico abaixo.

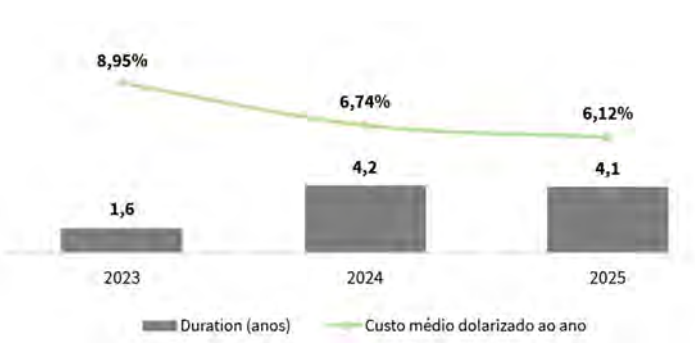
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Cronograma de Pagamento da Dívida (US\$ Milhões)



Nota: A Posição de Caixa inclui Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras, e considera câmbio em 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$ 5,50.

Custo e duration da dívida



9. Sustentabilidade

Reconhecendo a sustentabilidade como um valor central e um pilar estratégico para a perenidade dos seus negócios, a PetroReconcavo orienta sua atuação para a geração de valor compartilhado e a construção de um legado positivo nos territórios onde atua. Em 2025, a Companhia consolidou avanços relevantes nos pilares Social, Ambiental e de Governança, reforçando seu compromisso com uma atuação responsável, consistente e orientada ao longo prazo.

No eixo Social, a PetroReconcavo expandiu iniciativas estruturantes com foco em educação e geração de renda. Ao longo do ano, os projetos sociais impactaram direta e indiretamente cerca de 21 mil pessoas, representando um crescimento de 21% em relação a 2024. Atualmente, a Companhia mantém projetos contínuos em 40 comunidades, distribuídas por 12 municípios dos 16 tem operações diretas, o que corresponde a 75% de cobertura territorial. O resultado reflete a continuidade dos investimentos, a maturidade da estratégia social e o fortalecimento do vínculo com os territórios de atuação.

No pilar Educação, destacou-se a implementação do projeto **Educar Pra Valer**, em parceria com a Associação Bem Comum, direcionado à formação continuada de gestores e professores das redes municipais de Mata de São João e Pojuca nas áreas de língua portuguesa e matemática. A iniciativa fortaleceu as ações locais de melhoria do desempenho educacional, capacitando mais de 600 profissionais e impactando positivamente mais de 10 mil alunos. A Companhia também manteve projetos já consolidados, como o **Ciranda Viva**, que apoiou o desenvolvimento de 187 crianças, adolescentes e seus familiares em quatro comunidades rurais de Catu (BA), por meio de atividades no contraturno escolar. Já o projeto **Livres Toques**, que utiliza a música como instrumento de desenvolvimento e inclusão social para estudantes de escolas públicas em Mossoró (RN), alcançou 2.503 pessoas, dobrando o número de beneficiários em relação ao ano anterior.

A Companhia manteve iniciativas de fortalecimento das vocações produtivas locais, como o **Raízes da Transformação**, focado na assistência técnica agroecológica e agricultura familiar em 16 comunidades rurais baianas; o **Viva Sabiá**, que promove acesso à água de qualidade, saúde, e geração de renda em nove

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

comunidades de cinco municípios do Rio Grande do Norte; e o **Mulheres Empreendedoras**, vinculado ao Ciranda Viva que oferece infraestrutura para que mulheres atuem na produção diária dos lanches distribuídos às crianças do projeto. Em conjunto, essas iniciativas geraram uma renda incremental de R\$ 259 mil em 2025 para 64 pessoas diretamente beneficiadas.

No pilar ambiental, a PetroReconcavo avançou em iniciativas que integram eficiência operacional e gestão responsável dos recursos. Foi iniciado um projeto de **Pesquisa e Desenvolvimento em parceria com o IF Baiano**, voltado à avaliação do potencial de uso agrônômico dos cascalhos de perfuração. O objetivo é a destinação mais sustentável para esse resíduo, ao mesmo tempo em que gera eficiência econômica por meio da redução de custos.

No contexto da agenda climática, a Companhia reconhece seu papel estratégico na busca por soluções que conciliem segurança energética e responsabilidade ambiental. Nesse sentido, iniciou seu processo de reporte ao *Disclosure Insight Action* (CDP) e obteve nota C, resultado que marca um estágio relevante de amadurecimento na agenda ambiental e evidencia o compromisso com o aprimoramento contínuo das práticas de sustentabilidade.

Em dezembro, foi realizado o Workshop do Mural do Clima, uma iniciativa alinhada à estratégia climática e voltada ao engajamento, letramento e aprofundamento do conhecimento sobre os impactos das mudanças climáticas em suas atividades. O encontro reuniu diversas áreas da organização, estimulando reflexões e propostas internas que fortalecem a estratégia de resiliência climática. A PetroReconcavo também promoveu o PROCOMPI, Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Indústrias, iniciativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), com foco na gestão de resíduos e gestão de emissões. Foram oferecidas 12 horas de capacitação, que reuniram mais de 150 participantes de mais de 100 empresas.

A Companhia iniciou a implementação da iniciativa “Gestão de Resíduos para Todos”, voltada à melhoria dos processos de segregação, coleta e armazenamento. A ação visa contribuir para a organização das áreas de trabalho, o aumento da segurança dos colaboradores e a otimização da destinação dos resíduos, resultando na redução de custos operacionais. Além disso, a revisão dos métodos e dos recursos utilizados no processo podem possibilitar ganhos de eficiência e racionalização dos custos associados à gestão de resíduos.

No pilar de Governança, reforçou seu compromisso com a integridade e a evolução contínua das práticas institucionais por meio da revisão e atualização do Código de Ética e Conduta, originalmente publicado em 2022. O processo incorporou novos requisitos regulatórios, a avaliação de riscos emergentes, diálogos com partes interessadas e a incorporação das melhores práticas de governança.

No reconhecimento de suas práticas e resultados, em 2025, a PetroReconcavo passou a integrar o Índice de Dividendos (IDIV) da B3 e manteve, pelo segundo ano consecutivo, presença no Índice de Diversidade (IDVR), evidenciando seu compromisso com a geração de valor aos acionistas e com o fortalecimento da diversidade e inclusão. Já em 2026, a Companhia passou a integrar, pela primeira vez, a carteira do Índice IGPTW da B3, refletindo seu desempenho na certificação *Great Place to Work*.

10. Gente & Gestão

A Companhia avançou em sua estratégia de desenvolvimento de pessoas por meio de programas estruturados de formação de lideranças e capacitação técnica. A Academia de Líderes e o Lidera PR impactaram cerca de 200 gestores e supervisores, enquanto a Escola de Engenharia e a Escola Técnica consolidaram seu papel essencial dentro da UNIPR – Universidade Corporativa da Companhia fortalecendo a capacitação técnica dos nossos profissionais.

A PetroReconcavo deu início ao Programa de Liderança Feminina, com o propósito de fortalecer e desenvolver as competências de mulheres em posições de liderança, promovendo o empoderamento e a formação de futuras sucessoras dentro da Companhia. Nesse mesmo período, a empresa também promoveu o projeto Mulheres no Óleo e Gás, em parceria com o SENAI, capacitando 30 mulheres de municípios da Bahia e reforçando seu compromisso com diversidade e inclusão, em uma iniciativa com investimento superior a R\$ 233 mil, prevista para conclusão em março de 2026.

O Programa de Estágio 2025 registrou mais de 6.500 inscrições, com oportunidades em diversas áreas do

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

negócio. Paralelamente, foram realizadas novas admissões no Programa Jovem Aprendiz na Bahia, assegurando a continuidade do ciclo de desenvolvimento de jovens nas unidades operacionais e administrativas. Ambos os programas contam com acompanhamento de gestores e tutores, além de trilhas estruturadas de desenvolvimento, contribuindo para o desenvolvimento regional, a ampliação de oportunidades e o fortalecimento do impacto positivo nas comunidades do entorno.

A Companhia conquistou, pela primeira vez, a certificação *Great Place To Work* (GPTW), reconhecimento internacional que reflete um ambiente de trabalho pautado em confiança, orgulho e respeito. A pesquisa contou com 72% de participação, com destaque para o alto nível de orgulho em fazer parte da empresa e para a forte percepção de propósito que alcançaram notas entre 90 e 93. A conquista reforça o seu compromisso com a evolução contínua do ambiente de trabalho, reconhecendo avanços relevantes e seguindo no fortalecimento do cuidado e do desenvolvimento das pessoas.

Em atendimento às melhores práticas de governança e transparência, bem como ao disposto nos incisos I a IV do §6º do artigo 133 da Lei n.º 6.404/76, a Companhia apresenta as seguintes informações:

Composição do quadro de colaboradores por gênero e nível hierárquico

Colaboradores	2025				2024				Variação			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção
Aprendiz / Estagiário	46	46%	55	54%	24	51%	23	49%	22	41%	32	59%
Profissionais Técnicos / Operacionais	985	90%	106	10%	986	90%	107	10%	-1	50%	-1	50%
Profissionais de Nível Superior	243	53%	214	47%	223	53%	199	47%	20	57%	15	43%
Supervisores, Coordenadores e Gerentes	193	82%	41	18%	182	86%	30	14%	11	50%	11	50%
Gerentes Executivos e Diretores	15	94%	1	6%	10	91%	1	9%	5	100%	-	0%
Vice-Presidentes	6	100%	-	0%	5	100%	-	0%	1	n.m.	-	n.m.
Conselho de Administração	6	86%	1	14%	6	86%	1	14%	0	n.m.	-	n.m.
Total	1.494	78%	418	22%	1.436	80%	361	20%	58	50%	57	50%

Proporção da remuneração fixa e total por gênero e nível hierárquico

Colaboradores	2025		2024		Variação	
	Remuneração Fixa¹	Remuneração Total²	Remuneração Fixa¹	Remuneração Total²	Remuneração Fixa¹	Remuneração Total²
	Mulheres/ Homens	Mulheres/ Homens	Mulheres/ Homens	Mulheres/ Homens	Mulheres/ Homens	Mulheres/ Homens
Aprendiz / Estagiário	99%	99%	103%	103%	-4%	-4%
Profissionais Técnicos / Operacionais	90%	68%	93%	71%	-3%	-3%
Profissionais de Nível Superior	76%	73%	75%	73%	1%	0%
Supervisores, Coordenadores e Gerentes	111%	100%	112%	103%	-1%	-3%
Gerentes Executivos e Diretores	105%	112%	70%	67%	35%	45%
Vice-Presidentes	n.m.	n.m.	n.m.	n.m.	n.m.	n.m.
Conselho de Administração	96%	96%	96%	96%	0%	0%

¹ Salário Base + Periculosidade.
² Remuneração Total.

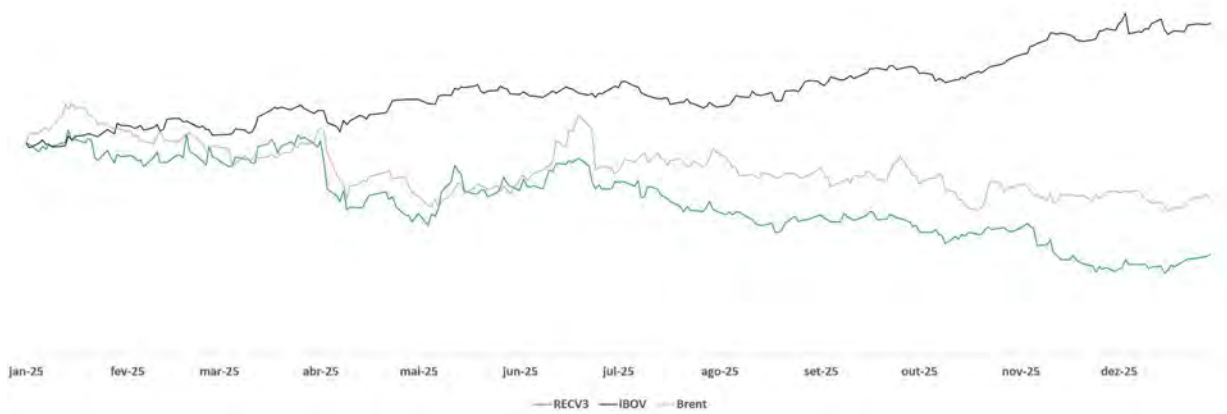
11. Performance da Ação

Em 31 de dezembro, o valor de mercado da Companhia era de R\$ 3,3 bilhões, com as ações cotadas a R\$ 11,32, desvalorização de 10,6% no trimestre, desempenho abaixo do Ibovespa (+10,7%) e do Brent (-7,3%). No ano, as ações da Companhia desvalorizaram 30,2%, inferior ao Ibovespa (+34,0%) e ao Brent (-16,3%).

As ações da Companhia foram negociadas em todos os pregões, totalizando 211 milhões de ações no trimestre e 707 milhões de ações no ano. A média diária foi de 3,4 milhões de ações no trimestre e 2,8 milhões no ano. O volume financeiro anual atingiu R\$ 9,6 bilhões, com volume médio diário de R\$ 38,6 milhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Performance da ação x Ibovespa x Brent (base 100)



12. Capital Social

Em 31 de dezembro, o capital social da Companhia era representado, na sua totalidade, por 293.452.126 (duzentas e noventa e três milhões, quatrocentos e cinquenta e duas mil, cento e vinte e seis) ações ordinárias nominativas. Do total de ações, 292.957.928 (duzentos e noventa e dois milhões, novecentos e cinquenta e sete mil, novecentos e vinte e oito) encontravam-se em circulação, em conformidade com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, e 494.198 (quatrocentos e noventa e quatro mil, cento e noventa e oito) ações encontravam-se em tesouraria.

13. Dividendos

Em 2025, a PetroReconcavo realizou o pagamento de proventos aos seus acionistas por meio de juros sobre o capital próprio (JCP) no valor de R\$ 263,4 milhões, correspondente a R\$ 0,900140 por ação ordinária, refletindo um *dividend yield* de aproximadamente 6%⁵.

Adicionalmente, em dezembro de 2025, a Companhia deliberou uma remuneração complementar aos acionistas, reforçando a previsibilidade de sua estratégia de distribuição. Na ocasião, foi aprovada a distribuição de R\$ 300 milhões em dividendos, equivalente a R\$ 1,023968 por ação ordinária, com pagamento dividido em três tranches a serem pagas em dezembro de 2026, 2027 e 2028.

O montante declarado, somado aos proventos pagos no ano, resultou em um *payout* de 88% em relação ao lucro do exercício de 2025, evidenciando o compromisso da Companhia com a conversão do desempenho operacional em retorno ao acionista.

14. Relacionamento com os Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, a Companhia declara que mantém contrato com a ERNST & YOUNG Auditores Independentes Ltda. ("EY") para a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia (incluindo revisões trimestrais) e de sua controlada para o exercício de 2025.

O valor referente aos serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais) da Companhia e suas controladas para o exercício de 2025 foi de R\$ 695 mil.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

⁵ Considerando preço de fechamento da ação, não ajustado por proventos, de R\$ 16,21 em 30 de dezembro de 2024.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

15. Anexo I

Notas dos Principais Indicadores:

- EBITDA: Calculado em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada (“Instrução CVM 527”) e consiste no lucro (prejuízo) líquido ajustado (acrescido) pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e por depreciação, amortização e depleção (“EBITDA”). O EBITDA não é uma medida contábil reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (“BRGAAP”) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) não são auditadas ou revisadas pelos auditores independentes da Companhia, e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro (prejuízo) líquido, como indicadores do desempenho operacional da Companhia e, portanto, não são substitutos do fluxo de caixa, de indicador de nossa liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. O EBITDA não possui significado padronizado e a nossa definição de EBITDA pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras companhias;

- Margem EBITDA: corresponde ao EBITDA do exercício dividido pela Receita Líquida do período. A Margem EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro conforme as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e tampouco deve ser considerado isoladamente, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez ou como indicador de retornos financeiros;

- Dívida Líquida/EBITDA últimos 12 meses: Representa o saldo da dívida líquida no fim do exercício dividida pelo EBITDA acumulado dos últimos doze meses em cada período. A Dívida Líquida representa o endividamento bancário total, representado pelos saldos de debêntures e efeito de swaps da dívida, empréstimos e financiamentos nos passivos circulante e não circulante, somado aos valores a pagar decorrente de aquisição de ativos, menos os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras presentes no ativo circulante. A Dívida líquida/EBITDA não é medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) não é auditada ou revisada pelos auditores independentes da Companhia. A Dívida líquida/EBITDA não possui significado padronizado, outras empresas podem calcular de maneira diferente da Companhia;

- Lucro Líquido Ajustado: corresponde ao Lucro Líquido excluídos os efeitos da variação cambial da marcação a mercado dos contratos de swap de dívida;

- Margem Líquida Ajustada: corresponde ao Lucro Líquido Ajustado dividido pela Receita Líquida do período;

- Fluxo de Caixa Livre: corresponde ao Fluxo de Caixa das Operações descontadas as Adições ao Imobilizado e ao Intangível;

- Produção (boe/dia): corresponde à média diária bruta de participação da Companhia (*working interest*). Os volumes de gás natural foram convertidos considerando que 1.000 m³ de gás equivale a 6,2897 barril de óleo equivalente (boe);

- *Lifting Cost* (US\$/boe): Representa os custos totais dos serviços prestados e de vendas, ajustados pela movimentação de estoques de petróleo e gás natural, excluindo-se os custos com vendas, aquisição, processamento escoamento e transporte do gás, os royalties a depreciação, a amortização e a depleção, além dos custos dos serviços prestados, dividido pela produção bruta total em boe no período, divididos pela taxa de câmbio média do período;

- Taxa de câmbio média (R\$/US\$): corresponde à média das taxas de câmbio do exercício em cada dia útil nos períodos apresentados, divulgadas pelo Banco Central do Brasil;

- Preço médio à vista do Petróleo Brent (US\$/bbl): O Brent é cotado em dólar por barril. Fonte: *U.S. Energy Information Administration* (EIA).

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A PetroReconcavo S.A. (“Companhia”, “PetroReconcavo” ou “Controladora”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em Mata de São João, Bahia, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e atua na operação e produção de campos maduros de petróleo, gás natural e seus subprodutos no Brasil. Em operação desde fevereiro de 2000, a Companhia não possui um acionista ou grupo controlador.

A PetroReconcavo é controladora da empresa SPE Tiêta Ltda. (“SPE Tiêta”) (em conjunto com a PetroReconcavo denominada “Grupo”). O Grupo é, atualmente, concessionário de 58 campos distribuídos entre os estados da Bahia, Sergipe e Rio Grande do Norte e atua em 14 deles na modalidade de consórcio.

1.1 SPE Tiêta Ltda.

A SPE Tiêta Ltda. (“SPE Tiêta”) é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, com prazo de duração indeterminado, constituída em 18 de setembro de 2009, com sede em Salvador. A SPE Tiêta possui a concessão para a exploração e produção dos campos de Tiê e Tartaruga, a última operada na modalidade de consórcio.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que o Grupo possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, ela continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. A Administração realiza a gestão dos ativos e do caixa do grupo de forma unificada.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 18 de março de 2026.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma (ver nota explicativa nº 21), conforme descrito nas políticas contábeis materiais.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras individuais e

Notas Explicativas



consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 (CPC 10 (R1)), operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IFRS16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar mencionado na IAS 2 (CPC 16 (R1)) – Estoques ou valor em uso na IAS 36 (CPC 01 (R1)) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

2.3 Bases de consolidação e investimentos em controladas

A Companhia consolida todas as investidas sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida, tem poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, e todas as transações entre as partes são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.4 Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras

A Administração da Companhia definiu a moeda corrente do Brasil, o real (R\$), como “Moeda Funcional” para a Companhia e para sua controlada, uma vez que esta é a moeda corrente no ambiente primário em que o Grupo está inserido. O real é, também, a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras. Os valores apresentados nessa demonstração financeira estão expressos em milhares de reais, exceto quando informado diferente.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço e os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado financeiro.

2.5 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado.

2.6 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo quando esse for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Notas Explicativas



Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia operou instrumentos financeiros classificados como ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado (nota explicativa nº 21).

2.7 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais da Companhia são consistentes com as adotadas e divulgadas no exercício anterior. Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, essas políticas são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

2.8 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. As seguintes normas foram revisadas ou propostas pelo IASB:

Norma	Alterações
Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Esta mudança especifica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo.
Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligadas, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial	As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC

Notas Explicativas



18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

2.9 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Alterações
IFRS 18	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações
IFRS 9 e IFRS 7	Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros
IFRS 9 e IFRS 7	Contratos Referenciados a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras do Grupo em períodos futuros, exceto se indicado a seguir:

2.9.1 IFRS 18 – Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras

A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências na IAS 1 não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa e IAS 33 – Lucro por Ação.

A IFRS 18 introduziu novas exigências para:

- Apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado;
- Apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações financeiras;
- Melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações.

A entidade deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a entidade aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CRÍTICOS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos através de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

Notas Explicativas



As estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação do volume de reservas de petróleo e gás para mensuração da depleção; de taxas de desconto a valor presente utilizados na mensuração da provisão para abandono de poços; perda por “impairment”; imposto de renda e contribuição social diferidos; valor justo das ações registradas nos planos de pagamentos baseado em ações e valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração do Grupo, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

3.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O Grupo reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo. O Grupo revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

3.2 Determinação do volume de reservas de petróleo e gás para mensuração da depleção

A depleção é calculada pelo método de unidades produzidas (“MUP”) que consiste, de forma simplificada, na aplicação da taxa correspondente à relação entre o volume de óleo e gás produzido e o volume de reservas remanescentes ao custo residual de cada grupo de campos produtores de petróleo e gás. Anualmente, o Grupo revisa o volume das reservas remanescentes totais de petróleo e gás.

3.3 Provisão para abandono de poços

Os gastos representativos de fechamento de poços e instalações decorrentes da finalização das atividades estão registrados a valor presente como provisão para abandono de poços. As obrigações consistem principalmente em custos associados com encerramento de atividades, desmobilização e recuperação de áreas degradadas.

As principais premissas para constituição e atualização da provisão para abandono de poço são:

- Os custos com abandono de poços e desmantelamento de áreas são registrados como parte dos custos desses ativos em contrapartida à provisão que suportará tais gastos; e
- As estimativas dos custos com abandono são contabilizadas levando-se em conta o valor presente dessas obrigações, que são em sua maioria realizadas em reais, descontadas a uma taxa de desconto livre de risco. Foi utilizada uma taxa de desconto nominal de 10,56% a.a. e uma inflação de 3,56% a.a., para o exercício de 2025 (2024, 10,92% a.a. e 3,66% a.a., respectivamente).

As estimativas de custos com abandono são revistas anualmente, com a consequente revisão de cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados. As revisões anuais da vida útil dos campos são feitas com base nas estimativas de reservas, que são revisadas anualmente pelo Grupo. Os cálculos das referidas estimativas são complexos e envolvem julgamentos significativos, uma vez que:

Notas Explicativas



- As obrigações ocorrerão, em sua maioria, no longo prazo;
- Os contratos e regulamentações possuem descrições subjetivas das práticas de remoção e restauração e dos critérios a serem atendidos quando da remoção e restauração efetivas; e
- As tecnologias e custos de remoção de ativos sofrem alterações constantemente, juntamente com as regulamentações ambientais e de segurança.

Com base no exposto acima, a Administração da Companhia entende que os montantes provisionados são suficientes para cobrir os custos esperados com abandono de poços.

3.4 “Impairment”

Anualmente, a Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado e intangíveis de vida útil definida a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados de cada unidade geradora de caixa (grupo de campos produtores de petróleo e gás), durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa.

A Companhia define Unidade Geradora de Caixa (“UGCs”) como um conjunto campos produtores de petróleo e gás e no momento possui seis UGCs.

O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre:

- O valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda; e
- O valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Anualmente, o grupo analisa indicativos de eventuais perdas (*Impairment*) na recuperabilidade dos investimentos para incremento de produção e perfuração de poços. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não identificou indicativos de *Impairment* para seus ativos.

3.5 Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que os contratos de derivativos são celebrados e são subsequentemente remensurados ao seu valor justo no final de cada período e relatório. As informações relacionadas ao tema estão apresentadas na nota explicativa nº 21.

3.6 Valor justo das ações registradas nos planos de pagamentos baseados em ações

O valor justo dos pagamentos baseados em ações na data da outorga é mensurado com base nos preços de mercado, se disponíveis, levando em consideração os termos e condições sob os quais os instrumentos patrimoniais foram outorgados. Outras informações sobre as premissas adotadas e o modelo de precificação utilizado, quando aplicável, estão detalhados na nota explicativa nº 15.7.

A classificação dos pagamentos baseados em ações em contrapartida de reservas de capital, ou como um passivo, depende da forma de liquidação dessa obrigação; entrega de ações ou em caixa. Essa avaliação inclui julgamento que reflete todas as evidências relevantes, incluindo o histórico de

Notas Explicativas



liquidação desse tipo de instrumento. Após essa avaliação, a Administração concluiu que as despesas relativas à entrega das ações diferidas devem ser reconhecidas em contrapartida de reservas de capital, considerando a capacidade e a intenção da Administração da Companhia de efetuar essa liquidação com entrega de ações. Adicionalmente, os encargos trabalhistas são reconhecidos como provisão no passivo da Companhia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Política contábil material

São representados por depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	1.174	2.245	1.339	2.659
Aplicações financeiras	171.101	257.237	228.169	292.889
Total	172.275	259.482	229.508	295.548

As aplicações referem-se a operações de renda fixa (Compromissadas de Terceiros e CDB – Certificado de Depósito Bancário), indexados de 89% a 101,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (89% a 102% do CDI em 2024) mantidas com bancos de primeira linha que possuem *rating* brAAA, (ou similares) baseados em, pelo menos, uma das três agências de *rating* mais renomadas do mundo (S&P, Fitch ou Moody's). A Companhia e sua controlada podem resgatar imediatamente essas aplicações sem ônus ou restrição e seus valores de mercado não diferem dos valores registrados contabilmente.

4.2 Aplicações Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras	1.200.608	522.269	1.400.532	777.903
Total	1.200.608	522.269	1.400.532	777.903
Total circulante	1.195.586	506.305	1.395.510	761.939
Total não circulante	5.022	15.964	5.022	15.964

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a investimentos em fundos cambiais e fundos exclusivos com investimentos em produtos atrelados à cotação do dólar norte-americano, como *US Treasuries* e *Time Deposits*. A Administração optou por investir parte dos recursos neste tipo de investimento como forma de se proteger da variação cambial, tendo em vista que a Companhia contratou *SWAPS* (instrumentos derivativos) com o objetivo de dolarizar as emissões das debêntures.

Esses recursos estão divididos entre quatro instituições financeiras, que possuem boas avaliações de *rating*. No exercício de 2025, os fundos cambiais apresentaram variação negativa média de 6,38% (2024, positiva de 35,05%), enquanto o "Dólar Ptax" apresentou a variação negativa de 11,14% (2024, positiva de 27,89%).

Notas Explicativas



5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Política contábil material

As contas a receber estão classificadas como ativos financeiros na categoria de custo amortizado. Estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes foram estimadas com base em uma análise individualizada por contrato, na experiência de inadimplência passada do devedor, na posição financeira atual do devedor (ajustada com base em fatores específicos), nas condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam e em uma avaliação do curso atual e projetado das negociações na data de relatório.

5.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Petróleo	119.350	197.818	130.349	243.016
Gás e subprodutos	117.786	119.787	117.935	120.304
Prestação de Serviços	14.997	3	14.997	3
Subtotal	252.133	317.608	263.281	363.323
Outros, líquidos de perdas (i)	55.917	55.917	55.917	55.917
Total contas a receber	308.050	373.525	319.198	419.240
Total Circulante	242.819	315.380	253.967	361.095
Total Não circulante	65.231	58.145	65.231	58.145

(i) A Companhia se encontra em discussões acerca de créditos oriundos de transações ocorridas em contratos de compra e venda de gás natural durante o exercício de 2022. Como consequência dessas discussões, os montantes estão classificados no ativo não circulante e foi reconhecida uma provisão redutora do contas a receber no montante de R\$70.711, que reflete a melhor estimativa da Administração para a realização desses créditos em 31 de dezembro de 2025.

As faturas são emitidas contra os clientes com um prazo médio de vencimento de 30 a 60 dias. Para o exercício de 2025, o prazo médio de recebimento do contas a receber foi de 36 dias (em 2024, 46 dias), prazo esse considerado como parte das condições comerciais normais e inerentes das operações da Companhia.

5.2 Aging do Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer (i)	242.091	303.349	252.793	346.553
Vencidos:				
Até 3 meses	674	10.400	1.120	10.400
De 3 a 6 meses	-	3.332	-	5.843
De 6 a 12 meses	54	-	54	-
A partir de 12 meses	9.314	527	9.314	527

Notas Explicativas

Total	252.133	317.608	263.281	363.323
-------	---------	---------	---------	---------

(i) O saldo em aberto possui valores a vencer oriundos de receitas contratuais faturadas e a faturar.

6. INVESTIMENTOSPolítica contábil material**a) Investimentos em controladas**

A Companhia reconhece todos os seus investimentos através do método de equivalência patrimonial, e todas as transações entre as partes são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

6.1 Composição

Investida	Data-base	Participação %	Capital social	Ativo	Passivo	PL
SPE Tiêta	31/12/2025	100	630.165	879.674	76.284	803.390
SPE Tiêta	31/12/2024	100	630.165	946.199	130.407	815.792

6.2 Movimentação

Movimentação	SPE Tiêta
	(ii)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	790.258
Equivalência patrimonial (i)	106.855
Saldos em 31 de dezembro de 2024	897.113
Equivalência patrimonial (i)	87.764
Distribuição de dividendos	(137.771)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	847.106

(i) O valor apresentado da equivalência patrimonial é líquido da amortização da mais valia de ativos da SPE Tiêta no montante de R\$ 37.602 (Em 2024, R\$ 43.144).

(ii) O valor do patrimônio líquido da Controlada compõe o investimento da Companhia em conjunto com a mais valia e a sua amortização acumulada.

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVELPolítica contábil material**a) Imobilizado**

- Máquinas e equipamentos e Outros:

Essas rubricas estão demonstradas ao valor de custo, deduzidas de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação desses ativos é feita com base na sua vida útil e, com a exceção de terrenos, inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

Notas Explicativas



- Imobilizado em andamento:

Essa rubrica é reconhecida pelo custo e não é depreciada. É classificada nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido.

- Direito de produção de óleo e gás:

Representa o custo de aquisição das concessões para a exploração dos campos de petróleo e gás. É depletada com base no método das unidades produzidas descrito na nota explicativa nº 3.

- Desenvolvimento de campos e Blocos exploratórios:

Referem-se aos gastos com desenvolvimento de reservas provadas para produção de petróleo e gás e com prospecção de reservas economicamente viáveis, respectivamente. São registrados de acordo com o método dos esforços bem-sucedidos, que determina que os custos para incremento de produção e os custos de perfuração de poços exploratórios bem-sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, sejam capitalizados.

Os custos com blocos exploratórios são mantidos nesse grupo até a determinação da sua viabilidade econômica. Caso sejam considerados não comerciais, os valores são registrados no resultado.

A rubrica desenvolvimento de campos é depletada com base no método das unidades produzidas, descrito na nota explicativa nº 3. Para o custo de aquisição são consideradas as reservas provadas (1P), enquanto, para os custos com desenvolvimento, são consideradas as reservas Provadas Desenvolvidas em Produção (PDP). O grupo de Blocos exploratórios não é depletado.

- Abandono de poços:

Representa a estimativa dos custos com abandono que são contabilizados levando-se em conta o valor presente dessas obrigações de pagamentos futuros (ver nota explicativa nº 13 e nº 3.3). É depletado com base no método das unidades produzidas descrito na nota explicativa nº 3.

- Almoxarifado de inversões fixas:

Representam os equipamentos e materiais que serão utilizados para incremento da produção e de reservas. As baixas ocorridas nessa rubrica representam materiais utilizados em atividades de reparo e manutenção, e são reconhecidas no custo dos produtos vendidos. Essa rubrica não está sujeita a depreciação.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado na data de sua alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Notas Explicativas



b) Intangível

Ativos intangíveis (*softwares*) com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Notas Explicativas

7.1 Composição e movimentação

Controladora	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	UPGN Guararé	31/12/2025
<u>Imobilizado</u>								(a)		
Máquinas e equipamentos	229.765	2.151	(5.714)	82.855	309.057	98	-	122.333	284.999	716.487
UPGN Guararé (i)	-	-	-	-	-	312.790	-	36.849	(349.639)	-
Imobilizados em andamento	79.766	124.729	(252)	(63.260)	140.983	88.383	(9.212)	(161.576)	9.841	68.419
Direito de produção de óleo e gás (iii)	2.894.154	-	-	-	2.894.154	-	(42.199)	-	-	2.851.955
Desenvolvimento de campos	2.508.212	481.702	(33.813)	199.248	3.155.349	902.333	(4.167)	(35.054)	-	4.018.461
Blocos exploratórios (iii)	9.303	241	-	-	9.544	9	-	-	-	9.553
Abandono de poço	142.706	-	(69.134)	-	73.572	8.383	(8.128)	-	-	73.827
Almoxarifado para inversões fixas	550.379	396.972	(294.802)	(187.922)	464.627	161.135	(150.579)	(39.941)	-	435.242
Adiantamentos	53.421	27.577	(4.303)	(34.445)	42.250	30.469	(7.214)	(49.828)	-	15.677
Outros	106.005	7.607	(15.332)	3.477	101.757	733	(300)	47.577	46.230	195.997
Total	6.573.711	1.040.979	(423.350)	(47)	7.191.293	1.504.333	(221.799)	(79.640)	(8.569)	8.385.618
<u>Depreciação, amortização e depleção</u>										
Máquinas e equipamentos	(34.807)	(29.185)	5.105	-	(58.887)	(38.872)	-	(1.652)	(4.322)	(103.733)
Direito de produção de óleo e gás (iii)	(586.522)	(152.340)	-	-	(738.862)	(131.327)	17.884	1.325	-	(850.980)
Desenvolvimento de campos	(1.100.689)	(278.492)	-	-	(1.379.181)	(306.122)	1.830	(66.016)	-	(1.749.489)
Abandono de poço	(31.960)	(7.437)	-	-	(39.397)	(1.156)	3.875	2	-	(36.676)
Outros	(28.094)	(10.293)	10.870	-	(27.517)	(13.895)	-	3.454	(1.074)	(39.032)
Total	(1.782.072)	(477.747)	15.975	-	(2.243.844)	(491.372)	23.589	(62.887)	(5.396)	(2.779.910)
<u>Intangível</u>										
Software	24.664	7.206	-	47	31.917	3.639	-	67.878	8.570	112.004
<u>Amortização</u>										
Software – amortização	(8.568)	(2.814)	-	-	(11.382)	(16.784)	-	(4)	(453)	(28.623)
Total do imobilizado e intangível	4.807.735	567.624	(407.375)	-	4.967.984	999.816	(198.210)	(74.653)	(5.848)	5.689.089

a) O saldo residual refere-se à transferência de créditos tributários e de itens de alto giro.

Notas Explicativas

Consolidado	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	UPGN Guararé	31/12/2025
<u>Imobilizado</u>								(a)		
Máquinas e equipamentos	229.800	2.151	(5.714)	82.855	309.092	1.989	-	122.441	284.999	718.521
UPGN Guararé (i)	-	-	-	-	-	312.790	-	36.849	(349.639)	-
Imobilizados em andamento	79.766	124.987	(252)	(63.260)	141.241	88.691	(9.212)	(158.390)	9.841	72.171
Direito de produção de óleo e gás (ii)	2.973.528	-	-	-	2.973.528	-	(42.199)	-	-	2.931.329
Desenvolvimento de campos	3.397.198	582.589	(33.884)	234.339	4.180.242	1.006.863	(5.545)	5.116	-	5.186.676
Blocos exploratórios (iii)	19.796	241	-	-	20.037	120	-	-	-	20.157
Abandono de poço	150.277	-	(71.186)	-	79.091	8.340	(8.128)	-	-	79.303
Almoxarifado para inversões fixas	597.789	430.476	(303.122)	(222.505)	502.638	223.654	(166.296)	(82.345)	-	477.651
Adiantamentos	56.203	30.126	(5.157)	(34.953)	46.219	32.906	(8.051)	(52.655)	-	18.419
Outros	109.290	7.631	(15.332)	3.477	105.066	735	(300)	47.594	46.230	199.325
Total	7.613.647	1.178.201	(434.647)	(47)	8.357.154	1.676.088	(239.731)	(81.390)	(8.569)	9.703.552
<u>Depreciação, amortização e depleção</u>										
Máquinas e equipamentos	(34.839)	(29.196)	5.105	-	(58.930)	(38.884)	-	(1.652)	(4.322)	(103.788)
Direito de produção de óleo e gás (ii)	(643.239)	(166.121)	-	-	(809.360)	(132.263)	17.884	1.325	-	(922.414)
Desenvolvimento de campos	(1.428.320)	(445.057)	-	-	(1.873.377)	(485.386)	1.830	(65.771)	-	(2.422.704)
Abandono de poço	(37.025)	(7.526)	-	-	(44.551)	(1.174)	3.875	2	-	(41.848)
Outros	(30.479)	(10.569)	10.870	-	(30.178)	(14.161)	-	3.456	(1.074)	(41.957)
Total	(2.173.902)	(658.469)	15.975	-	(2.816.396)	(671.868)	23.589	(62.640)	(5.396)	(3.532.711)
<u>Intangível</u>										
Software	25.702	7.206	-	47	32.955	3.639	-	67.878	8.570	113.042
<u>Amortização</u>										
Software – amortização	(9.558)	(2.841)	-	-	(12.399)	(16.802)	-	(4)	(453)	(29.658)
Total do imobilizado e intangível	5.455.889	524.097	(418.672)	-	5.561.314	991.057	(216.142)	(76.156)	(5.848)	6.254.225

a) O saldo residual refere-se à transferência de créditos tributários e de itens de alto giro.

Notas Explicativas

- (i) No dia 30 de setembro de 2025 foi concluída a aquisição de 50% dos ativos de *midstream* de gás natural localizados no Estado do Rio Grande do Norte detidos pela 3R Potiguar S.A., subsidiária da Brava Energia S.A.

A partir da referida data a operação dos referidos ativos de *midstream* passa a ser regulada por um *Joint Operating Agreement* (JOA), sendo que a Brava permanecerá atuando como operadora dos ativos. Nos termos do acordo, cada consorciada reconhece a sua parcela proporcional de ativos, passivos, receitas e despesas relacionadas às atividades da operação conjunta. Essa contabilização está em conformidade com as disposições do CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto.

O valor total da transação foi de US\$ 65 milhões (R\$346.639 em 30 de setembro de 2025), dos quais: (i) 10% foram pagos na data de assinatura do Contrato de Compra e Venda (ii) 25% foram pagos pós aprovação da transação pelos órgãos reguladores brasileiros; (iii) 50% foram pagos no closing da transação, após o cumprimento das condições precedentes; (iv) 10% foram pagos após o protocolo junto ao órgão autorizativo e conclusão da emissão de certidão autorizativa de desmembramento da área da UPGN; e (iv) 5% remanescentes serão pagos após a conclusão do processo de transferência imobiliária. Vide Nota Explicativa nº 11.

- (ii) A abertura do custo de aquisição por polos está apresentada abaixo:

Ativo	Polo	Valor
Bahia	Remanso	95.629
Bahia	Remanso BT-REC	1.248
Bahia	Miranga	1.247.506
Potiguar	Potiguar	1.507.572
Total Controladora		2.851.955
Bahia/Sergipe	Tiêta	79.374
Total Consolidado		2.931.329

- (iii) Blocos exploratórios dizem respeito a investimentos feitos em face a compromissos firmados com a ANP de explorar hidrocarbonetos em uma determinada região (ver nota explicativa nº 17).

7.2 Tempo de vida útil estimada

Ativo	Taxa a.a.	Vida útil
Máquinas e equipamentos	10%	10
Direito de produção de óleo e gás (i)	M.U.P.	-
Desenvolvimento de campos (i)	M.U.P.	-
Abandono de poço (i)	M.U.P.	-
Bloco exploratório	N/A	-
Outros	4% - 25%	7
Software	20%	5

(i) Os itens em questão são depreciados com base no método das unidades produzidas (M.U.P).

7.3 Bens dados em garantia

A Companhia possui uma sonda de perfuração terrestre dada em garantia do processo de execução fiscal nº 0000566-44.2011.805.0164.

Notas Explicativas

7.4 Farm-Out Mandacaru Energia

No dia 10 de outubro de 2025, foi concluída a transação de farm-out (“Transação”) com a Mandacaru Energia S.A. (“Mandacaru”), referente à venda de 50% de sua participação e transferência da operação em sete concessões até então detidas pela Companhia. As concessões estão localizadas no Rio Grande do Norte, sendo elas: Acauã, Baixa do Algodão, Fazenda Curral, Fazenda Malaquias, Pajeú, Rio Mossoró e Três Marias.

A Transação, no valor total de US\$ 5 milhões, foi estruturada com o pagamento de 20% na data do fechamento, 15% a serem pagos seis meses após esta data e o saldo remanescente de 65% do montante total será destinado ao longo de até dois anos na forma de investimentos voltados ao desenvolvimento da produção das concessões.

Com o fechamento da Transação, a Mandacaru assumiu a operação das concessões, tendo as partes negociado a constituição de um consórcio e um *Joint Operating Agreement*, que regula as operações conjuntas entre as duas empresas.

A Companhia analisou a transação à luz do CPC 31 e aplicou como política contábil manter os ativos da transação em seu imobilizado. Essa decisão foi baseada na ausência de interpretação ou orientação específica para transação que não envolve a perda de controle, uma vez que a operação será administrada por meio de uma *joint operation* com controle compartilhado.

8. FORNECEDORES

Política contábil material

Os fornecedores são passivos financeiros classificados na categoria de custo amortizado. Estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício. Os montantes em moeda estrangeira são convertidos para Real pela cotação da data de fechamento.

8.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores em moeda nacional	372.314	391.412	384.029	424.450
Fornecedores em moeda estrangeira	6.211	2.778	7.299	2.863
Partes relacionadas (nota explicativa nº 16)	7.624	5.369	5.027	2.273
Total	386.149	399.559	396.355	429.586
Total circulante	255.673	269.083	265.879	299.110
Total não circulante	130.476	130.476	130.476	130.476

Os valores alocados no passivo não circulante dizem respeito a títulos de fornecedores em disputa cuja previsão de pagamento excede 12 meses.

9. DEBÊNTURES

Política contábil material

As debêntures são passivos financeiros classificadas na categoria de custo amortizado. Estão registradas pelos seus valores nominais acrescidos de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

Notas Explicativas

9.1 Composição

Composição	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
1ª Emissão - Série 1	811.874	777.481
1ª Emissão - Série 2	381.973	381.789
1ª Emissão - Custos a amortizar 1	(25.185)	(29.724)
2ª Emissão	670.449	664.190
2ª Emissão - Custos a amortizar 2	(1.083)	(1.415)
3ª Emissão	539.217	-
3ª Emissão - Custos a amortizar 3	(2.460)	-
4ª Emissão - Série 1	225.208	-
4ª Emissão - Série 2	525.492	-
4ª Emissão - Custos a amortizar 4	(20.469)	-
Total	3.105.016	1.792.321
Total circulante	64.914	20.907
Total não circulante	3.040.102	1.771.414

9.2 Movimentação

Movimentação	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-
<u>Efeito caixa</u>	
Adições, líquidas dos custos de captação	1.746.027
Juros pagos	(47.782)
<u>Efeito não caixa</u>	
Juros provisionados	73.650
Atualização monetária	20.426
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.792.321
<u>Efeito caixa</u>	
Adições, líquidas dos custos de captação	1.227.254
Juros pagos	(195.602)
<u>Efeito não caixa</u>	
Juros provisionados	242.192
Amortização do custo de captação	4.688
Atualização monetária	34.163
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.105.016

Não circulante	Controladora e Consolidado
2028	308.537
2029	710.737
2030	553.048
2031	817.695
2032 em diante	650.085
Total	3.040.102

Notas Explicativas

• 1ª Emissão de debêntures

Em 04 de junho de 2024, ocorreu a liquidação da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, para distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com dispensa de análise prévia, nos termos da Resolução CVM 160, de 13 de julho de 2022, destinada exclusivamente a investidores profissionais.

O valor total de emissão foi de R\$ 1.129.500 tendo sido emitidas (i) 753.000 Debêntures da 1ª série; e (ii) 376.500 Debêntures da 2ª série.

As Debêntures da 1ª Série e as Debêntures da 2ª Série têm prazo de vencimento de 2.551 dias, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de maio de 2031.

O principal da 1ª Série é atualizado pelo IPCA e tem uma taxa de juros fixa associada de 7,32%, enquanto a 2ª Série está associada a uma taxa de juros fixa de 12,88%. As Debêntures contam com o incentivo previsto no artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada, do artigo 2º, inciso I, combinado com os artigos 18 e 19, todos do Decreto Presidencial nº 11.964, de 26 de março de 2024 tendo em vista o enquadramento dos projetos de infraestrutura descritos no “Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 Séries, para Distribuição Pública (“Projetos”), sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da PetroReconcavo S.A. (“Escritura de Emissão”) como prioritários pelo Ministério de Minas e Energia.”

Os recursos obtidos pela Companhia com a integralização das Debêntures devem ser utilizados exclusivamente para o (i) pagamento futuro e/ou (ii) reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas relacionados à implantação dos Projetos, desde que o pagamento dos referidos gastos, despesas e/ou dívidas passíveis de reembolso tenham ocorrido em prazo igual ou inferior a 24 meses da data de encerramento da Oferta.

Além disso, a Companhia contratou contratos de *SWAP* cambial com o objetivo de dolarizar a emissão. Dessa forma, a emissão, em conjunto com os instrumentos derivativos, resultou em um custo médio dolarizado de aproximadamente 7,05% ao ano e “*duration*” aproximado de 5,1 anos.

Para obtenção dos recursos supramencionados, a Companhia gastou R\$ 31.930 com comissões bancárias, custos com advogados e taxas diversas. Todos esses custos foram alocados em uma conta redutora do passivo e serão apropriados ao resultado seguindo a duração das debêntures emitidas.

• 2ª Emissão de debêntures

Em 11 de outubro de 2024, ocorreu a liquidação da segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em uma série, sob o rito de registro automático perante a CVM, com dispensa de análise prévia, nos termos da Resolução CVM 160, destinada exclusivamente a investidores profissionais.

No âmbito da Oferta, foram emitidas 650.000 (seiscentos e cinquenta mil) Debêntures, com valor nominal de R\$ 1 (mil reais), perfazendo assim o valor total de emissão de R\$ 650.000 na data de sua emissão. As Debêntures têm prazo de vencimento de 1.830 dias da data de sua emissão, com vencimento em 15 de outubro de 2029.

Os recursos obtidos pela Companhia com a integralização das Debêntures devem ser utilizados exclusivamente para (i) o pagamento de dívida sindicalizada, nos termos da Lei n.º 4.131, de 3 de setembro de 1962, entre a Emissora, o Itaú Unibanco S.A. Miami Branch, o Banco Santander S.A. Luxembourg Branch e o Banco Safra S.A. Luxembourg Branch, constituída em 6 de setembro de 2022, no valor de US\$126.000; e (ii) após a destinação destes nos termos do item (i) acima, foram

Notas Explicativas

destinados para reforço de caixa, investimentos em capital de giro, despesas operacionais e demais atividades relacionadas à condução regular dos negócios da Emissora, incluindo, mas não se limitando, a investimentos em expansão, modernização e potenciais avaliações e oportunidades para aquisição de ativos.

Além disso, a Companhia contratou *SWAPS* (instrumentos derivativos) com o objetivo de dolarizar a Emissão. Dessa forma, a Emissão em conjunto com os instrumentos derivativos resultará em um custo médio dolarizado de 6,16% ao ano e “*duration*” aproximada de 3,75 anos, ver nota explicativa nº 14.

Para obtenção dos recursos supramencionados, a Companhia gastou R\$1.479 com comissões bancárias, custos com advogados e taxas diversas. Todos esses custos foram alocados em uma conta redutora do passivo e serão apropriados ao resultado seguindo a duração das debêntures emitidas.

- 3ª Emissão de debêntures

Em 4 de julho de 2025, ocorreu a liquidação da terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em uma série, sob o rito de registro automático perante a CVM, com dispensa de análise prévia, nos termos da Resolução CVM 160, destinada exclusivamente a investidores profissionais.

No âmbito da Oferta, foram emitidas 500.000 (quinhentas mil) Debêntures, com valor nominal de R\$ 1 (mil reais), perfazendo assim o valor total de emissão de R\$ 500.000 na data de sua emissão. As Debêntures têm prazo de vencimento de 7 anos da data de sua emissão, com vencimento em 04 de julho de 2032.

Os recursos obtidos pela Companhia com a integralização das Debêntures devem ser utilizados para reforço de caixa, investimentos em capital de giro, despesas operacionais e demais atividades relacionadas à condução regular dos negócios da Emissora, incluindo, mas não se limitando, a investimentos em expansão, modernização e aquisição de ativos.

Além disso, a Companhia contratou *SWAPS* (instrumentos derivativos) com o objetivo de dolarizar a Emissão. Dessa forma, a Emissão, em conjunto com os instrumentos derivativos, resultará em um custo médio dolarizado de 5,66% ao ano e “*duration*” aproximada de 5,2 anos.

Para obtenção dos recursos supramencionados, a Companhia gastou R\$ 2.263 com comissões bancárias, custos com advogados e taxas diversas. Todos esses custos foram alocados em uma conta redutora do passivo e serão apropriados ao resultado seguindo a duração das debêntures emitidas.

- 4ª Emissão de debêntures

Em 18 de dezembro de 2025, ocorreu a liquidação da quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, para distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com dispensa de análise prévia, nos termos da Resolução CVM 160, de 13 de julho de 2022, destinada exclusivamente a investidores profissionais.

O valor total de emissão foi de R\$ 750.000 tendo sido emitidas (i) 525.000 Debêntures da 1ª série; e (ii) 225.500 Debêntures da 2ª série.

As Debêntures da 1ª Série e as Debêntures da 2ª Série têm prazo de vencimento em 15 de dezembro de 2032 e 15 de dezembro de 2035, respectivamente.

Notas Explicativas

O principal da 1ª Série e 2ª Série são atualizados pelo IPCA e tem uma taxa de juros fixa associada de 7,40%. As Debêntures contam com o incentivo previsto no artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada, e no Decreto n.º 11.964, de 26 de março de 2024, conforme alterado, ou de normas posteriores que as alterem, substituam ou complementem, tendo em vista o enquadramento automático do projeto de exploração, desenvolvimento e produção de gás natural associado dos campos dos quais a Companhia é concessionária, como projeto prioritário pelo Ministério de Minas e Energia.

Os recursos obtidos pela Companhia com a integralização das Debêntures serão destinados ao reforço de caixa para pagamento futuro ou no reembolso de gastos, despesas ou dívidas, inclusive das despesas de capital, relacionados ao Projeto, sendo certo que, no caso das despesas já incorridas, referidos recursos serão integralmente alocados no reembolso de despesas, dívidas ou gastos relacionados ao Projeto que ocorreu em prazo igual ou inferior a 36 meses contados da data de encerramento da Oferta.

Além disso, no que se refere à primeira série desta emissão, a Companhia contratou contratos de *SWAP* cambial com o objetivo de dolarizar a emissão. Dessa forma, a primeira série, em conjunto com os instrumentos derivativos, resultou em um custo médio dolarizado de aproximadamente 4,80% ao ano e “*duration*” aproximado de 6,5 anos.

Para obtenção dos recursos supramencionados, a Companhia gastou R\$ 20.482 com comissões bancárias, custos com advogados e taxas diversas. Todos esses custos foram alocados em uma conta redutora do passivo e serão apropriados ao resultado seguindo a duração das debêntures emitidas.

9.3 Principais cláusulas de vencimento antecipado - covenants

No momento da assinatura dos contratos supramencionados, a Companhia assumiu obrigações (“*Covenants*”) financeiras e não financeiras e abaixo apresentamos as principais obrigações financeiras:

- No último dia de cada trimestre fiscal, o Indicador de Alavancagem (Dívida Líquida sobre EBITDA) do Consolidado não deve ser maior que 3,00;
- No último dia de cada ano fiscal, o Indicador de Cobertura do Ativo (PV-10 das Reservas Provasdas sobre Dívida Bruta) não deve ser menor que 1,50;
- Em qualquer momento, o Caixa Livre (Caixa e Equivalentes e Aplicações Financeiras, incluindo Fundos Cambiais) do Consolidado não deve ser menor que R\$100.000.

Adicionalmente, a Companhia possui algumas cláusulas restritivas para distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas, acima dos 25% do lucro líquido do exercício previstas em estatuto listadas abaixo:

- Estar adimplente com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura de Emissão; e
- Imediatamente antes e imediatamente depois (neste último caso, considerando o proforma consolidado) do efetivo pagamento de dividendos ou qualquer outra forma de distribuição de recursos aos seus acionistas não houver descumprimento dos Índices Financeiros apurado com relação aos últimos 12 meses relativos às demonstrações financeiras consolidadas.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia cumpriu todos os *covenants* contratuais.

Notas Explicativas

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil material

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado nas demonstrações dos resultados, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

b) Incentivos fiscais sobre impostos diretos (Imposto de Renda e Contribuição Social)

As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais o grupo reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

Ao final de cada exercício social a parcela correspondente ao incentivo apurado no exercício, a qual não compõe a base de cálculo do dividendo, é transferida da conta lucro do exercício para reserva de lucros – incentivos fiscais. Esta reserva somente poderá ser utilizada para aumentar o capital ou absorver prejuízos, desde que a Companhia cumpra com todas as suas obrigações tributárias.

- Controladora

A Companhia goza de benefício de incentivo fiscal de redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto de renda a pagar sobre o resultado das suas operações, limitado à capacidade de produção de petróleo em 1.619.976 m³/ano e gás natural em 1.097.621.040 m³/ano, até o exercício de 2032.

- Controlada

A controlada SPE Tiêta goza do incentivo fiscal de redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto de renda a pagar sobre o resultado das suas operações, limitado à capacidade de produção de petróleo em 350.700 m³/ano e gás natural em 30.614.556 m³/ano até o exercício de 2032.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação do ativo, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

Notas Explicativas

10.1 Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado

Os valores de Imposto de Renda (“IR”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) que afetaram o resultado nos exercícios de 2025 e 2024 estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto do IR e CSLL	756.156	333.670	776.194	363.405
Alíquota combinada de IR e CSLL	34%	34%	34%	34%
IR e CSLL às alíquotas da legislação	(257.093)	(113.448)	(263.906)	(123.558)
Equivalência patrimonial	42.624	36.331	-	-
Redução – incentivo fiscal (i)	23.235	61.650	53.398	86.336
Juros sobre capital próprio	89.556	139.400	89.556	139.400
Recuperação de créditos	-	2.280	-	2.280
Alíquota de tributos diferidos (ii)	(27.884)	(33.762)	(34.588)	(28.109)
Outros	11.758	11.377	17.698	(2.256)
Imposto de renda e contribuição social	(117.804)	103.828	(137.842)	74.093

(i) Incentivo fiscal federal concedido pela SUDENE para redução do imposto de renda.

(ii) Refere-se a diferença entre alíquota nominal e efetiva oriunda do benefício fiscal da Sudene sobre as diferenças temporárias de variação cambial.

10.2 Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos no balanço

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo				
Provisão para abandono de poços	36.317	29.814	36.921	30.375
Instrumentos financeiros	6.513	125.406	6.513	125.406
Prejuízo fiscal/base negativa	41.310	40.495	48.305	66.241
Variação cambial passiva não	7.253	22.632	7.204	22.632
Provisão fornecedores	19.034	38.602	19.774	40.184
Perdas de crédito esperadas	24.078	24.042	24.078	24.042
Pagamento baseado em ações	13.166	11.314	13.166	11.314
Provisão para PLR	10.953	10.862	11.054	10.993
Arrendamentos	8.023	5.182	8.941	7.498
Provisão para obsolescência do	8.206	7.084	8.832	7.694
Passivo contingente de aquisições	7.491	7.491	7.491	7.491
Amortização de Mais-valia	35.003	22.218	35.003	22.218
Outros	6.512	(9.970)	43.415	24.546
Total	223.859	335.172	270.697	400.634
Passivo				
Depleção acelerada (i)	(274.395)	(242.553)	(312.291)	(280.449)
Arrendamentos	(7.638)	(5.332)	(8.467)	(7.602)
Variação cambial ativa não	-	(8.330)	-	(12.927)
Instrumentos financeiros	(2.150)	(195)	(2.150)	(195)
Outros	-	-	-	(2.436)
Total	(284.183)	(256.410)	(322.908)	(303.609)
IR e CSLL diferido líquido	(60.324)	78.762	(52.211)	97.025
Total diferido ativo	-	78.762	8.113	97.025
Total diferido passivo	60.324	-	60.324	-

(i) A Companhia utiliza a prerrogativa estabelecida na lei Nº 13.586, de 29 de dezembro de 2017, para acelerar fiscalmente a depleção dos seus campos.

Notas Explicativas

A Administração considera que os impostos ativos decorrentes das provisões temporárias, prejuízo fiscais e base negativa serão realizados na proporção que os contratos de derivativos forem vencendo, que os poços forem abandonados e que as contingências e demais provisões forem realizadas.

A expectativa da Administração para realização dos créditos tributários está apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
2026	70.920	78.938
2027	30.281	31.330
2028	21.906	22.977
2029	15.536	16.191
2030 em diante	85.216	121.261
Total	223.859	270.697

10.3 Movimentação Diferido

	Controladora	Consolidado
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	8.399	46.370
<u>Demonstração do resultado abrangente</u>		
Hedge Accounting	(33.807)	(33.807)
Total do efeito no resultado abrangente	(33.807)	(33.807)
<u>Demonstração do resultado do exercício</u>		
Variação cambial	27.350	22.831
Abandono de poço	19.387	19.429
Depleção acelerada	(52.693)	(52.693)
Prejuízo fiscal e base negativa	(27.140)	(33.582)
Derivativos	125.406	125.406
Amortização Mais Valia	14.669	-
Outros	(1.499)	3.890
Total do efeito no resultado do exercício	105.480	85.281
Créditos extemporâneos	(1.310)	(819)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	78.762	97.025
<u>Demonstração do resultado abrangente</u>		
Hedge Accounting	(6.975)	(6.975)
Total do efeito no resultado abrangente	(6.975)	(6.975)
<u>Demonstração do resultado do exercício</u>		
Variação cambial	8.890	14.343
Abandono de poço	3.798	3.916
Depleção acelerada	(31.843)	(31.843)
Prejuízo Fiscal e base negativa	(7.772)	(26.571)
Derivativos	(114.155)	(114.155)
Amortização Mais Valia	12.785	12.785
Outros	10.493	17.319
Total do efeito no resultado do exercício	(117.804)	(124.206)
Créditos extemporâneos	(14.307)	(18.055)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025	(60.324)	(52.211)

Notas Explicativas

11. VALORES A PAGAR POR AQUISIÇÕES

Política contábil material

Os valores registrados nessa rubrica estão registrados pelo custo amortizado ou pelo valor justo através do resultado.

Os montantes classificados como custo amortizado estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos de encargos e taxas de juros contratuais, quando aplicável, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício. Todos os montantes são devidos em dólares norte-americanos e são convertidos para Real pela cotação da data de fechamento.

Os montantes classificados como valor justo pelo resultado foram mensurados com base nos valores contratuais que definem faixas de preço de acordo com a média do Brent do ano de pagamento. A Companhia utilizou-se da curva futura do Brent para estimar os valores contratuais a serem provisionados.

11.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				
<u>UPGN Guamaré</u>				
Custo amortizado	18.515	-	18.515	-
<u>SPE Tiêta</u>				
Valor justo através do resultado	-	27.308	-	27.308
<u>Polo Miranga</u>				
Valor justo através do resultado	-	185.769	-	185.769
Total circulante	18.515	213.077	18.515	213.077
Total circulante em US\$	3.559	34.410	3.559	34.410

11.2 Movimentação

	Controladora e consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	485.495
Efeito não caixa	
Adição	22.033
Juros e variação cambial	104.261
Efeito caixa	
Pagamento	(398.712)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	213.077
Efeito não caixa	
Adição	52.928
Juros e variação cambial	(14.077)
Efeito caixa	
Pagamento	(233.413)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	18.515

Notas Explicativas

a) UPGN Guamaré

No dia 30 de setembro de 2025, foi concluída a aquisição de 50% dos ativos de *midstream* de gás natural detidos pela 3R Potiguar S.A. Nesta data o valor remanescente a ser pago é de R\$ 18.515 (US\$ 9.952), que serão pagos conforme evolução do processo de transferência imobiliária.

Custo amortizado:

Do valor total da transação de US\$ 65 milhões, 5% remanescentes serão pagos corrigidos pela SOFR + 2%, de forma fracionada, conforme evolução do processo de transferência imobiliária.

b) SPE Tiêta

Conforme descrito na nota explicativa nº 6, no dia 28 de fevereiro de 2023, a operação da aquisição da SPE Tiêta foi concluída.

Valor justo através do resultado:

Como parte do contrato, o valor total do *Earnout* era de até US\$36.000 (R\$222.923). Esses pagamentos estão vinculados ao preço do Petróleo tipo Brent nos anos de 2023 a 2025 e a outras sinergias operacionais.

No exercício de 2025, a Companhia não registrou nenhum valor referente a parcela de *Earnout* no resultado devido ao não atingimento das premissas estipuladas em contrato (em 31 de dezembro de 2024, US\$ 4.410, ou R\$ 27.308, que faz parte do custo de aquisição), dos US\$ 8.300 (R\$ 51.396) possíveis. Esse valor foi contabilizado pelo valor justo através do resultado. O valor do *Earnout* de 2024 foi integralmente liquidado em março de 2025.

c) Polo Miranga

Em 24 de fevereiro de 2021, a Petroreconcavo firmou contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras nos nove campos terrestres (“*onshore*”) que constituem o Polo Miranga, na Bacia Recôncavo, na Bahia. A aquisição foi concluída no dia 6 de dezembro de 2021.

No dia 31 de março de 2025, a Companhia efetuou o pagamento final de US\$ 30.000 (R\$ 172.422) para quitação da última parcela da compra do ativo. As condições completas da aquisição foram divulgadas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

12. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS

Política contábil material

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa dos pagamentos requeridos para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

12.1 Perdas prováveis

Com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e sua controlada, e suportadas por opinião de seus consultores jurídicos internos e externos, foram constituídas provisões, no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Processos trabalhistas	1.874	3.252	3.214	4.810
Processos fiscais	1.698	1.472	1.698	1.472
Processos regulatórios	434	386	43.034	41.641
Total	4.006	5.110	47.946	47.923

A Companhia possui 113 processos trabalhistas (85, em 31 de dezembro de 2024), sendo 31 deles classificados como perdas prováveis (45, em dezembro de 2024). A maior parte destas ações trabalhistas estão vinculados a empresas terceirizadas, em que a PetroReconcavo consta como responsável subsidiária no processo.

O valor dos processos regulatórios decorre do fato da subsidiária da Companhia, SPE Tiêta Ltda., ser parte de dois processos administrativos que tramitam na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis com o objetivo de solucionar controvérsias relativas ao Programa Exploratório Mínimo não realizado de dois blocos exploratórios, onde foram atestadas as inexecuções parciais de Unidades de Trabalho que perfazem o montante original de R\$18.896, que deverá ser atualizado, pelo IGP-DI, desde as datas das assinaturas dos contratos de concessão até o mês anterior às datas dos pagamentos, que em 31 de dezembro de 2025 totalizam o valor de R\$ 41.254.

Apesar de ser sido iniciado procedimento de conciliação junto à ANP, no âmbito da aquisição da SPE Tiêta, as vendedoras da SPE Tiêta se obrigaram a indenizar a Companhia no caso de a SPE Tiêta ter de efetuar algum desembolso pelo pagamento das multas cobradas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e, com isso, apresentou uma fiança bancária prestada pelo Banco Itaú no valor de R\$ 42.599 e se obrigaram a depositar mensalmente, em conta caução, o valor da correção monetária, também com base no índice IGP-DI.

12.1.1 Movimentação

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.239	5.299
Provisões constituídas	3.503	45.872
Provisões revertidas	(1.632)	(3.248)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.110	47.923
Provisões constituídas	992	4.298
Provisões revertidas	(2.096)	(4.275)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.006	47.946

12.2 Perdas possíveis

A Companhia possuía em 2025 e em 2024, litígios com probabilidade de perda possível, com base na opinião da Administração e de seus consultores jurídicos, conforme demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Processos trabalhistas	4.044	1.439	6.283	4.098
Processos fiscais	66.096	57.300	82.797	57.300
Processos regulatórios	82.891	49.876	82.965	49.891
Processos cíveis	2.220	1.715	9.161	8.360
Total	155.251	110.330	181.206	119.649

Os processos fiscais são compostos por causas pulverizadas, principalmente de tributos federais.

Notas Explicativas

Os processos trabalhistas são compostos por causas pulverizadas de ex-colaboradores e, principalmente, processos de responsabilidade subsidiária requerendo pagamento de verbas rescisórias, horas extras, adicionais de periculosidade, dentre outras.

12.3 Procedimento arbitral

A PetroReconcavo é parte em um procedimento arbitral instaurado pela própria Companhia, que tramita perante a Câmara de Comércio Internacional (CCI) para discussão sobre contratos de compra e venda de gás natural, onde a Companhia requer que seja declarada a regularidade e validade das operações realizadas nos contratos, reconhecendo a inexistência de débitos e a existência de créditos a seu favor.

O procedimento é confidencial e estava em estágio inicial com a apresentação das Alegações Iniciais e a resposta às Alegações Iniciais com pedido contraposto quando as partes, conjuntamente, requereram a suspensão da arbitragem e instauraram procedimento de mediação voltado à resolução consensual da disputa.

Com isso, a Administração entende que ainda não há outras informações relevantes a serem divulgadas pela Companhia até a presente data, sem que a sua divulgação prejudique seriamente a posição da Companhia.

Os valores dos ativos e passivos reconhecidos nessas demonstrações financeiras relacionados à disputa podem variar conforme o resultado do procedimento arbitral ou da mediação.

13. PROVISÃO PARA ABANDONO DE POÇOS

Política contábil material

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente, desmobilizar e finalizar as atividades.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com abandono de poços são reconhecidos, inicialmente, como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo. Esse reconhecimento ocorre no momento da aquisição de ativos ou com novas perfurações.

Quando a revisão das estimativas resultar em aumento da provisão de abandono de poços um aumento de ativo correspondente é registrado. No caso de diminuição da provisão a diminuição correspondente é registrada no ativo contanto que o valor da redução não supere o valor residual do ativo de provisão de abandono. Eventual parcela excedente é reconhecida imediatamente no resultado na linha de outras receitas e despesas operacionais.

As estimativas são revisadas anualmente com base nas informações mais recentes sobre custos, prazo final de abandono dos ativos e planos de recuperação.

A provisão adicional registrada em 2025 decorre da revisão da estimativa de vida útil dos campos, bem como da atualização das premissas de inflação e da taxa de desconto utilizadas no cálculo da provisão, conforme mencionado na nota explicativa 3.

Notas Explicativas

13.1 Movimentação

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	184.707	189.624
Reversão de provisão	(65.037)	(67.369)
Atualização	17.824	18.262
Baixas	(3.545)	(3.545)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	133.949	136.972
Constituição	8.383	8.383
Reversão	-	(265)
Atualização	14.627	14.958
Baixas	(14.856)	(14.856)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	142.103	145.192
Total do passivo circulante	4.728	4.728
Total do passivo não circulante	137.375	140.464

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Política contábil material

a) “Non Deliverable Forward” (“NDFs”)

O método para reconhecer contabilmente o ganho ou a perda resultante desta mensuração depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de “*hedge*”, no caso da adoção da contabilidade de “*hedge accounting*” (“Hedge”).

O Grupo designa os derivativos como instrumentos de Hedge, quando relacionados às operações futuras altamente prováveis (Hedge de fluxo de caixa) e documenta no início da operação a relação entre os instrumentos de Hedge e os itens protegidos por ele, bem como seus objetivos e estratégias de gestão de riscos. O Grupo também documenta, tanto no início do Hedge, quanto em uma base contínua, se os derivativos que são usados em transações de Hedge são altamente eficazes na compensação de variações no fluxo de caixa dos itens protegidos. O objeto do hedge Accounting são os contratos de receita, ver nota explicativa nº 18.

A parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos que são designados e qualificados como instrumentos de Hedge nas estratégias de Hedge de fluxo de caixa é reconhecida como “Ajuste de avaliação patrimonial” (em “Outros resultados abrangentes”) no patrimônio líquido, descontados dos impostos diferidos. O ganho ou perda relacionado à parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado do exercício.

Os valores acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado nos períodos em que os contratos objeto de Hedge são liquidados, na mesma linha que o item objeto é reconhecido. Quando o Hedge deixa de cumprir os critérios de efetividade, ele é prospectivamente descontinuado e todo ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido, lá permanece enquanto operação ainda possuir expectativa de ocorrer, e sendo, a partir desse momento, os respectivos ganhos e perdas apurados nos instrumentos são reconhecidos no resultado do exercício. Quando a operação prevista não possuir mais expectativa de ocorrer, os ganhos ou perdas acumuladas no patrimônio líquido são imediatamente reciclados para o resultado do exercício.

Notas Explicativas

b) “Zero Cost Collar” (“Collar”)

Os contratos do tipo Collar são uma estratégia de proteção contra flutuações de preços do Petróleo tipo Brent que envolve o lançamento de opções de compra (Call) e a compra de opções de venda (Put), definindo um intervalo de preço e limitando as perdas e ganhos potenciais – os limites.

O “Zero cost collar” é caracterizado pela combinação das opções de compra e venda a prêmios equivalentes. Assim, nessa formulação, não há desembolso inicial, o que justifica a intitulação “Zero Cost Collar”.

O grupo reconhece contabilmente o Collar em seu resultado. Dessa forma, todas as movimentações decorrentes dessa operação possuem efeito na Demonstração do Resultado do Exercício.

A determinação do valor justo desse instrumento financeiro, opções de compra e venda, é feita através do modelo Black & Scholes. Assim, mesmo que a curva futura esteja dentro dos limites do Collar, pode existir uma marcação a mercado positiva ou negativa. Porém, na prática, se a curva do Petróleo tipo Brent seguir a curva futura e estiver dentro dos limites do Collar, o Grupo não terá desembolso nem recebimento efetivo de caixa no vencimento destes contratos.

c) Swap Cambial

A operação de SWAP cambial foi firmada em conjunto com as emissões das debêntures, ver nota explicativa nº 9. A mensuração do valor justo é feita tanto para a ponta ativa quanto para a ponta passiva, estimadas de forma independente e trazidas a valor presente, onde a diferença do resultado entre as pontas gera o valor de mercado do SWAP, que é registrado no resultado do exercício.

No Exercício de 2025, a Companhia operou os seguintes instrumentos derivativos:

Instrumento financeiro	Classificação	Designação
Non Delivery Foward (“NDF”)	Valor justo pelo resultado abrangente	Hedge accounting
Zero Cost Collar (“Collar”)	Valor justo pelo resultado	Não aplicável
Swap Cambial (“Swap”)	Valor justo pelo resultado	Não aplicável

Os contratos de SWAP firmados resultam em um custo médio dolarizado de aproximadamente 7,05% a.a., 6,16% a.a., 5,66% a.a. e 4,80% a.a. para a primeira, segunda, terceira e quarta (apenas série 1) distribuições de debêntures emitidas, respectivamente.

	Notional	Remuneração	Valor justo
<u>1ª Debêntures - Série 1</u>			
Ponta Ativa	R\$ 753.000	IPCA + 7,3249%	799.388
Ponta Passiva	\$ 143.776	VC + 7,03%	869.612
Resultado			(70.224)
<u>1ª Debêntures - Série 2</u>			
Ponta Ativa	R\$ 376.500	12,8886%	376.259
Ponta Passiva	\$ 71.888	VC + 7,10%	435.932
Resultado			(59.673)
<u>2ª Debêntures</u>			
Ponta Ativa	R\$ 650.000	CDI + 1,15%	691.410
Ponta Passiva	\$ 114.695	VC + 6,1643%	668.214
Resultado			23.196
<u>3ª Debêntures</u>			
Ponta Ativa	R\$ 500.000	CDI + 1,1%	561.130
Ponta Passiva	\$ 92.237	VC + 5,66%	542.691
Resultado			18.439

Notas Explicativas

4ª Debêntures – Série 1

Ponta Ativa	R\$ 525.000	IPCA + 7,4564%	519.281
Ponta Passiva	\$ 94.743	VC + 4,80%	519.467
Resultado			(186)

14.1 Composição

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros derivativos		
<i>Collar</i>	14.540	575
<i>NDF</i>	20.515	-
Passivos financeiros derivativos		
<i>SWAP cambial</i>	88.449	368.840
Total	53.394	368.265
Total do ativo circulante	33.771	575
Total do ativo não circulante	1.284	-
Total do passivo circulante	-	1.003
Total do passivo não circulante	88.449	367.837

14.2 Movimentação

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	99.478	99.478
<u>Efeito caixa</u>		
Liquidação de contratos de derivativos	(127.539)	(127.539)
<u>Efeito não caixa – Resultado abrangente</u>		
NDFs	(99.433)	(99.433)
<u>Efeito não caixa – Resultado</u>		
Collar	(293)	(293)
SWAP cambial	368.840	368.840
Derivativos realizados por meio do resultado	127.212	127.212
Saldo em 31 de dezembro de 2024	368.265	368.265
<u>Efeito caixa</u>		
Liquidação de contratos de derivativos	73.322	73.322
<u>Efeito não caixa – Resultado abrangente</u>		
NDFs	(20.515)	(20.515)
<u>Efeito não caixa – Resultado</u>		
Collar	(14.674)	(14.674)
SWAP cambial	(352.122)	(352.122)
Derivativos realizados por meio do resultado	(882)	(882)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	53.394	53.394

Notas Explicativas

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 o capital social estava apresentado como segue:

Ano	Quantidade de ações (i)	Capital social subscrito	Capital a integralizar	Custo com emissão de ações	Efeito fiscal	Capital social líquido
2024	293.452.126	2.907.148	-	(113.140)	38.468	2.832.476
2025	293.472.126	2.907.296	-	(113.140)	38.468	2.832.624

(i) Todas as ações são ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as ações estavam assim distribuídas:

Acionista	PetroReconcavo	
	31/12/2025	31/12/2024
Fundos geridos pelo Opportunity	81.108.689	79.693.489
PetroSantander Luxembourg Holdings S.a.r.l.	57.536.716	57.536.716
Eduardo Cintra Santos	17.210.000	16.970.000
Perbras - Empresa Brasileira de Perfurações Ltda.	12.523.304	12.523.304
Fundos geridos pela Cobas Asset Management	26.083.000	-
Outros acionistas	99.010.417	126.728.617
Total	293.472.126	293.452.126
Ações em tesouraria	(494.198)	(352.936)
Total líquido de ações em tesouraria	292.977.928	293.099.190

No exercício de 2025, a Companhia recomprou 498.000 ações (em 2024, recomprou 702.000) e entregou/vendeu 356.738 (2024, 575.060) ações ordinárias para executivos e colaboradores estratégicos da Companhia, como parte de programas de remuneração baseados em ações. Em 2025, houve integralização ao capital pelos acionistas da Companhia de 148 (em 2024, R\$ 495).

Em 2025, a Companhia mantinha 494.198 ações em tesouraria (352.936 em 31 de dezembro de 2024) ao preço médio de R\$15,95, totalizando R\$7.884 (R\$7.035 em 31 de dezembro de 2024).

a) Movimentação do Capital Social

Evento	Reunião	Data	Ações	Valor
Saldo		31/12/2023	293.338.126	2.905.941
Exercício de opções	Reunião do Conselho de Administração	29/04/2024	42.000	450
Exercício de opções	Reunião do Conselho de Administração	29/05/2024	52.000	556
Exercício de opções	Reunião do Conselho de Administração	27/06/2024	8.000	86
Exercício de opções	Reunião do Conselho de Administração	31/07/2024	8.000	86
Exercício de opções	Reunião do Conselho de Administração	31/07/2024	4.000	29
Saldo		31/12/2024	293.452.126	2.907.148
Exercício de opções	Reunião do Conselho de Administração	30/01/2025	20.000	148
Saldo		31/12/2025	293.472.126	2.907.296

15.2 Reserva de incentivos fiscais

a) Lucro da exploração

A Companhia e sua controlada SPE Tiêta gozam do benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda sobre o resultado de suas operações (ver nota explicativa nº 10).

O incentivo fiscal correspondente apurado no exercício é reconhecido no resultado do exercício e, após apuração do lucro do exercício, é transferido para a reserva de incentivos fiscais (reserva de

Notas Explicativas

lucros). Essa reserva somente poderá ser utilizada para aumentar o capital ou absorver prejuízos. A reserva de capital foi utilizada até o exercício de 2007.

15.3 Reserva para investimento e expansão

Registra a parcela remanescente do lucro líquido ajustado, após o pagamento do dividendo obrigatório, limitada ao montante equivalente a 100% (cem por cento) do capital social, que tem por finalidade:

- (I) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;
- (II) reforço de capital de giro; podendo, ainda, ser utilizada;
- (III) em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações da Companhia.

A constituição da Reserva para Investimento e Expansão pode ser dispensada por deliberação da Assembleia Geral para pagamento de dividendos adicionais ao dividendo obrigatório. Uma vez atingido o limite estabelecido no Artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a respectiva destinação: (a) para capitalização; ou (b) para distribuição de dividendos adicionais ao obrigatório aos acionistas.

No exercício de 2025, a Companhia constituiu para reserva de investimento e expansão R\$ 319.799 e destinou R\$ 300.000 desta reserva para distribuição de dividendos adicionais (2024, R\$ 435.940 para distribuição de dividendos adicionais e juros sobre capital próprio).

15.4 Reserva Legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício, e não deve exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

No exercício de 2025, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$ 31.918 (em 2024, R\$ 21.875).

15.5 Resultado por ação

	PetroReconcavo	
	31/12/2025	31/12/2024
Resultado líquido do exercício	638.352	437.498
Média ponderada de ações emitidas	292.915.649	293.100.768
Resultado básico por ação - R\$	2,1793	1,4927
Média ponderada das ações e das opções de ações emitidas	292.927.293	293.176.559
Resultado diluído por ação - R\$	2,1792	1,4923

15.6 Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Conforme Estatuto Social, os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 25% do lucro líquido, deduzido de eventuais prejuízos acumulados, ajustado pelas reservas legal, de incentivo fiscal e de contingências, caso haja.

Notas Explicativas

a) Cálculo de dividendos mínimos

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado líquido	638.352	437.498
Reserva legal	(31.918)	(21.875)
Reserva de incentivo fiscal	(23.235)	(61.650)
Base para cálculo	583.199	353.973
Percentual	25%	25%
Dividendos mínimos obrigatórios	145.800	88.493

b) Movimentação de dividendos e Juros sobre Capital Próprio

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	-	17.359
Dividendos mínimos distribuídos a título de Juros sobre capital próprio	145.800	88.493
Juros Sobre Capital Próprio	117.600	321.506
Dividendo adicional proposto	300.000	379.000
Impostos retidos – Juros sobre capital próprio	(25.242)	(30.382)
Pagamentos	(238.158)	(775.976)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	300.000	-
Total Passivo circulante	100.000	-
Total Passivo não circulante	200.000	-

No dia 8 de maio de 2025, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 263.400, correspondente ao valor bruto de R\$ 0,900140 por ação. O valor foi integralmente pago em 27 de maio de 2025.

No dia 18 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos no valor total de R\$ 300.000, correspondentes a R\$ 1,023968 por ação.

O pagamento dos dividendos ocorrerá na forma da Lei Lei nº 15.270, de 26 de novembro de 2025, sendo:

- (i) R\$ 100.000, correspondente ao valor de R\$ 0,3413 por ação, em dezembro de 2026;
- (ii) R\$ 100.000, correspondente ao valor de R\$ 0,3413 por ação, em dezembro de 2027; e
- (iii) R\$ 100.000, correspondente ao valor de R\$ 0,3413 por ação, em dezembro de 2028.

15.7 Pagamentos baseados em ações

a) Ações diferidas

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, as reservas de capital apresentaram a seguinte movimentação:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	33.477
Provisão	15.691
Entrega	(11.259)

Notas Explicativas

Saldo em 31 de dezembro de 2024	37.909
Provisão	14.122
Entrega	(6.474)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	45.557

- Incentivo de longo prazo (“ILP”)

O programa de ILP concede aos Participantes ações restritas (durante o período de *vesting*) em duas parcelas distintas, a parcela de retenção e a parcela *Total Shareholder Return* (“TSR”). O pagamento depende da permanência dos executivos na Companhia e da valorização da ação, respectivamente. Cada parcela representa 50% das ações outorgadas.

Os seguintes contratos de ações diferidas e incentivos de longo prazo vigoravam:

	Quantidade	Outorga	Validade	Valor	Valor do “vested”	
(i)			(ii)	(iii)	31/12/2025	31/12/2024
ILP 2022 - Parcelas Retenção e TSR	36.598	31/05/2022	2023–2025	-	14.192	14.822
ILP 2023 - Parcelas Retenção e TSR	616.129	2023-2024	2024–2027	12.850	9.652	7.146
ILP 2024 - Parcelas Retenção e TSR	551.491	29/04/2024	2025–2027	11.695	6.329	3.282
ILP 2025 - Parcelas Retenção e TSR	1.286.780	30/04/2025	2026–2028	9.326	2.725	-
ILP 2025 – Parcelas Retenção e TSR (iv)	199.705	18/12/2025	2026-2028	1.447	-	-
Total	2.690.703			35.318	32.898	25.250

(i) Em consonância com o CPC 10 (R1), a Companhia reconheceu despesas relativas às outorgas das ações diferidas, em contrapartida de reservas de capital, considerando a intenção da Companhia de efetuar essa liquidação com entrega de ações. Adicionalmente, os encargos trabalhistas são reconhecidos como provisão no passivo da Companhia.

(ii) A validade do plano representa o final do período de aquisição de direito (“*Vesting period*”).

(iii) Representa o valor justo total do plano. Para os planos em que a condição de serviço se limita ao tempo de serviço, o valor justo é determinado com base na cotação de mercado da ação na data da outorga (Benefício Extraordinário e Benefício de Metas Anuais). Já para os planos em que a condição de serviço depende tanto do tempo de serviço quanto da valorização da ação, o valor justo é determinado utilizando-se a metodologia Monte Carlo (ILPs).

(iv) Em 18 de dezembro de 2025, a Companhia outorgou 199.705 ações no âmbito de novo Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP). Não houve reconhecimento contábil no exercício de 2025, tendo em vista que a outorga ocorreu ao final do período.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não existiam ações *vesteds* e não distribuídas.

Ações	31/12/2023	Outorgadas	Canceladas	Entregues	31/12/2024
		(i)			
Benefício Extraordinário – 4ª parcela	200.402	-	(13.249)	(187.153)	-
Benefício Metas anuais 2020	233.064	-	(18.738)	(214.326)	-
ILP 2022 – Parcelas Retenção e TSR	629.696	7.127	-	(112.076)	524.747
ILP 2023 – Parcelas Retenção e TSR	617.653	147.695	-	(61.505)	703.843
ILP 2024 – Parcelas Retenção e TSR	-	603.014	-	-	603.014
Total	1.680.815	757.836	(31.987)	(575.060)	1.831.604

Ações	31/12/2024	Outorgadas	Canceladas	Entregues	31/12/2025
			(ii)		
ILP 2022 – Parcelas Retenção e TSR	524.747	38.890	(349.815)	(177.224)	36.598
ILP 2023 – Parcelas Retenção e TSR	703.843	30.853	-	(118.567)	616.129
ILP 2024 – Parcelas Retenção e TSR	603.014	9.424	-	(60.947)	551.491
ILP 2025 – Parcelas Retenção e TSR	-	1.286.780	-	-	1.286.780
ILP 2025 – Parcelas Retenção e TSR	-	199.705	-	-	199.705
Total	1.831.604	1.565.652	(349.815)	(356.738)	2.690.703

Notas Explicativas

- (i) O Conselho de Administração aprovou a outorga de 147.695 (em 2024, 147.695) ações ordinárias a novos participantes contratados pela Companhia após a aprovação do Programa Parcelas Retenção e TSR 2023. Adicionalmente, em abril de 2024, o mesmo Conselho aprovou a outorga do Programa de Parcelas Retenção e TSR 2024. Em setembro de 2024, o conselho de Administração aprovou também a outorga de 34.666 ações para novos participantes contratados pela Companhia após a aprovação do ILP de 2024.
- (ii) A Companhia cancelou a totalidade das ações destinadas aos executivos referentes à parcela TSR, em virtude do não atingimento das metas previamente estabelecidas para a distribuição da referida parcela, no âmbito do programa de bonificação referente ao exercício de 2022.

b) Opções de ações

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2014 e de 2016, a Companhia concedeu a executivos e colaboradores que ocupam posições estratégicas um plano de remuneração baseado em opções de ações. Em função do desdobramento das ações da Companhia, ocorrido em 1º de abril de 2021, cada opção de compra pode ser convertida em duas ações ordinárias da Companhia no momento do exercício da opção.

Os seguintes contratos de opções de ações vigoraram em 31 de dezembro de 2025. As quantidades de opções são aquelas remanescentes e não exercidas.

Data de emissão	Quantidade residual	Outorga	Validade	Preço de exercício (R\$)	Valor justo (R\$)
13/05/2016	15.000	13/05/2016	12/05/2026	14,81	11,93

Não há saldo restante do valor justo estimado a ser reconhecido no resultado nos próximos exercícios, uma vez que as condições de serviço foram cumpridas no exercício de 2019.

No exercício findo em 2025, foram exercidas 10.000 opções (2024, 57.000) e zero opções foram canceladas (2024, zero). A Companhia recebeu R\$ 148 (2024, R\$1.207) referente ao exercício dessas opções e não possui saldo a receber a título de capital subscrito a integralizar. Não houve opções expiradas nos exercícios de 2025 e de 2024.

15.8 Ajustes de avaliação patrimonial

No exercício de 2025, a Companhia reconheceu a parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos, líquido de impostos, que são designados e qualificados como “*hedge*” de fluxo de caixa no montante de R\$13.540 (R\$65.626, em 2024).

16. PARTES RELACIONADAS

16.1 Saldos e Transações

Saldos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<u>Outros ativos:</u>				
SPE Tiêta (i)	3.165	27.399	-	-
<u>Fornecedores:</u>				
SPE Tiêta (i)	2.597	3.314	-	-
Grupo PERBRAS (ii)	5.027	2.054	5.027	2.272
Grupo PetroSantander (iii)	-	1	-	1
Total fornecedores	7.624	5.369	5.027	2.273

Notas Explicativas

Transações – Receitas (despesas)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
SPE Tiêta (i)	31.667	38.864	-	-
Grupo PERBRAS (ii)	(4.503)	(4.507)	(4.509)	(4.783)
Grupo PetroSantander (iii)	(961)	(335)	(961)	(335)
Rateios (iv)	44.763	23.805	-	-
Total	70.966	57.827	(5.470)	(5.118)

(i) Refere-se a prestação de serviços (sondas e diversos), venda de materiais e gás natural entre as empresas do grupo.

(ii) A Companhia possui transações com a acionista PERBRAS - Empresa Brasileira de Perfuração Ltda., a qual realiza serviços com sondas de produção terrestres e outros serviços diversos de suporte à produção, suportado por contrato de prestação de serviço na modalidade de preços unitários.

(iii) A Companhia possui transações com a PetroSantander Management Inc., a PetroSantander Colômbia e a PetroSantander Holdings GMBH que prestam assistência técnica e consultoria especializada na modalidade de “homem hora” relativa à exploração e produção de poços de petróleo, cujo contrato de prestação de serviço não prevê encargos financeiros.

(iv) Refere-se aos rateios de gastos corporativos.

16.2 Remuneração da administração

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Benefícios - Diretoria (i)	14.003	10.793
Benefícios - Conselho de Administração (i)	4.884	4.858
Outros benefícios (ii)	469	418
Pagamento baseado em ações (iii)	7.320	9.638
Subtotal	26.676	25.707
Encargos sociais (iv)	4.018	3.491
Total	30.694	29.198

(i) Refere-se ao pró-labore, líquido de encargos sociais, e bônus dos diretores estatutários e dos conselheiros da Companhia.

(ii) Refere-se às contribuições feitas pela Companhia em plano de previdência privada.

(iii) Referem-se a pagamentos e ao *vesting*, líquido de encargos, dos programas descritos na nota explicativa nº15.7.

(iv) Referem-se aos encargos sociais de ônus do empregador referente à remuneração dos diretores estatutários e conselheiros da Companhia.

A remuneração da Administração é determinada pelos acionistas. Em 24 de abril de 2024, os acionistas definiram, em Assembleia Geral Ordinária, a remuneração máxima para o exercício de 2025 no montante de R\$37.643 (2024, R\$34.222), excluindo-se encargos sociais de ônus do empregador.

17. DIREITOS E COMPROMISSOS COM A ANP – AGÊNCIA DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS

17.1 Compromissos e direitos dos campos em produção

O Grupo é concessionário de 58 campos de petróleo subdivididos entre o Polo Remanso, Polo Miranga e Polo Tieta (em conjunto “Ativo Bahia”), e o Polo Potiguar (“Ativo Potiguar”) além de possuir direito a blocos exploratórios nos ativos Bahia e Potiguar.

As seguintes participações governamentais e de terceiros deverão ser pagas pela Companhia em decorrência da retenção e das atividades nesses campos:

Notas Explicativas

Participações	Detalhes
"Royalties"	Os Royalties equivalem ao percentual de 7,5% até 10% aplicado sobre a produção bruta de petróleo e/ou gás natural, a partir da data de início da produção comercial da Área de Concessão (31 de dezembro de 2025, R\$ 198.434 e 31 de dezembro de 2024, R\$ R\$ 196.246). O pagamento aos proprietários de terra corresponde ao equivalente a 1% (um por cento) da produção de petróleo e gás natural, de acordo com a legislação brasileira aplicável (31 de dezembro de 2025, R\$ 29.260 e 31 de dezembro de 2024, R\$ 28.396).
Participação especial	No montante definido no Decreto das Participações 2.705/98 e Portaria da ANP 10/99.
Pagamento pela ocupação ou retenção da Área de Concessão	Para cada campo existe um valor em R\$ por quilômetro quadrado, que varia de acordo com o contrato de concessão de cada campo e com o estágio de operação de cada campo, que podem ser: (i) fase de exploração; (ii) fase de desenvolvimento; e (iii) fase de produção. Todos os campos estão na fase de produção.

17.2 Compromissos e direitos de blocos exploratórios

Pelos termos dos contratos de concessão, em caso de descoberta e comprovação de jazida comercialmente explorável, a Companhia tem garantidos os direitos de desenvolver e produzir, por um período de 27 anos, petróleo e gás nos campos comerciais que venham a ser delimitados dentro dos limites desses blocos.

Companhia	Área Bloco	Bloco	Situação
PetroReconcavo	Bacia Potiguar	POT-T-702	Em desenvolvimento
PetroReconcavo	Bacia Potiguar	POT-T-742	Em prospecção
PetroReconcavo	Bacia Potiguar	POT-T-793	Em prospecção
SPE Tiêta	Bacia do Recôncavo	REC-T-129	Valor reduzido a R\$0
SPE Tiêta	Bacia do Recôncavo	REC-T-142	Valor reduzido a R\$0
SPE Tiêta	Bacia do Recôncavo	REC-T-155	Valor reduzido a R\$0

18. RECEITA LÍQUIDA

Política contábil material

A Companhia examina os contratos com seus clientes relacionados à comercialização de petróleo, gás natural e seus subprodutos, além de serviços prestados. Esses contratos são analisados para o reconhecimento de receitas e para identificar os diferentes produtos e serviços acordados em cada contrato.

O reconhecimento das receitas de vendas acontece quando o controle dos produtos é transferido para o cliente, o que normalmente se dá no momento da entrega. É neste ponto que a empresa cumpre com sua obrigação de desempenho.

São consideradas obrigações de desempenho as promessas de transferir ao cliente:

- Bem que seja distinto; e
- Uma série de bens distintos que possuam as mesmas características ou sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

A receita é mensurada com base no valor da contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca das transferências dos bens ou serviços prometidos ao cliente, excluindo valores cobrados

Notas Explicativas

em nome de terceiros. Os preços nas transações são estabelecidos de acordo com os valores especificados nos contratos com os clientes, refletindo as metodologias e políticas de preços da empresa, baseadas em critérios de mercado.

As vendas são realizadas em prazos curtos de recebimento, não havendo assim componentes de financiamento significativo.

18.1 Composição

As receitas de petróleo estão diretamente vinculadas ao preço do petróleo tipo Brent, cujas cotações são negociadas livremente nos mercados externos e ao preço contratual de venda do gás natural e seus subprodutos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<u>Receita bruta:</u>				
Venda de Petróleo	1.628.698	2.026.051	2.113.133	2.440.303
Venda de Gás e subprodutos	1.547.565	1.475.199	1.554.086	1.480.337
Prestação de Serviços	41.583	43.315	41.583	43.315
Contrato de Hedge	882	(127.212)	882	(127.212)
Total	3.218.728	3.417.353	3.709.684	3.836.743
<u>(-) Deduções sobre a receita</u>	(505.950)	(532.713)	(552.075)	(572.189)
Receita líquida	2.712.778	2.884.640	3.157.609	3.264.554

19. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DOS GASTOS RECONHECIDOS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(277.989)	(255.839)	(284.002)	(274.271)
Serviços e Materiais	(632.180)	(508.516)	(720.753)	(553.842)
Eletricidade	(70.921)	(71.254)	(71.792)	(72.093)
Vendas	-	(3.940)	-	(3.940)
Outras	(11.270)	(80.397)	(10.430)	(73.920)
Compra/"Swap" de gás	(104.706)	(61.941)	(104.707)	(61.951)
Escoamento de gás	(11.408)	(18.713)	(11.408)	(18.713)
Processamento de gás	(189.748)	(219.741)	(189.748)	(219.741)
Transporte de gás	(94.251)	(118.406)	(94.419)	(118.405)
Royalties	(184.024)	(186.893)	(227.694)	(224.642)
Depreciação, amortização e depleção	(538.941)	(508.275)	(721.077)	(694.816)
Total	(2.115.438)	(2.033.915)	(2.436.030)	(2.316.334)
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(1.852.329)	(1.809.580)	(2.136.173)	(2.072.805)
Gerais e administrativas	(206.454)	(188.963)	(239.996)	(208.715)
Outras receitas (despesas) líquidas	(56.655)	(35.372)	(59.861)	(34.814)
Total	(2.115.438)	(2.033.915)	(2.436.030)	(2.316.334)

Notas Explicativas

20. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Juros e rendimentos, líquidos	48.553	42.174	55.252	50.552
Total receitas financeiras	48.553	42.174	55.252	50.552
Despesas financeiras:				
Juros com empréstimos	-	(63.302)	-	(63.302)
Outros juros	(3.940)	(6.698)	(4.543)	(7.869)
Juros sobre abandono de poço	(14.627)	(17.824)	(14.958)	(18.262)
Despesas bancárias e outras	(11.782)	(62.362)	(12.527)	(66.571)
Juros sobre debêntures	(281.098)	(84.840)	(281.098)	(84.840)
Total despesa financeira	(311.447)	(235.026)	(313.126)	(240.844)
Variação cambial:				
Variação cambial ativa	49.728	202.365	114.328	239.017
Variação cambial passiva	(82.578)	(264.876)	(168.635)	(264.993)
Total variação cambial	(32.850)	(62.511)	(54.307)	(25.976)
Instrumentos financeiros:				
SWAP cambial	352.122	(368.840)	352.122	(368.840)
Zero Cost Collar	14.674	293	14.674	293
Total Instrumentos financeiros	366.796	(368.547)	366.796	(368.547)
Total	71.052	(623.910)	54.615	(584.815)

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

21.1 Gestão de risco de capital

O Grupo administra seu capital para assegurar que suas operações possam continuar com suas atividades normais. A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e do mercado, além de manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas do seu segmento operacional. Os instrumentos de dívida atualmente em vigor referem-se a debêntures na Controladora.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo patrimônio líquido da mesma (que inclui capital, reservas, reserva de lucros, conforme apresentado na nota explicativa nº 15) e debêntures (ver nota explicativa nº 9).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Administração revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, a Administração avalia as eventuais necessidades (ou não) de financiamentos para as suas atividades e programas de investimento, bem como o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Notas Explicativas

21.2 Categoria de instrumentos financeiros e hierarquia do valor justo

A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (*“non performance risk”*), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo:

- As mensurações do valor justo do Nível 1 são aquelas resultantes dos preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- As mensurações do valor justo do Nível 2 são aquelas resultantes de outras informações que não sejam os preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta (por exemplo, como preços) ou indiretamente (por exemplo, resultante dos preços); e
- As mensurações do valor justo do Nível 3 são aquelas resultantes de técnicas de avaliação que incluem informações do ativo ou passivo que não se baseiam em dados observáveis de mercado (informações não observáveis).

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros					
Custo amortizado (i)					
Caixa e equivalentes de caixa	4	172.275	259.482	229.508	295.548
Aplicações financeiras	4	1.200.608	522.269	1.400.532	777.903
Contas a receber de clientes	5	308.050	373.525	319.198	419.240
Valor justo através do resultado abrangente (ii)					
Instrumentos financeiros derivativos	14	20.515	-	20.515	-
Passivos financeiros					
Custo amortizado (i)					
Fornecedores	8	386.149	399.559	396.355	429.586
Valores a pagar de aquisições	11	18.515	-	18.515	-
Debêntures (iii)	9	3.105.016	1.792.321	3.105.016	1.792.321
Dividendos a pagar	15	300.000	-	300.000	-
Valores a pagar de arrendamentos		23.597	15.242	26.295	22.237
Valor justo através do resultado (ii)					
Valores a pagar por aquisições	11	-	213.077	-	213.077
Instrumentos financeiros derivativos	14	32.879	368.265	32.879	368.265

(i) Não existem diferenças relevantes entre o valor contábil e o valor justo considerando os prazos e as características desses ativos e passivos, exceto quando indicado.

(ii) Itens mensurados ao valor justo do Nível 2.

(iii) O valor justo das debêntures difere de seu custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2025, o valor justo das debêntures era de R\$ 3.035.917.

Notas Explicativas

21.3 Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia e sua controlada apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras e dessa nota explicativa.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendem os seus papéis e obrigações.

A Companhia não opera instrumentos financeiros derivativos com fins especulativos, todos derivativos contratados têm como objetivo mitigar os riscos oriundos das exposições da Companhia em suas atividades.

A Administração faz a gestão do caixa de forma unificada já que pode acessar os recursos da sua Controlada sem restrições.

Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

a) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

- Caixa e Equivalentes

Os depósitos bancários e investimentos são efetuados em instituições financeiras de primeira linha, seguindo as diretrizes estabelecidas na Política de Risco de Contrapartes e Emissores. Os investimentos nessas instituições estão detalhados na nota explicativa nº 4, onde as contrapartes possuem classificação de crédito mínima A-, em escala nacional, e são consideradas como tendo baixo risco de crédito para fins da avaliação da redução ao valor recuperável. As informações sobre a classificação de crédito são fornecidas por agências de classificação independentes quando disponíveis e, se não disponíveis, o Grupo usa outras informações financeiras publicamente disponíveis e seus próprios registros de negociação para classificar seus principais clientes. A exposição do Grupo e as classificações de crédito das suas contrapartes são continuamente monitoradas e o valor agregado das transações concluídas é dividido entre as contrapartes aprovadas.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em instituições financeiras, de acordo com as estratégias previamente aprovadas pela Administração, detalhados na nota explicativa nº 4.

Notas Explicativas

• Contas a receber

O risco surge da possibilidade da Companhia e sua controlada virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, conforme detalhado na nota explicativa nº 5.

A fim de minimizar o risco de crédito, o Grupo negocia apenas com contrapartes que possuem capacidade de crédito. Antes de aceitar novos clientes, o Grupo avalia o risco de crédito do potencial cliente e a depender do resultado avalia a necessidade de contratação de seguro de risco de crédito (ver nota explicativa nº 22). Conforme descrito na nota explicativa nº 5, o Grupo possui valores provisionados a títulos de PCE oriundos de transações ocorridas em contratos de compra e venda de gás natural durante o exercício de 2022. Parte dos recebíveis referentes ao supracitado contrato estão vencidos.

Durante o exercício de 2025, cerca de 83% da receita do grupo estava concentrada com clientes que representaram mais do que 10% da receita do ano. As três maiores concentrações representaram, 22%, 28% e 33% do total da receita. No exercício de 2024, a concentração estava em três clientes que somavam 86% (20%, 29% e 37%) das receitas do Grupo.

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

A Administração julga que a Companhia tem risco baixo de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa e sua estrutura de capital com moderada participação de capital de terceiros. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas que julgue adequadas, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos.

O fluxo nominal (não descontado) consolidado de principal e juros dos financiamentos e dos instrumentos financeiros, por vencimento, é apresentado a seguir:

Vencimento	2026	2027	2028+	Total
Debêntures, líquidas do swap cambial (ii)	189.338	190.766	3.663.194	4.043.298
Instrumentos financeiros derivativos (NDF e Zero Cost Collar)	(32.991)	(1.333)	-	(34.324)
Valores a pagar por aquisições	18.515	-	-	18.515
Fornecedores (i)	265.879	-	-	265.879
Valores a pagar de arrendamentos	19.173	3.561	3.561	26.295

(i) Conforme divulgado na nota explicativa nº 8, os valores alocados no passivo não circulante dizem respeito a títulos de fornecedores em disputa cuja previsão de pagamento excede 12 meses. Dessa forma, por não possuir uma data específica para liquidação desse passivo, tais valores não foram apresentados no cronograma acima.

(ii) A emissão das debêntures ocorreu em uma operação casada à aquisição dos Instrumentos Financeiros de SWAP, e por esse motivo, todo o efeito do derivativo é apresentado líquido.

c) Risco de mercado

• Taxa de câmbio

Durante o exercício de 2025, 97% (2024, 98%) das receitas operacionais brutas da Companhia e de sua controlada estavam vinculadas à taxa de câmbio do dólar norte-americano no momento do

Notas Explicativas

faturamento. No caso do petróleo, as receitas se referem à venda atrelada ao preço do Brent, cotado em dólares norte-americanos. Para o gás natural e seus derivados, as receitas estão vinculadas tanto a contratos atrelados ao preço do Brent, como a contratos com preços fixos e variáveis em dólares. Os únicos contratos de venda, nesse período, cuja precificação se encontravam em reais se referiam à venda de GLP e prestação de serviços de sonda.

A Controladora, nos dias 4 de junho de 2024, 11 de outubro de 2024, 4 de julho de 2025 e 18 de dezembro de 2025 realizou, respectivamente, sua 1ª, 2ª, 3ª e 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em uma operação casada com a aquisição de Instrumentos derivativos de SWAP cambial (ver nota explicativa nº 9).

O Grupo possui registrado na rubrica de valores a pagar por aquisições parcela referente à aquisição de ativos cujo valor está atrelado ao dólar-norte americano. Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo havia reconhecido um passivo total de US\$ 3.559 (R\$18.515) (US\$34.410 (R\$213.077) em 2024).

O Grupo mantém aplicações financeiras em fundos cambiais para reduzir sua exposição a passivos em dólar.

Controladora						
	Risco	Taxa (a)	Exposição R\$	Provável	25% (b)	50% (b)
<u>Ativo</u>						
Aplicações financeiras	Alta do US\$	5,5000	901.381	900.988	1.126.726	1.352.072
<u>Passivo</u>						
Valores a pagar de aquisições	Alta do US\$	5,5000	18.515	18.508	23.144	27.773
Debêntures (c)	Alta do US\$	5,5000	2.953.830	2.952.541	3.692.287	4.430.745
Efeito líquido no resultado				903	(517.741)	(1.035.483)

Consolidado						
	Risco	Taxa (a)	Exposição R\$	Provável	25% (b)	50% (b)
<u>Ativo</u>						
Aplicações financeiras	Alta do US\$	5,5000	1.081.996	1.081.526	1.352.497	1.622.996
<u>Passivo</u>						
Valores a pagar de aquisições	Alta do US\$	5,5000	18.515	18.508	23.144	27.773
Debêntures (c)	Alta do US\$	5,5000	2.953.830	2.952.541	3.692.287	4.430.745
Efeito líquido no resultado				825	(472.587)	(945.174)

(a) A taxa de conversão (R\$ para US\$) utilizada nas tabelas de sensibilidade como cenário provável foi obtida no Banco Central do Brasil e corresponde à taxa do dólar no Sistema de Expectativas de Mercado para dezembro de 2025. Em 31 de dezembro de 2025 a taxa era de R\$ 5,5024.

(b) Os cenários consideram as variações de 25% e 50% sobre o real. Ambos projetam cenários de estresse (seja baixa ou alta do câmbio) sobre o dólar efetivo de 31 de dezembro de 2025.

(c) A emissão das debêntures ocorreu em uma operação casada à aquisição dos Instrumentos Financeiros de SWAP, e por esse motivo, todo o efeito desse derivativo é refletido nessa dívida.

- Taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia, e sua controlada, virem a incorrer em perdas por flutuações nas taxas de juros aplicadas a seus ativos (aplicações) ou passivos (debêntures) no mercado.

Notas Explicativas

Na ponta ativa, a Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes, vinculadas à variação do CDI. Possui também exposição a variações na taxa de juros nos Estados Unidos para a parcela do caixa investida em moeda estrangeira.

Controladora						
	Risco	Taxa (a)	Contábil	Provável	25% (b)	50% (b)
<u>Ativo</u>						
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	12,25%	196.043	220.058	218.098	210.747
Aplicações financeiras	Baixa da US Treasury	3,50%	477.121	493.820	489.987	485.698
Efeito no resultado				(5.847)	(11.640)	(23.281)

Consolidado						
	Risco	Taxa (a)	Contábil	Provável	25% (b)	50% (b)
<u>Ativo</u>						
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	12,25%	272.419	305.790	303.066	292.851
Aplicações financeiras	Baixa da US Treasury	3,50%	657.736	680.757	675.473	669.561
Efeito no resultado				(8.120)	(16.128)	(32.256)

(a) As taxas utilizadas na tabela de sensibilidade como cenário provável foram obtidas no Banco Central do Brasil e na Bloomberg. Para o CDI, utilizamos como referência a expectativa do Bacen para 2025. Para a US Treasury, utilizamos a expectativa US 2-year para Q4 25.

(b) Os cenários consideram as variações de 25% e 50% sobre as taxas. Ambos projetam cenários de estresse (seja baixa ou alta do índice) sobre a taxa efetiva de 31 de dezembro de 2025.

• Preços das *commodities*

Durante o exercício de 2025, 75% das receitas operacionais brutas da Companhia estavam diretamente vinculadas ao preço do petróleo tipo Brent, cujas cotações são negociadas livremente nos mercados externos (2024, 77%).

A maioria dos contratos de gás natural não possui relação direta ao preço do petróleo. Além disso, boa parte dos demais contratos de gás, ainda que vinculados ao preço petróleo, possuem preço mínimo pré-definido.

Como forma de se proteger das volatilidades do mercado de petróleo, a Companhia mantinha diversos contratos de “*hedge*”, tendo protegido um volume de aproximadamente 183 mil barris em NDF e 1.110 mil barris no Collar (23% da produção líquida de petróleo do exercício) no exercício de 2025 (Em 2024, 941 mil barris, 25% da produção líquida de petróleo do exercício) a um preço médio nas NDFs de US\$65,20/bbl e no Collar Put de US\$64,89/bbl e Call US\$89,41/bbl em 31 de dezembro de 2025 (Em 2024, US\$58,10/bbl).

Controladora						
	Risco	Preço (a)	Contábil	Provável	25% (b)	50% (b)
Receita líquida - Óleo	Baixa do Brent	60,30	1.477.881	985.069	869.124	559.420
Receita líquida - Gás	Baixa do Brent	60,30	1.195.597	1.184.133	1.169.508	1.139.797
Hedge	Baixa do Brent	60,30	882	2.498	73.220	221.779
Total			2.674.360	2.171.700	2.111.852	1.920.996
Provável efeito no resultado				(502.660)	(562.508)	(753.365)

Notas Explicativas

Consolidado						
	Risco	Preço (a)	Contábil	Provável	25% (b)	50% (b)
Receita líquida - Óleo	Baixa do Brent	60,30	1.917.506	1.666.481	1.438.176	958.784
Receita líquida - Gás	Baixa do Brent	60,30	1.202.684	1.191.220	1.176.595	1.146.883
Hedge	Baixa do Brent	60,30	882	2.498	73.220	221.779
Total			3.121.072	2.860.199	2.687.991	2.327.446

Provável efeito no resultado

(260.872) (433.080) (793.625)

(a) Os preços das commodities utilizados na tabela de sensibilidade como cenário provável foram obtidas na agência de precificação de commodities ICE, e representam a média dos próximos 12 meses.

(b) Os cenários consideram uma desvalorização do indexador em 25% e 50% sobre a média do preço do Brent demonstrados no cenário contábil.

A tabela a seguir descreve os contratos de NDF e opções em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Controladora e Consolidado			
NDF	Preço médio (US\$)	Quantidade (bbl)	Valor justo
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
Menos de 3 meses	64,22	270.000	5.407
De 3 a 6 meses	63,88	273.000	5.408
De 6 a 12 meses	61,85	914.000	8.033
Total		1.457.000	18.848

Controladora e Consolidado				
Zero cost collar	Preço médio (US\$)		Quantidade (bbl)	Valor justo
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
	Put	Call		
Menos de 3 meses	60,00	69,75	360.000	2.949
De 3 a 6 meses	60,00	69,75	364.000	5.317
De 6 a 12 meses	60,00	69,75	368.000	6.274
Total			1.092.000	14.540

22. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerente às suas operações. Durante o exercício de 2025 e de 2024 a Companhia possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, ambientais, responsabilidade civil e outros.

22.1 Controladora e Consolidado

Modalidade	Moeda	Valor em Risco		Valor máximo indenizável	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Riscos Ambientais	US\$	N/A	N/A	10.000	10.000
Danos Materiais	US\$	464.881	409.743	45.000	45.000
Responsabilidade Civil	US\$	N/A	N/A	6.000	6.000
D&O Empresarial	R\$	150.000	130.000	150.000	130.000
Seguro de Descomissionamento	R\$	N/A	23.325	N/A	23.325
Risco de Crédito	R\$	2.191.468	2.350.000	320.000	320.000
Total		2.806.349	2.913.068	531.000	534.325

Notas Explicativas

23. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O Grupo desenvolve atividades única e exclusivamente de extração de Petróleo e Gás (E&P), seja na venda de produtos, seja na prestação de serviços, que representa 100% da receita líquida da Companhia. Essa atividade é considerada como um único segmento por parte da Administração da Companhia.

As informações reportadas à Administração da Companhia (principal tomador de decisões operacionais) para alocar recursos e avaliar o desempenho são revistos mensalmente através dos relatórios gerenciais de resultado que apresentam as despesas por centro de custo. A Administração da Companhia avalia investimentos, gastos, produção, outros indicadores operacionais e toma suas decisões com base nas informações consolidadas de todas as empresas do Grupo.

24. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Durante os exercícios de 2025 e de 2024, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram caixa, portanto estas não estão refletidas nas demonstrações de fluxos de caixas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adições por novos contratos IFRS 16	36.426	22.884	36.426	22.884
Valores a pagar de aquisições - UPGN Guamaré	18.515	-	18.515	-
Dividendos a pagar	300.000	-	300.000	-
Contraprestação contingente - SPE Tiêta	-	22.033	-	22.033
<u>Transações com impacto no imobilizado</u>				
Reversão de provisão para abandono de poço	-	(65.037)	(265)	(66.924)
Provisão para abandono de poço	8.383	-	8.383	-
Total	<u>363.324</u>	<u>(20.120)</u>	<u>363.059</u>	<u>(22.007)</u>

25. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 29 de dezembro de 2025, a Companhia concluiu a liquidação financeira de sua 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, totalizando R\$ 750 milhões, sendo R\$ 525 milhões na 1ª série e R\$ 225 milhões na 2ª série. As debêntures foram emitidas com remuneração de IPCA + 7,4564% a.a. (1ª série) e IPCA + 7,2833% a.a. (2ª série).

Ainda em dezembro de 2025, a Companhia contratou instrumentos derivativos do tipo swap para a 1ª série, com o objetivo de dolarização da dívida, resultando em um custo médio dolarizado equivalente a 4,80% a.a. e duration aproximada de 6,5 anos.

Em 12 de janeiro de 2026, a Companhia contratou instrumentos derivativos (swaps) para a 2ª série da 4ª emissão de debêntures, também com o objetivo de dolarização da dívida. Em conjunto com os referidos swaps, a 2ª série passou a apresentar um custo médio dolarizado equivalente a 5,15% a.a., com duration aproximada de 9 anos.

Considerando os instrumentos derivativos contratados para ambas as séries, a emissão passou a apresentar uma taxa média ponderada equivalente a 4,91% a.a. e duration média aproximada de 7,25 anos.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da
PetroReconcavo S.A.
Mata de São João - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da PetroReconcavo S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação ao principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Provisão para abandono de poços

Conforme divulgado nas notas explicativas 3.3 e 13 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui contabilizado provisão para abandono de poços e ativos de petróleo e gás correlatos (ARO) no montante de R\$ 145.192 mil. Devido à natureza das suas operações, a Companhia incorrerá em custos associados com o encerramento de atividades, desmobilização e recuperação de áreas degradadas quando do encerramento da produção de petróleo e gás em cada área correspondente. Estimar os custos associados a estas atividades futuras exige considerável julgamento em relação a fatores como o período de utilização de determinada área, o tempo necessário para reabilitá-la, mensuração do custo com abandono e determinadas premissas econômicas como taxas de inflação e de desconto. Devido ao nível de incerteza na determinação da estimativa que pode impactar o valor da provisão para abandono de poços nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do processo da Companhia sobre as estimativa de provisão para abandono de poços, incluindo identificação das premissas chave que compreendem o prazo para o abandono da área, os custos estimados de abandono e as taxas de inflação e desconto; (ii) análise das premissas econômicas utilizadas na determinação das taxas de inflação e de desconto através da comparação com dados obtidos de fontes externas; (iii) análise da previsão da época do abandono a partir das projeções de produção e estimativa da data limite da economicidade do ativo; (iv) com auxílio de nossos especialistas de modelos financeiros, analisamos as premissas utilizadas, incluindo o método de quantificação de custo e a mensuração do custo estimado de abandono, considerando os serviços principais que serão requeridos quando do abandono; (v) análise da movimentação da provisão para abandono de poços; (vi) conferência aritmética dos resultados das estimativas, confrontando-os com as informações contábeis e relatórios gerenciais; e (viii) avaliação da adequação da divulgação da provisão para abandono de poços.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados consideramos que os critérios e premissas, que estão consistentes com a avaliação da Diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.3 e 13, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 19 de março de 2025, sem modificação.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados

às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 18 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O

Daniel de Araujo Peixoto
Contador CRC BA - 025348/O

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RELATÓRIO ANUAL DAS ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

O presente Relatório Anual das Atividades do Comitê de Auditoria Estatutário – Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2025 (“Relatório”) foi elaborado em conformidade com as disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis às companhias abertas, especialmente a legislação societária e a regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

O Relatório integra o conjunto de informações que acompanham as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, sendo disponibilizado aos acionistas e ao mercado por meio do sistema da CVM, da entidade administradora do mercado em que os valores mobiliários da Companhia são admitidos à negociação, bem como no website de Relações com Investidores da Companhia: ri.petroreconcavo.com.br.

CONTEXTO INSTITUCIONAL E ESTRUTURA DO COMITÊ

No dia 5 de maio de 2021, a Petroreconcavo se tornou uma empresa pública listada na B3, a Bolsa do Brasil. Essa data, que simboliza uma enorme conquista, marca também a renovação de nosso compromisso com acionistas, colaboradores e a sociedade. E, no intuito de honrar com excelência tal compromisso (ou o compromisso firmado), estar em conformidade com a legislação e com as boas práticas de governança, a Companhia, por meio da AGO realizada em 23 de fevereiro de 2021, instituiu o Comitê de Auditoria Estatutário (“Comitê de Auditoria”, “Comitê”).

O Comitê de Auditoria é composto por 3 (três) membros, com mandato unificado de 2 (dois) anos, que coincide com o prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração, permitida a reeleição. Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário foram nomeados pelo Conselho de Administração e tem em sua composição 1 (um) conselheiro de administração independente, e 2 (dois) membros com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária de controles internos, financeira e de auditoria, cumulativamente.

Os membros do Comitê de Auditoria são:

- Carlos Marcio Ferreira – Coordenador do Comitê de Auditoria e membro independente do Conselho de Administração desde 23/02/2021;
- Leonardo Guimarães Pinto – Membro do Comitê de Auditoria desde 23/02/2021;
- Victor Low – Membro do Comitê de Auditoria desde 23/02/2021;

Nenhum dos membros do Comitê é controlador ou diretor da Companhia, de seu acionista controlador, direto ou indireto, ou de sociedades controladas, coligadas ou sob controle comum, e tampouco possuir qualquer vínculo de subordinação com as pessoas anteriormente mencionadas. O Comitê de Auditoria tem autonomia operacional e orçamento próprio anual aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com seu funcionamento e para a contratação de consultores para assuntos contábeis, jurídicos ou de outros temas, quando necessária a opinião de um especialista externo.

As principais informações e atribuições do Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, estão indicadas abaixo.

O Comitê de Auditoria possui regimento interno próprio, devidamente aprovado em reunião do Conselho de Administração, realizada em 23 de fevereiro de 2021 e alterados em reunião de 1º de abril de 2021. O regimento citado acima poderá ser consultado no site da Companhia: ri.petroreconcavo.com.br.

O Comitê de Auditoria se reunirá, no mínimo, trimestralmente, ou, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Coordenador do Comitê de Auditoria ou por solicitação escrita de quaisquer 2 (dois) membros do Comitê de Auditoria; e deverá realizar, no mínimo, 1 (uma) vez ao ano, a avaliação do seu processo de funcionamento e a avaliação individual de seus membros.

O Comitê terá como obrigações de sua competência:

- Orientar a Diretoria quanto a avaliação e indicadores associados ao modelo de gestão de riscos da Companhia, assim como monitorar periodicamente as políticas de gerenciamento de riscos, e a adequação à tolerância máxima a riscos determinada pelo Conselho de Administração;
- Monitorar questões legais e/ou contingências que possam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras;
- Acompanhar e supervisionar a razoabilidade no que tange a qualidade e integridade das informações demonstrações financeiras, e, sempre que necessário, recomendando previamente sobre a submissão ao Conselho;
- Monitorar o resultado das revisões trimestrais e auditoria das demonstrações financeiras, deficiências relevantes e falhas significativas nos controles internos, conhecimento de atos ilegais, e reflexos de fatores externos (econômicos, normativos e setoriais) sobre os relatórios financeiros e sobre o processo de auditoria;
- Monitorar as ações realizadas junto ao Programa de Integridade, bem como, seus indicadores de performance, funcionamento e plano de trabalho da área de Compliance;

(vi) Direcionar os principais assuntos relacionados aos registros por meio do canal de denúncias da Companhia ("Canal Transparência"), zelando pelo cumprimento do Código de Ética e Conduta, e quando necessário, reportar ao Conselho de Administração sobre fraudes e/ou crimes, assim como as respectivas providências;

(vii) Assessorar o Conselho de Administração no monitoramento do cumprimento das leis, normas, regulamentos e políticas internas aplicáveis à Companhia, bem como revisar periodicamente as políticas e procedimentos no que tange a área de Auditoria Interna e Gestão de Riscos, incluindo a observação quanto ao Programa de Integridade, bem como a estruturação, funcionamento e plano de trabalho da área de Compliance.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO COMITÊ DE AUDITORIA NO EXERCÍCIO 2025

Ao longo de 2025, o Comitê de Auditoria realizou 11 (onze) reuniões, que contaram com a participação de Diretores, Gerente de Auditoria Interna, Riscos e Compliance, Gerentes Executivos, Auditores Internos e Auditores Independentes. Além disso, diversas áreas da companhia foram envolvidas, especialmente durante a atualização da Matriz de Riscos, promovendo uma abordagem integrada e abrangente na gestão de riscos e no acompanhamento das atividades de auditoria.

Dentre as atividades realizadas no exercício, destacam-se as seguintes:

- ☐ O Comitê acompanhou a revisão da 2ª Edição do Programa de Integridade (ciclo 2025–2027), bem como do Código de Ética e Conduta e de diretrizes correlatas, incluindo Due Diligence de Integridade, Anticorrupção, Conflito de Interesses e Investigações. Monitorou, ainda, as iniciativas institucionais voltadas ao fortalecimento do ambiente de integridade, incluindo a adesão ao Pacto Brasil pela Integridade Empresarial e a submissão do Programa de Integridade ao programa Empresa Pró-Ética da Controladoria-Geral da União (CGU);
- ☐ O Comitê supervisionou os indicadores relacionados à disseminação da cultura ética na Companhia, incluindo o monitoramento do Treinamento do Código de Ética e Conduta, que registrou elevado nível de aderência, bem como o acompanhamento do programa "Diálogo de Valor", iniciativa voltada à promoção contínua de conteúdos e reflexões sobre integridade, alcançando colaboradores nas operações da Bahia e do Rio Grande do Norte;
- ☐ O Comitê revisou e opinou sobre o orçamento da área de GRC para 2026, assegurando a adequação de recursos e a manutenção de sua independência. Acompanhou, de forma contínua, os indicadores do Canal Transparência, o tratamento de denúncias e investigações, bem como o desempenho da área de Compliance no exercício de 2025. Avaliou, ainda, a qualidade dos controles internos e da Gestão de Riscos Corporativos, com foco na integridade, transparência e aderência às melhores práticas;
- ☐ O Comitê analisou os resultados dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna em 2025, incluindo avaliações conduzidas em áreas estratégicas da Companhia, e acompanhou a implementação dos respectivos planos de ação. No âmbito de suas atribuições, o Comitê promoveu discussões e questionamentos à Administração quanto à adequação das medidas propostas, à efetividade das ações corretivas e ao fortalecimento do ambiente de controles internos;
- ☐ O Comitê revisou e aprovou o Planejamento Anual Integrado de 2025, contemplando iniciativas estratégicas nas frentes de Compliance, auditoria e controles internos, incluindo ações voltadas ao aprimoramento de processos, à gestão de riscos e ao fortalecimento do ambiente de governança corporativa da Companhia;
- ☐ Acompanhamento e recomendação da aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras anuais e trimestrais (ITRs) da destinação dos lucros líquidos da Companhia;
- ☐ Discussão sobre as informações contidas na carta de controles internos 2025 emitida pelo auditor externo e recomendações de melhoria, bem como as respectivas respostas da Administração para a correção ou melhoria dos pontos;
- ☐ O Comitê foi consultado ao longo de 2025 sobre temas contábeis relevantes, tendo analisado e apresentado suas recomendações à Administração. No mesmo contexto, acompanhou matérias relacionadas a benefícios fiscais concedidos à Companhia e à recuperação de créditos, em conformidade com a legislação vigente;
- ☐ Comitê acompanhou as iniciativas relacionadas à agenda de sustentabilidade e à divulgação de informações não financeiras, incluindo o monitoramento das discussões e alterações normativas relativas às IFRS S1 e IFRS S2.

Com base nas informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna e dos Auditores Independentes, e no exercício de suas atribuições estatutárias, o Comitê não tomou conhecimento de fatos que indiquem irregularidades relevantes capazes de afetar a continuidade operacional da Companhia ou a fidedignidade das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FISCAL DO ANO 2025, ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DO MESMO ANO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros do Comitê de Auditoria examinaram e discutiram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da PETRORECÔNCAVO S.A., elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), ambos referentes ao exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2025. Com base nos exames efetuados, no relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras formalizado pela ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S LTDA. ("auditores independentes"), emitido sem ressalvas, e na opinião dos auditores independentes e bem como nas informações e esclarecimentos prestados pela administração da companhia no decorrer do exercício, avaliam, por

unanimidade, recomendar ao Conselho de Administração, que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e aprovados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Mata de São João, 12 de março de 2026

Carlos Marcio Ferreira
Victor Low
Leonardo Guimarães Pinto

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

(DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09)

Declaramos, na qualidade de diretores da PetroReconcavo S.A. ("Companhia"), sociedade por ações com sede na Cidade de Mata de São João, Estrada do Vinte Mil, Km 3,5, Estação São Roque CEP 48.280-000, Mata de São João - BA , inscrita no CNPJ sob o nº 03.342.704/0001-30, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, que revimos, discutimos e concordamos com o conjunto de informações contidas nas Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP referente ao exercício de 2025.

Mata de São João, 18 de março de 2026

Diretores:

José Maria de Mello Firmo
Diretor Presidente

Rafael Procaci da Cunha
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes no inciso V do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos Auditores Independentes, datado em 18 de março de 2026, sobre a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, contidas nas Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP, referente ao exercício de 2025.

Mata de São João, 18 de março de 2026

Diretores:

José Maria de Mello Firmo
Diretor Presidente

Rafael Procaci da Cunha
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

ANEXO II

Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia (nos termos da Seção 2 do Formulário de Referência)

(art. 10, inciso III, da RCM 81)

2. Comentários dos diretores

2.1 – Os diretores devem comentar sobre:

Situação financeira da Companhia no encerramento do exercício social.

(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir a necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 31 de dezembro de 2025, o índice de endividamento total, que corresponde à divisão do total de Capital de Terceiros (passivo circulante + passivo não circulante) pelo Capital Próprio (patrimônio líquido), foi de 1,006. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 230 milhões, a posição de aplicações financeiras era de R\$ 1,4 bilhão, sendo R\$ 1,395 bilhão no ativo circulante e R\$ 5 milhões no ativo não circulante, totalizando R\$ 1,6 bilhão. Na mesma data, a dívida bruta, que compreende os saldos de debêntures, instrumentos financeiros derivativos e valores a pagar por aquisições, era de R\$ 3,2 bilhões. Dessa forma, a Companhia apresentava dívida líquida de R\$ 1,6 bilhão. O cálculo da dívida líquida é realizado diminuindo a dívida bruta a posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo.

(b) Estrutura de Capital

Acreditamos que a Companhia apresentou, no período indicado, uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2025	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2024
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	4.337.299	3.202.294
Capital próprio (patrimônio líquido)	4.330.716	4.235.277
Capital total (terceiros + próprio)	8.668.015	7.437.571
Parcela de capital de terceiros	50,04%	43,06%
Parcela de capital próprio	49,96%	56,94%

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Os índices de liquidez geral e corrente da Companhia em 31 de

dezembro de 2025 eram de 3,48 e 2,00, respectivamente. O índice de liquidez geral corresponde à soma dos ativos circulante e não circulante, dividido pela soma dos passivos circulante e não circulante. Já o índice de liquidez corrente corresponde à divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.

A diretoria julga que a Companhia não tem risco significativo de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa, considerando que essa geração de caixa é suficiente para pagamento das dívidas, manutenção de investimentos e para cobrir necessidades de capital de giro a partir de suas obrigações. O EBITDA no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 1,4 bilhão.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava dívida líquida no montante de R\$ 1,6 bilhão, conforme mencionado anteriormente. Assim, o índice de dívida líquida sobre EBITDA nessa data foi de 1,10x.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No último exercício social, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) emissões de debêntures no mercado de capitais.

- 1ª Emissão de debêntures

Em 04 de junho de 2024, ocorreu a liquidação da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, para distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com dispensa de análise prévia, nos termos da Resolução CVM 160, de 13 de julho de 2022, destinada exclusivamente a investidores profissionais.

O valor total de emissão foi de R\$ 1.129.500 tendo sido emitidas (i) 753.000 Debêntures da 1ª série; e (ii) 376.500 Debêntures da 2ª série.

As Debêntures da 1ª Série e as Debêntures da 2ª Série têm prazo de vencimento de 2.551 dias, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de maio de 2031.

O principal da 1ª Série é atualizado pelo IPCA e tem uma taxa de juros fixa associada de 7,32%, enquanto a 2ª Série está associada a uma taxa de juros fixa de 12,88%. As Debêntures contam com o incentivo previsto no artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada, do artigo 2º, inciso I, combinado com os artigos 18 e 19, todos do Decreto Presidencial nº 11.964, de 26 de março de 2024 tendo em vista o enquadramento dos projetos de infraestrutura descritos no “Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 Séries, para Distribuição Pública (“Projetos”), sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da PetroReconcavo S.A. (“Escritura de Emissão”) como prioritários pelo Ministério de Minas e Energia.”

Os recursos obtidos pela Companhia com a integralização das Debêntures devem ser utilizados exclusivamente para o (i) pagamento futuro e/ou (ii) reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas relacionados à implantação dos Projetos, desde que o pagamento dos referidos gastos, despesas e/ou dívidas passíveis de reembolso tenham ocorrido em prazo igual ou inferior a 24 meses da data de encerramento da Oferta.

Além disso, a Companhia contratou contratos de SWAP cambial com o objetivo de dolarizar a emissão. Dessa forma, a emissão, em conjunto com os instrumentos derivativos, resultou em um custo médio dolarizado de aproximadamente 7,05% ao ano e “duration” aproximado de 5,1 anos.

Para obtenção dos recursos supramencionados, a Companhia gastou R\$ 31.930 com comissões bancárias, custos com advogados e taxas diversas. Todos esses custos foram alocados em uma conta redutora do passivo e serão apropriados ao resultado seguindo a duração das debêntures emitidas.

- 2ª Emissão de debêntures

Em 11 de outubro de 2024, ocorreu a liquidação da segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em uma série, sob o rito de registro automático perante a CVM, com dispensa de análise prévia, nos termos da Resolução CVM 160, destinada exclusivamente a investidores profissionais.

No âmbito da Oferta, foram emitidas 650.000 (seiscentos e cinquenta mil) Debêntures, com valor nominal de R\$ 1 (mil reais), perfazendo assim o valor total de emissão de R\$ 650.000 na data de sua emissão. As Debêntures têm prazo de vencimento de 1.830 dias da data de sua emissão, com vencimento em 15 de outubro de 2029.

Os recursos obtidos pela Companhia com a integralização das Debêntures devem ser utilizados exclusivamente para (i) o pagamento de dívida sindicalizada, nos termos da Lei n.º 4.131, de 3 de setembro de 1962, entre a Emissora, o Itaú Unibanco S.A. Miami Branch, o Banco Santander S.A. Luxembourg Branch e o Banco Safra S.A. Luxembourg Branch, constituída em 6 de setembro de 2022, no valor de US\$126.000; e (ii) após a destinação destes nos termos do item (i) acima, foram destinados para reforço de caixa, investimentos em capital de giro, despesas operacionais e demais atividades relacionadas à condução regular dos negócios da Emissora, incluindo, mas não se limitando, a investimentos em expansão, modernização e potenciais avaliações e oportunidades para aquisição de ativos.

Além disso, a Companhia contratou *SWAPS* (instrumentos derivativos) com o objetivo de dolarizar a Emissão. Dessa forma, a Emissão em conjunto com os instrumentos derivativos resultará em um custo médio dolarizado de 6,16% ao ano e “*duration*” aproximada de 3,75 anos, ver nota explicativa nº 14.

Para obtenção dos recursos supramencionados, a Companhia gastou R\$1.479 com comissões bancárias, custos com advogados e taxas diversas. Todos esses custos foram alocados em uma conta redutora do passivo e serão apropriados ao resultado seguindo a duração das debêntures emitidas.

- 3ª Emissão de debêntures

Em 4 de julho de 2025, ocorreu a liquidação da terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em uma série, sob o rito de registro automático perante a CVM, com dispensa de análise prévia, nos termos da Resolução CVM 160, destinada exclusivamente a investidores profissionais.

No âmbito da Oferta, foram emitidas 500.000 (quinhentas mil) Debêntures, com valor nominal de R\$ 1 (mil reais), perfazendo assim o valor total de emissão de R\$ 500.000 na data de sua emissão. As Debêntures têm prazo de vencimento de 7 anos da data de sua emissão, com vencimento em 04 de julho de 2032.

Os recursos obtidos pela Companhia com a integralização das Debêntures devem ser utilizados para reforço de caixa, investimentos em capital de giro, despesas operacionais e demais atividades relacionadas à condução regular dos negócios da Emissora, incluindo, mas não se limitando, a investimentos em expansão, modernização e aquisição de ativos.

Além disso, a Companhia contratou *SWAPS* (instrumentos derivativos) com o objetivo de dolarizar a Emissão. Dessa forma, a Emissão, em conjunto com os instrumentos derivativos, resultará em um custo médio dolarizado de 5,66% ao ano e “*duration*” aproximada de 5,2 anos.

Para obtenção dos recursos supramencionados, a Companhia gastou R\$ 2.263 com comissões bancárias, custos com advogados e taxas diversas. Todos esses custos foram alocados em uma conta redutora do passivo e serão apropriados ao resultado seguindo a duração das debêntures emitidas.

- 4ª Emissão de debêntures

Em 18 de dezembro de 2025, ocorreu a liquidação da quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, para distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com dispensa de análise prévia, nos termos da Resolução CVM 160, de 13 de julho de 2022, destinada exclusivamente a investidores profissionais.

O valor total de emissão foi de R\$ 750.000 tendo sido emitidas (i) 525.000 Debêntures da 1ª série; e (ii) 225.500 Debêntures da 2ª série.

As Debêntures da 1ª Série e as Debêntures da 2ª Série têm prazo de vencimento em 15 de dezembro de 2032 e 15 de dezembro de 2035, respectivamente.

O principal da 1ª Série e 2ª Série são atualizados pelo IPCA e tem uma taxa de juros fixa associada de 7,40%. As Debêntures contam com o incentivo previsto no artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada, e no Decreto n.º 11.964, de 26 de março de 2024, conforme alterado, ou de normas posteriores que as alterem, substituam ou complementem, tendo em vista o enquadramento automático do projeto de exploração, desenvolvimento e produção de gás natural associado dos campos dos quais a Companhia é concessionária, como projeto prioritário pelo Ministério de Minas e Energia.

Os recursos obtidos pela Companhia com a integralização das Debêntures serão destinados ao reforço de caixa para pagamento futuro ou no reembolso de gastos, despesas ou dívidas, inclusive das despesas de capital, relacionados ao Projeto, sendo certo que, no caso das despesas já incorridas, referidos recursos serão integralmente alocados no reembolso de despesas, dívidas ou gastos relacionados ao Projeto que ocorreu em prazo igual ou inferior a 36 meses contados da data de encerramento da Oferta.

Além disso, no que se refere à primeira série desta emissão, a Companhia contratou contratos de *SWAP* cambial com o objetivo de dolarizar a emissão. Dessa forma, a primeira série, em conjunto com os instrumentos derivativos, resultou em um custo médio dolarizado de aproximadamente 4,80% ao ano e “*duration*” aproximado de 6,5 anos.

Para obtenção dos recursos supramencionados, a Companhia gastou R\$ 20.482 com comissões bancárias, custos com advogados e taxas diversas. Todos esses custos foram alocados em uma conta redutora do passivo e serão apropriados ao resultado seguindo a duração das debêntures emitidas.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 2.1(f) abaixo estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os saldos consolidados de debêntures, em milhares de reais, eram os seguintes:

	31/12/2025	31/12/2024
R\$ mil		
1ª Emissão - Série 1	811.874	777.481

1ª Emissão - Série 2	381.973	381.789
1ª Emissão - Custos a amortizar 1	(25.185)	(29.724)
2ª Emissão	670.449	664.190
2ª Emissão - Custos a amortizar 2	(1.083)	(1.415)
3ª Emissão	539.217	-
3ª Emissão - Custos a amortizar 3	(2.460)	-
4ª Emissão - Série 1	225.208	-
4ª Emissão - Série 2	525.492	-
		-
4ª Emissão - Custos a amortizar 4	(20.469)	
Total	3.015.016	1.792.321

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não aplicável.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não aplicável.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Abaixo, descrição das principais obrigações (“covenants ”) das debêntures:

- No último dia de cada trimestre fiscal, o Indicador de Alavancagem (Dívida Líquida sobre EBITDA) do Consolidado não deve ser maior que 3,00;
- No último dia de cada ano fiscal, o Indicador de Cobertura do Ativo (PV-10 das Reservas Provasdas sobre Dívida Bruta) não deve ser menor que 1,50;
- Em qualquer momento, o Caixa Livre (Caixa e Equivalentes e Aplicações Financeiras, incluindo Fundos Cambiais) consolidados não deve ser menor que R\$100.000 mil.

Adicionalmente, a Companhia possui algumas cláusulas restritivas para distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas, acima dos 25% do lucro líquido do exercício previstas em estatuto listadas abaixo:

- Estar adimplente com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura de Emissão; e
- Imediatamente antes e imediatamente depois (neste último caso, considerando o proforma consolidado) do efetivo pagamento de dividendos ou qualquer outra forma de distribuição de recursos aos seus acionistas não houver descumprimento dos Índices Financeiros apurado com relação aos últimos 12 meses relativos às demonstrações financeiras consolidadas.

Adicionalmente, estes contratos possuem obrigações não financeiras divulgadas no prospecto que são acompanhadas trimestralmente e encontram-se plenamente atendidas.

(g) Limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não é parte de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

(h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as quais foram elaboradas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não ocorreram neste período alterações significativas de práticas e/ou políticas contábeis pela Companhia.

Análise das Demonstrações de Resultados Consolidados

PRINCIPAIS COMPONENTES DOS RESULTADOS DAS OPERAÇÕES DA COMPANHIA

Abaixo, encontra-se a análise dos principais componentes de cada item das nossas demonstrações de resultado:

Receita Operacional Bruta

As receitas da Companhia advêm da produção e da comercialização de petróleo, gás natural e seus subprodutos, além de serviços prestados.

Receita com Vendas de Petróleo, Gás e subprodutos e Prestação de Serviços

O reconhecimento das receitas de vendas acontece quando o controle dos produtos é transferido para o cliente, o que normalmente se dá no momento da entrega. É neste ponto que a empresa cumpre com sua obrigação de desempenho.

As receitas de petróleo estão diretamente vinculadas ao preço do petróleo tipo Brent, cujas cotações são negociadas livremente nos mercados externos e ao preço contratual de venda do gás natural e seus subprodutos.

A receita é mensurada com base no valor da contraprestação à qual a companhia espera ter direito em troca das transferências dos bens ou serviços prometidos ao cliente, excluindo valores cobrados em nome de terceiros. Os preços nas transações são estabelecidos de acordo com os valores especificados nos contratos com os clientes, refletindo as metodologias e políticas de preços da empresa, baseadas em critérios de mercado.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e outras deduções similares, conforme demonstrado abaixo.

Deduções sobre a receita

As deduções sobre a receita bruta referem-se aos impostos e contribuições incidentes sobre as nossas receitas, além de deduções relativas a receitas canceladas, assim divididas:

- *PIS*: contribuição federal que incide à alíquota de 0,65% sobre as receitas auferidas pela Companhia e oriundas do Contrato de Produção (chamado de “PIS cumulativo”) e de 1,65% para as receitas auferidas com a venda de petróleo bruto, gás natural e subprodutos dos campos próprios (chamado de “PIS não cumulativo”);
- *COFINS*: contribuição federal que incide à alíquota de 3% sobre as receitas auferidas pela Companhia e oriundas do Contrato de Produção (chamado de “COFINS cumulativo”) e de 7,6% para as receitas auferidas com venda de petróleo bruto, gás natural e subprodutos dos campos próprios (chamado de “COFINS não cumulativo”);

- **ICMS:** imposto estadual que incide sobre as receitas com venda de petróleo realizadas pela PetroReconcavo S.A. realizadas dentro do estado do Rio Grande do Norte e nas vendas de gás natural e subprodutos efetuadas pela Companhia.
- **ISS:** imposto municipal que incide sobre as receitas com prestação de serviços realizadas pela PetroReconcavo S.A.

Custos dos produtos vendidos

Os custos dos serviços da Companhia referem-se aos custos diretamente relacionados à prestação de serviços no âmbito do Contrato de Produção e à operação dos campos próprios, e são descritos abaixo:

- *Royalties:* corresponde à participação governamental paga ao Tesouro Nacional em face da produção realizada pelos campos próprios e que possuem contratos de concessão celebrados com a ANP, à alíquota de 7,5% a 10%, a depender do campo produtor, mais 1% referente a participação dos proprietários de terra, da produção mensal de petróleo e gás natural multiplicado, no caso do petróleo, pelo preço de referência na forma da Resolução 703/2017 da ANP e, no caso do gás natural, pelo preço de venda estabelecido nos contratos de comercialização da produção, nos termos do Decreto Presidencial nº 2705/1998.
- *Custos de operação, manutenção e com reparo de poços:* correspondem, principalmente, aos gastos com mão-de-obra, energia, transporte da produção, aluguel de equipamentos, manutenção de equipamentos e instalações operacionais e serviços terceirizados diversos relativos à operação da Companhia. Já os custos com reparo de poços correspondem aos gastos com intervenções dentro de poços visando restaurar a produtividade dos mesmos. Constituem-se, principalmente, de serviços de sondas de produção terrestres, e de gastos com a substituição de equipamentos e materiais instalados dentro dos poços, tais como bombas de fundo, tubos de produção, e hastes de bombeio;
- *Custos com escoamento, processamento e transporte do gás:* correspondem aos custos para processamento do gás rico e tarifas pagas pela Companhia para escoamento e processamento do gás natural;
- *Depleção, amortização e depreciação:* corresponde à diminuição parcelada do valor dos elementos dos ativos imobilizados e intangíveis das áreas de produção. A maior parte dos valores apresentados nesta conta refere-se a ativos depletados, particularmente os “investimentos para incremento da produção e perfuração de poços” que corresponde a investimentos em motores, transformadores, equipamentos e gastos diversos utilizados nos poços ou facilidades de superfície, visando um aumento da produção ou das reservas recuperáveis. Perfuração de poços refere-se à capitalização de gastos incorridos na perfuração de novos poços que tiverem sua comerciabilidade provada. A depleção destes gastos e a depreciação destes bens são feitas utilizando-se o método da produção atual em relação às reservas provadas desenvolvidas. A avaliação das reservas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi efetuada pela empresa especializada Netherland, Sewell & Associates, Inc.

Receitas (Despesas)

As receitas (despesas) operacionais da Companhia consistem substancialmente em despesas administrativas para abandono de poços, custo de exploração e depreciações, conforme descrito abaixo:

- *Gerais, vendas e administrativas:* correspondem, principalmente, aos gastos com mão-de-obra, despesas administrativas gerais, despesas com advogados e auditores, consultorias dos setores administrativos e despesas com vendas.
- *Depreciações e amortização:* A despesa de depreciação está relacionada à diminuição do valor dos bens imobilizados como edifícios e instalações administrativas, computadores, e veículos não diretamente

relacionados à operação dos campos. A despesa de amortização corresponde a diminuição dos valores de softwares da Companhia.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro corresponde à diferença entre as receitas e despesas financeiras da Companhia, acrescida da variação cambial sobre ativos e passivos da Companhia denominados em moeda estrangeira.

A receita financeira decorre principalmente dos rendimentos das aplicações financeiras feita para o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Companhia e suas controladas. As despesas financeiras correspondem principalmente a despesas bancárias diversas e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.

A variação cambial incide sobre os ativos e passivos da Companhia denominados em moeda estrangeira, que incluem, respectivamente, montantes denominados em moeda estrangeira devidos a fornecedores, saldos dos swaps cambiais das debêntures em dólares norte-americanos e valores a pagar por aquisições de ativos pela Companhia, denominados em dólares norte-americanos, bem como sobre rendimentos de fundos cambiais.

Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas com IR e CSLL são classificadas em corrente, diferido e redução em função de incentivo fiscal, da forma como segue:

- *Corrente*: O IR e CSLL no Brasil, são calculados tomando-se por base o lucro tributável à alíquota de 25% (15% mais adicional de 10% sobre lucro excedente a R\$240 mil) e 9%, respectivamente. A legislação tributária brasileira permite compensar prejuízos referentes a exercícios passados com lucros de exercícios futuros, sem prazo de prescrição, porém com restrição de utilização limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício.
- *Diferido*: O IR e CSLL diferidos incluem os efeitos do reconhecimento de prejuízos fiscais e das diferenças temporárias, que são compostas principalmente por provisões normalmente relacionadas ao registro de contingências que não são dedutíveis do lucro real e da base de cálculo da contribuição social ao tempo do registro, mas apenas posteriormente, na data de sua realização financeira.
- *Redução Incentivo Fiscal*: A Companhia e suas controladas gozam de redução de 75% do imposto de renda a pagar sobre o resultado das suas operações. Com a promulgação da Lei nº 11.638/07. Este incentivo passou a ser reconhecido no resultado do exercício, diretamente na rubrica de imposto de renda. Ao final de cada exercício social, a administração da Companhia proporá à Assembleia Geral que a parcela correspondente ao incentivo apurado no exercício seja destinada do lucro do exercício para a reserva de lucros de incentivos fiscais, não podendo a mesma ser distribuída aos acionistas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2025	AV	31/12/2024	AV	2025 x 2024
Receita líquida	3.157.609	100%	3.264.554	100%	-3%
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(2.136.173)	-68%	(2.072.805)	-63%	3%
Lucro bruto	1.021.436	32	1.191.749	37%	-14%

Despesas gerais, vendas e administrativas	(239.996)	-8%	(208.715)	-6%	15%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(59.861)	-2%	(34.814)	-1%	72%
Despesas operacionais	(299.857)	-9%	(243.529)	-7%	23%
Lucro operacional	721.579	23%	948.220	29%	-24%
Resultado financeiro	54.615	2%	(584.815)	-18%	-109%
Lucro antes dos impostos	776.194	25%	363.405	11%	114%
Imposto de renda e contribuição social	(137.842)	-4%	74.093	2%	-286%
Lucro líquido do Exercício	638.352	20%	437.498	13%	46%

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Receita líquida

A Receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 3,2 bilhões comparativamente a R\$ 3,3 bilhões no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de R\$ 107 milhões.

(Em milhares de Reais)	Exercícios findos em 31 de dezembro de				
	2025	AV%	AH%	2024	AV%
Receita com Venda de Petróleo	2.113.133	67%	-13%	2.440.303	75%
Receita com Venda de Gás e subprodutos	1.554.086	49%	5%	1.480.337	45%
Receita de Serviços	41.853	1%	-4%	43.315	1%
Contrato de hedge	882	0%	-101%	(127.212)	-4%
Total	3.709.684	117%	-3%	3.836.743	118%
(-) Deduções sobre a receita	(552.075)	-17%	-4%	(572.189)	-18%
Receita Líquida	3.157.609	100%	-3%	3.264.554	100%

Receita com venda de petróleo

A receita com a venda de petróleo reduziu 13%, passando de R\$ 2,4 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 2,1 bilhões no mesmo período de 2025. Essa redução deveu-se, principalmente, a redução de 14% no preço médio do Brent e os reajustes contratuais realizados ao longo do período, que resultaram em maiores descontos em relação ao Brent. Esses efeitos foram parcialmente compensados pela apreciação de 4% do real frente ao dólar e pelo aumento de 2% na produção de

petróleo no período. Adicionalmente, os instrumentos financeiros derivativos contribuíram na comparação anual devido ao resultado positivo de aproximadamente R\$ 1 milhão em 2025, revertendo o impacto negativo de R\$ 127 milhões registrado nessa rubrica em 2024.

Receita com venda de gás natural e subprodutos

A receita com venda de gás natural e subprodutos aumentou 5%, passando de R\$ 1,5 bilhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, para R\$ 1,6 bilhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, refletindo os preços médios de realização 4% maiores, impulsionados principalmente pela valorização do gás seco processado e do GLP, em função de uma gestão mais eficiente do portfólio e dos contratos. No ano, também houve crescimento de 1% no volume total entregue em comparação ao ano anterior, decorrente da maior compra de gás de terceiros, que compensou a queda de 2% na produção.

Receita de serviços

A receita de prestação de serviços iniciada em 2025 é decorrente da prestação de serviços com a sonda de perfuração para terceiros e gerou no exercício uma receita de R\$ 42 milhões.

Contratos de hedge

A desvalorização do barril de petróleo do tipo Brent resultou em uma perda nos instrumentos financeiros derivativos liquidados no período. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, registramos um ganho de R\$882 mil, nessa rubrica, enquanto no mesmo período de 2024, a perda foi de R\$ 127,2 milhões.

Deduções da receita bruta

As deduções sobre a receita bruta da Companhia reduziram 4%, passando de R\$572 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 para R\$552 milhões no mesmo período de 2025, refletindo, basicamente, da redução na receita operacional bruta, que foi de 3%.

Receita líquida

Pelos mesmos fatores descritos acima, a receita líquida da Companhia reduziu 3%, passando de R\$ 3,3 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, para R\$ 3,2 bilhões no mesmo período de 2025.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais, que é composto pelos custos de Midstream (Compra, escoamento, processamento e transporte de gás natural), pessoal, serviços e materiais, energia elétrica, vendas e outros custos e despesas em 2025 foram de R\$ 1,5 bilhão, aumento de 6% em relação ao ano anterior.

O cálculo do custo médio de produção (lifting cost) é a soma dos custos totais de produtos vendidos, ajustados pela movimentação dos estoques, excluindo-se os custos com vendas, aquisição, processamento, escoamento e transporte do gás, os royalties, a depreciação, a amortização e a depleção, dividido pela produção bruta total em barris de óleo equivalente (boe).

O custo médio de produção do ano foi de US\$ 14,42/boe, aumento de 6% em relação ao ano anterior.

Custos e despesas com pessoal: Aumento de 4% em relação a 2024, refletindo, principalmente, ajustes inflacionários, o reforço da estrutura organizacional com foco em posições estratégicas, bem como os ajustes em remuneração variável no período.

Custos e despesas com serviços e materiais: Aumento de 30% em relação a 2024, refletindo principalmente os investimentos em iniciativas de fortalecimento da integridade de ativos, reparos de poços e gastos adicionais com licenças de software realizados ao longo do ano. Também contribuíram para essa variação os custos com serviços jurídicos, de tecnologia da informação, elaboração do relatório de reservas, além dos serviços externos relacionados à sonda PR-14.

Custos com eletricidade: Os custos com energia elétrica se mantiveram estáveis frente a 2024, refletindo os novos contratos firmados ao longo do ano, com preços mais competitivos, especialmente nos polos Miranga e Remanso.

Custos com *midstream* (compra, escoamento, processamento e transporte de gás natural): Redução de 4% em relação a 2024, refletindo principalmente a queda de 22% nos custos de processamento e escoamento, cujo principal fator foi a conclusão da aquisição de 50% da UPGN Guimarães. Com a nova estrutura operacional, a planta passou a operar com rateio de custos proporcional ao volume processado por cada parte. Adicionalmente, as otimizações nos contratos de transporte, implementadas ao longo de 2025, bem como a menor incorrência de penalidades, contribuíram para uma redução de 20% nos custos de transporte. Esses efeitos positivos foram parcialmente compensados pelo aumento das despesas com compras de gás de terceiros em relação a 2024

Outros custos e despesas: Redução de 86% em relação a 2024, refletindo, principalmente, a menor constituição de provisões para perdas em estoques, bem como maior volume de outras receitas não operacionais reconhecidas ao longo do ano. Em 2024, essa linha foi impactada por efeitos não recorrentes, como a provisão de *earn-out* da aquisição do campo de Tiê e maiores despesas com licenciamento ambiental, especialmente no Ativo Potiguar, associadas à renovação trienal de licenças. A ausência desses efeitos no período atual contribuiu para a melhora observada na comparação anual

Lucro bruto

Como resultado da receita líquida e dos custos dos serviços prestados e produtos vendidos, o lucro bruto no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 1 bilhão, representando uma redução de 14% com relação ao lucro bruto de 2024.

Despesas operacionais

As despesas operacionais aumentaram 23,13% no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, sendo de R\$ 299,9 milhões no período, comparado a R\$ 243,5 milhões no exercício anterior. A tabela abaixo apresenta a abertura dos principais itens das despesas operacionais no período:

(Em milhares de Reais)	Exercícios findos em 31 de dezembro de				
	2025	AV%	AH%	2024	AV%
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(239.996)	80,04%	14,99%	(208.715)	85,70%
Outras receitas (despesas), líquidas	(59.861)	19,96%	71,95%	(34.814)	14,30%
Total das despesas operacionais	(299.857)	100,00%	23,13%	(243.529)	100,00%

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido foi positivo em R\$ 54,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, comparado a um resultado negativo de R\$ 584,8 milhões no mesmo período de 2024, conforme demonstrado na tabela abaixo:

(Em milhares de Reais)	Exercícios findos em 31 de dezembro de				
	2025	AV%	AH%	2024	AV%

Receitas financeiras	55.252	101,17%	9%	50.552	-8,64%
Despesas financeiras	(313.126)	-573,33%	30%	(240.844)	41,18%
Variação cambial	(54.307)	-99,44	109%	(25.976)	4,44%
Instrumentos financeiros	366.796	671,60	-200%	(368.547)	63,02%
Resultado financeiro	54.615	100,00%	-109%	(584.815)	100,00%

O resultado financeiro é impactado principalmente pelas receitas de rendimentos das aplicações financeiras, bem como pelas despesas bancárias, juros sobre abandono de poço, empréstimos e debêntures, além da variação cambial que afeta ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, como montantes devidos a fornecedores, financiamentos e aquisições de ativos em dólares norte-americanos e os rendimentos de fundos cambiais. Os instrumentos financeiros também resultam das operações de swap cambial contratadas em decorrência da emissão das debêntures. A tabela abaixo demonstra a variação da taxa de câmbio ao final de cada período:

	31/12/2025	%	31/12/2024	%	31/12/2023
Taxa de câmbio R\$/US\$	5,50	-11,11%	6,19	27,89%	4,84

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

O lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 776,1 milhões comparativamente a R\$ 363,4 milhões no mesmo período de 2024, o que representou uma variação positiva de R\$ 412,8 milhões ou 114%. O lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 25% e 11% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, respectivamente. Este aumento está explanado pelas variações descritas nos tópicos acima.

Imposto de renda e contribuição social

(Em milhares de Reais)	Exercícios findos em 31 de dezembro de				
	2025	AV%	AH%	2024	AV%
Impostos correntes	(13.636)	9,89%	21,88%	(11.188)	-15,10%
Impostos diferidos	(124.206)	90,11%	-245,64%	85.281	115,10%
Total	(137.842)	100,00%	-286,04%	74.093	100,00%

O Imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi negativo em R\$ 137,8 milhões, comparativamente a R\$ 74,1 milhões positivos no mesmo período de 202, o que representou uma variação de R\$ 211,9 milhões. O Imposto de renda e contribuição social

representou 4% e 2% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, respectivamente.

Lucro líquido do exercício

O Lucro Líquido do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 638,4 milhões, comparativamente a R\$ 437,5 milhões no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de R\$ 200,9 milhões ou 46%. O Lucro Líquido do exercício representou 20% e 13% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, respectivamente. As explicações para esse aumento estão explanadas nos tópicos anteriores.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2025, o ativo circulante era de R\$ 2,1 bilhão, em comparação com R\$ 1,6 bilhão em 31 de dezembro de 2024. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 25% em 31 de dezembro de 2025 e 21% em 31 de dezembro de 2024. Este aumento, de R\$ 589 milhões, decorreu, principalmente, de:

- (a) Aumento de R\$ 634 milhões na linha de aplicações financeiras
- (b) Redução de R\$ 107 milhões na linha de contas a receber de clientes;
- (c) Aumento de R\$ 50 milhões na linha de tributos a recuperar.

Os aumentos do ativo circulante são justificados pela forte geração de caixa da Companhia, bem como pela emissão das debêntures durante o exercício de 2025.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2025, o ativo não circulante era de R\$ 6,5 bilhões, em comparação com R\$ 5,9 bilhões em 31 de dezembro de 2024. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 75% em 31 de dezembro de 2025 e 79% em 31 de dezembro de 2024. Este aumento de R\$ 642 milhões decorreu, principalmente, de:

- (a) Quase toda a variação do ativo não circulante é explicada pelo aumento na linha de Imobilizado e Intangível, que cresceu R\$ 693 milhões, passando de R\$ 5,6 bilhões em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 6,3 bilhões na mesma data de 2025. O mapa de movimentação, que demonstra as variações do exercício, está apresentado abaixo:

	Consolidado em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	UPGN Guamaré	Consolidado em 31/12/2025
Imobilizado						
Máquinas e equipamentos	309.092	1.989	-	122.441	284.999	718.521
UPGN Guamaré	-	312.790	-	36.849	(349.369)	-
Imobilizados em andamento	141.241	88.691	(9.212)	(158.390)	9.841	72.171
Direito de produção de óleo e gás	2.973.528		(42.199)	-	-	2.931.329
Desenvolvimento de campos	4.180.242	1.006.863	(5.545)	5.116	-	5.186.676
Blocos exploratórios	20.037	120	-	-	-	20.157
Abandono de poço	79.091	8.340	(8.128)	-	-	79.303

Almoxarifado para inversões fixas	502.638	223.654	(166.296)	(82.345)	-	477.651
Adiantamentos	46.219	32.906	(8.051)	(52.655)	-	18.419
Outros	105.066	735	(300)	47.594	-	199.325
					46.230	
Total	8.357.154	1.676.088	(239.731)	(81.390)	(8.659)	9.703.552
<u>Depreciação, amortização e depleção</u>						
Máquinas e equipamentos - depreciação	(58.930)	(38.884)	-	(1.652)	(4.322)	(103.788)
Direito de produção de óleo e gás - Amortização	(809.360)	(132.263)	17.884	1.325	-	(922.414)
Desenvolvimento de campos - Amortização	(1.873.377)	(485.386)	1.830	(65.771)	-	(2.422.704)
Abandono de poços - Amortização	(44.551)	(1.174)	3.875	2	-	(41.848)
Outros	(30.178)	(14.161)	-	3.456	(1.074)	(41.957)
Total	(2.816.396)	(671.868)	23.589	(62.640)	(5.396)	(3.532.711)
<u>Custo - Intangível</u>						
Software	32.955	3.639	-	67.878	8.570	113.042
<u>Amortização</u>						
Software - amortização	(12.399)	(16.802)	-	(4)	(453)	(29.658)
Total do imobilizado e intangível	5.561.314	991.057	(216.142)	(76.156)	(5.848)	6.254.225

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2025, o passivo circulante era de R\$ 619 milhões, em comparação com R\$ 732 milhões em 31 de dezembro de 2024. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 7% em 31 de dezembro de 2025 e 10% em 31 de dezembro de 2024. Esta diminuição de R\$ 113 milhões decorreu, principalmente, de:

- (a) Diminuição de R\$ 195 milhões na linha de valores a pagar de aquisições devido ao pagamento de parcelas referente a aquisição do polo Miranga e da SPE Tiêta.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2025, o passivo não circulante era de R\$ 3,7 bilhões, em comparação com R\$ 2,5 bilhões em 31 de dezembro de 2024. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 43% em 31 de dezembro de 2025 e de 33% em 31 de dezembro de 2024. Este aumento se R\$ 1,2 bilhão decorreu, principalmente, de:

- (a) Aumento de R\$ 1,3 bilhão decorrente da emissão de duas debêntures durante o exercício de 2025;
- (b) Aumento de R\$ 200 milhões na linha dividendos a pagar, em virtude da declaração de dividendos a serem pagos nos exercícios de 2027 e 2028.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido era de R\$ 4,3 bilhões, em comparação com R\$ 4,2 bilhões em 31 de dezembro de 2024. Esta variação, de R\$ 95 milhões deu-se, basicamente, por:

- (a) Aumento do valor constituído de reserva de lucros, em decorrência do lucro líquido do exercício ter sido maior no exercício de 2025 e da destinação da reserva para investimento e

expansão que ocorreu no montante de R\$ 300 milhões a título de dividendo adicional e constituição de 320 milhões.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

(em R\$ mil)	31/12/2025	31/12/2024
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.504.449	2.219.127
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(2.282.109)	(1.602.586)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	711.620	(518.177)
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(66.040)	98.364

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 1,5 bilhão no ano de 2025, redução de 32%, ou R\$ 715 milhões em relação a 2024.

A variação refletiu, principalmente, a redução do valor justo dos instrumentos derivativos, o aumento dos juros pagos e pela maior variação negativa de ativos e passivos, que foram parcialmente compensados pelo crescimento do lucro antes dos impostos em comparação a 2024.

Caixa líquido consumido nas atividades de investimento

O caixa aplicado nas atividades de investimento, no ano de 2025, totalizou R\$ 2,3 bilhões, devido aos principais fatores apresentados abaixo:

- (i) Adições ao imobilizado e intangível de R\$ 1,6 bilhão, sendo R\$ 1,0 bilhão para desenvolvimento de novas reservas e R\$ 331 milhões para a aquisição de 50% dos ativos de *midstream* de gás natural no Rio Grande do Norte; e
- (ii) Resgate de aplicações financeiras de R\$ 643 milhões no ano vs. R\$ 417 milhões em 2024.

Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento

O caixa gerado pelas atividades de financiamento foi de R\$ 712 milhões, impulsionado pelos recursos líquidos captados por meio da 3ª e da 4ª Emissão de Debêntures, deduzidos da distribuição de Juros sobre Capital Próprio (JCP), além dos desembolsos referentes à aquisição de ativos.

2.2 – Os diretores devem comentar sobre:

(a) Resultados das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia, consequentemente de suas operações, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi a produção e comercialização de petróleo bruto e gás natural e subprodutos.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os resultados das operações da Companhia foram e continuarão a ser influenciadas pela capacidade da Companhia de produzir hidrocarbonetos (petróleo e gás natural) e comercializar o petróleo bruto, gás natural e seus subprodutos.

A produção de um campo pode ser influenciada por fatores como: (i) declínio natural anual da produção em função do consumo das reservas; (ii) variações na demanda por óleo e gás do mercado; e (iii) quedas de produção provenientes de problemas operacionais. No entanto, não foi observada redução no volume de venda motivada por menor demanda no exercício findo em 31 de dezembro 2024.

Adicionalmente, a Companhia pode encontrar dificuldades para escoar a sua produção, caso os clientes apresentem questões operacionais e/ou impossibilidade de receberem a produção da Companhia.

Fatores macroeconômicos também têm impacto direto na receita da Companhia. Por ter os preços de venda para petróleo e gás cotados em dólar, o câmbio também é um parâmetro que tem impacto relevante na receita da Companhia. A variação da cotação do petróleo do tipo Brent também é um fator relevante na mensuração da receita.

A tabela abaixo demonstra as médias dos preços médios do Brent e das taxas de câmbio nos últimos três exercícios:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Brent (US\$/bbl)	64,10	80,76	82,62
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	5,59	5,39	4,99

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Como mencionado anteriormente, a receita da Companhia é impactada pelas variações da taxa de câmbio do dólar norte-americano, além dos preços de petróleo do tipo Brent.

Os efeitos na receita dos impactos de flutuações nos preços, taxas de câmbio e introdução de novos produtos estão explanados no tópico 2.1(h) desse relatório.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do

Impactos da taxa de juros

Na ponta ativa, a Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI.

Impactos da taxa de câmbio

Na ponta ativa, a Companhia possui saldos de aplicações financeiras em fundos cambiais cujas variações tendem a acompanhar as variações da taxa de câmbio do dólar norte-americano.

No lado do passivo, a Companhia possui saldos a pagar denominados em dólares norte-americanos, com destaque para os valores decorrentes de aquisições de ativos e debêntures *swapped* para dólares.

Impactos da inflação

A Companhia tem exposição à inflação, o que impacta os resultados operacionais principalmente em custos dos serviços prestados e produtos vendidos, despesas gerais e administrativas, envolvendo itens de (i) aluguel de imóveis, (ii) folha de pagamento de funcionários, (iii) contratação de serviços terceirizados e (iv) compra de insumos e materiais. Adicionalmente, o custo de produção também pode sofrer variações em função de reajustes aplicados por fornecedores.

2.3 – Os diretores devem comentar:

(a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não foram registradas mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram emitidos sem ressalvas e ênfases.

2.4 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve, durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 - Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar no formulário de referência medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

(a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou no último exercício social as seguintes medições não contábeis:

(Em milhares de reais)	31/12/2025	31/12/2024
EBITDA	1.442.656	1.643.036
Margem EBITDA	45,7%	50,3%
EBITDA Ajustado pelo Hedge	1.441.774	1.770.248
Margem EBITDA ajustado	45,7%	52,2%
Dívida Líquida	1.546.885	1.316.751
Dívida Líquida/ EBITDA	1,10x	0,80x

EBITDA E EBITDA AJUSTADO PELO HEDGE

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM 156.

O EBITDA representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, consistindo no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

O EBITDA e a margem EBITDA não são medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não representam os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia utiliza o EBITDA e a margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156/2022, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Resolução CVM 156/2022 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM 156/2022 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Resolução CVM 156/2022.

Calculamos o EBITDA ajustado pelo Hedge partindo do EBITDA, excluindo os efeitos dos resultados dos instrumentos financeiros derivativos liquidados no período.

Margem EBITDA ajustado corresponde ao EBITDA ajustado pelo Hedge do exercício dividido pela receita líquida, excluindo os efeitos dos resultados dos instrumentos financeiros derivativos liquidados no período.

O EBITDA ajustado pelo Hedge e a margem EBITDA ajustado não são medidas de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e tampouco devem ser considerados isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA ajustado de maneira diferente da Companhia. O EBITDA ajustado é utilizado pela Companhia como medida adicional de desempenho de suas operações.

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO (DÍVIDA LÍQUIDA) OU CAIXA LÍQUIDO

O endividamento líquido (dívida líquida) é calculado pelo endividamento bruto (soma dos empréstimos e financiamentos, circulantes e não circulantes) deduzido dos saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras presentes no circulante.

O endividamento líquido (dívida líquida) não é medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") não é auditada ou revisada pelos auditores independentes da Companhia. O endividamento líquido (dívida líquida) não possui significado padronizado e a nossa definição de endividamento líquido (dívida líquida) pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras companhias.

DÍVIDA LÍQUIDA / EBITDA

Este índice de endividamento representa a dívida líquida da Companhia sobre o EBITDA. A Companhia utiliza esse índice para aferir quanto tempo sua geração operacional de caixa levaria para realizar o pagamento de sua dívida líquida. Apesar de ser uma medida não contábil, este índice é utilizado para acompanhar os covenants de nossos empréstimos e financiamentos.

(a) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações contábeis auditadas

EBITDA E EBITDA AJUSTADO PELO HEDGE

(Em milhares de reais)	31/12/2025	31/12/2024
Resultado líquido do exercício	638.352	437.498
(+) IRPJ/CSSL corrente e diferido	137.842	(74.093)
(+) Resultado financeiro, líquido	(54.615)	584.815
(+) Depreciação e amortização	721.077	694.816
EBITDA	1.442.656	1.643.036
(+) Instrumentos financeiros derivativos liquidados no período	(882)	127.212
EBITDA Ajustado pelo Hedge	1.441.774	1.770.248
Receita operacional líquida	3.157.609	3.264.554
Margem EBITDA	45,7%	50,3%
Margem EBITDA Ajustado	45,7%	54,2%

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO (DÍVIDA LÍQUIDA) OU CAIXA LÍQUIDO

Valores expressos em R\$ mil	31/12/2025	31/12/2024
Passivo Circulante		
Debêntures	64.914	20.907
Valores a pagar de aquisições	18.515	213.077
Efeito do Swap da dívida	-	1.003
Passivo Não Circulante		
Debêntures	3.040.102	1.771.414
Efeito do Swap da dívida	87.704	367.837
Dívida Bruta	3.211.235	2.374.238
Ativo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	229.508	295.548
Aplicações Financeiras	1.395.510	761.939
Dívida Líquida (Caixa Líquido)	1586.217	1.316.751
EBITDA	1.442.656	1.643.036
Dívida Líquida / EBITDA	1,10 x	0,80 x

(b) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia elabora e divulga EBITDA e o EBITDA Ajustado pelo hedge com o fim de apresentar uma informação adicional e uma medida prática para aferir a sua capacidade de pagamento das dívidas, manutenção de investimentos e capacidade de cobrir necessidades de capital de giro a partir de suas obrigações, razão pela qual entende ser tal mediação apropriada.

A Companhia calcula o EBITDA como o lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro e das despesas de depreciação, amortização e depleção. O EBITDA não é uma

medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA de maneira diferente da Companhia. O EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da Companhia, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de seus negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros, despesas financeiras, tributos, depreciação, amortização e depleção. O EBITDA é utilizado pela Companhia como medida adicional de desempenho de suas operações.

A Companhia acredita que o EBITDA ajustado pelo hedge demonstra a evolução dos resultados sem que tenha efeitos de instrumentos financeiros utilizados como instrumentos de proteção pela Companhia. O EBITDA ajustado pelo hedge não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA ajustado pelo hedge de maneira diferente da Companhia. O EBITDA ajustado pelo hedge apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da Companhia, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de seus negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros, despesas financeiras, tributos, depreciação, amortização e depleção. O EBITDA ajustado pelo hedge é utilizado pela Companhia como medida adicional de desempenho de suas operações.

A Companhia também acredita que a dívida líquida seja uma medição não contábil amplamente utilizada no mercado financeiro e a utiliza para avaliação financeira e representam mais adequadamente a exposição ao endividamento financeiro.

Não existe uma definição padrão para medição não contábil de endividamento líquido (dívida líquida) e a definição utilizada pela Companhia pode ser diferente daquela usada por outras companhias. Endividamento líquido (dívida líquida) não é uma medida de endividamento segundo as BR GAAP e IFRS, como também não é medição do fluxo de caixa, liquidez ou recursos disponíveis para o serviço da dívida da Companhia.

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia elabora e divulga EBITDA e o EBITDA Ajustado pelo hedge com o fim de apresentar uma informação adicional e uma medida prática para aferir a sua capacidade de pagamento das dívidas, manutenção de investimentos e capacidade de cobrir necessidades de capital de giro a partir de suas obrigações, razão pela qual entende ser tal mediação apropriada.

A Companhia calcula o EBITDA como o lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro e das despesas de depreciação, amortização e depleção. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA de maneira

diferente da Companhia. O EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da Companhia, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de seus negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros, despesas financeiras, tributos, depreciação, amortização e depleção. O EBITDA é utilizado pela Companhia como medida adicional de desempenho de suas operações.

A Companhia acredita que o EBITDA ajustado pelo hedge demonstra a evolução dos resultados sem que tenha efeitos de instrumentos financeiros utilizados como instrumentos de proteção pela Companhia. O EBITDA ajustado pelo hedge não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA ajustado pelo hedge de maneira diferente da Companhia. O EBITDA ajustado pelo hedge apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da Companhia, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de seus negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros, despesas financeiras, tributos, depreciação, amortização e depleção. O EBITDA ajustado pelo hedge é utilizado pela Companhia como medida adicional de desempenho de suas operações.

A Companhia também acredita que a dívida líquida seja uma medição não contábil amplamente utilizada no mercado financeiro e a utiliza para avaliação financeira e representam mais adequadamente a exposição ao endividamento financeiro.

Não existe uma definição padrão para medição não contábil de endividamento líquido (dívida líquida) e a definição utilizada pela Companhia pode ser diferente daquela usada por outras companhias. Endividamento líquido (dívida líquida) não é uma medida de endividamento segundo as BR GAAP e IFRS, como também não é medição do fluxo de caixa, liquidez ou recursos disponíveis para o serviço da dívida da Companhia.

2.6 - Eventos Subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Em 29 de dezembro de 2025, a Companhia concluiu a liquidação financeira de sua 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, em duas séries, totalizando R\$ 750 milhões, sendo R\$ 525 milhões na 1ª série e R\$ 225 milhões na 2ª série. As debêntures foram emitidas com remuneração de IPCA + 7,4564% a.a. (1ª série) e IPCA + 7,2833% a.a. (2ª série).

Ainda em dezembro de 2025, a Companhia contratou instrumentos derivativos do tipo swap para a 1ª série, com o objetivo de dolarização da dívida, resultando em um custo médio dolarizado equivalente a 4,80% a.a. e duration aproximada de 6,5 anos.

Em 12 de janeiro de 2026, a Companhia contratou instrumentos derivativos (swaps) para a 2ª série da 4ª emissão de debêntures, também com o objetivo de dolarização da dívida. Em conjunto com os referidos swaps, a 2ª série passou a apresentar um custo médio dolarizado equivalente a 5,15% a.a., com duration aproximada de 9 anos.

Considerando os instrumentos derivativos contratados para ambas as séries, a emissão passou a apresentar uma taxa média ponderada equivalente a 4,91% a.a. e duration média aproximada de 7,25 anos.

2.7 - Política de destinação dos resultados

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2025
Regras sobre retenção de lucros	Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a Administração submeterá à apreciação e aprovação da Assembleia Geral proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício que remanescer após as seguintes deduções ou acréscimos, realizados decrescentemente e nessa ordem: (a) absorção de prejuízos acumulados, se houver; (b) 5% (cinco por cento) para a formação da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. A constituição da Reserva Legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo da mesma, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% (trinta por cento) do Capital Social; (c) montante destinado à formação de Reservas para Contingências e reversão das formadas em exercícios anteriores; (d) Lucros a Realizar e Reversão dos Lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício; (e) 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento aos acionistas do dividendo mínimo obrigatório; e (f) a parcela remanescente do lucro líquido ajustado, após o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, será destinada à Reserva para Investimento e Expansão, que tem por finalidade (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) reforço de capital de giro; podendo, ainda, ser utilizada (iii) em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia.
Valores das retenções de lucros	Reserva legal: R\$ 31.917.607,45 Reserva de incentivo fiscal: R\$ 23.325.176,90 Reserva de investimento e expansão: R\$ 319.799.466,28
Regras sobre distribuição de dividendos	Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária. A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores e, por deliberação do Conselho de Administração, declarar dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, bem como declarar dividendos

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2025
	intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou reservas constantes do último balanço anual ou semestral, obedecidos os limites legais e do Estatuto Social, conforme disposto no item (a).
Periodicidade das distribuições de dividendos	O Estatuto Social da Companhia vigente no exercício social de 2025 previa adequação de dividendos em bases anuais, semestrais e em períodos menores, observadas as disposições legais aplicáveis.
Restrições à distribuição de dividendos	Segundo o artigo 27, Parágrafo Primeiro, alínea “(e)”, do Estatuto Social da Companhia, a parcela remanescente do lucro líquido ajustado, após o pagamento do dividendo obrigatório, será destinada à Reserva para Investimento e Expansão. <u>Lucro da exploração</u> A Companhia goza do benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda sobre o resultado de suas operações. O incentivo fiscal correspondente apurado no exercício é reconhecido no resultado do exercício e, após apuração do lucro do exercício, é transferido para a reserva de incentivos fiscais (reserva de lucros). <u>Debêntures</u> As debêntures emitidas pela Companhia possuem algumas cláusulas restritivas para distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas, acima dos 25% do lucro líquido do exercício previstas em estatuto listadas abaixo: • Estar adimplente com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura de Emissão; e • Imediatamente antes e imediatamente depois (neste último caso, considerando o proforma consolidado) do efetivo pagamento de dividendos ou qualquer outra forma de distribuição de recursos aos seus acionistas não houver descumprimento dos Índices Financeiros apurado com relação aos últimos 12 meses relativos às demonstrações financeiras consolidadas.

2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(iii) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

2.10 - Plano de Negócios

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Com base no Relatório de Reservas divulgado pela Companhia, com a data-base de 31/12/2025, os investimentos previstos para desenvolvimento de suas reservas provadas são de aproximadamente US\$ 685,5 milhões num horizonte de 11 anos, considerando apenas as Reservas Provadas, entre os anos de 2026 e 2036. Tais investimentos incluem, mas não se limitam a perfurações de novos poços, intervenções em poços existentes com o intuito de incrementar a produção e expansão e modernização das

facilidades necessárias para tratamento, armazenamento e escoamento da produção de petróleo e gás natural.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Tendo em vista sua estrutura de capital atual, a Companhia acredita gerar caixa suficiente para financiar os investimentos projetados. Caso alguma necessidade de captação externa venha a surgir, por exemplo, para financiar aquisições de novos ativos produtores de petróleo e/ou gás natural, a Administração da Companhia avaliará as eventuais necessidades de financiamentos para as suas atividades e programas de investimento, bem como o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital, podendo optar por uma forma de financiamento ou outra, conforme for o caso para este propósito.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos de ativos relevantes em andamento ou desinvestimentos previstos. Cabe ressaltar, no entanto, que é prática comum na indústria do petróleo a assinatura de contratos de *farm-in* e *farm-out*, que consiste em um processo de aquisição parcial ou total dos direitos de concessão detidos por outra empresa (numa mesma negociação, a empresa que está adquirindo os direitos de concessão está em processo de *farm-in* e a empresa que está vendendo direitos de concessão está em processo de *farm-out*).

A Companhia pode, eventualmente, celebrar tais tipos de contratos no futuro, caso isso represente benefícios para seus negócios e acionistas. A assinatura destes contratos, se houver, poderá representar investimentos e desinvestimentos relevantes. Os Diretores reiteram, no entanto, que não há nesta data desinvestimentos de ativos relevantes em andamento ou desinvestimentos previstos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Ao final de setembro, a Companhia concluiu a aquisição de 50% dos ativos de midstream da Brava Energia no Rio Grande do Norte. Os ativos em questão compreendem duas Unidades de Processamento de Gás Natural (UPGNs), cada uma com capacidade de 1,5 milhão de metros cúbicos por dia (MMm³/dia), sendo uma em operação (UPGN III) e uma hibernada (UPGN II), equipamentos auxiliares à operação, incluindo sistemas de recebimento, compressão e armazenamento de derivados líquidos, bem como, um gasoduto que interliga a produção de gás natural da PetroReconcavo e de outros campos operados pela Brava às referidas UPGNs. No dia seguinte à conclusão da aquisição, a operação passou a ser regida por um Joint Operating Agreement, com a Brava como operadora e governança compartilhada por meio de um Comitê Operacional, reforçando a estratégia de resiliência e eficiência operacional, com maior segurança no escoamento e processamento do gás natural.

A adoção do regime de rateio de custos na UPGN de Guamaré, proporcional aos volumes processados, gerou ganhos relevantes de eficiência e otimização de custos, resultando em redução aproximada de R\$ 11 milhões nos custos de escoamento e processamento no 4T25.

Adicionalmente, em julho, após autorização da ANP, entrou em operação o novo gasoduto de Tiê ao sistema de gasodutos de Miranga, viabilizando o escoamento da produção do campo até a UTG Catu. A iniciativa permitiu a comercialização do gás na malha com margem incremental de aproximadamente US\$ 5,00 por milhão de BTUs, já descontados os custos de processamento na UTG Catu.

(c) Novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Reconhecendo a sustentabilidade como um valor central e um pilar estratégico para a perenidade dos seus negócios, a PetroReconcavo orienta sua atuação para a geração de valor compartilhado e a construção de um legado positivo nos territórios onde atua. Em 2025, a Companhia consolidou avanços relevantes nos pilares Social, Ambiental e de Governança, reforçando seu compromisso com uma atuação responsável, consistente e orientada ao longo prazo.

No eixo Social, a PetroReconcavo expandiu iniciativas estruturantes com foco em educação e geração de renda. Ao longo do ano, os projetos sociais impactaram direta e indiretamente cerca de 21 mil pessoas, representando um crescimento de 21% em relação a 2024. Atualmente, a Companhia mantém projetos contínuos em 40 comunidades, distribuídas por 12 municípios dos 16 tem operações diretas, o que corresponde a 75% de cobertura territorial. O resultado reflete a continuidade dos investimentos, a maturidade da estratégia social e o fortalecimento do vínculo com os territórios de atuação.

No pilar Educação, destacou-se a implementação do projeto Educar Pra Valer, em parceria com a Associação Bem Comum, direcionado à formação continuada de gestores e professores das redes municipais de Mata de São João e Pojuca nas áreas de língua portuguesa e matemática. A iniciativa fortaleceu as ações locais de melhoria do desempenho educacional, capacitando mais de 600 profissionais e impactando positivamente mais de 10 mil alunos. A Companhia também manteve projetos já consolidados, como o Ciranda Viva, que apoiou o desenvolvimento de 187 crianças, adolescentes e seus familiares em quatro comunidades rurais de Catu (BA), por meio de atividades no contraturno escolar. Já o projeto Livres Toques, que utiliza a música como instrumento de desenvolvimento e inclusão social para estudantes de escolas públicas em Mossoró (RN), alcançou 2.503 pessoas, dobrando o número de beneficiários em relação ao ano anterior.

A Companhia manteve iniciativas de fortalecimento das vocações produtivas locais, como o Raízes da Transformação, focado na assistência técnica agroecológica e agricultura familiar em 16 comunidades rurais baianas; o Viva Sabiá, que promove acesso à água de qualidade, saúde, e geração de renda em nove comunidades de cinco municípios do Rio Grande do Norte; e o Mulheres Empreendedoras, vinculado ao Ciranda Viva que oferece infraestrutura para que mulheres atuem na produção diária dos lanches distribuídos às crianças do projeto. Em conjunto, essas iniciativas geraram uma renda incremental de R\$ 259 mil em 2025 para 64 pessoas diretamente beneficiadas.

No pilar ambiental, a PetroReconcavo avançou em iniciativas que integram eficiência operacional e gestão responsável dos recursos. Foi iniciado um projeto de Pesquisa e Desenvolvimento em parceria com o IF Baiano, voltado à avaliação do potencial de uso agrônomo dos cascalhos de perfuração. O objetivo é a destinação mais sustentável para esse resíduo, ao mesmo tempo em que gera eficiência econômica por meio da redução de custos. No contexto da agenda climática, a Companhia reconhece seu papel estratégico na busca por soluções que conciliem segurança energética e responsabilidade ambiental. Nesse sentido, iniciou seu processo de realizou o reporte ao Disclosure Insight Action (CDP) e obteve nota C, resultado que marca um estágio relevante de amadurecimento na agenda ambiental e evidencia o compromisso com o aprimoramento contínuo das práticas de sustentabilidade.

No pilar de Governança, reforçou seu compromisso com a integridade e a evolução contínua das práticas institucionais por meio da revisão e atualização do Código de Ética e Conduta, originalmente

publicado em 2022. O processo incorporou novos requisitos regulatórios, a avaliação de riscos emergentes, diálogos com partes interessadas e a incorporação das melhores práticas de governança. No reconhecimento de suas práticas e resultados, em 2025, a PetroReconcavo passou a integrar o Índice de Dividendos (IDIV) da B3 e manteve, pelo segundo ano consecutivo, presença no Índice de Diversidade (IDVR), evidenciando seu compromisso com a geração de valor aos acionistas e com o fortalecimento da diversidade e inclusão. Já em 2026, a Companhia passou a integrar, pela primeira vez, a carteira do Índice IGPTW da B3, refletindo seu desempenho na certificação Great Place to Work.

Para 2026 a Companhia segue com a perspectiva de atender as melhores práticas e trazer cada vez mais transparência sobre os temas de ASG. Ainda em 2025 iniciou o processo de adesão ao Índice de Sustentabilidade da B3 (ISE) e está se preparando para emissão do relatório de IFRS de Sustentabilidade.

2.11 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outros fatores com influência relevante não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

ANEXO III

Proposta de Destinação do Lucro Líquido

(nos termos do Anexo A da RCVM 81)

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido apurado pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 638.352.148,78 (seiscentos e trinta e oito milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, cento e quarenta e oito reais e setenta e oito centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio (JCP) já declarados

2.1 JSCP e Dividendos propostos com o resultado do ano

Lucro Líquido do Exercício	638.352.148,78
(-) Constituição de Reserva Legal	(31.917.605,45)
(-) Constituição de Reserva de Incentivo Fiscal	(23.235.176,90)
Lucro Líquido Ajustado	583.199.364,43
% de dividendo mínimo obrigatório estabelecido no Estatuto Social	25%
Dividendo mínimo obrigatório calculado com base no lucro líquido ajustado e pagos através de Juros Sobre Capital Próprio já declarados ¹	145.799.841,11
Juros Sobre Capital Próprio já declarados utilizados como destinação do resultado do ano ¹	92.358.471,23
Total do resultado do ano distribuído	238.158.312,34
Lucro Líquido Remanescente	345.041.052,09
Dividendos relativos ao resultado do ano por ação ordinária (já declarados e pagos)	0,813

2.2 JSCP e Dividendos declarados com o consumo de reservas (resultado de exercícios anteriores) no ano de 2025

Dividendos declarados com consumo de Reserva para Investimento e Expansão	300.000.000,00
---	----------------

Total de Juros sobre Capital próprio e dividendos declarados com base na Reserva para Investimento e Expansão	300.000.000,00
--	-----------------------

Juros sobre Capital próprio e Dividendos declarados com base na Reserva para Investimento e Expansão por ação ordinária	1,024
---	-------

2.3 Total de dividendos declarados e/ou pagos (com base no resultado do exercício de 2025 e de exercícios anteriores) no ano de 2025

Total de Juros Sobre Capital Próprio declarados e pagos no ano, líquido de imposto de renda retido ¹	238.158.312,34
---	----------------

Total de dividendos declarados no ano	300.000.000,00
---------------------------------------	----------------

Total de Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos declarados e/ou pagos no ano	538.158.312,14
--	----------------

Total de Juros sobre capital Próprio e Dividendos declarados e/ou pagos no ano por ação ordinária	1,837
---	-------

¹ Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 8 de maio de 2025 foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio (JCP), no montante bruto de R\$ 263.400.000,00 (duzentos e sessenta e três milhões e quatrocentos mil reais). O montante foi integralmente pago em 29 de maio de 2025 no montante líquido de R\$ 238.158.312,34 (duzentos e trinta e oito milhões, cento e cinquenta e oito mil, trezentos e doze reais e trinta e quatro centavos).

² Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 18 de dezembro de 2025 foi aprovado o pagamento de dividendos, no montante de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). O montante será pago em três parcelas anuais, em dezembro de 2026, dezembro de 2027 e dezembro de 2028, na forma da Lei nº 15.270/2025.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O percentual do lucro líquido do exercício distribuído aos acionistas é de 37,31%. O percentual do lucro líquido ajustado (conforme acima) distribuído aos acionistas é de 40,84%.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Ver item 2.2.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio (JCP), de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Ações ordinárias		Ações preferenciais	
Dividendos	JCP	Dividendos	JCP
300.000.000,00	-	n/a	n/a

- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

No dia 18 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos no valor total de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), com base em reservas de lucro apuradas em exercícios anteriores.

O pagamento dos dividendos ocorrerá na forma da Lei nº 15.270, de 26 de novembro de 2025, sendo:

- R\$ 100.000.000,00, em dezembro de 2026;
- R\$ 100.000.000,00, em dezembro de 2027; e
- R\$ 100.000.000,00, em dezembro de 2028.

- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Os dividendos foram declarados em 18 de dezembro de 2025. Farão jus ao recebimento dos dividendos os acionistas inscritos nos registros da Companhia no fechamento do pregão do dia 08 de janeiro de 2026, sendo que as ações passaram a ser negociadas “ex-dividendos” a partir de 09 de janeiro de 2026, inclusive.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

R\$[●]R\$238.158.312,34

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

O pagamento dos juros sobre capital próprio foi realizado aos acionistas no dia 27 de maio de 2025.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	Exercícios findos em 31 de dezembro de			
	2025	2024	2023	2022
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício - R\$ mil	<u>638.952</u>	<u>437.498</u>	<u>708.938</u>	<u>1.153.391</u>
Lucro por ação ordinária - R\$	<u>2,1793</u>	<u>1,4927</u>	<u>2,4202</u>	<u>4,2307</u>
Lucro por ação preferencial - R\$	<u>n/a</u>	<u>n/a</u>	<u>n/a</u>	<u>n/a</u>

b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	Ações ordinárias		Ações preferenciais	
	Dividendos	JCP	Dividendos	JCP
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024	0,50	0,40	n/a	n/a
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023	0,059	0,51	n/a	n/a
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	0,44	0,61	n/a	n/a

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Em conformidade com o disposto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, torna-se necessária a aplicação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido à constituição da reserva legal, ou seja, R\$ 31.917.067,45 (trinta e um milhões, novecentos e dezessete mil, seiscentos e sete reais e quarenta e cinco centavos).

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

2025	2024	2023
------	------	------

Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	638.352.148,78	437.498.438,15	708.937.330,60
---------------------------------------	----------------	----------------	----------------

Constituição de Reserva Legal (5% do lucro líquido)	31.917.607,45	21.874.921,91	35.446.866,53
---	---------------	---------------	---------------

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos
- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais
- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Itens não aplicáveis, tendo em vista que a companhia não possui ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme o Artigo 27 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas farão jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia, ajustado nos termos do inciso I do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O dividendo obrigatório referente ao exercício de 2025, de R\$145.799.841,11, foi integralmente pago em 27 de maio de 2025, através do pagamento de Juros sobre Capital Próprio aprovados na reunião do Conselho de Administração de 8 de maio de 2025 e considerados como adiantamento do dividendo obrigatório nos termos do Estatuto Social.

- c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável. O dividendo mínimo obrigatório está sendo pago integralmente.

11.Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

- a. Informar o montante da retenção**
- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos**
- c. Justificar a retenção dos dividendos**

Itens não aplicáveis. O dividendo mínimo obrigatório está sendo pago integralmente.

12.Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a. Identificar o montante destinado à reserva**
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa**
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável**

Itens não aplicáveis. Não há destinação de resultado para reserva de contingência.

13.Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Itens não aplicáveis. Não há destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14.Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

A destinação da Reserva para Investimento e Expansão está prevista no art. 27, § 1º, (e) do Estatuto Social. O § 2º do mesmo artigo estabelece a possibilidade de dispensa da constituição dessa reserva, mediante deliberação da Assembleia Geral, para o pagamento de dividendos adicionais, além do dividendo obrigatório.

- b. Identificar o montante destinado à reserva**

Foram destinado R\$ 319.799.466,28 (Trezentos e dezenove milhões setecentos e noventa e nove mil quatrocentos e sessenta e seis reais e vinte e oito centavos) à Reserva para Investimento e Expansão.

- c. Descrever como o montante foi calculado**

Não aplicável. Não há destinação de resultado para Reserva para Investimento e Expansão.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção**
- b. Fornecer cópia do orçamento de capital**

Itens não aplicáveis. Não há retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. Informar o montante destinado à reserva**

O valor destinado para a reserva de incentivos fiscais é de R\$ 23.235.176,90 (vinte e três milhões, duzentos e trinta e cinco mil, cento e setenta e seis reais e noventa centavos).

- b. Explicar a natureza da destinação**

Lucro da exploração

A Companhia goza do benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda sobre o resultado de suas operações.

O incentivo fiscal correspondente apurado no exercício é reconhecido no resultado do exercício e, após apuração do lucro do exercício, é transferido para a reserva de incentivos fiscais (reserva de lucros). Essa reserva somente poderá ser utilizada para aumentar o capital ou absorver prejuízos. A reserva de capital foi utilizada até o exercício de 2007.

ANEXO IV

Informações sobre a remuneração dos administradores

(nos termos do item 8 do Formulário de Referência)

(Art. 13, inciso II, da RCVM 81)

8. Remuneração dos administradores

8.1 - Política ou prática de remuneração

(a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

O principal objetivo da estrutura de remuneração da Companhia é estabelecer um sistema de remuneração da Administração que auxilie no desenvolvimento de uma cultura de alta performance, mantendo no longo prazo pessoas importantes para o crescimento da Companhia, garantindo a contratação e a retenção das melhores pessoas, assegurando o alinhamento dos interesses dos administradores com os dos acionistas e demais stakeholders e estimulando o pessoal-chave da Companhia ao cumprimento de suas metas corporativas.

No caso dos diretores estatutários, a existência da prática de remuneração variável permite o compartilhamento do risco e do resultado da Companhia com seus principais executivos, característica de uma política voltada para o alcance de resultados duradouros e a perpetuidade da Companhia.

Para os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, não há práticas de remuneração variável, focando-se apenas os componentes fixos, em linha com as práticas usuais do mercado.

O valor global da remuneração dos administradores é fixado anualmente pela Assembleia Geral de acionistas, sendo competência do Conselho de Administração alocar o valor de tal remuneração entre os diferentes órgãos e/ou membros que o compõem e dispor sobre a sua distribuição em distintos componentes, incluindo a remuneração individual de cada membro da Diretoria e do próprio Conselho de Administração. A Assembleia Geral também deverá fixar o valor global da remuneração do Conselho Fiscal, obedecidas as diretrizes legais aplicáveis.

Com relação ao Conselho Fiscal, ele não esteve instalado nos últimos três exercícios sociais, mas caso venha a ser instalado, sua remuneração observará o disposto na lei e será objeto de deliberação pela assembleia geral que instale o órgão.

A Política de Remuneração de Administradores, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião de 23 de janeiro de 2021, está disponível nos sites www.cvm.gov.br e ri.petroreconcavo.com.br.

(b) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A Assembleia Geral de Acionistas aprova anualmente o limite global da remuneração para os administradores. O Conselho de Administração da Companhia define a estratégia de remuneração dos Administradores da Companhia mediante avaliação do desempenho e das melhores práticas de remuneração do mercado.

O Conselho de Administração é assessorado pela área de Gente e Gestão e pelo Comitê de Pessoas e ESG no desenho e exame da política de remuneração, incluindo política salarial e de benefícios, remuneração variável e incentivos de longo prazo para os Diretores Estatutários, membros do Conselho de Administração e colaboradores da Companhia.

(ii) Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Com relação à metodologia utilizada para fixação da remuneração individual dos Administradores, a Companhia utiliza estudos periódicos de consultorias especializadas para verificação das práticas de empresas do mesmo setor, assim como empresas de porte e características similares à Companhia.

(iii) Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho avalia a adequação da política de remuneração quando o considera adequado, usualmente uma vez por ano.

(c) Composição da remuneração, indicando:

(i) Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, e os objetivos de cada um deles:

- Seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração fazem jus a uma remuneração fixa mensal (honorários), que é determinada de acordo com o padrão de mercado, a qual tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do cargo internamente e externamente, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao Conselho de Administração da Companhia. O valor anual global da remuneração dos administradores, compreendendo os membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, é fixado na Assembleia Geral Ordinária e distribuído pelo Conselho de Administração.

Não há remuneração baseada em participação em reuniões, e os membros do Conselho de Administração não fazem jus a remuneração variável.

Os membros do Conselho de Administração que participarem de Comitês poderão fazer jus ao recebimento de remuneração adicional pela função exercida, conforme deliberação do Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração serão reembolsados pela Companhia das despesas com locomoção, alimentação e hospedagem necessárias ao desempenho de sua função, tal como descrito na Política de Remuneração da Companhia.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

A remuneração da Diretoria é uma ferramenta efetiva de atração, motivação e retenção dos Diretores, sendo estruturada de forma justa e compatível com as funções e os riscos inerentes ao cargo, de modo a proporcionar o alinhamento de seus interesses com os interesses de longo prazo da Companhia. Os membros da Diretoria fazem jus a remuneração fixa e variável.

Remuneração Fixa

Pró-labore ou Salário. Os membros da Diretoria Estatutária e Não Estatutária fazem jus a uma remuneração fixa mensal (honorários), a qual é definida de acordo com a responsabilidade de cada cargo e em linha com as melhores práticas do mercado.

Benefícios. A remuneração acima destacada poderá, conforme o caso, ser complementada por benefícios diretos ou indiretos, quais sejam: assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida, previdência privada, vale refeição e vale alimentação.

A remuneração fixa tem como objetivo remunerar a atuação de cada diretor de acordo com o seu escopo de atuação e senioridade.

Os Diretores Estatutários não recebem remuneração por participação em comitês.

Remuneração Variável

(i) Participação nos resultados – PLR

A remuneração variável de curto prazo das Diretorias Estatutária e Não Estatutária é composta por montante anual baseado no atingimento de metas e objetivos estratégicos da Companhia. Tem como objetivo remunerar os resultados atingidos pelos Diretores Estatutários e Não Estatutários (em conjunto, “Diretores”) de acordo com seu desempenho e retorno para a Companhia.

A remuneração variável de curto prazo consiste no pagamento de bônus e/ou no pagamento de participação nos resultados – PLR. Os membros da Diretoria Estatutária e Não Estatutária não fazem jus à remuneração por participações em reuniões e comissões.

(ii) Remuneração de Longo Prazo Baseada em Ações

Os Diretores e determinados empregados da Companhia e de suas sociedades controladas diretas são elegíveis a programa de remuneração baseados em Ações, nos termos do Programa de Incentivo Consolidado aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 1º de abril de 2021. O objetivo do Programa de Incentivo Consolidado é conceder a eles a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia e, com isso, (i) assegurar a competitividade dos níveis de remuneração total praticados pela Companhia; (ii) garantir um maior alinhamento dos interesses dos beneficiários com os interesses dos acionistas; (iii) maximizar os níveis de comprometimento com a geração de resultados sustentáveis; bem como (iv) possibilitar à Companhia atrair e manter vinculados a ela, Diretores e empregados.

A parcela da remuneração baseada em ações também compreende o montante relativo à parcela do Plano de Incentivo de Longo Prazo – Ações Restritas baseado em ações de emissão da Companhia, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2022 e a parcela prevista para o ano de 2026 já compreende o montante relativo ao Plano de Incentivo de Longo Prazo proposto para aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 24 de abril de 2026, com os seguintes objetivos principais: (i) gerar um maior alinhamento de interesses dos participantes, com os acionistas da Companhia, na busca de um crescimento sustentável dos seus negócios; (ii) buscar o atingimento dos objetivos sociais e das metas da Companhia; (iii) reforçar a capacidade da Companhia de atrair, reter e motivar os participantes, buscando um comprometimento de longo prazo destes com os objetivos da Companhia; e (iv) compartilhar a criação de valor, bem como os riscos inerentes aos negócios da Companhia.

Benefícios pós-emprego

A Companhia realiza contribuições a um plano de previdência privada VGBL ou PGBL, de mercado, a ser indicado pelos Diretores Estatutários, por meio de depósitos no montante de 8% do pró-labore percebido pelos mesmos. Após a contribuição, a Companhia não tem controle sobre os saldos depositados, não havendo nenhuma restrição para que os Diretores Estatutários resgatem os recursos.

Conselho Fiscal

A Companhia nunca teve Conselho Fiscal instalado. Caso o Conselho Fiscal venha a ser instalado, a remuneração de seus membros deverá ser inteiramente composta por elemento fixo, correspondente a honorários mensais. Na fixação desses honorários pela assembleia geral que instalar o Conselho Fiscal, deverão ser obedecidas as diretrizes da lei, que determina que a remuneração dos membros do Conselho Fiscal não pode ser inferior a 10% da remuneração média dos diretores, sem computar benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração

Companhia possui comitês de: (i) Auditoria estatutário; (ii) Finanças; (iii) Pessoas e ESG; e (iv) Produção. A remuneração dos membros dos Comitês é definida pelo Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração que participarem de Comitês poderão fazer jus ao recebimento de remuneração adicional pela função exercida, conforme deliberação do Conselho de Administração.

Os membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração serão reembolsados pela Companhia das despesas com locomoção, alimentação e hospedagem necessárias ao desempenho de sua função, tal como descrito na Política de Remuneração da Companhia.

- **Sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

A proporção de cada elemento na remuneração total nos últimos três exercícios sociais foi a seguinte:

Proporção dos elementos na remuneração Total do Exercício social findo em 31/12/2025			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria não Estatutária
Salário ou pró-labore	88%	37%	47%
Benefícios direto ou indireto	0%	0%	0%
Participação em Comitês/reuniões	12%	0%	0%
Bônus (sem considerar encargos)	0%	0%	0%
Participação de resultados	0%	27%	28%
Remuneração baseada em ações	0%	34%	9%
Benefício pós emprego	0%	2%	0%
Outros	0%	0%	16%
Total da Remuneração	100%	100%	100%

Proporção dos elementos na remuneração Total do Exercício social findo em 31/12/2024			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria não Estatutária
Salário ou pró-labore	88%	40%	52%
Benefícios direto ou indireto	0%	0%	0%
Participação em Comitês/reuniões	12%	0%	0%
Bônus (sem considerar encargos)	0%	0%	0%
Participação de resultados	0%	12%	13%
Remuneração baseada em ações	0%	46%	18%
Benefício pós emprego	0%	2%	0%
Outros	0%	0%	17%
Total da Remuneração	100%	100%	100%

Proporção dos elementos na remuneração Total do Exercício social findo em 31/12/2023			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria não Estatutária
Salário ou pró-labore	90%	36%	47%
Benefícios direto ou indireto	0%	0%	0%
Participação em Comitês/reuniões	10%	0%	0%
Bônus (sem considerar encargos)	0%	0%	0%
Participação de resultados	0%	27%	25%

Remuneração baseada em ações	0%	36%	11%
Benefício pós emprego	0%	1%	0%
Outros	0%	0%	17%
Total da Remuneração	100%	100%	100%

- **Sua metodologia de cálculo e de reajuste**

Em regra, a remuneração tem seus valores fixos reajustados em linha com o padrão de mercado, de acordo com a Política de Remuneração de Administradores vigente e de forma que se mantenha adequada às práticas de mercado para os profissionais com experiência semelhante, em empresas do mesmo porte e/ou setor que a Companhia.

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é exclusivamente composta por elemento fixo, como forma de compensação dos conselheiros pelo seu papel contínuo de supervisão.

Diretoria Estatutária e não Estatutária

O cálculo da remuneração acima explicada é definido utilizando-se como referência as práticas do mercado levando-se em consideração práticas de empresas do mesmo setor, assim como empresas de porte e características similares à Companhia e referências internas, que são reavaliadas periodicamente. No caso dos Diretores, o cálculo da remuneração também se baseia na meritocracia, sempre se observando a competitividade externa.

A metodologia de reajuste específico para cada um dos componentes da remuneração da Diretoria Estatutária, Não Estatutária e demais colaboradores leva em conta pesquisas de mercado e benchmarking com empresas do setor assim como empresas de porte e características similares à Companhia. As pesquisas de mercado são encomendadas a empresas especializadas, sendo o referido trabalho supervisionado pela área de Gente e Gestão da Companhia.

(i) o pró-labore/salário mensal é fixado pelo Conselho de Administração levando-se em conta comparações com as práticas do mercado, as quais são reavaliadas de tempos em tempos através da contratação de pesquisas de mercado, sendo reajustado periodicamente conforme a variação de índices de inflação e/ou condições de mercado; (ii) os benefícios diretos e indiretos expressam valores pré-determinados pelo seu preço de mercado, sendo custeados pela Companhia; (iii) os benefícios pós-emprego correspondem a uma contribuição da empresa no valor de 8% do salário mensal dos Diretores Estatutários em fundos de previdência privada do tipo VGBL; e (iv) o bônus é calculado conforme os parâmetros descritos nos subitens “c” e “d” abaixo, nos limites previamente fixados a cada ano pelo Conselho de Administração, com base em valores-alvo de bonificação estabelecidos para cada Diretor, conforme o atendimento das metas aprovadas por aquele órgão, que também é responsável pela aprovação final do valor a ser pago a cada Diretor.

Comitês

A remuneração dos Comitês tem seus valores fixos reajustados em linha com o padrão de mercado, de acordo com a Política de Remuneração de Administradores vigente e de forma que se mantenha adequada às práticas de mercado para os profissionais com experiência semelhante.

Conselho Fiscal

A remuneração do Conselho Fiscal é fixada pela Assembleia Geral de acionistas, obedecidas as diretrizes da lei, que determina que a remuneração dos membros do Conselho Fiscal não pode ser inferior a 10% da remuneração média dos diretores, sem computar benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

- **Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

A remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é exclusivamente fixa e, portanto, não está baseada em indicadores de desempenho.

Para avaliação do desempenho das Diretorias (Estatutária e Não Estatutária), o Conselho de Administração faz uma avaliação anual do atendimento a metas estabelecidas de forma global para a Companhia e individualmente para cada Diretor. Esses indicadores poderão ser objetivos (quantitativos) ou subjetivos (qualitativos), sendo previamente estabelecidos pelo Conselho de Administração a cada ano. Atualmente, os indicadores objetivos utilizados são a produção (volume), EBITDA, custo de produção por barril, despesas gerais e administrativas, eficiência de capital, índice de reposição de reservas entre outros, e, para os Diretores Estatutários, ainda existem os indicadores objetivos de SSMS e Compliance (ASG); e os indicadores subjetivos para os Diretores Estatutários se referem à avaliação de desempenho realizada pelos membros do Conselho de Administração.

- **Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho;**

O Conselho de Administração é responsável por aprovar, a cada ano, as metas e objetivos corporativos que balizarão o cálculo da remuneração variável a ser paga à Diretoria Estatutária e não Estatutária, bem como os critérios para apuração do bônus para o exercício, com base nessas metas, fixando as metas quantitativas, os limites mínimos e máximos, os valores alvo para cada Diretor, bem como os valores a serem pagos conforme a variação de cada uma das metas. São estabelecidas metas globais para a Companhia, e para as diferentes metas são atribuídos pelo Conselho de Administração pesos diferenciados para cada meta a cada membro da Diretoria, de acordo com suas responsabilidades e funções desempenhadas. Após o encerramento do exercício social, o Conselho avaliará os resultados obtidos e o percentual de atendimento a cada uma das metas estabelecidas. O volume total de recursos a ser distribuído a cada Diretor será calculado pela aplicação proporcional do percentual total de atendimento às metas, de forma ponderada ao peso relativo de cada meta de forma proporcional ao atendimento das metas globais e individuais.

Além disso, o bônus individual de cada Diretor Estatutário poderá sofrer uma variação percentual positiva ou negativa sobre o valor-base previamente estabelecido pelo Conselho de Administração, conforme o atendimento às metas subjetivas individuais de cada Diretor Estatutário. A remuneração é fixada a partir de estudos de mercado para definição de valores e leva em consideração as responsabilidades, o tempo dedicado às funções, a competência e reputação profissional. A remuneração variável é fixada considerando o atingimento de metas corporativas da Companhia, as metas individuais do executivo.

(ii) Razões que justificam a composição da remuneração

Os membros do Conselho de Administração deverão ser compensados tendo em vista a sua função de supervisão geral dos negócios e atividades da Companhia, resultando, portanto, na necessidade de um pagamento fixo para que seja mantida, de forma constante, a serenidade na avaliação dos rumos e decisões estratégicas da Companhia.

No que se refere à Diretoria Estatutária e não Estatutária, a Companhia entende que os principais executivos encarregados de implementar as estratégias e negócios da Companhia precisam, por um lado, sentir-se constantemente estimulados e motivados, donde surge a necessidade um componente fixo atrativo, bem como a prática de oferecimento de benefícios comumente observados no mercado. Por outro lado, é também preciso oferecer estímulos para que as metas de negócio da Companhia sejam atingidas, justificando assim a prática de pagar remuneração variável e pagamento baseado em ações como parte significativa da compensação dos Diretores.

Os membros dos Comitês podem ser compensados tendo em vista a sua função de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia, resultando, portanto, na necessidade de um pagamento fixo para que seja mantida, de forma constante, a serenidade na avaliação estratégica de aspectos específicos da condução dos negócios da Companhia.

Os membros do Conselho Fiscal devem unicamente ser compensados pelo ofício prestado à Companhia durante o seu mandato, de forma constante, por isso justificando um pagamento integralmente fixo.

(iii) A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há membros efetivos do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e não Estatutária, do Conselho Fiscal ou de Comitês Estatutários não remunerados e apenas um dos membros suplentes do conselho de administração é remunerado.

(d) A existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Em 2025, não houve remuneração suportadas por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Nos termos dos planos de incentivo baseados em ações da Companhia descritos no item 8.4 a seguir, pode ocorrer vencimento antecipado dos prazos de carência para os benefícios em caso de determinados eventos societários, quais sejam:

- Programa de Incentivo Consolidado: na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, os termos deste Programa e os Contratos de Outorga de Ações Diferidas em vigor poderão, a critério do Conselho de Administração da Companhia, (i) ser transferidos para a entidade sucessora; ou (ii) ter seus prazos e condições antecipados ou liquidados, conforme aplicável.

- Plano de Incentivo de Longo Prazo – Ações Restritas: Na hipótese de mudança no controle ou alienação de controle da Companhia, nos termos do art. 254-A da Lei das S.A., ou outros eventos societários tais como fusão, incorporação, incorporação de ações, cisão e outras formas de combinação de negócio envolvendo a Companhia que resultem na alteração do seu controle acionário, o Conselho de Administração da Companhia poderá deliberar (i) pela manutenção das regras do Plano e dos Programas e Contratos de Outorga nas condições então vigentes; ou (ii) pelo encerramento do Plano, hipótese em que ocorrerá a aceleração dos Períodos de Vesting dos Contratos de Outorga já celebrados em relação a todos os Participantes, de forma que sejam imediatamente transferidas aos Participantes as Ações Restritas previstas em seus respectivos Contratos de Outorga.

8.2 - Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

8.2 – Remuneração total por órgão				
Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,17	0,00	11,17
Nº de membros remunerados	7,00	4,17	0,00	11,17
Esclarecimento			A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.361.865,64	13.474.340,74	0,00	18.836.206,38
Benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	473.263,66	0,00	0,00	473.263,66
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				

Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	9.908.000,00	0,00	9.908.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	647.325,35	0,00	647.325,35
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	8.184.341,68	0,00	8.184.341,68
Observação	O valor referente a encargos sociais não foi informado neste item por conta do entendimento do Colegiado da CVM no processo nº 19957.007457/20 18-10, incluído no Ofício Circular/ANUA L-2022-CVM/SEP	O valor referente a encargos sociais não foi informado neste item por conta do entendimento do Colegiado da CVM no processo nº 19957.007457/20 18-10, incluído no Ofício Circular/ANUA L-2022-CVM/SEP		O valor referente a encargos sociais não foi informado neste item por conta do entendimento do Colegiado da CVM no processo nº 19957.007457/20 18-10, incluído no Ofício Circular/ANUA L-2022-CVM/SEP
Total da remuneração	5.835.129,30	32.214.007,77	0,00	38.049.137,07

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	5,00	0,00	12,00
Nº de membros remunerados	7,00	5,00	0,00	12,00
Esclarecimento			A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.488.150,00	8.106.553,08	0,00	12.594.703,08
Benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	396.000,00	0,00	0,00	396.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	5.896.616,15	0,00	5.896.616,15
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	468.649,20	0,00	468.649,20
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	7.320.436,55	0,00	7.320.436,55
Observação	O valor referente a encargos	O valor referente a encargos	N/A	

	sociais não foi informado neste item por conta do entendimento do Colegiado da CVM no processo nº19957.007457/2018-10, incluído no Ofício Circular/ANUA L-2024-CVM/SEP. O valor da Remuneração total do Exercício Social difere da Remuneração do pessoal-chave da Administração informada nas demonstrações financeiras da Companhia tendo em vista que esta inclui suplentes do Conselho de Administração e participação em comitês.	sociais não foi informado neste item por conta do entendimento do Colegiado da CVM no processo nº19957.007457/2018-10, incluído no Ofício Circular/ANUA L-2024-CVM/SEP		
Total da remuneração	4.884.150,00	21.792.254,98	0,00	26.676.404,98

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	5,00	0,00	12,00
Nº de membros remunerados	7,00	5,00	0,00	12,00
Esclarecimento			A Companhia não possui	

			Conselho Fiscal instalado	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró- labore	4.461.750,00	8.315.622,68	0,00	12.777.372,68
Benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	396.000,00	0,00	0,00	396.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	2.477.720,08	0,00	2.477.720,08
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	417.539,00	0,00	417.539,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	9.638.232,00	0,00	9.638.232,00
Observação	O valor referente a encargos sociais não foi informado neste item por conta do entendimento do Colegiado	O valor referente a encargos sociais não foi informado neste item por conta do entendimento do Colegiado da	N/A	

	da CVM no processo nº19957.007457/2018-10, incluído no Ofício Circular/ANUA L-2024-CVM/SEP. O valor da Remuneração total do Exercício Social difere da Remuneração do pessoal-chave da Administração informada nas demonstrações financeiras da Companhia tendo em vista que esta inclui suplentes do Conselho de Administração e participação em comitês.	CVM no processo nº19957.007457/2018-10, incluído no Ofício Circular/ANUA L-2024-CVM/SEP		
Total da remuneração	4.857.750,00	20.849.113,76	0,00	25.706.863,76

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	5,00	0,00	12,00
Nº de membros remunerados	7,00	5,00	0,00	12,00
Esclarecimento			A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado	

Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.619.500,00	7.710.370,50	0,00	11.329.870,50
Benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	381.000,00	0,00	0,00	381.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	5.875.300,00	0,00	5.875.300,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	244.992,00	0,00	244.992,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	7.880.241,67	0,00	7.880.241,67
Observação	O número de membros do Conselho de Administração foi calculado como média anual nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/ANU AL-2024-CVM/SEP. O valor referente	O valor referente a encargos sociais não foi informado neste item por conta do entendimento do Colegiado da CVM no processo nº19957.007457/2018- 10, incluído no		

	a encargos sociais não foi informado neste item por conta do entendimento do Colegiado da CVM no processo nº 19957.007457/2018-10, incluído no Ofício Circular/ANUA L 2024-CVM/SEP. O valor da Remuneração total do Exercício Social difere da Remuneração do pessoal-chave da Administração informada nas demonstrações financeiras da Companhia tendo em vista que esta inclui suplentes do Conselho de Administração e participação em comitês.	Ofício Circular/ANUA L-2024-CVM/SEP		
Total da remuneração	4.000.500,00	21.710.904,17	0,00	25.711.404,17

8.3 - Remuneração variável por órgão

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2026)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,17	0,00	11,17

Nº de membros remunerados	0,00	4,17	0,00	4,17
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	14.862.000,00	0,00	14.862.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	9.908.000,00	0,00	9.908.000,00

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	5,00	0,00	12,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00	0,00	5,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	14.424.988,98	0,00	14.424.988,98
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	9.616.659,32	0,00	9.616.659,32
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	5.896.616,15	0,00	5.869.616,15

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	5,00	0,00	12,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00	0,00	5,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	10.279.476,12	0,00	10.279.476,12
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	6.852.984,08	0,00	6.852.984,08
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	2.477.720,08	0,00	2.477.720,08

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	5,00	0,00	12,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00	0,00	5,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	10.480.081,43	0,00	10.480.081,43
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	6.986.720,95	0,00	6.986.720,95
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	5.875.300,00	0,00	5.875.300,00

8.4 - Plano de remuneração baseado em ações

(a) Termos e condições gerais

Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações 2026: será submetido aos acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 24 de abril de 2026, o Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações de emissão da Companhia, que estabelece as condições gerais para a outorga de ações aos administradores e empregados (“PILP 2026”).

Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações: os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2022, o Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações de emissão da Companhia, que estabelece as condições gerais para a outorga de ações aos administradores e empregados (“PILP”).

Programa de Incentivo Consolidado: os acionistas da Companhia aprovaram, em sede de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 3 de junho de 2016, o Programa de Incentivo para Executivos e, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de junho 2017, o Programa de Incentivo para Gestores, os quais foram consolidados no Programa de Incentivo Consolidado, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 1º de abril de 2021 ("Programa"), que disciplina a concessão de incentivos de médio e longo prazo para os diretores estatutários e empregados da Companhia e de suas controladas ("Participantes"), a partir de atingimento de determinadas metas corporativas.

A elegibilidade de determinado Participante não lhe assegura a participação no Programa, sendo certo que esta somente se tornará efetiva (i) a cada ano, após formalização de convite escrito enviado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual conterà as metas individuais e corporativas que lhe forem definidas, o período de sua apuração, bem como respectivos valores a que o Participante terá direito de receber na hipótese de atingimento das metas, ou (ii) conforme venha a ser decidido pelo Conselho de Administração, na hipótese de incentivos relacionados ao atingimento de metas de curto prazo.

Nos termos do Programa, tendo como propósito o alinhamento de expectativas entre seus Participantes e a Companhia e visando a incentivar o engajamento daqueles em prol da obtenção de resultados positivos para a Companhia no médio e longo prazos, a PetroRecôncavo poderá recompensar os Participantes, mediante o atingimento das metas que lhes forem definidas, com os seguintes benefícios: (i) pagamento de bônus anual em dinheiro, (ii) entrega de ações ordinárias de emissão da Companhia, (iii) opção para subscrição adicional de ações ordinárias de emissão da Companhia, (iv) outorga de ações diferidas; e/ou (v) *matching* de ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em relação aos benefícios aplicáveis a este item 8.4:

Entrega de ações ordinárias de emissão da Companhia: Na hipótese de atingimento total ou proporcional das metas anuais, o Participante fará jus a receber certa quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações"), em lote a ser determinado ("Lote Outorgado"). A primeira determinação acerca do direito de recebimento de um Lote Outorgado somente ocorrerá após a apuração acumulada das metas anuais definidas para cada exercício social.

Opção de Subscrição Adicional: Caso a apuração das metas anuais definidas para determinado exercício habilite o Participante a receber um Lote Outorgado, o Participante passará a ter uma opção de subscrever, adicionalmente ("Opção de Subscrição Adicional"), um lote de Ações equivalente a até 50% das Ações objeto do Lote Outorgado recebido no respectivo ano ("Lote Subscrito").

Matching de Ações: O Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, outorgar a determinados Participantes o direito de, mediante o exercício da Opção de Subscrição Adicional pelos referidos Participantes do *matching* e a efetiva subscrição e integralização da totalidade das Ações objeto do respectivo Lote Subscrito, receber um lote adicional de Ações em quantidade idêntica à quantidade de Ações objeto do Lote Subscrito pelo Participante do *matching* em decorrência do exercício Opção de Subscrição Adicional.

Outorga de Ações Diferidas: A Companhia poderá, a exclusivo critério do Conselho de Administração, outorgar aos Participantes ou a determinado grupo deles o direito de receber Ações de emissão da Companhia a título não oneroso ("Ações Diferidas"), admitida a outorga de Ações Diferidas sob condição suspensiva.

Plano de Opção de Compra de Ações: os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10 de junho de 2011, o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, que estabelece as condições gerais para a outorga de opções de compra de ações aos administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia, nomeados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, sendo certo que cada opção de compra concede ao beneficiário o direito de adquirir uma ação de emissão da Companhia. O referido Plano de Opção de Compra de Ações foi alterado, uma única vez, por aprovação unânime dos acionistas da PetroRecôncavo em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de outubro de 2013 ("Plano").

Em virtude do desdobramento de ações de emissão da companhia aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de abril de 2021 (vide item 12.12 deste Formulário de Referência), foi consignado na referida Assembleia Geral Extraordinária que os números de ações referentes às opções de compra de ações de emissão da Companhia já outorgadas ao amparo do Plano e ainda não exercidas até 1º de abril de 2021 serão ajustados proporcionalmente, de modo a refletir o desdobramento das ações de emissão da Companhia. Em outras palavras, cada opção de compra objeto do Plano passará a conceder ao beneficiário o direito de adquirir o número ajustado de 2 (duas) ações de emissão da Companhia.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou, até o momento, 3 (três) Programas de Opção de Compra de Ações, no âmbito do Plano, nos seguintes termos e condições:

	1º Programa	2º Programa	3º Programa
Data de Aprovação	10/10/2013	25/07/2014	13/05/2016
Classe das Ações	Ordinária.	Ordinária.	Ordinária
Beneficiários	Administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia.	Administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia.	Administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia.
Quantidade de Opções	332.243 opções da compra de ações da Companhia. As opções se dividem em 3 Lotes Anuais (A, B e C).	332.243 opções da compra de ações da Companhia. As opções se dividem em 3 Lotes Anuais (A, B e C).	269.500 opções da compra de ações da Companhia. As opções se dividem em 3 Lotes Anuais (A, B e C).
Período de Carência	Lote A – exercíveis a partir de 10/10/2014; Lote B – exercíveis a partir de 10/10/2015; e	Lote A – exercíveis a partir de 25/07/2015; Lote B – exercíveis a partir de 25/07/2016; e	Lote A – exercíveis a partir de 13/05/2017; Lote B – exercíveis a partir de 13/05/2018; e

	Lote C – exercíveis a partir de 10/10/2016.	Lote C – exercíveis a partir de 25/07/2017.	Lote C – exercíveis a partir de 13/05/2019.
Preço de Exercício	R\$20,73 cada opção.	R\$21,41 cada opção.	R\$14,81 cada opção.

(b) Data de aprovação e órgão responsável

PILP 2026: será proposto para aprovação pelos acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 24 de abril de 2026.

PILP: aprovado pelos acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2022.

Programa: aprovado pelos acionistas da Companhia, em sede de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 03 de junho de 2016, o Programa de Incentivo para Executivos e, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de junho 2017, o Programa de Incentivo para Gestores, os quais foram consolidados no Programa de Incentivo Consolidado, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 1º de abril de 2021 (“Programa”).

Plano: aprovado pelos acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10 de junho de 2011.

(c) Número máximo de ações abrangidas

PILP 2026: O limite total acumulado de ações restritas que poderão ser outorgadas aos Participantes nos termos do Plano não poderá superar 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do número total de ações emitidas pela Companhia (desconsideradas as ações mantidas em tesouraria), considerando sua aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 24 de abril de 2026.

PILP: O limite total acumulado de ações restritas que poderão ser outorgadas aos Participantes nos termos do Plano não poderá superar 1,5% (um vírgula cinco por cento) do número total de ações emitidas pela Companhia (desconsideradas as ações mantidas em tesouraria) na data de aprovação de cada programa.

Programa: a entrega de ações ordinárias, sem direito a voto, de emissão da Companhia, e a outorga de Ações Diferidas, devem respeitar o limite máximo conjunto de 5% (cinco por cento) do total de ações em que se divide o capital social da Companhia.

No âmbito da Opção de Subscrição Adicional de Ações, será possível a subscrição de um lote de Ações equivalente a até 50% das Ações objeto do Lote Outorgado recebido no respectivo ano.

Plano: poderão ser outorgadas opções representativas de, no máximo, 3% (três por cento) das ações representativas do capital social da Companhia.

(d) Número máximo de opções a serem outorgadas

No âmbito do Plano, as opções poderão ser outorgadas a todos beneficiários que forem elegíveis para participar, desde que limitado ao número máximo de ações abrangidas pelo Plano, conforme previsto acima.

(e) Condições de aquisição de ações

As opções de compra objeto do Plano, no âmbito de cada programa, deverão ser outorgadas mediante celebração de contrato entre o titular das opções e a Companhia, em que serão definidas as seguintes condições específicas, sem limitação: (i) o número total de ações da Companhia objeto de outorga; e (ii) o preço de exercício, de acordo com cada programa.

As ações, no âmbito do Programa, deverão ser entregues de acordo com a performance do Participante ao final de cada ano, por meio do atingimento das metas anuais definidas para cada exercício social. Excepcionalmente, o Conselho de Administração poderá definir metas a serem atingidas em período inferior a 1 (um) exercício social. Caso o Participante tenha uma performance equivalente a zero, nos termos do Programa, este não fará jus ao recebimento de qualquer Lote Outorgado com relação a tal ano.

A outorga das Ações Restritas aos Participantes, no âmbito de cada programa do PILP e PILP 2026, será realizada mediante a celebração do respectivo contrato de outorga ("Contrato de Outorga") entre a Companhia e cada um dos Participantes.

Para cada Programa do PILP e PILP 2026, o Diretor-Presidente recomendará e o Conselho de Administração, com o auxílio do Comitê de Gestão de Pessoas, definirá, a seu exclusivo critério, a lista dos Participantes e a respectiva quantidade de Ações Restritas a serem outorgadas, bem como outras condições aplicáveis a cada outorga, sempre respeitadas as regras do Plano, as quais deverão constar nos respectivos Contratos de Outorga.

Observado o Limite Global de Outorga, a quantidade máxima de Ações Restritas do PILP e do PILP 2026 que poderá ser outorgada a cada Participante em cada Programa será definida e individualizada pelo Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, e constará do respectivo Contrato de Outorga.

A efetiva transferência das Ações Restritas do PILP e do PILP 2026 para o Participante somente se dará com o implemento das condições e prazos previstos no Plano, nos Programas e nos Contratos de Outorga, observados os Períodos de *Vesting* aplicáveis, de modo que a aprovação dos Programas ou a celebração dos Contratos de Outorga, por si só, não garantem ao Participante quaisquer direitos sobre as Ações Restritas outorgadas, nem tampouco representam garantia ao recebimento de Ações Restritas.

Por fim, nenhuma Ação Restrita do PILP e do PILP 2026 será entregue ao Participante a não ser que todas as exigências legais, regulamentares e contratuais tenham sido integralmente cumpridas.

(f) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

PILP 2026: será proposto aos acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 24 de abril de 2026, que a concessão das Ações Restritas será realizada a título gratuito aos participantes, observados os termos do Plano e nos respectivos Programas e as regras contidas em cada Contrato de Outorga.

PILP: a concessão das Ações Restritas será realizada a título gratuito aos participantes, observados os termos do Plano e nos respectivos Programas, e as regras contidas em cada Contrato de Outorga.

Programa: para apuração do valor de mercado da ação da Companhia será utilizada (i) caso a Companhia não tenha ações negociadas em bolsa ao tempo do lançamento do Programa, a média aritmética dos valores obtidos a partir da aplicação dos múltiplos de Empresas Comparáveis abaixo descritos aos mesmos indicadores (BOE e EBITDAX) verificados na PetroRecôncavo, sendo que ao valor final será aplicado um desconto de liquidez de 30% (trinta por cento) pelo fato de que as ações utilizadas para cálculo do Preço de Exercício são relativas a companhias abertas e as ações da Companhia não possuem liquidez uma vez que não são negociadas no mercado: (a) mediana dos múltiplos EV/BOE ("Enterprise Value", dividido pelo volume de reservas provadas de petróleo e gás equivalente na data do último exercício social) de Empresas Comparáveis; e (b) mediana dos múltiplos EV/EBITDAX ("Enterprise Value" dividido pelo EBITDAX dos últimos 12 meses contados a partir das demonstrações financeiras mais recentes divulgadas por cada Empresa Comparável) das mesmas Empresas Comparáveis; e (ii) caso a Companhia tenha ações negociadas na Bolsa ao tempo de lançamento do Programa, a cotação média das ações nos últimos 30 (trinta) pregões na B3 S.A., anteriores à data de concessões da opção (ou, em caso de oferta pública inicial realizada até 30 dias antes da outorga, considera-se o preço de emissão).

Plano: o preço de emissão, ou preço da compra das ações a serem adquiridas pelos Beneficiários em decorrência do exercício da opção será determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, ao tempo do programa aplicável, e será equivalente: (i) caso a Companhia não tenha ações negociadas em bolsa ao tempo do lançamento do programa aplicável, ao valor correspondente à média aritmética do valor das ações de companhias abertas listadas na Bolsa que prestam serviços no setor de exploração e produção de gás natural e com características similares às da Companhia, apurado por dois múltiplos distintos sendo (a) a mediana dos múltiplos EV/BOE, no qual o Enterprise Value será dividido pelo volume de reservas provadas de petróleo e gás equivalente na data do último exercício social das Empresas Comparáveis; e (b) a mediana dos múltiplos EV/EBITDAX, na qual o Enterprise Value será dividido pelo EBITDAX dos últimos 12 meses contados a partir das demonstrações financeiras mais recentes divulgadas por cada Empresa Comparável; e (ii) caso a Companhia tenha ações negociadas na Bolsa ao tempo de lançamento do programa aplicável, a cotação média das ações nos últimos 30 (trinta) pregões na B3 S.A., anteriores à data de concessões da opção (ou, em caso de oferta pública inicial realizada até 30 dias antes da outorga, considera-se o preço de emissão).

Onde:

"EV" ou "Enterprise Value": é o valor de mercado de cada empresa aferido pela cotação média de suas ações os 30 (trinta) dias anteriores ao encerramento das últimas demonstrações financeiras divulgadas por cada Empresa Comparável, multiplicado pelo

número de ações da empresa correspondente na mesma data, subtraído da dívida líquida constante no balanço patrimonial do encerramento das últimas demonstrações financeiras divulgadas por cada Empresa Comparável;

“**BOE**”: Volume total de reservas provadas de petróleo e gás equivalente de cada empresa conforme informado nas demonstrações financeiras do último exercício social;

“**EBITDAX**”: Corresponde ao lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro líquido, das despesas com exploração, das despesas de depreciação e amortização de cada empresa, conforme informado nas demonstrações financeiras dos últimos 12 meses contados a partir das demonstrações financeiras mais recentes divulgadas por cada Empresa Comparável; e

“**Empresas Comparáveis**”: são companhias abertas, com ações negociadas em bolsas de valores, do setor de exploração e produção de petróleo e gás natural e com características similares à Companhia, ou seja, que tenham volume de produção semelhantes na proporção gás natural/petróleo e sejam consideradas de pequeno e médio porte.

(g) Critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

PILP 2026: será proposto aos acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 24 de abril de 2026, que as Ações Restritas serão outorgadas aos Participantes em duas parcelas distintas, quais sejam, (a) uma parcela equivalente a 50% (cinquenta por cento) das Ações Restritas outorgadas aos Participantes em cada Contrato de Outorga terá o objetivo exclusivo de retenção do Participante (“Parcela Retenção”). A concessão das Ações Restritas da Parcela Retenção estará sujeita à carência de 3 (três) anos, dividida em 3 (três) lotes anuais, que serão liberados ao Participante ao final dos seguintes prazos, contados a partir da celebração do Contrato de Outorga com o Participante e (b) uma parcela equivalente a 50% (cinquenta por cento) das Ações Restritas outorgadas ao Participante em cada Contrato de Outorga será variável e a quantidade efetiva de Ações Restritas que serão conferidas ao Participante em referência a tal parcela será definida em função do cálculo da taxa de retorno total ao acionista da Companhia (“Parcela TSR”), a ser verificada pelo Conselho de Administração ao final do Período de Vesting TSR.

PILP: As Ações Restritas serão outorgadas aos Participantes em duas parcelas distintas, quais sejam, (a) uma parcela equivalente a 50% (cinquenta por cento) das Ações Restritas outorgadas aos Participantes em cada Contrato de Outorga terá o objetivo exclusivo de retenção do Participante (“Parcela Retenção”). A concessão das Ações Restritas da Parcela Retenção estará sujeita à carência de 3 (três) anos, dividida em 3 (três) lotes anuais, que serão liberados ao Participante ao final dos seguintes prazos, contados a partir da celebração do Contrato de Outorga com o Participante e (b) uma parcela equivalente a 50% (cinquenta por cento) das Ações Restritas outorgadas ao Participante em cada Contrato de Outorga será variável e a quantidade efetiva de Ações Restritas que serão conferidas ao Participante em referência a tal parcela será

definida em função do cálculo da taxa de retorno total ao acionista da Companhia ("Parcela TSR"), a ser verificada pelo Conselho de Administração ao final do Período de Vesting TSR.

Programa: a determinação acerca do direito de recebimento de um Lote Outorgado, ocorrerá anualmente, até o mês de abril. O prazo de exercício da Opção de Subscrição está diretamente ligado com o atingimento das metas anuais e do recebimento de um Lote Outorgado.

O Participante contemplado deverá comunicar à Companhia acerca da sua intenção de exercer ou não a Opção de Subscrição Adicional até no máximo 3 (três) dias de antecedência da data de realização da Reunião do Conselho de Administração. Findo tal prazo sem manifestação do Participante, este perderá automaticamente o direito ao exercício da Opção de Subscrição Adicional e à subscrição das Ações objeto do Lote Subscrito.

Plano: o Beneficiário poderá exercer, total ou parcialmente, a opção de compra das ações incorporadas ao longo do período de 10 (anos) anos a contar da data do respectivo programa em que o Beneficiário participou.

(h) Forma de liquidação

PILP 2026: não aplicável, tendo em vista que não se trata de um plano de opções.

PILP: não aplicável, tendo em vista que não se trata de um plano de opções.

Programa: em caso de exercício da Opção de Subscrição Adicional, a Companhia informará ao Participante contemplado por escrito o preço de emissão da totalidade das Ações objeto do Lote Subscrito, devendo tal emissão ser aprovada na Reunião do Conselho de Administração, comprometendo-se o Participante a realizar o depósito, em conta corrente de titularidade da Companhia, da totalidade do preço de emissão das Ações objeto do Lote Subscrito, com recursos próprios e em moeda corrente nacional, sob pena de perda do direito da Opção de Subscrição Adicional exercida. Acerca do Lote Outorgado, uma vez atendidas às condições previstas no Programa, o Participante fará jus ao recebimento de tais Ações, cabendo à administração da Companhia tomar todas as providências necessárias para formalizar a respectiva transferência.

Para liquidação das Ações Diferidas, a Petrorecôncavo poderá, a seu exclusivo critério, (i) transferir Ações mantidas em tesouraria; ou (ii) efetuar o pagamento em dinheiro do valor equivalente à quantidade de cada lote de Ações Diferidas a ser liquidado; sempre tendo em vista, como preço de referência, a média da cotação de fechamento das ações da Petrorecôncavo nos 30 (trinta) pregões anteriores à data da liquidação.

Plano: o pagamento do preço de exercício da opção, pelo beneficiário, será feito à vista, no ato de subscrição das ações emitidas em razão do exercício da opção ou da compra das ações que estiverem detidas em tesouraria.

Todos os pagamentos realizados aos beneficiários do Programa ou do Plano serão diminuídos de quaisquer impostos e encargos aplicáveis cuja responsabilidade de retenção e recolhimento seja atribuída à Companhia pela legislação brasileira, sem implicar em direito a reembolso, majoração (*gross-up*), ou restituição de qualquer natureza entre o beneficiário e a Companhia.

(i) Restrições à transferência das ações

PILP 2026: será proposto aos acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 24 de abril de 2026, que o Beneficiário apenas poderá, de qualquer forma, alienar as ações da Companhia adquiridas, se atendido o período mínimo de indisponibilidade de 3 (três) anos, contados a partir da celebração do Contrato com o Participante.

PILP: o Beneficiário apenas poderá, de qualquer forma, alienar as ações da Companhia adquiridas, se atendido o período mínimo de indisponibilidade de 3 (três) anos, contados a partir da celebração do Contrato com o Participante.

Programa: o Participante somente poderá vender, ceder, transferir ou, de qualquer forma, alienar quaisquer das ações de emissão da Companhia de que seja ou passe a ser titular, em decorrência de sua participação no Programa ou de qualquer outra forma, bem como aquelas que venham a ser por ele adquiridas em virtude de bonificações ou desdobramentos de ações de que seja ou passe a ser titular em decorrência de sua participação no Programa ou a qualquer outro título, tendo que ser respeitado o período mínimo de indisponibilidade a ser encerrado, conforme venha a ser decidido pelo Conselho de Administração, entre 1 (um) e 3 (três) anos contados da respectiva subscrição ou aquisição das Ações detidas pelo Participante.

As Ações recebidas pelos Participantes em decorrência da liquidação de Ações Diferidas não estarão sujeitas às restrições acima.

Plano: o Beneficiário apenas poderá, de qualquer forma, alienar as ações da Companhia adquiridas no âmbito do Plano, se atendido o período mínimo de indisponibilidade eventualmente estabelecido em cada programa para cada lote de Ações, o qual nunca poderá ser superior a 5 (cinco) anos. Os programas aprovados no âmbito do Plano estabelecem que os beneficiários ficam sujeitos a um período mínimo de indisponibilidade de um ano.

Os Beneficiários poderão alienar o número de Ações necessário, ainda que dentro do período de *lock-up* supracitado, para exclusivamente realizar o pagamento do Preço de exercício de opções que lhes forem outorgadas.

(j) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

PILP 2026: será proposto aos acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 24 de abril de 2026 que na hipótese de mudança no controle ou alienação de controle da Companhia, nos termos do art. 254-A da Lei das S.A., ou outros eventos societários tais como fusão, incorporação, incorporação de ações, cisão e outras formas de combinação de negócio envolvendo a Companhia que resultem na alteração do seu controle acionário, o Conselho de Administração da Companhia poderá deliberar (i) pela manutenção das regras do Plano e dos Programas e Contratos de Outorga nas condições então vigentes; ou (ii) pelo encerramento do Plano, hipótese em que ocorrerá a aceleração dos Períodos de Vesting dos Contratos de Outorga já celebrados em relação a todos os Participantes, de forma que sejam imediatamente transferidas aos Participantes as Ações Restritas previstas em seus respectivos Contratos de Outorga.

PILP: na hipótese de mudança no controle ou alienação de controle da Companhia, nos termos do art. 254-A da Lei das S.A., ou outros eventos societários tais como fusão, incorporação, incorporação de ações, cisão e outras formas de combinação de negócio envolvendo a Companhia que resultem na alteração do seu controle acionário, o Conselho de Administração da Companhia poderá deliberar (i) pela manutenção das regras do Plano e dos Programas e Contratos de Outorga nas condições então vigentes; ou (ii) pelo encerramento do Plano, hipótese em que ocorrerá a aceleração dos Períodos de Vesting dos Contratos de Outorga já celebrados em relação a todos os Participantes, de forma que sejam imediatamente transferidas aos Participantes as Ações Restritas previstas em seus respectivos Contratos de Outorga.

Programa: o Programa poderá ser extinto, suspenso ou alterado, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral, sem prejuízo da prevalência de obrigações assumidas nos termos do Programa, que deverão permanecer em vigor pelos prazos ali previstos. Adicionalmente, caso haja a alienação de controle da Companhia, o Participante terá o direito de vender a totalidade de suas Ações ao adquirente do controle, nos termos e prazos estabelecidos no Programa. Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, os Contratos de Outorga de Ações Diferidas em vigor poderão, a critério do Conselho de Administração, (i) ser transferidos para a entidade sucessora; ou (ii) ter seus prazos e condições de liquidação antecipados, conforme aplicável.

Plano: o Plano terminará e qualquer opção até então concedida extinguir-se-á na hipótese de dissolução, transformação, incorporação fusão, cisão ou reorganização da Companhia, dentro da qual a Companhia não seja a sociedade remanescente, ou em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações admitidas à negociação na Bolsa. Porém, se em conexão com tal operação (i) o Conselho de Administração ou o Comitê aprove a antecipação do prazo de carência das opções dos Programas em vigência, por determinado prazo, para que possam ser exercidas pelo Beneficiário; ou (ii) estabeleça-se, por escrito, a permanência do Plano e a assunção das opções até então concedidas com a substituição de tais opções por novas opções, a Companhia sucessora ou sua afiliada ou subsidiária assumirá os ajustamentos apropriados no número e preço das ações.

(k) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

PILP 2026: Na hipótese de ocorrer, antes do término do Período de Vesting Retenção, o desligamento do Participante da Companhia, o Participante perderá automática e integralmente o direito ao recebimento das Ações Restritas ainda não transferidas. Em caso de ocorrer (i) o falecimento do Participante; ou (ii) caso se verifique a invalidez permanente do Participante, conforme reconhecida pela Previdência Social, o Participante, ou o seu espólio ou sucessor, conforme o caso, permanecerá com o direito ao recebimento das Ações Restritas. Na hipótese de desligamento após o cumprimento, total ou parcial, do Período de Vesting Retenção, o Participante fará jus às Ações Restritas já transferidas. Na hipótese de falecimento ou invalidez permanente, o Participante fará jus às Ações Restritas recebidas na Parcela Retenção.

Na hipótese de ocorrer, antes do término do Período de Vesting TSR, (i) o desligamento do Participante da Companhia por sua própria iniciativa (por apresentação de pedido de demissão ou de renúncia ao seu cargo na administração da Companhia, conforme o caso) e/ou (ii) o desligamento do Participante da Companhia com justa causa, o Participante perderá automática e integralmente o direito ao recebimento das Ações Restritas ainda não transferidas. Na hipótese de ocorrer o desligamento do Participante da Companhia, sem justa causa, nos primeiros 12 (doze) meses do Período de Vesting TSR, o Participante perderá automática e integralmente o direito ao recebimento das Ações Restritas. No caso de desligamento do Participante da Companhia, sem justa causa, ocorrido a partir do 13º (décimo terceiro) mês do Período de Vesting TSR, o Participante permanecerá com o direito ao recebimento das Ações Restritas em quantidade proporcional ao Período de Vesting TSR efetivamente cumprido pelo Participante até a data de desligamento, tomando como base a proporcionalização do número de Ações Restritas e o número de meses cumpridos durante o Período de Vesting TSR. Na hipótese de desligamento, sem justa causa, após o cumprimento do Período de Vesting TSR, o Participante fará jus às Ações Restritas já transferidas até o desligamento. Na hipótese de (a) se verificar a invalidez permanente do Participante, conforme reconhecida pela Previdência Social, ou (b) falecimento do Participante, o Participante, ou seu espólio ou sucessor, conforme o caso, permanecerá com o direito ao recebimento das Ações Restritas, calculadas de forma proporcional ao Período de Vesting TSR efetivamente cumprido, sendo que, neste caso, não haverá a aplicação do Fator de Conversão TSR.

PILP: Na hipótese de ocorrer, antes do término do Período de Vesting Retenção, (i) o desligamento do Participante da Companhia; ou (ii) o falecimento do Participante; ou (iii) caso se verifique a invalidez permanente do Participante, conforme reconhecida pela Previdência Social, o Participante perderá automática e integralmente o direito ao recebimento das Ações Restritas ainda não transferidas. Na hipótese de desligamento após o cumprimento, total ou parcial, do Período de Vesting Retenção, o Participante fará jus às Ações Restritas já transferidas. Na hipótese de falecimento ou invalidez permanente, o Participante fará jus às Ações Restritas recebidas na Parcela Retenção.

Na hipótese de ocorrer, antes do término do Período de Vesting TSR, (i) o desligamento do Participante da Companhia por sua própria iniciativa (por apresentação de pedido de demissão ou de renúncia ao seu cargo na administração da Companhia, conforme o caso) e/ou (ii) o desligamento do Participante da Companhia com justa causa, o Participante perderá automática e integralmente o direito ao recebimento das Ações Restritas ainda não transferidas. Na hipótese de ocorrer o desligamento do Participante da Companhia, sem justa causa, nos primeiros 12 (doze) meses do Período de Vesting TSR, o Participante perderá automática e integralmente o direito ao recebimento das Ações Restritas. No caso de desligamento do Participante da Companhia, sem justa causa, ocorrido a partir do 13º (décimo terceiro) mês do Período de Vesting TSR, o Participante permanecerá com o direito ao recebimento das Ações Restritas em quantidade proporcional ao Período de Vesting TSR efetivamente cumprido pelo Participante até a data de desligamento, tomando como base a proporcionalização do número de Ações Restritas e o número de meses cumpridos durante o Período de Vesting TSR. Na hipótese de desligamento, sem justa causa, após o cumprimento do Período de Vesting TSR, o Participante fará jus às Ações Restritas já transferidas até o desligamento. Na hipótese de (a) se verificar a invalidez permanente

do Participante, conforme reconhecida pela Previdência Social, ou (b) falecimento do Participante, o Participante, ou seu espólio ou sucessor, conforme o caso, permanecerá com o direito ao recebimento das Ações Restritas, calculadas de forma proporcional ao Período de Vesting TSR efetivamente cumprido, sendo que, neste caso, não haverá a aplicação do Fator de Conversão TSR.

Programa: o pedido de demissão, a demissão por justa causa (nos termos da legislação trabalhista aplicável), a renúncia ou a destituição por justo motivo de cargo na Petroreconcavo importarão em sua automática exclusão do Programa e, conseqüentemente, na perda do direito de receber qualquer Lote Outorgado referente ao exercício em curso. Em caso de morte, incapacidade transitória ou permanente, demissão sem justa causa (nos termos da legislação trabalhista aplicável) ou destituição imotivada do Participante, este (ou seus herdeiros ou curadores, conforme o caso) fará(ão) jus ao recebimento de um Lote Outorgado, em quantidade proporcional ao período de efetivo exercício de gestão pelo Participante no ano encerrado, desde que as metas anuais previstas para o mesmo tenham sido alcançadas total ou proporcionalmente.

Plano: em casos de (i) término do contrato de trabalho ou do mandato de Beneficiário por justa causa ou razão equiparada; (ii) pedido de demissão voluntária do Beneficiário; ou (iii) renúncia ao mandato de Beneficiário, (a) as opções cujos prazos iniciais de carência ainda não tenham decorrido caducarão sem direito a qualquer indenização; e (b) as opções cujos prazos iniciais de carência já tenham decorrido poderão ser exercidas no prazo de até 90 dias a contar do evento supracitado ou até o término do prazo para o exercício das opções, se restar o prazo inferior a 90 dias, após o qual ficarão extintas de pleno direito, sem direito a qualquer indenização.

Já em casos de (i) término de contrato de trabalho pela Companhia sem justa causa; (ii) término do mandato de Beneficiário sem reeleição; (iii) aposentadoria do Beneficiário que enseje o término do vínculo com a Companhia; ou (iv) mudança de controle da Companhia, (a) o direito de exercício será antecipado com relação às opções cujos prazos iniciais de carência ainda não tenham decorrido, as quais poderão ser exercidas no prazo de 90 dias a contar do evento ante referido, após o qual ficarão extintas de pleno direito, sem direito a qualquer indenização; e (b) as opções cujos prazos iniciais de carência já tenham decorrido poderão ser exercidas no prazo de até 90 dias a contar do evento supracitado ou até o término do prazo para o exercício das opções, se restar o prazo inferior a 90 dias, após o qual ficarão extintas de pleno direito, sem direito a qualquer indenização.

8.5 - Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2026)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	4,17
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Preço médio ponderado de exercício:		

(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	0,00
(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	0,00
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto	N/A	0,00%

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	00,00
(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	00,00
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto	N/A	0,00%

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	1,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	21,41
(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	21,41
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto	N/A	0,0082%

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	21,41
(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	21,41
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto	N/A	0,0382%

8.6 - Outorga de opções de compra de ações

Outorga de opções de compra de ações previstas para o exercício social de 2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	4,17
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Data de outorga	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	N/A
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	N/A

Outorga de opções de compra de ações do exercício social findo em 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Data de outorga	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	N/A
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	N/A

Outorga de opções de compra de ações do exercício social findo em 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Data de outorga	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	N/A
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	N/A

Outorga de opções de compra de ações do exercício social findo em 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Data de outorga	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	N/A
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	N/A

8.7 - Opções em aberto

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	N/A	0,00
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	0,00
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	0,00
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	0,00
Preço médio ponderado de exercício	N/A	0,00
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	0,00
Opções exercíveis		
Quantidade	N/A	0,00
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A

Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	0,00
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	0,00
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	0,00

8.8 - Opções exercidas e ações entregues

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Número de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	1,00
Número de ações	N/A	24.000,00
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$10,705
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R\$19,91
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R\$220.920,00

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	1,00
Número de ações	N/A	88.000,00
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$10,705
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R\$33,62
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R\$942.006,38

8.9 - Diluição potencial por outorga de ações:

Remuneração baseada em ações, previstas para serem entregues aos beneficiários no exercício social corrente

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	4,17
Nº de membros remunerados	0,00	4,17
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,00

Remuneração baseada em ações, entregues aos beneficiários no exercício social encerrado em 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,00

Remuneração baseada em ações, entregues aos beneficiários no exercício social encerrado em 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,00

Remuneração baseada em ações, entregues aos beneficiários no exercício social encerrado em 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,00

8.10 - Outorga de ações

Outorga de ações - exercício social corrente

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	4,17
Nº de membros remunerados	0,00	4,17
Data de outorga	N/A	A definir
Quantidade de ações outorgadas	N/A	A definir
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	2029
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	A definir
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	A definir

Outorga de ações realizada no exercício social no exercício social encerrado em 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	5,00

Nº de membros remunerados	0,0	5,00
Data de outorga	N/A	30/04/2025
Quantidade de ações outorgadas	N/A	661.651
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	31/05/2027
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 9,10
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 6.021.024,10

Outorga de ações realizada no exercício social no exercício social encerrado em 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,0	5,00
Data de outorga	N/A	29/04/2024
Quantidade de ações outorgadas	N/A	368.482
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	31/05/2027
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 19,64
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$7.239.986,48

Outorga de ações realizada no exercício social no exercício social encerrado em 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,0	5,00
Data de outorga	N/A	17/04/2023
Quantidade de ações outorgadas	N/A	257.744
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	31/05/2026
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A

Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 27,44
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$7.072.495,36

8.11 - Ações entregues

Ações entregues - exercício social encerrado em 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00
Número de ações	N/A	112.385
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$ 14,40
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$ 1.618.239,04

Ações entregues - exercício social encerrado em 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00
Número de ações	N/A	218.070
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$ 19,95
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$ 4.350.496,50

Ações entregues - exercício social encerrado em 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00
Número de ações	N/A	163.480
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$ 18,02
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$ 2.945.913,20

8.12 - Precificação das ações / opções

Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

(a) Modelo de precificação

PILP 2026: a Companhia utiliza o modelo de precificação baseado em Simulação de Monte-Carlo.

PILP: a Companhia utiliza o modelo de precificação baseado em Simulação de Monte-Carlo.

Plano: as opções são precificadas utilizando o modelo de Black & Scholes.

Programa: Entrega de ações ordinárias de emissão da Companhia, Opção para subscrição adicional de ações ordinárias de emissão da Companhia e Outorga de ações diferidas: As ações são precificadas de acordo com valor de mercado da ação da Companhia na data de encerramento do último Exercício. A apuração do valor de mercado da ação da Companhia está detalhada no item 8.4(f) deste Formulário de Referência. Matching de ações ordinárias de emissão da Companhia: as ações são emitidas por um preço global de emissão de R\$ 1,00 (um real). Alternativamente, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, utilizar Ações existentes mantidas em tesouraria para fazer frente à entrega de um Lote do Matching ao Participante do Matching.

(b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Plano:

Inputs:	Outorgadas em 2013	Outorgadas em 2014	BRL
Stock - S	20,73	21,41	
Discount	0,0%	0,0%	

Strike - K	20,73	20,41	BRL
Term - t	3.650	3.650	d
TRF	9,00%	11,00%	a.a.
s	53,82%	53,82%	a.a.

Programa:

Preço de exercício: consulte o item 8.4.(f) deste Formulário de Referência para obter as informações acerca das premissas utilizadas no modelo de precificação das ações objeto do Programa, incluindo o preço médio ponderado das ações e preço de exercício.

Volatilidade esperada: considerando que a Companhia não tem histórico de negociação de suas ações, a volatilidade esperada será calculada com base na média de grupos comparáveis ao setor de atuação da PetroRecôncavo, quando da realização da oferta pública inicial de ações de sua emissão.

Dividendo esperado: uma vez que o Participante passe a ser titular de ações de emissão da Companhia, este fará jus à percepção dos dividendos que estas eventualmente venham a gerar, conforme descrito no item 2.7 do Formulário de Referência e sujeito a eventuais restrições, conforme detalhado no item 8.4.(i) do Formulário de Referência da Companhia.

Taxa de juros livre de risco: Não aplicável.

Prazo de carência das ações: as ações, no âmbito do Programa, deverão ser entregues de acordo com a performance do Participante ao final de cada ano, por meio do atingimento das metas anuais definidas para cada exercício social. Para mais informações, consulte o item 8.4.(g) deste Formulário de Referência.

(c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

PILP 2026: não aplicável, tendo em vista que não se trata de um plano de opções.

PILP: não aplicável, tendo em vista que não se trata de um plano de opções.

Plano: foi estimada uma taxa de saída antes do lock-up de 15% dos detentores das opções.

Programa: caberá ao Conselho de Administração antecipar ou prorrogar quaisquer prazos relacionados às opções aos incentivos objeto do Programa.

Para liquidação das Ações Diferidas e das Ações Restritas previstas no Programa e no PILP, a Companhia transferirá ações mantidas em tesouraria sem emissão de novas ações e, portanto, sem diluição.

(d) Forma de determinação da volatilidade esperada

Para a determinação da volatilidade esperada, foi utilizado o método de desvio padrão utilizando-se como base a média de empresas comparáveis à PetroRecôncavo, a partir do banco de dados fornecido por empresa de assessoria especializada no tema.

(e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

8.13 – Participações detidas por órgão

Posição em 31 de dezembro de 2025		
<u>Descrição</u>	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Conselho de Administração</u>
Ações ordinárias emitidas pela Companhia	880.815	17.488.728
Opções emitidas pela Companhia	0	0
Ações ou quotas emitidas por controladores indiretos da Companhia	0	0
Opções emitidas por controladores indiretos da Companhia	0	0

8.14 - Planos de previdência

Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, visto que até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não conferiu planos de previdência aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, conforme descrito no item 8.1.(b) deste Formulário de Referência.

Apesar de não fornecer plano de previdência privada aos seus Diretores ou empregados, a Companhia realiza contribuições a um plano de previdência privada VGBL ou PGBL, de mercado, a ser indicado pelos Diretores Estatutários, por meio de depósitos no montante de 8% do pró-labore percebido pelos mesmos. Após a contribuição, a Companhia não tem controle sobre os saldos depositados, não havendo nenhuma restrição para que os Diretores Estatutários resgatem os recursos.

8.15 - Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros	5,00	5,00	5,00	7,00	7,00	7,00	0,00	0,00	0,00

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	5,00	7,00	7,00	7,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração individual (Reais)	6.619.285,26	5.916.701,58	6.792.363,24	742.500,00	717.750,00	571.500,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração individual (Reais)	2.596.855,95	2.460.860,32	2.237.959,40	594.000,00	594.000,00	571.500,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração individual (Reais)	4.358.451,05	4.169.822,75	4.342.180,83	615.450,00	693.964,29	571.500,00	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2025	Os valores da maior e da menor remuneração anual individual da Diretoria foram apurados considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício e correspondem a 12 meses do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informados.
31/12/2024	Os valores da maior e da menor remuneração anual individual da Diretoria foram apurados considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício e correspondem a 12 meses do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informados.
31/12/2023	Os valores da maior e da menor remuneração anual individual da Diretoria foram apurados considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício e correspondem a 12 meses do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informados.

Conselho de Administração	
31/12/2025	Os valores da maior e da menor remuneração anual individual do Conselho foram apurados considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício e correspondem a 12 meses do exercício, a remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho, incluindo o suplente, dividido pelo número de membros remunerados informados.

31/12/2024	Os valores da maior e da menor remuneração anual individual do Conselho foram apurados considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício e correspondem a 12 meses do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho dividido pelo número de membros remunerados informados.
31/12/2023	Os valores da maior e da menor remuneração anual individual do Conselho foram apurados considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício e correspondem a 12 meses do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho dividido pelo número de membros remunerados informados.

8.16 - Mecanismos de remuneração / indenização

Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

A Companhia contratou, em fevereiro/2025, a apólice de seguro de responsabilidade civil de Conselheiros e Diretores (D&O) junto à Lockton Brasil Corretora de Seguros Ltda. e Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A., com vigência a partir de 31 de janeiro de 2025 até 31 de janeiro de 2026. O Limite Máximo de Garantia é de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). O valor do prêmio líquido desta apólice foi de R\$ 133.390,37 (cento e trinta e três milhões, trezentos e noventa mil reais e trinta e sete centavos). Em fevereiro/2026, a Companhia contratou a apólice de seguro de responsabilidade civil de Conselheiros e Diretores (D&O) junto à Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A., com vigência a partir de 31 de janeiro de 2026 até 31 de janeiro de 2027. O Limite Máximo de Garantia é de R\$150.100.000,00 (cento e cinquenta milhões e cem mil reais). O valor do prêmio líquido desta apólice foi de R\$ 99.326,32 (noventa e nove mil, trezentos e vinte e seis reais e trinta e dois centavos). Dentre os valores indenizáveis estão custos de defesa, indenizações pelas quais o Administrador seja legalmente responsável em virtude de decisão judicial transitada em julgado, sentença arbitral, decisão administrativa ou acordos por escrito por qualquer meio previamente aprovado pela seguradora. Adicionalmente foram celebrados contratos de indenidade com administradores da Companhia, conforme descrito no Formulário de Referência.

8.17 - Percentual partes relacionadas na remuneração total

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Exercício social corrente	0%	0%	0%
Exercício encerrado em 31/12/2025	0%	0%	0%
Exercício encerrado em 31/12/2024	0%	0%	0%
Exercício encerrado em 31/12/2023	0%	0%	0%

8.18 - Remuneração - outras funções

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não houve, nos 3 últimos exercícios sociais, e não há previsão, para o exercício corrente, quaisquer valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração dos administradores ou membros do conselho fiscal, por quaisquer razões que não a função que ocupam na Companhia.

8.19 - Remuneração reconhecida do controlador / controlada

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Exercício social corrente – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedade sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício social corrente – demais remuneração recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedade sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício social 2025 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedade sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício social 2025 – demais remuneração recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedade sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício social 2024 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00

Sociedade sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00
------------------------------	------	------	------	------

Exercício social 2024– demais remuneração recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedade sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício social 2023 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	26.256,00	0,00	26.256,00
Sociedade sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício social 2023 – demais remuneração recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedade sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

8.20 - Outras informações relevantes

Não aplicável.

ANEXO V

Informações a respeito do conselheiro indicado para o Conselho de Administração

EM CUMPRIMENTO AO ART. 11, INCISO I, DA RCVN Nº 81/22, A COMPANHIA APRESENTA ABAIXO AS INFORMAÇÕES INDICADAS NOS ITENS 7.3 A 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, EM RELAÇÃO AO CANDIDATO A CARGO NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO INDICADO PELA ADMINISTRAÇÃO:

(informações relativas aos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência)

7.3 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

- a. nome**
- b. data de nascimento**
- c. profissão**
- d. CPF ou número do passaporte**
- e. cargo eletivo ocupado**
- f. data de eleição**
- g. data da posse**
- h. prazo do mandato**
- i. se foi eleito pelo controlador ou não**
- j. se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria**
- k. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos**

<i>Membros do Conselho de Administração:</i>											
<i>Nome</i>	<i>b. data de nascimento</i>	<i>c. profissão</i>	<i>d. CPF ou número do passaporte</i>	<i>e. cargo eletivo a ocupar</i>	<i>f. data da eleição</i>	<i>g. data da Posse</i>	<i>h. prazo do mandato</i>	<i>i. se foi eleito pelo controlador ou não</i>	<i>j. se é membro independente</i>	<i>l. Nº de Mandatos Consecutivos</i>	<i>k. data de início do primeiro mandato</i>
Tiago de Almeida Noel	19/09/1990	Ciências Econômicas	140.581.217-69	Conselheiro de Administração Independente (Efetivo)	24/04/2026	24/04/2026	Até AGO 2027	Não	Sim	1	02/03/2026

- 1. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor**

Tiago de Almeida Noel – 140.581.217-69

O Sr. Noel é bacharel em Ciências Econômicas. É sócio responsável pela área de Private Equity do Opportunitiy, onde atua desde 2020, tendo sido anteriormente sócio da Athena Capital entre o período de 2014 até 2020. É membro do Conselho de Administração da Equatorial Energia desde 2021 e foi membro do conselho de administração da Sabesp de 2024 até fevereiro de 2026. Foi membro do conselho de administração da Echoenergia participações entre 2022 e 2024.

O Sr. Tiago de Almeida Noel declarou para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Tiago de Almeida Noel declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

O Sr. Tiago de Almeida Noel é considerado conselheiro independente de acordo com os requisitos previstos no Regulamento do Novo Mercado.

m. descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

- a. condenação criminal**
- b. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas**
- c. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer**

O candidato indicado para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração, mencionado no item 7.3 acima, declarou para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

O Sr. Tiago de Almeida Noel, indicado para o cargo de membro do Conselho de Administração, participará, adicionalmente, do Comitê de Pessoas e ESG da Companhia. As informações previstas no item 7.3 acima aplicam-se igualmente à sua atuação no referido Comitê.

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor**
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor**
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor**
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor**

Não há existência de relações conjugais, união estável ou parentesco até o segundo grau entre o candidato proposto e: (a) administradores da Companhia; (b) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia; (c) controladores diretos ou indiretos da Companhia; e (d) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia. Ressalta-se que a Companhia não possui acionista controlador.

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- e. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social controlador direto ou indireto do emissor**
- f. controlador direto ou indireto do emissor**
- g. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**

Não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos últimos três exercícios sociais entre o candidato proposto e: (a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia, com exceção daquelas em que a Companhia detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social; (b) controlador direto ou indireto da Companhia; e (c) fornecedor, cliente, devedor ou credor relevante da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas. Ressalta-se que a Companhia não possui acionista controlador.

Anexo VI - Cópia do Plano de Incentivo Baseado em Ações 2026 da Petrorecôncavo S.A.

PETRORECÔNCAVO S.A.
CNPJ/MF Nº 03.342.704/0001-30
NIRE 293.000.241-71

**Plano de Incentivo de Longo Prazo 2026 – AÇÕES
RESTRITAS (“Plano de Ações Restritas 2026” ou “Plano”)**

1. OBJETIVOS DO PLANO

1.1. Este Plano de Incentivo de Longo Prazo - Ações Restritas (**“Plano de Ações Restritas 2026”** ou **“Plano”**) da Petrorecôncavo S.A. (**“Petrorecôncavo”** ou **“Companhia”**), instituído de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, tem como finalidade permitir que diretores estatutários selecionados e colaboradores de alto nível da Companhia e de suas controladas recebam, de forma gratuita, ações de emissão da Companhia (**“Ações Restritas”**), respeitados os termos e condições aqui previstos, com vistas a:

- (i) gerar um maior alinhamento de interesses dos Participantes (conforme abaixo definido) com os acionistas da Companhia, na busca de um crescimento sustentável dos seus negócios;
- (ii) buscar o atingimento dos objetivos sociais e das metas da Companhia;
- (iii) reforçar a capacidade da Companhia de atrair, reter e motivar os Participantes, buscando um comprometimento de longo prazo destes com os objetivos da Companhia;
e
- (iv) compartilhar a criação de valor, bem como os riscos inerentes aos negócios da Companhia.

2. PARTICIPANTES ELEGÍVEIS

2.1. São elegíveis a participar do Plano de Ações Restritas 2026 os diretores ou colaboradores da Companhia ou de suas controladas (sendo certo que as referências à

Companhia neste Plano compreendem também as suas controladas), conforme o caso, pertencentes aos níveis de presidente, vice-presidente, diretor, gerente executivo, bem como talentos chave nos demais níveis, que serão selecionados e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia a cada Programa, sendo que o Conselho de Administração da Companhia poderá, a seu critério, garantir às pessoas indicadas acima que venham a ser eleitas ou contratadas, conforme o caso, no curso da vigência deste Plano (inclusive após a aprovação de cada Programa) o direito de participarem deste Plano e dos Programas já aprovados, por ocasião da sua respectiva eleição ou contratação (“**Novos Participantes**”, e, em conjunto com os demais Participantes, os “**Participantes**”).

2.2. O Plano de Ações Restritas 2026 será ser dividido em um ou mais programas, observado o limite de ações previsto neste Plano (“**Programas**”). A adesão dos Participantes ao Plano e aos Programas dependerá da celebração de um contrato entre o Participante e a Companhia, contendo as regras, termos e condições aplicáveis, que deverão ser cumpridas pelo Participante para fazer jus aos benefícios do Plano e do respectivo Programa (“**Contrato**”).

2.3. Nenhuma disposição deste Plano, dos Programas ou dos respectivos Contratos conferirá a quaisquer dos Participantes direito à permanência no cargo até o término do respectivo mandato, à permanência como empregado da Companhia, ou assegurará sua reeleição para o respectivo cargo, bem como não interferirá, de qualquer modo, nos direitos da Companhia de interromper, a qualquer tempo, o mandato do diretor estatutário ou o contrato de trabalho do empregado, conforme o caso.

3. FORMA DE CONCESSÃO DAS AÇÕES RESTRITAS

3.1. Sujeito ao cumprimento das condições estabelecidas neste Plano, nos Programas e nos respectivos Contratos, as Ações Restritas serão concedidas aos Participantes em duas parcelas distintas, da seguinte forma:

3.1.1. Parcela Retenção. Uma parcela equivalente a 50% (cinquenta por cento) das Ações Restritas concedidas aos Participantes em cada Contrato terá o objetivo exclusivo de retenção do Participante (“**Parcela Retenção**”).

3.1.1.1. Vesting Parcela Retenção. A concessão das Ações Restritas da Parcela Retenção estará sujeita à carência de 3 (três) anos, contados a partir da celebração do Contrato com

o Participante (**“Período de Vesting Retenção”**), e será dividida em 3 (três) lotes anuais (**“Lote I”**, **“Lote II”** e **“Lote III”**, respectivamente, e, quando em conjunto, **“Lotes do Período Vesting Retenção”**).

3.1.1.1.1. Os Lotes do Período Vesting Retenção serão liberados ao Participante ao final de cada respectivo aniversário da celebração do Contrato (cada um, uma **“Data de Vesting”**), sendo que o percentual de Ações Restritas correspondente a cada um dos Lotes do Período Vesting Retenção será determinado pelo Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, quando da aprovação de cada Programa.

3.1.1.2. Vesting Parcela Retenção para Novos Participantes. A concessão das Ações Restritas da Parcela Retenção a Participantes eleitos ou contratados, conforme o caso, a partir do dia 1º de abril de qualquer ano em curso durante a vigência do Plano (após a aprovação do Programa relativo a tal ano pelo Conselho de Administração) observará as seguintes regras:

(i) Na hipótese de o ingresso do Participante na Companhia ter ocorrido entre os dias 2 de abril e 1º de julho, inclusive, de qualquer ano em curso durante a vigência do Plano, a Data de Vesting do Lote I será encerrada no primeiro dia do mês de abril imediatamente subsequente ao ingresso do Participante, sendo que as respectivas Datas de Vesting dos Lotes II e III a que tal Participante fizer jus serão encerradas após o decurso de 1 (um) e 2 (dois) anos, respectivamente, do encerramento da Data de Vesting do Lote I; ou

(ii) Na hipótese de o ingresso do Participante na Companhia ter ocorrido entre os dias 2 de julho e 31 de março de qualquer ano em curso durante a vigência do Plano, a Data de Vesting do Lote I será encerrada no primeiro dia do segundo mês de abril imediatamente subsequente ao ingresso do Participante, sendo que as respectivas Datas de Vesting dos Lotes II e III a que tal Participante fizer jus serão encerradas após o decurso de 1 (um) e 2 (dois) anos, respectivamente, do encerramento da Data de Vesting do Lote I.

3.1.2. Parcela TSR. Uma parcela equivalente a 50% (cinquenta por cento) das Ações Restritas concedidas ao Participante em cada Contrato será variável e a quantidade efetiva de Ações Restritas que serão concedidas ao Participante em tal parcela será definida em função do cálculo da taxa de retorno total aos acionistas da Companhia (**“TSR”** e **“Parcela TSR”**, respectivamente), a ser verificada pelo Conselho de Administração ao final do Período de Vesting TSR (conforme abaixo definido).

3.1.2.1. Vesting Parcela TSR. A concessão das Ações Restritas da Parcela TSR estará sujeita à carência de 3 (três) anos, e a efetiva quantidade de Ações Restritas que serão concedidas ao Participante na Parcela TSR será verificada pelo Conselho de Administração ao final do terceiro ano completo ("Período de Vesting TSR" e, em conjunto com o Período de Vesting Retenção, "Períodos de Vesting").

3.1.2.1.1. Vesting Parcela TSR para Novos Participantes. A concessão das Ações Restritas da Parcela TSR a Participantes eleitos ou contratados, conforme o caso, a partir do dia 1º de abril de qualquer ano em curso durante a vigência do Plano (após a aprovação do Programa relativo a tal ano pelo Conselho de Administração) observará as seguintes regras:

(i) Na hipótese de o ingresso do Participante na Companhia ter ocorrido entre os dias 2 de abril e 1º de julho, inclusive, de qualquer ano em curso durante a vigência do Plano, o Período de Vesting TSR será reduzido em até 3 (três) meses, de acordo com a data de ingresso do Participante na Companhia, sendo que, para fins de medição dos critérios de desempenho, será considerado o próprio ano de ingresso do Participante na Companhia e os 2 (dois) anos imediatamente seguintes; ou

(ii) Na hipótese de o ingresso do Participante na Companhia ter ocorrido entre os dias 2 de julho e 31 de março de qualquer ano em curso durante a vigência do Plano, o Período de Vesting TSR será aumentado em até 9 (nove) meses, de acordo com a data de ingresso do Participante na Companhia, sendo que, para fins de medição dos critérios de desempenho, será considerado (i) (a) o ano imediatamente seguinte ao ingresso do Participante na Companhia, caso o ingresso tenha ocorrido entre 2 de julho e 31 de dezembro, ou (b) o primeiro ano de ingresso do Participante na Companhia, caso o ingresso tenha ocorrido entre 1º de janeiro e 31 de março; e (ii) os 2 (dois) anos imediatamente seguintes.

3.1.2.2. Cálculo do TSR. O valor do TSR será verificado pelo Conselho de Administração, ao final do Período de Vesting TSR, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{TSR} = ([\text{preço da ação em R\$ ao final do Período de Vesting TSR}] + [\text{proventos distribuídos por ação em R\$ durante o Período de Vesting TSR}])$$

Onde:

preço ao final do Período de Vesting TSR deverá ser apurado considerando a média do preço de fechamento da ação nos 60 (sessenta) pregões imediatamente anteriores ao encerramento do Período de Vesting TSR;

3.1.2.3. Cálculo do TSR Incremental. O valor do TSR incremental será verificado pelo Conselho de Administração, ao final do Período de Vesting TSR.

3.1.2.3.1. Faixa de Desempenho TSR. A faixa de desempenho de TSR será definida pelo Conselho de Administração em cada Programa, sendo certo que a definição de diferentes faixas de desempenho entre Programas não terá qualquer efeito sobre as Ações Restritas da Parcela TSR já outorgadas.

3.1.2.3.2. Fator de Desempenho TSR em função das faixas de desempenho. O Fator de Desempenho TSR e o correspondente percentual de Ações Restritas da Parcela TSR a que o Participante fará jus em função da faixa de desempenho por ele atingida serão definidos pelo Conselho de Administração quando da aprovação de cada Programa.

4. LIMITE GLOBAL DE OUTORGA E CÁLCULO DAS AÇÕES CONCEDIDAS A CADA PARTICIPANTE

4.1. Limite de Ações do Plano. O limite total acumulado de Ações Restritas que poderão ser concedidas aos Participantes nos termos deste Plano de Ações Restritas 2026 não poderá superar 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do número total de ações emitidas pela Companhia (desconsideradas as ações mantidas em tesouraria) na data de aprovação de cada Programa (**“Limite Global de Outorga”**).

4.2. O Conselho de Administração da Companhia terá autonomia para a seu exclusivo critério, observado o Limite Global de Outorga, definir o número de Ações Restritas que serão conferidas em cada Programa.

4.3. O número de Ações Restritas a serem outorgadas a cada Participantes será definido pelo Conselho de Administração, com base no valor da remuneração dos Participantes na data de aprovação de cada Programa, da seguinte forma:

Parcela Retenção = Valor Justo Bruto *multiplicado por 50% (cinquenta por cento) dividido pelo Preço da Ação*; e

Parcela TSR = Valor Justo Bruto *multiplicado por 50% (cinquenta por cento) dividido pelo*

Preço da Ação.

Onde:

valor justo bruto é a remuneração mensal nominal de cada Participante na data de aprovação de cada Programa, multiplicado pelo múltiplo salarial de concessão definido pelo Conselho de Administração a cada Programa; e

preço da ação é o valor da média ponderada pelo volume do preço de fechamento da ação nos últimos 60 (sessenta) pregões, com arredondamento da quantidade de ações para o número inteiro imediatamente anterior, apurada no 5º (quinto) dia útil imediatamente anterior à data de aprovação de cada Programa.

4.3.1. O número de Ações Restritas a serem outorgadas a cada Participante deverá ser reduzido pela quantidade de ações correspondentes aos valores pagos pela Companhia a título de recolhimento de Imposto de Renda de Pessoa Física ("**IRPF**"), nos termos da Cláusula 12.2.

5. OUTORGA DE AÇÕES RESTRITAS

5.1. A outorga das Ações Restritas aos Participantes será realizada mediante a celebração do respectivo Contrato entre a Companhia e cada um dos Participantes.

5.1.1. Para cada Programa, o Diretor-Presidente recomendará e o Conselho de Administração, com o auxílio do Comitê de Gestão de Pessoas ("**Comitê**"), definirá, a seu exclusivo critério, a lista dos Participantes e a respectiva quantidade de Ações Restritas a serem outorgadas, bem como outras condições aplicáveis a cada outorga, sempre respeitadas as regras deste Plano, as quais deverão constar no Contrato de Outorga.

5.1.2. Observado o Limite Global de Outorga, a quantidade máxima de Ações Restritas que poderá ser outorgada a cada Participante em cada Programa será definida e individualizada pelo Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, e constará do respectivo Contrato.

5.2. A efetiva transferência das Ações Restritas para o Participante somente se dará com o implemento das condições e prazos previstos neste Plano, nos Programas e nos Contratos, observados os Períodos de Vesting, de modo que a aprovação dos Programas

ou a celebração dos Contratos, por si só, não garantem ao Participante quaisquer direitos sobre as Ações Restritas outorgadas, nem tampouco representa garantia do seu recebimento.

5.3. Nenhuma Ação Restrita será entregue ao Participante a não ser que todas as exigências legais, regulamentares e contratuais tenham sido integralmente cumpridas.

5.4. Exceto conforme previsto neste Plano, nos Programas e nos respectivos Contratos, somente após a efetiva transferência das Ações Restritas é que os Participantes farão jus a todos os direitos conferidos pelas ações de emissão da Companhia, na forma prevista na Lei das S.A, sem prejuízo do disposto na Cláusula 11.2.

6. STOCK OWNERSHIP GUIDELINES

6.1. Stock Ownership Guidelines. Como condição para que possam ser escolhidos pelo Conselho de Administração para cada Programa, os Participantes que ocuparem os cargos de (i) diretor presidente ou vice-presidente deverão deter um número de ações de emissão da Companhia equivalente a um montante correspondente a, no mínimo, 24 (vinte e quatro) vezes o valor do salário ou honorário mensal nominal do Participante; e (ii) os Participantes que ocuparem os cargos de diretor deverão deter um número de ações de emissão da Companhia equivalente a um montante correspondente a, no mínimo, 12 (doze) vezes o valor do salário mensal acrescido do adicional de periculosidade, conforme o caso ("**Quantidade Mínima de Ações**"); e (iii) não alienar, sob qualquer forma, as ações detidas em cumprimento aos itens (i) e (ii) acima, até o encerramento do prazo de 2 (dois) anos contados do término do seu mandato ou vínculo de trabalho, conforme o caso ("**Prazo de Manutenção**").

6.2. Após a transferência das Ações Restritas, os Participantes que ocuparem os cargos de diretor presidente, vice-presidente e diretor não poderão criar quaisquer ônus sobre as Ações Restritas e nem as alienar, sob qualquer forma, sendo vedada, inclusive, a realização de operações de empréstimo envolvendo as Ações Restritas ou a contratação de derivativos de liquidação física referenciados nas Ações Restritas até que seja atingida a Quantidade Mínima de Ações ("**Período de Lock-Up**").

6.2.1. Custódia da Quantidade Mínima de Ações. Para que a Companhia possa verificar o cumprimento das obrigações previstas na Cláusula 6.1, esta deverá notificar os Participantes que ocuparem os cargos de presidente, vice-presidente e diretor, anualmente até o dia 1º de junho do ano da outorga, para informar a Quantidade Mínima

de Ações e estes deverão, no prazo de até 30 (trinta) dias, transferir as Ações Restritas que lhes foram transferidas para cumprimento da Quantidade Mínima de Ações para a custódia de uma instituição financeira a ser selecionada e indicada pela Companhia (**“Ações Restritas Bloqueadas”**).

6.2.2. Caso os Participantes já tenham atingido e/ou superado a Quantidade Mínima de Ações, a Companhia efetuará o desbloqueio do excedente das Ações Restritas Bloqueadas junto à instituição financeira a ser selecionada e indicada pela Companhia.

6.2.2.1. Data-base e valor da ação para cálculo do mínimo de ações (R\$). A data-base do salário para cálculo da Quantidade Mínima de Ações é dezembro do ano anterior e o valor da ação deverá ser apurado considerando a média do preço de fechamento da ação nos 60 (sessenta) pregões imediatamente anteriores à data da notificação prevista na cláusula 6.2.1 acima.

6.2.3. Até o encerramento do Prazo de Manutenção, o Participante não poderá criar quaisquer ônus sobre as Ações Restritas Bloqueadas e nem as alienar, sob qualquer forma, sendo vedada, inclusive, a realização de operações de empréstimo envolvendo as Ações Restritas Bloqueadas ou a contratação de derivativos de liquidação física referenciados nas Ações Restritas Bloqueadas.

6.2.4. Descumprimento. Caso a qualquer tempo durante o Prazo de Manutenção o Participante descumpra as obrigações previstas na Cláusula 6.1, o Participante automaticamente (i) perderá o direito ao recebimento de quaisquer Ações Restritas que lhe tenham sido outorgadas no contexto deste Plano cujos Períodos de Vesting ainda não tenham sido concluídos; e (ii) se tornará inelegível aos Programas aprovados pelo Conselho de Administração a partir do descumprimento.

7. TRANSFERÊNCIA DAS AÇÕES RESTRITAS

7.1. As Ações Restritas serão transferidas aos Participantes após o encerramento dos Períodos de Vesting previstos na Cláusula 3 acima, contados da data de celebração do respectivo Contrato (**“Data da Outorga”**).

7.2. A transferência das Ações Restritas ao Participante será realizada no prazo de até 30 (trinta) dias contados de cada Data de Vesting, com relação à Parcela Retenção, ou do encerramento do Período de Vesting TSR, com relação à Parcela TSR.

7.2.1. Caso, por motivos alheios à Companhia ou em razão de restrições temporárias para negociação de ações de emissão da Companhia decorrentes de normas legais ou regulamentares, os Participantes não possam receber as Ações Restritas dentro do prazo descrito na Cláusula 7.2 deste Plano, o referido prazo será interrompido por até 30 (trinta) dias ou até o momento em que o fato impeditivo deixe de existir, o que ocorrer primeiro, voltando a correr após o término da interrupção.

7.2.2. Para cumprimento da obrigação de transferência das Ações Restritas aos Participantes, serão utilizadas ações de emissão da Companhia por ela mantidas em tesouraria.

7.2.2.1. A fim de assegurar que a Companhia possua ações de sua emissão em número suficiente para fazer frente a este Plano de Ações Restritas, o Conselho de Administração poderá, a qualquer tempo a partir da aprovação deste Plano e dos Programas, aprovar programas de recompra de ações de emissão da Companhia, respeitadas as normas legais e regulamentares que regem a negociação com as próprias ações.

7.3. Nenhuma cláusula deste Plano, dos Programas ou de qualquer Contrato poderá ser interpretada no sentido de obrigar a Companhia a dispor de ações de sua emissão em quantidade que exceda o Limite Global de Outorga.

8. ADMINISTRAÇÃO DO PLANO

8.1. Administração. Este Plano e os Programas serão administrados pelo Conselho de Administração, que poderá, observadas as restrições previstas na legislação aplicável, servir-se do Comitê de Gestão de Pessoas e/ou de um comitê consultivo criado ou indicado pela diretoria estatutária para assessorá-lo na administração do Plano ou de terceiros independentes para assessorá-lo na administração do Plano e/ou dos Programas. As recomendações dos Comitês não terão caráter vinculante para o Conselho de Administração.

8.2. Alterações no Plano. Obedecidas as condições gerais deste Plano e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano e dos Programas, incluindo: (i) alterar e extinguir os Programas ou o Plano; (ii) emitir Programas; (iii) aprovar os Participantes elegíveis e autorizar a outorga de Ações Restritas, nos termos e condições definidos nos respectivos Contratos; (iv) alterar as

fórmulas de cálculo relacionadas à Parcela TSR, inclusive para mitigar distorções decorrentes de eventos e/ou cenários não previstos pela Companhia; e (v) estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos e dirimir dúvidas.

8.2.1. Em qualquer dos casos, a aprovação de alterações ou a extinção de Programas ou deste Plano não poderão afetar os termos e condições dos Contratos já celebrados com os Participantes, sem a anuência destes.

8.2.2. Não obstante o disposto na Cláusula 8.1 o Conselho de Administração não poderá, salvo mediante prévia autorização pela Assembleia Geral, aumentar o Limite Global de Outorga.

9. DESLIGAMENTO, INVALIDEZ, FALECIMENTO E APOSENTADORIA DO PARTICIPANTE

Seção I – Parcela Retenção

Desligamento. Na hipótese de ocorrer, antes do término do Período de Vesting Retenção, o desligamento do Participante da Companhia, o Participante perderá automática e integralmente o direito ao recebimento das Ações Restritas ainda não transferidas.

9.1.1. Na hipótese de desligamento após o cumprimento, total ou parcial, do Período de Vesting Retenção, o Participante fará jus às Ações Restritas já transferidas, sendo certo que o Participante deverá sempre cumprir com as regras do *Stock Ownership Guidelines*, caso aplicáveis, previstas na Cláusula 6.

9.2. Falecimento e Invalidez Permanente. Na hipótese de ocorrer, antes do término do Período de Vesting Retenção, o falecimento ou invalidez permanente, conforme reconhecida pela Previdência Social, o Participante, ou seu espólio ou sucessor, conforme o caso, fará jus ao recebimento das Ações Restritas ainda não transferidas e às Ações Restritas recebidas na Parcela Retenção e estará dispensado do cumprimento das regras do *Stock Ownership Guidelines*.

Seção II – Parcela TSR

9.3. Desligamento por Iniciativa do Participante e Desligamento com Justa Causa. Na hipótese de ocorrer, antes do término do Período de Vesting TSR, (i) o desligamento do Participante da Companhia por sua própria iniciativa (por apresentação de pedido de

demissão ou de renúncia ao seu cargo na administração da Companhia, conforme o caso) e/ou (ii) o desligamento do Participante da Companhia com justa causa, o Participante perderá automática e integralmente o direito ao recebimento das Ações Restritas ainda não transferidas.

9.4. Desligamento sem Justa Causa. Na hipótese de ocorrer o desligamento do Participante da Companhia, sem justa causa, nos primeiros 12 (doze) meses do Período de Vesting TSR, o Participante perderá automática e integralmente o direito ao recebimento das Ações Restritas. No caso de desligamento do Participante da Companhia, sem justa causa, ocorrido a partir do 13º (décimo terceiro) mês do Período de Vesting TSR, o Participante permanecerá com o direito ao recebimento das Ações Restritas em quantidade proporcional ao Período de Vesting TSR efetivamente cumprido pelo Participante até a data de desligamento, tomando como base a proporcionalização do número de Ações Restritas e o número de meses cumpridos durante o Período de Vesting TSR, sendo certo que o Participante deverá observar as regras do *Stock Ownership Guidelines*, conforme aplicáveis, previstas na Cláusula 6. A efetiva transferência das Ações Restritas ao Participante, nos termos desta Cláusula, somente ocorrerá após cumprido integralmente o Período de Vesting TSR, ou seja, em conjunto com a transferência das Ações Restritas aos demais Participantes, e será aplicado o Fator de Conversão TSR do triênio completo.

9.4.1. Na hipótese de desligamento, sem justa causa, após o cumprimento do Período de Vesting TSR, o Participante fará jus às Ações Restritas já transferidas até o desligamento, devendo observar as regras do *Stock Ownership Guidelines*, conforme aplicáveis, previstas na Cláusula 6.

9.5. Invalidez Permanente, Falecimento. Na hipótese de (a) se verificar a invalidez permanente do Participante, conforme reconhecida pela Previdência Social, ou (b) falecimento do Participante, o Participante, ou seu espólio ou sucessor, conforme o caso, permanecerá com o direito ao recebimento das Ações Restritas, calculadas de forma proporcional ao Período de Vesting TSR efetivamente cumprido, sendo que, neste caso, não haverá a aplicação do Fator de Conversão TSR e haverá dispensa das obrigações de *Stock Ownership Guidelines*, conforme aplicáveis.

Seção III – Aposentadoria ou Processo Sucessório

9.6. Aposentadoria ou Processo Sucessório Negociado com o Conselho de Administração. Em caso de aposentadoria e/ou na saída do Participante de acordo com

um processo sucessório que tenha sido negociado com o Conselho de Administração da Companhia, o Conselho de Administração poderá manter o direito do Participante de receber integralmente as Ações Restritas previstas no seu Contrato após o decurso dos Períodos de Vesting.

10. VIGÊNCIA DO PLANO

10.1. Vigência. O Plano entrará em vigor com a sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e vigorará por um prazo de 4 (quatro) anos. Todas as regras aqui previstas são válidas apenas para este Plano, não se estendendo a eventuais outros planos de remuneração da Companhia já em vigor ou que venham a ser aprovados.

10.2. A outorga de Ações Restritas ao Participante em qualquer dos Programas não obriga a Companhia a conceder este incentivo nos demais Programas ou em qualquer outro formato semelhante, em exercícios futuros, ficando reservada à Companhia a prerrogativa de analisar e decidir pela eventual concessão de incentivos similares em exercícios futuros.

11. AJUSTE NO NÚMERO DE AÇÕES E PROVENTOS

11.1. Ajuste no Número de Ações Restritas. Caso o número de ações de emissão da Companhia seja aumentado ou diminuído como resultado de bonificações em ações, grupamentos ou desdobramentos, serão feitos ajustes apropriados no Limite Global de Outorga, nos Programas e nos Contratos para refletir tais alterações no número de Ações Restritas outorgadas.

11.2. Proventos. De modo a alinhar interesses entre os Participantes e acionistas da Companhia, os Participantes deverão fazer jus a quaisquer proventos distribuídos pela Companhia entre a celebração dos respectivos Contratos e o encerramento dos Períodos de Vesting em relação às Ações Restritas da Parcela Retenção e da Parcela TSR efetivamente recebidas pelos Participantes ("**Proventos por Ação Restrita**").

11.2.1. Para cumprimento do disposto na Cláusula 11.2, quando da transferência das Ações Restritas aos Participantes, nos termos da Cláusula 7, será verificado o valor dos Proventos por Ação Restrita e, com base em tal valor e na quantidade de Ações Restritas efetivamente recebidas pelos Participantes, o Conselho de Administração determinará um número adicional de Ações Restritas, tendo como base o preço unitário da ação na data da transferência (com o arredondamento para a quantidade inteira imediatamente

inferior), a serem transferidas para os Participantes em conjunto com as demais Ações Restritas a que fizer jus.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Aceleração do Plano. Em caso de mudança no controle ou alienação de controle da Companhia, nos termos do art. 254-A da Lei das S.A., ou outros eventos societários tais como fusão, incorporação, incorporação de ações, cisão e outras formas de combinação de negócio envolvendo a Companhia que resultem na alteração do seu controle acionário, o Conselho de Administração da Companhia poderá deliberar (i) pela manutenção das regras do Plano e dos Programas e Contratos nas condições então vigentes; ou (ii) pelo encerramento do Plano, hipótese em que ocorrerá a aceleração dos Períodos de Vesting dos Contratos já celebrados em relação a todos os Participantes, de forma que sejam imediatamente transferidas aos Participantes as Ações Restritas previstas em seus respectivos Contratos ("Aceleração do Plano").

12.1.1. Na hipótese de Aceleração do Plano, os Participantes serão liberados das regras de *Stock Ownership Guidelines*.

12.2. Tributos. Na transferência das Ações Restritas para os Participantes, após o cumprimento dos Períodos de Vesting, conforme aplicáveis, a Companhia deverá efetuar o recolhimento do IRPF e das contribuições sociais incidentes, mediante o lançamento em folha de pagamento de cada Participante considerando-se o valor vigente do lote de Ações Restritas.

12.3. Adesão. A assinatura dos respectivos Contratos implicará a expressa, irrevogável e irretratável aceitação de todos os termos do Plano pelo Participante.

12.4. Execução Específica. As obrigações contidas no Plano, nos Programas e nos Contratos de Outorga são assumidas em caráter irrevogável, valendo como título executivo extrajudicial conforme legislação aplicável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título tempo. Estabelecem as partes que tais obrigações têm execução específica, na forma da lei.

12.5. Cessão. Os direitos e obrigações decorrentes do Plano e dos Contratos de Outorga são pessoais e intransferíveis e não poderão ser cedidos ou transferidos, no todo ou em parte, por qualquer das partes, nem dados como garantia de obrigações, sem a prévia anuência escrita da outra parte, salvo se expressamente previsto neste Plano.

12.6. Novação. Fica expressamente convencionado que não constituirá novação a abstenção ou o não exercício, pela Companhia, de qualquer direito, poder, recurso ou faculdade assegurado por lei, pelo Plano ou pelos Contratos de Outorga, nem a eventual tolerância de atraso no cumprimento, pela Companhia, de quaisquer obrigações, o que não impedirá que a Companhia, a seu exclusivo critério, venha a exercer a qualquer momento esses direitos, poderes, recursos ou faculdades, os quais são cumulativos e não excludentes em relação aos previstos em lei.

12.7. Casos Omissos. Os casos omissos, dúvidas ou divergência que possam surgir por parte da Companhia e/ou dos Participantes com relação ao Plano, ao Programa e/ou aos Contratos de Outorga serão regulados pelo Conselho de Administração, ouvido o Comitê. Em caso de divergência, o presente Plano prevalecerá em relação ao Contrato de Outorga e ao Programa.

* * *

Anexo VII - RELATÓRIO DAS ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS PROPOSTAS

(Conforme art. 12, inciso II, da Resolução CVM 81/2022)

QUADRO COMPARATIVO DO ESTATUTO SOCIAL

<u>Estatuto Social – Redação Atual</u>	<u>Estatuto Social – Redação Proposta:</u>	<u>Justificativa das Alterações</u>
Artigo 17 - O Conselho de Administração tem por função primordial estabelecer as diretrizes fundamentais da política geral da Companhia, as quais deverão ser observadas pela Diretoria. Nesse sentido, além das atribuições previstas em lei, competirá exclusivamente ao Conselho de Administração deliberar sobre as seguintes matérias: (...) (j) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar a assunção de qualquer compromisso financeiro por prazo superior a 24 (vinte e quatro) meses ou cujo valor agregado, no curso de um mesmo exercício social, supere a importância de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), incluindo, sem limitar, a contratação de financiamentos, mútuos, locação ou leasing de ativos;	Artigo 17 - O Conselho de Administração tem por função primordial estabelecer as diretrizes fundamentais da política geral da Companhia, as quais deverão ser observadas pela Diretoria. Nesse sentido, além das atribuições previstas em lei, competirá exclusivamente ao Conselho de Administração deliberar sobre as seguintes matérias: (...) (j) <u>aprovar a Política de Alçadas da Companhia e suas eventuais alterações, deliberando sobre as matérias de sua competência;</u> deliberar e, caso considere conveniente, aprovar a assunção de qualquer compromisso financeiro por prazo superior a 24 (vinte e quatro) meses ou cujo valor agregado, no curso de um mesmo exercício social, supere a importância de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), incluindo, sem limitar, a contratação de financiamentos, mútuos, locação ou leasing de ativos;	A proposta de reforma ao Estatuto Social da Companhia prevista neste item tem por objetivo aprimorar a governança corporativa da Companhia e adequar a definição das competências do Conselho de Administração à adoção da Política de Alçadas da Companhia. Nesse sentido, propõe-se (i) incluir entre as competências exclusivas do Conselho de Administração a aprovação da Política de Alçadas da Companhia e de suas eventuais alterações, instrumento interno que estabelece a divisão de competências e limites para a prática de determinados atos de gestão; e (ii) excluir os itens (j), (k), (l), (m) e (o) do Artigo 17 do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista que a competência para aprovação de tais matérias será disciplinadas pela Política de Alçadas da Companhia.

(k) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar a compra, venda, hipoteca ou locação pela Companhia de qualquer participação em imóveis ou substâncias petrolíferas in situ, bem como de quaisquer bens, direitos ou conjunto de bens ou direitos cujo valor agregado, no caso de um mesmo exercício social, seja superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

(l) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar sobre a aquisição, a alienação ou a oneração de bens do ativo permanente cujo valor individual ou agregado, em uma única operação ou em operações sucessivas no curso de um mesmo exercício social, seja superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

(m) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar a contratação de serviços e obras com terceiros, com valores iguais ou superiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

(o) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar sobre a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações próprias cujo valor individual ou agregado, em uma única operação ou em operações sucessivas no curso de um mesmo

~~(k) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar a compra, venda, hipoteca ou locação pela Companhia de qualquer participação em imóveis ou substâncias petrolíferas in situ, bem como de quaisquer bens, direitos ou conjunto de bens ou direitos cujo valor agregado, no caso de um mesmo exercício social, seja superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);~~

~~(l) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar sobre a aquisição, a alienação ou a oneração de bens do ativo permanente cujo valor individual ou agregado, em uma única operação ou em operações sucessivas no curso de um mesmo exercício social, seja superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);~~

~~(m) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar a contratação de serviços e obras com terceiros, com valores iguais ou superiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);~~

~~(o) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar sobre a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações próprias cujo valor individual ou agregado, em uma única operação ou em operações sucessivas no curso de um mesmo~~

A centralização dessas regras na Política de Alçadas da Companhia permite maior flexibilidade para atualização dos limites e procedimentos decisórios, sem a necessidade de novas alterações estatutárias, preservando, ao mesmo tempo, a supervisão estratégica do Conselho de Administração da Companhia.

exercício social, seja igual ou superior R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

(p) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar a prestação de garantias a obrigações de terceiros, independentemente do valor, ressalvadas garantias prestadas a obrigações assumidas por controladas ou subsidiárias integrais da companhia, cuja prestação não dependerá de aprovação do Conselho de Administração, desde que observado o disposto no item (o) acima;

ARTIGO 18 – A Diretoria será composta por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) diretores, acionistas ou não, residentes no país, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, um Diretor de Operações e os demais Diretores sem designação específica. São obrigatórios os cargos de Diretor Presidente, de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e de Diretor de Operações.

(...)

Parágrafo Terceiro – Incumbe, especificamente, à Diretoria, como colegiado, sem prejuízo das outras atribuições conferidas por lei:

(...)

~~exercício social, seja igual ou superior R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);~~

~~(p)~~ deliberar e, caso considere conveniente, aprovar a prestação de garantias a obrigações de terceiros, independentemente do valor, ressalvadas garantias prestadas a obrigações assumidas por controladas ou subsidiárias integrais da companhia, cuja prestação não dependerá de aprovação do Conselho de Administração, ~~desde que observado o disposto no item (o) acima;~~

ARTIGO 18 – A Diretoria será composta por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) diretores, acionistas ou não, residentes no país, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, um Diretor de Operações e os demais Diretores sem designação específica. São obrigatórios os cargos de Diretor Presidente, de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e de Diretor de Operações.

(...)

Parágrafo Terceiro – Incumbe, especificamente, à Diretoria, como colegiado, sem prejuízo das outras atribuições conferidas por lei:

(...)

(c) elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração o plano de negócios e orçamento anual da Companhia, bem como outros planos ou orçamentos eventualmente solicitados pelo Conselho de Administração, conforme disposto na letra (dd) do Artigo 17 deste Estatuto;

(c) elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração o plano de negócios e orçamento anual da Companhia, bem como outros planos ou orçamentos eventualmente solicitados pelo Conselho de Administração, conforme disposto na letra (~~dd~~^{zz}) do Artigo 17 deste Estatuto;

<u>Estatuto Social – Redação Atual</u>	<u>Estatuto Social – Redação Proposta:</u>	<u>Justificativa das Alterações</u>
Artigo 23 - Todos os contratos, acordos, instrumentos e outros documentos (i) relativos à alienação de imóveis da Companhia, à alienação de qualquer participação da Companhia em outras sociedades, e à outorga de garantias, ou (ii) que criem obrigações para a Companhia, que desobriguem terceiros de obrigações perante a Companhia, incluindo, sem limitação, o aceite ou endosso de duplicatas, notas promissórias, letras de câmbio e documentos semelhantes, bem como a criação, encerramento ou a execução de qualquer outra ação referente a contas bancárias, deverão, sob pena de nulidade perante a Companhia, ser assinados por (a) quaisquer dois 2 (dois) Diretores, ou (b) por 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador constituído conforme disposto no Parágrafo Primeiro deste Artigo, com poderes específicos para executar aquele ato.	Artigo 23 - Todos os contratos, acordos, instrumentos e outros documentos (i) relativos à alienação de imóveis da Companhia, à alienação de qualquer participação da Companhia em outras sociedades, e à outorga de garantias, ou (ii) que criem obrigações para a Companhia, que desobriguem terceiros de obrigações perante a Companhia, incluindo, sem limitação, o aceite ou endosso de duplicatas, notas promissórias, letras de câmbio e documentos semelhantes, bem como a criação, encerramento ou a execução de qualquer outra ação referente a contas bancárias, deverão, sob pena de nulidade perante a Companhia, ser assinados por (a) quaisquer dois 2 (dois) Diretores, ou (b) por 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador constituído conforme disposto no Parágrafo Primeiro deste Artigo, com poderes específicos para executar aquele ato.	A proposta de reforma ao Estatuto Social da Companhia prevista neste item tem por objetivo conferir maior eficiência e agilidade à prática de atos de rotina da Companhia, sem prejuízo das regras de representação aplicáveis a atos que possam gerar obrigações ou responsabilidades relevantes. Nesse sentido, propõe-se a inclusão do Parágrafo Terceiro no Artigo 23 do Estatuto Social da Companhia, com o objetivo de estabelecer hipóteses específicas em que determinados atos de natureza operacional e administrativa possam ser praticados mediante a assinatura de 1 (um) Diretor ou de 1 (um) procurador devidamente constituído.

Parágrafo Primeiro – As procurações outorgadas pela Companhia deverão: (i) ser assinadas por 2 (dois) Diretores; (ii) especificar os poderes outorgados; (iii) vedar a delegação ou o substabelecimento de poderes; e (iv) ser válidas por um prazo máximo de 1 (um) ano. O limite no prazo de validade e a restrição quanto a delegação ou ao substabelecimento de poderes não se aplicam (y) às procurações outorgadas a advogados, constituídos para atuar em nome da Companhia em processos administrativos ou judiciais, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, admitido o substabelecimento com reserva de poderes, ou (z) na hipótese do Artigo 118, parágrafo 7º, da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Segundo – É vedado aos Diretores e procuradores vincular a Companhia em qualquer transação estranha ao objeto social, bem como, sem prévia autorização do Conselho de Administração, dar avais ou fianças em favor de terceiros e fazer doações em nome da Companhia, sendo vedado, ainda, aos Diretores, agir em nome da Companhia sem a prévia autorização do

Parágrafo Primeiro – As procurações outorgadas pela Companhia deverão: (i) ser assinadas por 2 (dois) Diretores; (ii) especificar os poderes outorgados; (iii) vedar a delegação ou o substabelecimento de poderes; e (iv) ser válidas por um prazo máximo de 1 (um) ano. O limite no prazo de validade e a restrição quanto a delegação ou ao substabelecimento de poderes não se aplicam (y) às procurações outorgadas a advogados, constituídos para atuar em nome da Companhia em processos administrativos ou judiciais, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, admitido o substabelecimento com reserva de poderes, ou (z) na hipótese do Artigo 118, parágrafo 7º, da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Segundo – É vedado aos Diretores e procuradores vincular a Companhia em qualquer transação estranha ao objeto social, bem como, sem prévia autorização do Conselho de Administração, dar avais ou fianças em favor de terceiros e fazer doações em nome da Companhia, sendo vedado, ainda, aos Diretores, agir em nome da Companhia sem a prévia autorização do

Conselho de Administração, quando esta for requerida nos termos deste Estatuto.

Conselho de Administração, quando esta for requerida nos termos deste Estatuto.

Parágrafo Terceiro - Deverão ser assinados por 1 (um) Diretor ou por 1 (um) procurador constituído conforme disposto no Parágrafo Primeiro deste Artigo: (i) a correspondência de rotina que não crie qualquer responsabilidade para a Companhia; (ii) o cumprimento de obrigações fiscais, trabalhistas ou previdenciárias e prática de atos administrativos em geral, perante órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, desde que não importe em assunção de novas obrigações; (iii) a contratação de empregados; e (iv) assuntos de rotina perante órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, autarquias e sociedades de economia mista.

Anexo VIII - Estatuto Social da Petrorecôncavo S.A. consolidado, refletindo as alterações propostas

(Conforme art. 12, inciso I, da Resolução CVM 81/2022)

**ESTATUTO SOCIAL
PETRORECÔNCAVO S.A.**

**“CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E OBJETO**

ARTIGO 1º – A PETRORECÔNCAVO S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital autorizado, que se rege pelo presente Estatuto, pelo Regulamento do Novo Mercado expedido pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“Regulamento do Novo Mercado” e “B3”, respectivamente) e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis às companhias abertas, bem como pela Lei das Sociedades por Ações (conforme definido no Artigo 6º abaixo).

Parágrafo Único – Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, sujeitar-se-ão a Companhia, seus acionistas (incluindo seus acionistas controladores, na hipótese de sua existência), administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3.

ARTIGO 2º – A Companhia tem por objeto a realização de atividades relacionadas a exploração, desenvolvimento, produção e comercialização de petróleo, gás natural, hidrocarbonetos e outras fontes de energia, no Brasil ou no exterior, diretamente ou através de subsidiárias e outras sociedades, consórcios, empreendimentos e outras formas de associação, podendo desenvolver, dentre outras atividades afins:

- (a) a exploração, o desenvolvimento e a produção de petróleo, gás natural e hidrocarbonetos;
- (b) a operação de campos produtores de petróleo e gás natural próprios, instalações e equipamentos associados, incluindo os campos cujas concessões forem outorgadas à Companhia pela Agência Nacional do Petróleo – ANP;
- (c) a prestação de serviços de operação de campos produtores de petróleo e gás natural de terceiros;
- (d) a prestação de serviços técnicos e outros serviços no setor de petróleo e seus derivados, biocombustíveis, petroquímicos, fertilizantes, de gás em geral e outras fontes de energia, incluindo reabilitação e rejuvenescimento de campos maduros e marginais,

reativação de jazidas de hidrocarbonetos, perfuração de poços para terceiros, estimulação de poços, acidificação, desparafinação e outros serviços correlatos, assim como o transporte, o tratamento, a entrega e a venda da produção;

(e) a importação, exportação, refino, comercialização e distribuição de petróleo e seus derivados, biocombustíveis, petroquímicos, fertilizantes e de gás em geral;

(f) a consecução de projetos de engenharia, a construção e a operação de dutos para escoamento ou transporte de petróleo e seus derivados, biocombustíveis, petroquímicos, fertilizantes e de gás em geral;

(g) a construção, manutenção e operação de terminais marítimos ou terrestres, explorando as atividades relacionadas, direta ou indiretamente, aos serviços de transporte e armazenagem de petróleo e seus derivados, biocombustíveis, petroquímicos, fertilizantes e de gás em geral;

(h) o planejamento logístico, a operação e a manutenção de bases de distribuição, serviços de engenharia e geotécnica relacionados à indústria do petróleo e a seus derivados, biocombustíveis, petroquímicos, fertilizantes e de gás em geral;

(i) a geração, comercialização e distribuição de energia elétrica oriunda de diversas fontes; e

(j) a realização de outras atividades relacionadas à exploração, desenvolvimento, produção, refinamento e transporte de petróleo, gás natural, hidrocarbonetos e outras formas ou fontes de energia.

Parágrafo Único – A Companhia poderá desenvolver diretamente ou indiretamente outras atividades afins ou complementares ao objeto expresso neste Artigo 2º.

ARTIGO 3º – A Companhia tem sede na Cidade de Mata de São João, Estado da Bahia, na Estrada do Vinte Mil, km 3,5, Estação São Roque (parte), CEP 48280-000, e pode, mediante decisão de seu Conselho de Administração, abrir, encerrar ou transferir filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos em qualquer lugar no território nacional ou no exterior.

ARTIGO 4º – A Companhia terá prazo de duração indeterminado.

CAPÍTULO II

CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

ARTIGO 5º – O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 2.907.296.259,42 (dois bilhões, novecentos e sete milhões, duzentos e noventa e seis mil, duzentos e cinquenta e nove reais e quarenta e dois centavos), dividido 293.472.126 (duzentas e noventa e três milhões, quatrocentas e setenta e duas mil e cento e vinte e seis) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária terá direito a um voto na Assembleia Geral. A propriedade das ações será comprovada pelo registro existente na conta do acionista junto à instituição depositária.

Parágrafo Segundo – As ações escriturais de emissão da Companhia serão mantidas em conta de depósito, junto a instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), em nome de seus titulares, sem emissão de certificados. O custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição escrituradora, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações.

ARTIGO 6º – A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, por deliberação do Conselho de Administração e independente de reforma estatutária, até o limite de 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais), mediante emissão de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Na hipótese de qualquer aumento de capital mediante a emissão de novas ações até o limite do capital autorizado, o Conselho de Administração fixará o preço de emissão, o prazo para integralização das ações subscritas e as demais condições para a emissão.

Parágrafo Segundo – Desde que realizado dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá ainda: (i) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar a emissão de bônus de subscrição, de debêntures e de quaisquer outros títulos conversíveis; e (ii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações.

Parágrafo Terceiro – Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com quaisquer planos aprovados pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra ou de subscrição de ações a seus administradores e empregados (“Empregados”), assim como a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia e aos administradores e Empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas.

Parágrafo Quarto – As emissões de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle nos termos dos Artigos 257 a 263 da Lei nº 6.404/76 com suas alterações posteriores (“Lei das Sociedades por Ações”) poderão ser aprovadas pelo Conselho de Administração, observado o limite

do capital autorizado, com exclusão ou redução do prazo para exercício do direito de preferência, nas hipóteses previstas no Artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações. Não haverá direito de preferência na outorga e no exercício de opção de compra ou subscrição de ações, na forma do disposto no parágrafo 3º do Artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Quinto – É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias e ações preferenciais.

Parágrafo Sexto – A Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, promover o resgate de ações da Companhia, conforme aprovado em Assembleia Geral convocada especificamente para esse fim, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Sétimo - Nos casos previstos em lei, o valor de reembolso das ações a ser pago pela Companhia aos acionistas dissidentes de deliberação da Assembleia Geral que tenham exercido direito de retirada, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado em laudo de avaliação nos termos dos parágrafos 3º e 4º do Artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações.

CAPÍTULO III

ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral é o órgão deliberativo da Companhia e reunir-se-á: (i) ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao final de cada exercício social, para tratar dos assuntos constantes do Artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia assim requeiram.

Parágrafo Primeiro – A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, se e quando instalado, com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, e a segunda convocação com antecedência mínima de 8 (oito) dias, observado, ainda, o disposto na regulamentação da CVM.

Parágrafo Segundo – Qualquer Assembleia Geral convocada para permitir que os acionistas deliberem e votem sobre o cancelamento de registro de companhia aberta ou a saída da Companhia do Novo Mercado, deverá ser convocada com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência.

Parágrafo Terceiro - Cada Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia ou, na sua ausência e de seu suplente, pelo Vice-Presidente. Ausente também o Vice-Presidente e seu suplente, a Assembleia Geral será presidida por pessoa designada por escrito pelo Presidente do Conselho de Administração. Na ausência do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração e respectivos suplentes, cumulada com a ausência de designação por escrito de outra pessoa para presidir a Assembleia nos termos deste Parágrafo, o Presidente da Assembleia será escolhido pela maioria dos acionistas presentes. O Presidente da Assembleia convidará um dos presentes para atuar como secretário.

Parágrafo Quarto – A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Quinto – As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas pelo voto favorável de acionistas que representem a maioria do capital votante da Companhia presente à Assembleia, não computados os votos em branco e as abstenções, ressalvadas as exceções previstas em lei ou neste Estatuto Social.

Parágrafo Sexto – As deliberações da Assembleia Geral serão registradas em atas lavradas na forma da lei, que poderão, caso assim aprovado na Assembleia Geral em questão, ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos e publicadas com omissão das assinaturas, sendo suficiente para sua validade a assinatura de quantos acionistas bastem para constituir o quórum requerido para a deliberação.

ARTIGO 8º – Compete à Assembleia Geral, além das atribuições conferidas por lei e regulamentos aplicáveis por este Estatuto Social:

- (a) tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras;
- (b) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos;
- (c) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado;
- (d) fixar a remuneração global anual dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- (e) aprovar planos de concessão de ações ou de outorga de opção de compra de ações aos administradores e Empregados da Companhia ou de suas controladas;
- (f) alterar o Estatuto Social;

- (g) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia ou de qualquer sociedade na Companhia;
- (h) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão para manutenção em tesouraria ou seu cancelamento, nas hipóteses cuja aprovação em Assembleia Geral seja prescrita na regulamentação em vigor;
- (i) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar sobre pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial e início e cessação do estado de liquidação da Companhia;
- (j) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar sobre a transformação da Companhia em outro tipo societário;
- (k) atribuir bonificações em ações e deliberar sobre grupamentos e desdobramentos de ações;
- (l) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar sobre qualquer outra matéria que venha a ser submetida pelo Conselho de Administração;
- (m) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar sobre a saída da Companhia do Novo Mercado da B3; e
- (n) dispensar a realização de oferta pública de aquisição ações (“OPA”), como requisito para a saída da Companhia do Novo Mercado.

Parágrafo Primeiro – A deliberação a que se refere a alínea (m) deste Artigo deverá ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas titulares das ações em circulação presentes à assembleia, não se computando os votos em branco, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total de ações em circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas titulares das ações em circulação.

Parágrafo Segundo – A deliberação a que se refere a alínea (n) deste Artigo deverá contar com a concordância expressa de acionistas que representem, no mínimo, 1/3 (um terço) do total de ações em circulação, nos termos do Artigo 43, inciso II, do Regulamento do Novo Mercado e do Artigo 34 deste Estatuto Social.

CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO

Seção I: Disposições comuns aos órgãos da administração

ARTIGO 9º – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, na forma da Lei das Sociedades por Ações e deste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro – A Assembleia Geral fixará o montante global anual da remuneração dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração fixar a remuneração individual de cada membro da Diretoria e do próprio Conselho de Administração, observado o limite global estabelecido pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – Os administradores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse, na forma da lei, até 30 (trinta) dias após a eleição e estão dispensados de prestação de garantia de gestão. O termo de posse deverá contemplar a sujeição dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria à cláusula compromissória referida no Artigo 36 deste Estatuto Social, bem como sua declaração de que (i) não está impedido de exercer a administração de sociedades, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no parágrafo 1º do Artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) atende ao requisito de reputação ilibada, conforme estabelecido pelo parágrafo 3º do Artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações; e (iii) não ocupa cargo em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia, nem representa interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do parágrafo 3º do Artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, observada ainda a possibilidade de dispensa pela Assembleia Geral prevista na mesma lei. A posse dos administradores estará condicionada, ainda, à prévia subscrição do Termo de Anuência dos administradores previsto no Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Terceiro – Sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades previstas em lei, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria estão obrigados a manter reserva sobre todos os negócios da Companhia, devendo, a menos que de outra forma permitido pelo Conselho de Administração, tratar como sigilosas todas as informações a que tenham acesso e que digam respeito à Companhia, seus negócios, funcionários, administradores, acionistas ou contratados e prestadores de serviços, obrigando-se a usar tais informações somente no exclusivo e melhor interesse da Companhia. Quando necessário, o Conselho de Administração poderá indicar expressamente as hipóteses em que as informações poderão ser prestadas, mesmo que desobedeça ao dever de sigilo.

ARTIGO 10 – A Companhia não indenizará seus administradores por (i) atos praticados fora do exercício das atribuições ou poderes; (ii) atos com má-fé, dolo, culpa grave ou fraude; (iii) atos praticados em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da companhia; (iv) indenizações decorrentes de ação social prevista no

Artigo 159 da Lei das Sociedades por Ações ou ressarcimento de prejuízos de que trata o Artigo 11, parágrafo 5º, II, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976; e (v) outros excludentes de indenização previstos em contrato de indenidade firmado com seus administradores.

ARTIGO 11 – Caso seja condenado, por decisão judicial, arbitral ou administrativa transitada em julgado ou da qual não caiba mais recurso, em virtude de atos praticados (i) fora do exercício de suas atribuições; (ii) com má-fé, dolo, culpa grave ou mediante fraude; ou (iii) em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia, os administradores deverão ressarcir a Companhia de todos os custos e despesas incorridos com a assistência jurídica, bem como de eventual indenização paga antecipadamente ao trânsito em julgado, nos termos da legislação em vigor.

ARTIGO 12 – As condições e as limitações da indenização objeto deste Artigo serão determinadas em contrato de indenidade, cujo modelo padrão deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração, sem prejuízo da contratação de seguro específico para a cobertura de riscos de gestão.

Seção II: O Conselho de Administração

ARTIGO 13 – O Conselho de Administração será composto por 7 (sete) membros efetivos e respectivos suplentes (observado o disposto na parte final do Parágrafo Primeiro deste Artigo 13 quanto à suplência dos conselheiros independentes), acionistas ou não, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Caberá ao próprio Conselho de Administração indicar, sempre na primeira reunião após a Assembleia Geral que deliberar sobre a eleição de seus membros, os conselheiros que exercerão os cargos de Presidente e de Vice-Presidente do Conselho de Administração para o respectivo mandato.

Parágrafo Primeiro – Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) membro(s) do Conselho de Administração eleito(s) mediante a faculdade prevista no Artigo 141, parágrafo 4º da Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de haver acionista controlador. Excepcionalmente para os conselheiros independentes, não será necessário que o número de suplentes seja idêntico aos dos efetivos, podendo ser eleito(s) neste caso suplente(s) em número inferior ao número de

membros efetivos, que poderá(ão) acumular a suplência em relação a mais de um membro efetivo.

Parágrafo Segundo – Quando, em decorrência da observância do percentual referido no Parágrafo Primeiro deste Artigo, resultar número fracionário de conselheiros, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Terceiro – Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Parágrafo Quarto – O Presidente do Conselho de Administração, e, na ausência do Presidente, o Vice-Presidente, terá os seguintes deveres e obrigações, além de quaisquer outros deveres e responsabilidades constantes deste Estatuto ou da legislação e regulamentação aplicáveis:

- (i) convocar reuniões do Conselho de Administração, inclusive mediante solicitação de qualquer membro do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, nos casos previstos em lei;
- (ii) presidir as reuniões do Conselho de Administração e a Assembleia Geral; e
- (iii) elaborar a ordem do dia para as reuniões do Conselho de Administração e da Assembleia Geral.

Parágrafo Quinto – Havendo suplentes, estes substituirão os conselheiros em suas ausências ou impedimentos temporários. Ocorrendo vacância, renúncia ou impedimento permanente (morte, invalidez permanente, interdição etc.) de qualquer membro do Conselho de Administração, este será substituído por seu respectivo suplente, que servirá até o final do mandato. Na falta de suplente, a maioria dos membros do Conselho de Administração nomeará um conselheiro substituto, nos termos do Artigo 150 da Lei das Sociedades por Ações, para ocupar a vaga até a primeira Assembleia Geral Ordinária.

Parágrafo Sexto – Sempre que a eleição para o Conselho de Administração for realizada pelo regime de voto múltiplo, a destituição, pela Assembleia Geral, de qualquer membro titular do Conselho de Administração eleito pelo regime de voto múltiplo implicará a destituição dos demais membros do Conselho de Administração também eleitos pelo regime de voto múltiplo, procedendo-se, conseqüentemente, à nova eleição; nos demais casos de vacância aplicar-se-á o disposto no Parágrafo Sexto.

ARTIGO 14 – Ressalvado o disposto no Parágrafo Quinto deste Artigo e a possibilidade de eleição em separado nas hipóteses legais, a eleição dos membros do Conselho de Administração dar-se-á pelo sistema de chapas.

Parágrafo Primeiro – Na eleição de que trata este Artigo, somente poderão concorrer as chapas: (i) indicadas pelo Conselho de Administração; ou (ii) que sejam indicadas, na forma prevista no Parágrafo Segundo deste Artigo, por qualquer acionista ou conjunto de acionistas.

Parágrafo Segundo – Os acionistas ou conjunto de acionistas que desejarem propor chapa para concorrer aos cargos no Conselho de Administração deverão, juntamente com a proposta de chapa, a ser apresentada nos termos da regulamentação vigente, encaminhar ao Conselho de Administração as informações requeridas pela regulamentação vigente acerca de cada um dos candidatos que compuserem a chapa.

Parágrafo Terceiro – É vedada a apresentação de mais de uma chapa pelo mesmo acionista. Não obstante, uma mesma pessoa poderá integrar duas ou mais chapas, inclusive aquela indicada pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Quarto – Cada acionista somente poderá votar em uma chapa e serão declarados eleitos os candidatos da chapa que receber maior número de votos na Assembleia Geral.

Parágrafo Quinto – Na hipótese de eleição dos membros do Conselho de Administração pelo processo de voto múltiplo, cada integrante das chapas apresentadas na forma deste Artigo será considerado um candidato para o cargo de conselheiro.

Parágrafo Sexto – Não poderão ser eleitos para o Conselho de Administração aqueles que (i) figurem como acionistas controladores em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado em que atua a Companhia; e (ii) ocupem cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado em que atua a Companhia, em especial em conselhos consultivos, de administração ou fiscal; e/ou (iii) tenham interesse conflitante com a Companhia, salvo nos casos expressamente aprovados pela Assembleia Geral.

Parágrafo Sétimo – Não poderão votar nas matérias submetidas às reuniões do Conselho de Administração os conselheiros que estiverem em conflito de interesse com o da Companhia.

ARTIGO 15 – O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez por bimestre, nas datas a serem fixadas na primeira reunião realizada em cada exercício, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente do Conselho de Administração (ou, na ausência deste, pelo Vice-Presidente). Todas as reuniões extraordinárias serão convocadas com aviso prévio de, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis. Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho.

Parágrafo Primeiro – As convocações para cada reunião e todos os documentos necessários para apreciação das matérias constantes da ordem do dia (tanto para reuniões ordinárias como extraordinárias) serão enviadas por e-mail aos membros do Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo – Independentemente das formalidades previstas neste Artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os conselheiros por si ou representados na forma deste Estatuto.

ARTIGO 16 – As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos seus membros em exercício, sendo considerado como presente aquele que tenha enviado seu voto por escrito. O Conselho de Administração deliberará por maioria de votos dos membros presentes, não tendo o Presidente e o Vice-Presidente voto de desempate na hipótese de empate em qualquer reunião do Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro – Todas as discussões e deliberações havidas nas reuniões do Conselho de Administração, ressalvadas as deliberações que, por força de lei, da regulamentação aplicável, deste Estatuto ou por decisão do próprio Conselho de Administração devam ser tornadas públicas, terão caráter confidencial, e cada conselheiro deverá observar e cumprir estritamente com a confidencialidade a respeito das discussões e deliberações, a menos que de outra forma seja permitido pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo – As atas das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas no livro próprio e serão assinadas pelos conselheiros presentes à reunião correspondente.

Parágrafo Terceiro – Caso ocorra ausência ou incapacidade temporária de qualquer membro do Conselho de Administração, este será substituído por seu suplente, se houver, ou poderá designar, por escrito, outro membro para representá-lo em uma

reunião específica, e o conselheiro assim designado poderá exercer o voto do conselheiro ausente ou incapacitado, além de seu próprio.

Parágrafo Quarto – As atas das reuniões do Conselho de Administração em que Diretores sejam eleitos ou destituídos, as atribuições dos Diretores sejam estabelecidas, ou deliberações sejam aprovadas que afetem terceiros, serão arquivadas na Junta Comercial do estado competente e publicadas na imprensa, conforme disposto na lei.

Parágrafo Quinto – As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia, podendo ser indicado outro local para sua realização conforme estabelecido na convocação a ser enviada aos seus membros. Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência ou videoconferência, sendo que os conselheiros que participem por qualquer de tais meios serão considerados presentes. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio de carta ou fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado, estando o Presidente da reunião, ante o recebimento do voto escrito, autorizado a assinar a ata em nome do conselheiro que participou remotamente da reunião. Será admitida, ainda, a gravação e a degravação das reuniões do Conselho de Administração, desde que expressamente autorizado por todos os participantes.

ARTIGO 17 – O Conselho de Administração tem por função primordial estabelecer as diretrizes fundamentais da política geral da Companhia, as quais deverão ser observadas pela Diretoria. Nesse sentido, além das atribuições previstas em lei, competirá exclusivamente ao Conselho de Administração deliberar sobre as seguintes matérias:

- (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (b) cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral e os princípios e procedimentos de governança corporativa;
- (c) eleger e destituir os Diretores da Companhia, bem como fixar-lhes as atribuições, respeitadas as disposições deste Estatuto Social;
- (d) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos da Companhia, solicitar informações sobre contratos ou negócios celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos necessários à fiscalização;
- (e) manifestar-se sobre os relatórios da administração e as contas da Diretoria;
- (f) propor à Assembleia Geral a atribuição de participação nos lucros aos administradores ou Empregados da Companhia e proceder à respectiva distribuição, nos limites fixados pela Assembleia Geral;

- (g) atribuir, em caso de a Assembleia Geral ter aprovado a remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria em montante global, os honorários mensais de cada um dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
- (h) estabelecer as condições e regras (i) para a outorga de opção de compra de ações, nos limites e de acordo com o Plano de Opção de Compra de Ações aprovado pela Assembleia Geral, (ii) para a outorga de ações de acordo com planos de incentivo baseados em ações aprovados pela Assembleia Geral, incluindo a escolha e quantificação das metas definidas nos limites dos referidos planos de incentivo, e (iii) para a administração, organização e cumprimento das disposições do Plano de Opção de Compra de Ações e dos planos de incentivo baseados em ações aprovados pela Assembleia Geral;
- (i) criar comitês e comissões técnicas ou de aconselhamento, permanentes ou temporários, bem como eleger seus membros;
- (j) aprovar a Política de Alçadas da Companhia e suas eventuais alterações, deliberando sobre as matérias de sua competência;
- ~~(j) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar a assunção de qualquer compromisso financeiro por prazo superior a 24 (vinte e quatro) meses ou cujo valor agregado, no curso de um mesmo exercício social, supere a importância de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), incluindo, sem limitar, a contratação de financiamentos, mútuos, locação ou leasing de ativos;~~
- ~~(k) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar a compra, venda, hipoteca ou locação pela Companhia de qualquer participação em imóveis ou substâncias petrolíferas in situ, bem como de quaisquer bens, direitos ou conjunto de bens ou direitos cujo valor agregado, no caso de um mesmo exercício social, seja superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);~~
- ~~(l) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar sobre a aquisição, a alienação ou a oneração de bens do ativo permanente cujo valor individual ou agregado, em uma única operação ou em operações sucessivas no curso de um mesmo exercício social, seja superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);~~
- ~~(m) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar a contratação de serviços e obras com terceiros, com valores iguais ou superiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);~~
- (nk) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar sobre a emissão de notas promissórias comerciais para distribuição pública, nos termos da regulamentação aplicável;
- ~~(o) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar sobre a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações próprias cujo valor individual ou agregado, em uma única operação ou em operações sucessivas no curso de um mesmo exercício social, seja igual ou superior R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);~~
- (pl) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar a prestação de garantias a obrigações de terceiros, independentemente do valor, ressalvadas garantias prestadas a

obrigações assumidas por controladas ou subsidiárias integrais da companhia, cuja prestação não dependerá de aprovação do Conselho de Administração, ~~desde que observado o disposto no item (o) acima;~~

(~~q~~m) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar sobre a aquisição das ações de emissão da própria Companhia para cancelamento ou manutenção em tesouraria;

(~~r~~n) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar sobre a alienação ou o cancelamento das ações de emissão da própria Companhia que, por qualquer motivo, permanecerem em tesouraria;

(~~s~~o) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar sobre o aumento do capital da Companhia até o limite do capital autorizado, mediante a emissão de ações ou bônus de subscrição;

(~~t~~p) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real ou debêntures conversíveis em ações até o limite do capital autorizado;

(~~u~~q) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar a exclusão do direito de preferência na emissão de ações, debêntures conversíveis ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante a venda em bolsa ou subscrição pública, conforme previsto no Artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações;

(~~v~~r) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar sobre quaisquer associações envolvendo a Companhia, inclusive a celebração de consórcio ou joint venture e a celebração de acordos de acionistas;

(~~w~~s) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, bem como sobre a distribuição de dividendos intermediários, observados os termos da legislação aplicável e deste Estatuto Social;

(~~x~~t) escolher, substituir e destituir os auditores independentes da Companhia;

(~~y~~u) criar e extinguir filiais, sucursais, agências e escritórios em qualquer parte do território nacional;

(~~z~~v) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar sobre a criação e a extinção de subsidiárias e participação no capital de qualquer outra sociedade, empresa ou entidade semelhante, incluindo consórcios;

(~~aaw~~) instruir o voto dos representantes da Companhia nos Conselhos de Administração e nas Assembleias Gerais de controladas e coligadas;

(~~bbx~~) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar o plano de negócios e o orçamento da Companhia;

(~~ee~~y) definir a empresa especializada em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia nos casos de OPA para cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado;

(~~ddz~~) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do

edital da oferta pública de aquisição de ações, com possibilidade de pedido de extensão por igual prazo se julgar necessário, que deverá abordar, no mínimo (a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (b) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (c) alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição disponíveis no mercado; (d) o valor econômico da Companhia e (e) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;

(~~ee~~aa) exercer outras atribuições legais ou que lhe sejam conferidas pela Assembleia Geral, bem como resolver os casos omissos ou não previstos neste Estatuto;

(~~ff~~bb) aprovar previamente as transações envolvendo partes relacionadas que, em um único negócio ou em um conjunto de negócios realizados em 12 (doze) meses consecutivos, alcance valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou 1% (um por cento) do ativo total da Companhia, o que for menor, conforme previsto nas políticas corporativas da Companhia e na regulamentação aplicável; e

(~~gg~~cc) aprovar orçamentos próprios para a área de Auditoria Interna e para o Comitê de Auditoria, conforme aplicável.

Parágrafo Único – Os valores mencionados neste Artigo serão, a partir da aprovação deste Estatuto, corrigidos anualmente pelo índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas ou por outro índice equivalente que venha a substituí-lo.

Seção III: Diretoria

ARTIGO 18 – A Diretoria será composta por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) diretores, acionistas ou não, residentes no país, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, um Diretor de Operações e os demais Diretores sem designação específica. São obrigatórios os cargos de Diretor Presidente, de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e de Diretor de Operações.

Parágrafo Primeiro – Os membros da Diretoria serão eleitos e destituídos, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração. O mandato dos membros da Diretoria será unificado e terá prazo de 2 (dois) anos, sendo admitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Cabe aos membros da Diretoria, atuando individual e colegiadamente, gerenciar a administração rotineira da Companhia e implementar as resoluções aprovadas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro – Incumbe, especificamente, à Diretoria, como colegiado, sem prejuízo das outras atribuições conferidas por lei:

- (a) considerar e fazer recomendações ao Conselho de Administração, referentes à estrutura básica da organização da Companhia e às atribuições das unidades da Companhia, observado este Estatuto;
- (b) elaborar e submeter ao Conselho de Administração para aprovação as regras e regulamentos para o bom funcionamento da Companhia, observado este Estatuto;
- (c) elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração o plano de negócios e orçamento anual da Companhia, bem como outros planos ou orçamentos eventualmente solicitados pelo Conselho de Administração, conforme disposto na letra (d) do Artigo 17 deste Estatuto;
- (d) elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração uma política de pessoal (cargos e salários) referente aos Empregados da Companhia;
- (e) submeter à aprovação do Conselho de Administração todos os atos que dependam de sua aprovação, nos termos deste Estatuto;
- (f) apresentar ao Conselho de Administração os atos que devam ser submetidos à Assembleia Geral;
- (g) elaborar o Relatório Anual, as demonstrações financeiras e todos os outros documentos a serem submetidos à Assembleia Geral;
- (h) fazer recomendações ao Conselho de Administração sobre a abertura, transferência e encerramento de escritórios, filiais e outras instalações da Companhia; e
- (i) desempenhar todas as outras funções previstas em lei e na regulamentação aplicável, neste Estatuto, nas reuniões do Conselho de Administração e nos documentos corporativos da Companhia, sempre observando os princípios e procedimentos de governança corporativa.

Parágrafo Quarto – A submissão ao Conselho de Administração das matérias relacionadas acima será feita por intermédio do Diretor Presidente, ou por qualquer outro Diretor que tenha sido apontado pela Diretoria.

Parágrafo Quinto – O Relatório Anual de administração a que se refere a alínea (g) deste Artigo deverá mencionar um sumário das práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia.

Parágrafo Sexto – Competem aos Diretores sem designação específica todos os demais atos de gestão da Companhia que não tenham sido especificamente atribuídos a ocupantes de outros cargos de Diretor, conforme atribuições que poderão ser definidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 19 – Caberá ao Diretor Presidente, observadas quaisquer restrições explícita ou implicitamente previstas neste Estatuto ou em qualquer resolução do Conselho de Administração:

- (a) gerenciar e supervisionar os negócios da Companhia e executar e fazer executar as resoluções do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, aprovadas de acordo com este Estatuto e as disposições legais aplicáveis;
- (b) coordenar e supervisionar as atividades da Companhia em negociações estratégicas com quaisquer terceiros, inclusive a Petrobras ou qualquer entidade governamental ou em qualquer outro tipo de negociações no tocante a matérias de importância crítica em relação aos negócios sociais;
- (c) conduzir as negociações em qualquer controvérsia ou disputa envolvendo a Companhia e terceiros (exceto qualquer controvérsia ou disputa envolvendo quaisquer dos acionistas e a Companhia);
- (d) manter coordenação permanente entre o Conselho de Administração e a Diretoria e desempenhar quaisquer outras funções atribuídas pelo Conselho de Administração;
- (e) presidir as reuniões da Diretoria; e
- (f) receber citações ou notificações de qualquer natureza em nome da Companhia.

ARTIGO 20 – Caberá ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, sujeito a eventuais restrições, implícitas ou explícitas, previstas neste Estatuto, ou em qualquer decisão do Conselho de Administração:

- (a) executar a política, as diretrizes e as atividades econômico-financeiras e contábeis da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração;
- (b) divulgar os atos ou fatos relevantes ocorridos nos negócios da Companhia, bem como incumbir-se do relacionamento da Companhia com todos os participantes do mercado e com as entidades reguladoras e fiscalizadoras, assumindo responsabilidade pelo cumprimento dos deveres que lhe impõem as normas regulamentares aplicáveis e o Regulamento do Novo Mercado; e
- (c) desempenhar todas as outras funções previstas em lei e na regulamentação aplicável, neste Estatuto, nas resoluções aprovadas pelo Conselho de Administração e nos documentos corporativos da Companhia, sempre observando os princípios e procedimentos de governança corporativa.

ARTIGO 21 – Caberá ao Diretor de Operações, observadas quaisquer restrições explícita ou implicitamente previstas neste Estatuto, ou em qualquer resolução do Conselho de Administração:

- (a) elaborar todos os relatórios técnicos necessários referentes às atividades operacionais de petróleo e gás da Companhia e quaisquer iniciativas de produção, desenvolvimento ou exploração cuja implementação pela Companhia seja proposta;
- (b) adotar as medidas razoavelmente necessárias para proteger vidas e propriedade e manter a produção de quaisquer poços produtivos de petróleo ou gás, nos quais a Companhia tenha participação ou em relação aos quais a Companhia preste serviços operacionais a um terceiro;
- (c) adotar as medidas razoavelmente necessárias em relação à reabilitação, reativação, melhoria, desenvolvimento ou exploração de quaisquer propriedades ou campos petrolíferos nos quais a Companhia tenha participação ou em relação aos quais a Companhia preste serviços operacionais a um terceiro;
- (d) adotar as medidas razoavelmente necessárias no tocante ao manuseio, transporte, tratamento ou entrega de qualquer produção de qualquer destas propriedades ou campos;
- (e) executar a política, as diretrizes e as atividades das áreas de segurança, meio ambiente e responsabilidade social aprovadas pelo Conselho de Administração;
- (f) submeter, através do Diretor Presidente, propostas ao Conselho de Administração, relativas a novos investimentos e despesas de capital, que não poderá deixar de submeter qualquer dessas propostas ao Conselho de Administração; e
- (g) outras atribuições eventualmente conferidas ao Diretor de Operações pelo Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente.

ARTIGO 22 – A Diretoria reunir-se-á, mediante convocação por qualquer Diretor, com aviso prévio de pelo menos 2 (dois) dias úteis.

Parágrafo Primeiro – A Diretoria reunir-se-á com a presença de pelo menos dois de seus membros, sendo que um necessariamente deverá ser o Diretor Presidente. Caso o Diretor-Presidente não possa comparecer à reunião, este deverá indicar, por escrito, outro Diretor que o substitua. As resoluções da Diretoria serão aprovadas por maioria de votos dos presentes. Todas as matérias não aprovadas pela Diretoria por maioria de votos serão submetidas ao Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo – Ocorrendo vacância de um cargo na Diretoria, compete à Diretoria como colegiado indicar, dentre os seus membros, um substituto que acumulará, interinamente, as funções do substituído, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo a ser decidido pela primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar, atuando o substituto então eleito até o término do mandato do Diretor substituído.

Parágrafo Terceiro – Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos, sob pena de perda de mandato, salvo em caso de licença concedida pela própria Diretoria.

Parágrafo Quarto – As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo Quinto – Ao término da reunião deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria da Companhia. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas da Diretoria, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Diretor, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo Sexto – Os membros da Diretoria permanecerão no cargo até a investidura dos seus substitutos.

ARTIGO 23 – Todos os contratos, acordos, instrumentos e outros documentos (i) relativos à alienação de imóveis da Companhia, à alienação de qualquer participação da Companhia em outras sociedades, e à outorga de garantias, ou (ii) que criem obrigações para a Companhia, que desobriguem terceiros de obrigações perante a Companhia, incluindo, sem limitação, o aceite ou endosso de duplicatas, notas promissórias, letras de câmbio e documentos semelhantes, bem como a criação, encerramento ou a execução de qualquer outra ação referente a contas bancárias, deverão, sob pena de nulidade perante a Companhia, ser assinados por (a) quaisquer dois 2 (dois) Diretores, ou (b) por 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador constituído conforme disposto no Parágrafo Primeiro deste Artigo, com poderes específicos para executar aquele ato.

Parágrafo Primeiro – As procurações outorgadas pela Companhia deverão: (i) ser assinadas por 2 (dois) Diretores; (ii) especificar os poderes outorgados; (iii) vedar a delegação ou o substabelecimento de poderes; e (iv) ser válidas por um prazo máximo de 1 (um) ano. O limite no prazo de validade e a restrição quanto a delegação ou ao substabelecimento de poderes não se aplicam (y) às procurações outorgadas a advogados, constituídos para atuar em nome da Companhia em processos administrativos ou judiciais, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado,

admitido o substabelecimento com reserva de poderes, ou (z) na hipótese do Artigo 118, parágrafo 7º, da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Segundo – É vedado aos Diretores e procuradores vincular a Companhia em qualquer transação estranha ao objeto social, bem como, sem prévia autorização do Conselho de Administração, dar avais ou fianças em favor de terceiros e fazer doações em nome da Companhia, sendo vedado, ainda, aos Diretores, agir em nome da Companhia sem a prévia autorização do Conselho de Administração, quando esta for requerida nos termos deste Estatuto.

Parágrafo Terceiro - Deverão ser assinados por 1 (um) Diretor ou por 1 (um) procurador constituído conforme disposto no Parágrafo Primeiro deste Artigo: (i) a correspondência de rotina que não crie qualquer responsabilidade para a Companhia; (ii) o cumprimento de obrigações fiscais, trabalhistas ou previdenciárias e prática de atos administrativos em geral, perante órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, desde que não importe em assunção de novas obrigações; (iii) a contratação de empregados; e (iv) assuntos de rotina perante órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, autarquias e sociedades de economia mista.

Seção IV: ÓRGÃOS AUXILIARES DA ADMINISTRAÇÃO

Comitê de Auditoria

ARTIGO 24 – O Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, é composto por, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros, eleitos para o exercício de mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo que ao menos 1 (um) deve ser conselheiro independente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, e ao menos 1 (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

Parágrafo Primeiro – O mesmo membro do Comitê de Auditoria pode acumular ambas as características referidas no *caput*.

Parágrafo Segundo – As atividades do coordenador do Comitê de Auditoria estão definidas em seu regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 25 – Compete ao Comitê de Auditoria, entre outras matérias:

(a) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;

- (b) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras anuais, bem como fazer recomendações ao Conselho de Administração de acordo com as informações coletadas;
- (c) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- (d) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- (e) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou o aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e
- (f) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

CAPÍTULO V

EXERCÍCIO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

ARTIGO 26 – O exercício social da Companhia começa em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro.

Parágrafo Único – No final de cada exercício social, o Conselho de Administração determinará à Diretoria a elaboração das demonstrações financeiras exigidas pela lei, baseadas nas informações financeiras da Companhia, e nelas incluirá proposta de distribuição de lucros, se for o caso.

ARTIGO 27 – Do resultado do exercício, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para os tributos incidentes sobre o lucro.

Parágrafo Primeiro – Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a Administração submeterá à apreciação e à aprovação da Assembleia Geral proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício que remanescer após as seguintes deduções ou acréscimos, realizados decrescentemente e nessa ordem:

- (a) 5% (cinco por cento) para a formação da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. A constituição da Reserva Legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo da mesma, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% (trinta por cento) do Capital Social;
- (b) montante destinado à formação de Reservas para Contingências e reversão das formadas em exercícios anteriores;

- (c) Lucros a Realizar e Reversão dos Lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício;
- (d) 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento aos acionistas do dividendo obrigatório; e
- (e) a parcela remanescente do lucro líquido ajustado, após o pagamento do dividendo obrigatório, será destinada à Reserva para Investimento e Expansão, limitada ao montante equivalente a 100% (cem por cento) do capital social, que tem por finalidade (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) reforço de capital de giro; podendo, ainda, ser utilizada (iii) em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações da Companhia.

Parágrafo Segundo – A constituição da Reserva para Investimento e Expansão pode ser dispensada por deliberação da Assembleia Geral para pagamento de dividendos adicionais ao dividendo obrigatório. Uma vez atingido o limite estabelecido no Artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a respectiva destinação: (a) para capitalização; ou (b) para distribuição de dividendos adicionais ao obrigatório aos acionistas.

ARTIGO 28 – Os dividendos declarados serão pagos dentro do prazo estabelecido em lei.

ARTIGO 29 – A Diretoria poderá determinar o levantamento de balanços semestrais ou para períodos menores.

Parágrafo Primeiro – O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros, apurados nas mais recentes demonstrações financeiras da Companhia, que serão considerados antecipação do dividendo obrigatório a que se refere o Parágrafo Primeiro, alínea (d), do Artigo 27 deste Estatuto.

Parágrafo Segundo – O Conselho de Administração poderá ainda, aprovar o pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas, com base no mais recente balanço patrimonial da Companhia, os quais serão considerados como adiantamento do dividendo obrigatório disposto no Parágrafo Primeiro, alínea (d), do Artigo 27 deste Estatuto.

CAPÍTULO VI

CONSELHO FISCAL

ARTIGO 30 – O Conselho Fiscal funcionará em caráter não permanente, sendo instalado a pedido dos acionistas e terá as competências, responsabilidades e deveres definidos em lei. O Conselho Fiscal será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, todos eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro – A posse dos membros do Conselho Fiscal efetivos e suplentes fica condicionada à assinatura de termo de posse lavrado em livro próprio, que deverá contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 36 deste Estatuto Social, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo Segundo – Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o Presidente do Conselho Fiscal, a quem caberá assegurar o cumprimento das deliberações do órgão.

Parágrafo Terceiro – O Conselho Fiscal, se instalado, deverá aprovar seu regulamento interno, que deverá estabelecer as regras gerais de seu funcionamento, estrutura, organização e atividades.

Parágrafo Quarto – O funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação, podendo seus membros serem reeleitos.

Parágrafo Quinto – Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente; não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Parágrafo Sexto – O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente a cada 3 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário, devendo analisar, ao menos trimestralmente, as demonstrações e informações financeiras. Caberá ao Presidente do Conselho Fiscal convocar as reuniões sempre que necessário.

Parágrafo Sétimo – O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros, convocados por qualquer meio escrito que permita a comprovação do recebimento, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis. Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

ARTIGO 31 – A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o parágrafo 3º do Artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações.

CAPÍTULO VII

ALIENAÇÃO DE CONTROLE

ARTIGO 32 – A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar OPA tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Parágrafo Primeiro – Em caso de alienação indireta do controle, o adquirente deve divulgar o valor atribuído à Companhia para os efeitos do preço da OPA, bem como divulgar a demonstração justificada desse valor.

Parágrafo Segundo – Para os fins deste Artigo, “controle” e seus termos correlatos possuem a definição que lhe é atribuída no Artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

CAPÍTULO VIII

REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

ARTIGO 33 – Na hipótese de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, as sociedades resultantes devem pleitear o ingresso no Novo Mercado em até 120 (cento e vinte) dias da data da Assembleia Geral que deliberou a referida reorganização.

Parágrafo Único – Caso a reorganização envolva sociedades resultantes que não pretendam pleitear o ingresso no Novo Mercado, a maioria dos titulares das ações em circulação da Companhia presentes na Assembleia Geral que deliberará sobre a referida reorganização deverão dar anuência a essa estrutura.

CAPÍTULO IX

SAÍDA VOLUNTÁRIA DO NOVO MERCADO

ARTIGO 34 – Sem prejuízo do disposto no Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado deverá ser precedida de OPA que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre OPA para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, o pedido de nova avaliação da Companhia na

forma estabelecida na Lei das Sociedades por Ações; (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do referido segmento sem a efetivação de alienação das ações.

Parágrafo Único – A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização de oferta pública mencionada neste Artigo, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

CAPÍTULO X

LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 35 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos por lei, ou por resolução dos acionistas reunidos em Assembleia Geral, que fixará o método de liquidação, nomeará o liquidante e, caso solicitado pelos acionistas, conforme disposto por lei, instalará o Conselho Fiscal para atuar durante o período de liquidação, elegendo seus membros e fixando sua remuneração.

CAPÍTULO XI

ARBITRAGEM

ARTIGO 36 – A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Parágrafo Primeiro – Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência de proteção ou salvaguarda de direitos ao Poder Judiciário, quando aplicável, deverão ser submetidas no Foro Central da Comarca de Salvador, Estado da Bahia.

Parágrafo Segundo – A posse dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no *caput* deste Artigo.

CAPÍTULO XII

ACORDOS DE ACIONISTAS

ARTIGO 37 – A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados na sua sede, nos termos do Artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, cabendo (i) à Diretoria abster-se de registrar transferências ou onerações de ações contrárias aos respectivos termos, e (ii) ao presidente da Assembleia Geral ou da reunião do Conselho de Administração, conforme o caso, abster-se de computar os votos lançados em violação a tal acordo, devendo ainda computar os votos proferidos pela parte prejudicada com as ações pertencentes ao acionista ausente ou omissos, ou que votar contrariamente ao disposto em tais acordos, na forma do Artigo 118, parágrafos 8º e 9º da Lei das Sociedades por Ações.

CAPÍTULO XIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 38 – As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

ARTIGO 39 – Os casos omissos neste Estatuto Social serão regulados pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Regulamento do Novo Mercado, pelas demais normas da legislação pertinente e pela deliberação da Assembleia Geral nas matérias sobre as quais lhe caiba livremente decidir”.

* * *
